JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.28 06:07:59 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 28 de março de 2024 • Nº 1772 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CRIMES

Supremo vai rediscutir foro privilegiado

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai voltar a discutir a partir de amanhã, no plenário virtual, o alcance do foro por prerrogativa de função, ou foro privilegiado. Desde 2018, a regra em vigor é que o foro se aplica apenas aos crimes cometidos por autoridades durante o mandato e relacionados ao exercício do cargo. Contudo, ainda não é um tema pacificado na Corte. O julgamento vai até 8 de abril. A discussão será feita em um *habeas corpus* ajuizado pelo senador Zequinha Marinho (Podemos-PA). Ele pede a declaração de incompetência da Justiça do Distrito Federal para julgá-lo por suposta prática de "rachadinha" praticada entre 2007 e 2015, quando ele era deputado federal. O argumento é que, desde 2007, ele desempenhou cargos com foro privativo sem interrupção. Por isso, ele entende que a competência para julgá-lo é do Supremo. PÁGINA 15

SÃO PAULO

Tarcísio lança concurso para projetar sedes de secretarias

O governo de São Paulo lançou ontem, um concurso em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) para o projeto arquitetônico do novo centro administrativo que será construído no bairro Campos Elíseos, região central da capital paulista onde está localizada a Cracolândia. O principal objetivo da obra é revitalizar a região, aumentando o fluxo de pessoas e a sensação de segurança. A proposta é transferir as secretarias, autarquias e empresas públicas para um conjunto de prédios entre a Praça Princesa Isabel e o Palácio dos Campos Elíseos. As exceções são o gabinete do governador, a Casa Militar e as secretarias de Casa Civil e Comunicação, que permanecerão no Palácio dos Bandeirantes. Em janeiro o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) já tinha revelado ao Estadão que a sede do governo continuaria no local atual. A previsão é que mais de 22 mil funcionários públicos trabalhem no novo centro administrativo. Atualmente, a administração estadual está espalhada em cerca de 60 prédios, que serão vendidos, destinados para projetos de habitação ou para outros usos. A estimativa de Tarcísio é que sejam gastos R$ 4 bilhões na parceria público-privada. A previsão é que o concurso seja finalizado em agosto, o leilão seja realizado em 2025 e as obras durem quatro anos. A empresa vencedora será responsável pela construção, gestão, manutenção e zeladoria dos prédios. PÁGINA 3

CAGED

Brasil registra mais de 306 mil empregos com carteira assinada

ABRASIL

O Brasil fechou o mês de fevereiro com saldo positivo de 306.111 empregos com carteira assinada, resultado de 2.249.070 admissões e de 1.942.959 desligamentos. O balanço é do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Os cinco grandes setores da economia registraram saldo positivo em fevereiro. Serviços lidera com 193.127 novos postos de trabalho; seguido pela indústria, 54.448 postos; construção, 35.053 postos; comércio. 19.724 postos; e agropecuária que fechou o mês com saldo de 3.759 postos de trabalho. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho (**foto**), disse que os números de fevereiro superaram a expectativa do governo. "Esperamos que março venha reforçar ainda mais a tendência do que pode acontecer neste ano", disse. PÁGINA 2

FILHO DE BOLSONARO

'04' vira réu por lavagem e falsificação

Jair Renan Bolsonaro virou réu na Justiça e vai responder a ação penal pelos crimes de falsidade ideológica, uso de documento falso e lavagem de dinheiro. O filho 04 do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é acusado de usar uma declaração de faturamento falsa da empresa RB Eventos e Mídia para conseguir empréstimos bancários ao longo dos anos de 2022 e de 2023. Jair Renan ainda deu calote no banco. Procurada, a defesa de Jair Renan informou que não faz comentários em "questões penais ou politicamente sensíveis." PÁGINA 12

CONGRESSO

Senado vai votar PEC das drogas depois da Páscoa

PÁGINA 9

CINCO DIAS

GUSTAVO MORENO/STF

Moraes pede para PGR se manifestar sobre ida de Bolsonaro à embaixada

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste em até cinco dias sobre a ida do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à embaixada da Hungria, após a retenção dos seus passaportes no inquérito do golpe. Qualquer decisão no caso, como a imposição de medidas cautelares complementares, só será tomada após o parecer da PGR. A defesa do ex-presidente disse mais cedo, em manifestação ao STF, que a visita foi uma "agenda política". PÁGINA 17

INDICADORES

IBOVESPA: -0,05% / 126.863,02 / -68,45 / Volume: R$ 19.880.122.939 / Negócios: 3.313.031

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
SAO MARTINHOON NM	29.50	+4.13	+1.17
LOCALIZA ON NM	53.93	+2.72	+1.43
SUZANO S.A. ON NM	62.97	+2.19	+1.35
CIELO ON EJ NM	5.33	+2.11	+0.11
KLABIN S/A UNT N2	24.60	+1.78	+0.43

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MINERVA ON NM	6.59	–8.73	–0.63
CASAS BAHIA ON NM	6.000	–9.09	–0.600
MAGAZ LUIZA ON NM	1.78	–6.81	–0.13
TOTVS ON NM	28.49	–5.79	–1.75
YDUQS PART ON NM	18.02	–3.43	–0.64

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	60.05	–1.27	–0.77
PETROBRAS PN N2	36.26	–0.93	–0.34
B3 ON NM	11.90	0.00	0.00
LOCALIZA ON NM	53.93	+2.72	+1.43
SUZANO S.A. ON NM	62.97	+2.19	+1.35

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	39.282,33	-0,08
NASDAQ Composite	16.315,698	-0,42
CAC 40	8.184,75	+0,41
FTSE 100	7.930,96	+0,17
DAX	18.384,35	+0,64
Ftse Mib	34.343,61	+0,00

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	-0,52% (fev.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,83% (fev.)	Compra: 5,4576	Venda: 5,6376
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	11,25%	(01/02)	11,15%	Compra: 4,9870	+0,00%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(27/03)	0,5626%	BM&F/grama	R$ 348,51	Compra: 4,9817	Venda: 4,9823
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(27/03)	0,0623%	Compra: 5,3942	Venda: 5,3948	Compra: 5,0055	Venda: 5,1855

Economia

MERCADOS

Bolsa sobe 0,65%, aos 127.691 pontos, com bancos, Petrobras e Vale

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) arriscou um movimento um pouco mais forte ontem, no penúltimo pregão de março, e encerrou o dia com alta de 0,65%, aos 127.690,62 pontos. Apesar da liquidez novamente reduzida, os ganhos de papéis de grandes bancos puxaram o índice, ainda embalados pela expectativa de juros mais altos este ano. Vale e Petrobras aproveitaram o alívio do noticiário político e também subiram, ignorando as quedas do minério de ferro e do petróleo.

Assim, o índice caiu durante parte da manhã - até a mínima, de 126.222,95 pontos (-0,5%) -, mas engatou alta firme à tarde, quando subiu até a máxima de 127.699,28 pontos (+0,66%). Seguindo o tom das sessões anteriores, o giro financeiro ficou reduzido, em R$ 20,1 bilhões, refletindo a cautela antes do feriado da Sexta-feira Santa.Bradesco (PN +1,56%, ON +1,43%) e Itaú Unibanco (PN +0,55%).

No campo das commodities, Vale ON subiu 0,92% e Petrobras ganhou entre 0,8% (PN) e 1,22% (ON), ajudando a garantir a recuperação do Ibovespa. Em ambos os casos, os resultados contrariaram as quedas dos preços do minério de ferro (-3,53%) e do petróleo (-0,26%, no caso do Brent). Segundo Cruz, as empresas aproveitam o silêncio no front político para recuperar parte das perdas do mês.

O sócio da One Investimentos Bernard Faust diz que um movimento de defesa de preços explica o desempenho de Vale ON e Petrobras ON e PN, cujas ações fecharam o dia em R$ 60,60 e entre R$ 36,55 e R$ 37,36. Nesses preços, os papéis tornam-se atrativos o bastante para impedir uma desvalorização adicional mais forte, ele diz.

O destaque negativo do dia foi Eletrobras (ON -1,32%, PNB -0,32%), prejudicada por declarações do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

No fim do dia, 63 dos 86 papéis da carteira teórica do Ibovespa tinham avançado. As maiores altas nominais ficaram com Lojas Renner ON (+5,42%), Raízen PN (+5,23%), Casas Bahia ON (+4,67%) e Braskem ON (+4,54%). As principais quedas foram de CVC ON (-6,48%), Petz ON (-4,89%), Vamos ON (-4,40%) e Marfrig ON (-2,45%).

DÓLAR

Após trocas de sinal na primeira etapa de negócios, o dólar à vista operou em leve queda ao longo da tarde de ontem.

Entre a mínima de R$ 4,972 e a máxima R$ 4,9935, o dólar à vista encerrou a sessão cotado a R$ 4,9793, em baixa de 0,07%. Com investidores já antecipando a rolagem de posições na virada do mês, o contrato de dólar futuro para abril teve giro robusto, acima de US$ 14 bilhões.

CAGED

Brasil registra mais de 306 mil empregos com carteira

SABRINA CRAIDE/AE

O Brasil fechou o mês de fevereiro com saldo positivo de 306.111 empregos com carteira assinada, resultado de 2.249.070 admissões e de 1.942.959 desligamentos. O balanço é do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Os cinco grandes setores da economia registraram saldo positivo em fevereiro. Serviços lidera com 193.127 novos postos de trabalho; seguido pela indústria, 54.448 postos; construção, 35.053 postos; comércio. 19.724 postos; e agropecuária que fechou o mês com saldo de 3.759 postos de trabalho.

No mês passado, 24 unidades da Federação registraram saldos positivos de postos de trabalho. Os estados com maior saldo foram São Paulo (101.163 postos), Minas Gerais (35.980 postos) e Paraná (33.043 postos). Os estados com saldo negativo foram Alagoas (-2.886); Maranhão (-1.220) e Paraíba (-9 postos).

O salário médio de admissão em fevereiro/2024 foi R$ 2.082,79. Comparado ao mês anterior, houve redução real de R$ 50,42 no salário médio de admissão, uma variação negativa de menos 2,36%.

ACUMULADO DO ANO

No acumulado do ano (janeiro/2024 a fevereiro/2024), o saldo de empregos foi positivo em 474.614 empregos, resultado de 4.342.227 admissões e 3.867.613 desligamentos.

Nos últimos 12 meses (março/2023 a fevereiro/2024), foi registrado saldo positivo de 1.602.965 empregos, decorrente de 23.714.985 admissões e de 22.112.020 desligamentos.

EXPECTATIVA

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que os números de fevereiro superaram a expectativa do governo. “Esperamos que março venha reforçar ainda mais a tendência do que pode acontecer neste ano”, disse.

Segundo ele, o governo estima que em 2024 a economia crescerá mais do que no ano passado, resultando em uma maior geração de empregos. “No ano passado, geramos da ordem de 1,5 milhão e este ano é plenamente possível gerar mais que isso. Esperamos que gere o máximo possível dentro da realidade econômica do país”, avaliou Marinho, estimando que o país pode chegar ao fim de 2024 com mais de 2 milhões de empregos gerados. O número era esperado também no ano passado, mas não foi alcançado.

O ministro aproveitou para chamar a atenção do Banco Central para a necessidade de continuar reduzindo a taxa básica de juros no Brasil. “Planejar a continuidade da redução de juros, para que a economia continue crescendo. Se a política de redução de juros tivesse começado antes e tivesse sido mais agressiva, poderíamos ter chegado a mais de 2 milhões de empregos gerados, portanto, tem a responsabilidade de ter evitado gerar de 400 a 500 mil empregos, pela política irresponsável de juros altos

Marinho sobre Banco Central: está faltando estudar um pouco fundamentos da economia

GIORDANNA NEVES/AE

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, criticou ontem, a preocupação expressa pelo Banco Central sobre o crescimento da massa salarial e os efeitos na inflação de serviços, que poderiam trazer reflexos no processo de queda de juros. "Está faltando estudar um pouco fundamentos da economia", disse Marinho sobre a autoridade monetária.

Ele disse que existem duas maneiras de controlar a inflação: de uma forma "burra", por meio do aumento de juros e corte no crédito, e de uma forma "inteligente", que seria pelo aumento da produção e da oferta.

Marinho afirmou que as empresas precisam aumentar o planejamento para garantir aumento na oferta de produtos e serviços. Ele defendeu que as companhias "batam na porta" de bancos públicos e privados para garantir investimentos e aumentar a produtividade. Já o BC, segundo ele, deve colaborar com a economia por meio da redução dos juros.

Em relação ao resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de fevereiro, com saldo positivo de 306 111 carteiras assinadas em fevereiro, Marinho avaliou que ficou acima da expectativa.

HADDAD

Estímulo fiscal deve ser substituído por menos restrição monetária

FERNANDA TRISOTTO/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, em entrevista à CNN ontem, que não acredita em desempenho pior das contas públicas nos próximos anos, mas reconheceu que há muita pressão política. Foi uma resposta a questionamento sobre preocupações para 2025 e 2026 em relação à credibilidade do arcabouço fiscal e das metas estabelecidas. "O estímulo fiscal que foi dado no início do governo deveria ser gradualmente substituído pela diminuição das restrições monetárias", defendeu. Haddad, no entanto, admitiu a possibilidade de a meta de superávit de 2025 não ser de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme o previsto no novo arcabouço fiscal.

Ele atrelou o alcance deste objetivo à aprovação de pautas no Congresso Nacional, em especial aquelas ligadas à Medida Provisória que previa compensações pela desoneração da folha de pagamentos (MP 1.202). Ele também ponderou que ainda levará um tempo para a compreensão do marco fiscal, aprovado em 2023, e suas bandas mínima e máxima de aumento de gastos. "O Congresso Nacional definiu que o gasto primário vai caminhar dentro dessa banda", reiterando que, por menor que seja a arrecadação neste ano, ou o avanço da economia, já há parâmetros definidos para o crescimento das despesas.

PODERES

Haddad também defendeu as medidas enviadas pelo governo ao Congresso e afirmou que não pensa que os outros poderes precisam ser aliados do Executivos, mas sim harmonizados para torná-los permeáveis uns aos outros. Para o ministro, o País passa por um processo de reconstrução e reeducação a respeito da relação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que impactam diretamente a gestão fiscal.

Isso ocorre porque decisões do Supremo Tribunal Federal, como a revisão da vida toda na questão da Previdência, e medidas de renúncia fiscal, como a desoneração da folha de pagamento e o Perse, afetam as contas públicas.

Haddad citou que uma das medidas encaminhadas pelo governo para sanear as contas públicas é a questão da limitação das compensações judiciais.

OSCILAÇÕES

O ministro da Fazenda afirmou ainda que é natural que haja oscilação nas pesquisas de avaliação do governo e mencionou a pressão dos preços dos alimentos, fator apontado por analistas como uma das razões da piora recente da aprovação do presidente Lula.

CASA PRÓPRIA

Caixa inicia em abril contratações de crédito imobiliário com FGTS Futuro

MATHEUS PIOVESANA/AE

A Caixa Econômica Federal vai iniciar em abril as contratações de operações de financiamento habitacional com garantia em depósitos futuros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o chamado FGTS Futuro. De acordo com o banco, a nova forma de contratação estará disponível em até 15 dias.

Poderão utilizar o FGTS Futuro trabalhadores com renda mensal de até R$ 2.640, e os recursos poderão garantir a aquisição de imóveis novos e usados através do Minha Casa Minha Vida, programa habitacional do governo federal, que é operado quase que exclusivamente pelo banco público.

O titular da conta deverá autorizar, no ato da contratação do crédito, a caução dos créditos disponíveis nas contas do FGTS por um prazo de 120 meses. A autorização poderá ser feita pelo aplicativo do fundo, em que hoje já é possível autorizar que os bancos consultem os saldos que os trabalhadores têm nas contas.

No processo, a Caixa informará ao trabalhador a capacidade de pagamento para o financiamento, com e sem a utilização dos depósitos futuros. Se ele optar por usar o FGTS Futuro, os valores serão bloqueados na conta vinculada até que o saldo devedor seja totalmente quitado. A opção pelo uso do FGTS Futuro só poderá ser feita no momento da contratação do financiamento.

Em caso de demissão, o trabalhador não poderá sacar o saldo comprometido com o financiamento do imóvel. O excedente disponível na conta é utilizado para reduzir a dívida, à exceção da multa rescisória de 40% em caso de demissão, que o trabalhador poderá acessar.

"É uma iniciativa inédita e de extrema relevância para aumentar o acesso à moradia pelas famílias que mais precisam", afirma em nota a vice-presidente de Habitação da Caixa, Inês Magalhães. O banco e o governo esperam que a garantia via FGTS Futuro amplie a capacidade de compra de imóveis por famílias de menor renda. O uso do FGTS Futuro foi aprovado pelo Conselho Curador do fundo na terça-feira passada.

VIDA TODA

Ieprev pede para STF limitar decisão que derrubou revisão

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) enviou questão de ordem ao Supremo Tribunal Federal (STF) para limitar os efeitos da decisão que derrubou a chamada "revisão da vida toda" das aposentadorias. Na semana passada, a tese favorável aos segurados do INSS, aprovada em dezembro de 2022, foi anulada pela própria Corte no âmbito de outro processo.

A manifestação foi protocolada dentro de um recurso do INSS contra a "revisão da vida toda" que está na pauta da próxima quarta-feira. O Ieprev pede que, no mínimo, a Corte resguarde o direito àqueles aposentados que já ingressaram com suas ações até a publicação do acórdão do julgamento.

O instituto argumenta que os votos dos ministros aposentados Ricardo Lewandowski e Rosa Weber "jamais poderiam ser alterados pelos sucessores das cadeiras". De acordo com o regimento do Supremo, os votos de ministros aposentados devem ser mantidos. No entanto, os ministros Cristiano Zanin e Flávio Dino puderam se manifestar no processo julgado na semana passada, que tratava de uma lei de 1999 que tinha implicação na tese da "revisão da vida toda".

"Em respeito à Constituição Federal, ao Código de Processo Civil e ao próprio Regimento Interno do STF, jamais o mérito definido em um tema poderia ser (re)julgado da forma como o Tribunal procedeu", prossegue o Ieprev.

A entidade alega, ainda, que o Supremo não deu espaço para as partes do processo se manifestarem a respeito da derrubada da tese favorável aos aposentados. Também diz que não houve um pedido específico na ação para anular a "revisão da vida toda" e que tal questão foi levantada "de ofício" por dois ministros.

O Ieprev ainda apresentou dados que mostram que tramitam 102.791 ações que tratam sobre a "revisão da vida toda".

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

NA CRACOLÂNDIA

Tarcísio lança concurso para projetar prédios de secretarias

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O governo de São Paulo lançou ontem, um concurso em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) para o projeto arquitetônico do novo centro administrativo que será construído no bairro Campos Elíseos, região central da capital paulista onde está localizada a Cracolândia.

O principal objetivo da obra é revitalizar a região, aumentando o fluxo de pessoas e a sensação de segurança. A proposta é transferir as secretarias, autarquias e empresas públicas para um conjunto de prédios entre a Praça Princesa Isabel e o Palácio dos Campos Elíseos. As exceções são o gabinete do governador, a Casa Militar e as secretarias de Casa Civil e Comunicação, que permanecerão no Palácio dos Bandeirantes. Em janeiro o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) já tinha revelado ao Estadão que a sede do governo continuaria no local atual.

A previsão é que mais de 22 mil funcionários públicos trabalhem no novo centro administrativo. Atualmente, a administração estadual está espalhada em cerca de 60 prédios, que serão vendidos, destinados para projetos de habitação ou para outros usos.

A estimativa de Tarcísio é que sejam gastos R$ 4 bilhões na parceria público-privada. A previsão é que o concurso seja finalizado em agosto, o leilão seja realizado em 2025 e as obras durem quatro anos. A empresa vencedora será responsável pela construção, gestão, manutenção e zeladoria dos prédios.

O governo projeta gastar R$ 500 milhões em desapropriações no entorno da Praça Princesa Isabel. Os prédios mais altos não serão alvo da medida, segundo o governador. Tarcísio assinou um decreto tornando como de utilidade pública os imóveis públicos e privados que estão na área de construção do novo centro administrativo. A medida é válida por cinco anos, mas não significa que esses imóveis serão de fato desapropriados ou que isso ocorrerá no curto prazo, de acordo com governo estadual.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) assinou um projeto de lei que será enviado à Câmara Municipal para autorizar a doação ao estado da área municipal do complexo do terminal Princesa Isabel, que é o ponto de partida ou chegada de 18 linhas de ônibus. O novo local do terminal ainda não foi definido A prefeitura também vai realizar um chamamento público para que os setores interessados em se instalar ou permanecer na região central.

De acordo com Guilherme Afif Domingos, secretário de Projetos Estratégicos, será o maior concurso público de arquitetura do Brasil desde a construção de Brasília. A proposta do governo paulista é se inspirar no exemplo da capital federal e construir uma espécie de esplanada de secretarias e órgãos públicos nas ruas laterais à praça.

Tarcísio disse que o projeto do novo centro administrativo será acompanhado do investimento de mais R$ 2 bilhões em quatro lotes de parcerias público-privadas para construir ou retrofitar 6 mil unidades de habitação no Centro. Além disso, prometeu ações para reforçar a segurança pública na região e tratar os dependentes químicos.

"Quando a gente traz o novo centro administrativo, concentra o poder no centro, no coração da cidade, no Campos Elíseos, trazendo o poder de volta pra onde ele já esteve no passado, estamos mandando um recado para a iniciativa privada: nós, Estado, estamos acreditando no Centro. Podem vir que vocês não vão se arrepender", disse o governador.

No único momento com eleitoral do evento, ele elogiou a parceria que tem com Nunes, candidato à reeleição. "Eu tenho certeza que a gente vai fazer muita coisa junto ainda. A continuidade é fundamental para que a gente não tenha a interrupção de tanta coisa boa que tem acontecido e que vai acontecer", declarou Tarcísio.

R$ 850 MIL

As propostas arquitetônicas abrangerão quatro quadras no entorno da Praça Princesa Isabel e 450 mil m² de área construída. O governo afirma que os térreos dos prédios precisarão ter fachadas ativas para destinação a comércios e serviços, espaços descobertos para uso público e calçadas com no mínimo cinco metros de largura.

Uma bancada julgadora formada pelo IAB analisará critérios como a economicidade do projeto (menor custo de construção), alta durabilidade e baixo custo de manutenção, sustentabilidade ambiental e a maximização dos espaços públicos e privados no térreo. Os três primeiros colocados receberão respectivamente R$ 850 mil, R$ 100 mil e R$ 50 mil. As inscrições podem ser feitas até o dia 12 de junho e as propostas devem ser apresentadas até o dia 24. O resultado será divulgado no dia 2 de agosto.

TEATRO MUNICIPAL

Prefeitura é multada em R$ 50 mil por homenagem a Michelle

HEITOR MAZZOCO/AE

A Prefeitura de São Paulo terá de pagar R$ 50 mil em multa por ter permitido homenagem aprovada na Câmara de Vereadores de São Paulo para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que recebeu título de cidadã paulistana na última segunda-feira, no Teatro Municipal, no centro da capital paulista. A decisão é da juíza Paula Micheletto Cometti, da 12ª Vara da Fazenda de São Paulo, que considerou que a administração descumpriu a determinação do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

"Considerando a decisão monocrática e o descumprimento da ordem judicial, comprove a Municipalidade de São Paulo o pagamento da multa aplicada no valor de R$ 50 mil", despachou na terça-feira, a juíza.

A Prefeitura de São Paulo "vai se manifestar sobre o caso em juízo, dentro do prazo estipulado pelo Poder Judiciário".

O desembargador Marco Antônio Martin Vargas havia proibido a realização do evento fora da sede do Poder Legislativo municipal. De acordo com ele, as justificativas utilizadas pela prefeitura para a mudança de local do evento tiveram "falta de motivação, acrescida da falta de publicização e transparência". O magistrado também pontuou que a cerimônia para Michelle no teatro indica "a presença de grave risco de desvio de finalidade do bem público, do dever de impessoalidade e da promoção pessoal de autoridade".

A ação na Justiça foi proposta pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) e a assessora parlamentar e ativista em direitos humanos Amanda Marques Paschoal. O autor da homenagem para Michelle Bolsonaro é o vereador Rinaldi Digilio (União Brasil). Para ele, a entrega do título se fez necessária porque a ex-primeira-dama é "engajada em políticas sociais, com atenção especial para as doenças raras".

De acordo com os autos, os custos do espaço utilizado para homenagem que foi realizada na última segunda-feira somam R$ 100 mil. O vereador Digilio afirmou que obteve empréstimo bancário em seu nome para arcar com as despesas e, assim, não prejudicar o erário municipal.

No site da Câmara de São Paulo, já estava previsto na agenda o evento no Teatro Municipal. A sessão não ocorreu na sede do Poder Legislativo porque outras três homenagens ocorreram no dia. Os vereadores paulistanos realizaram sessões pelo dia do gerontólogo e homenagem aos "motoristas cinco estrelas". Ocorreu ainda encontro de gabinete de vereador com trabalhadores de serviços viários. O dia da água também foi lembrado no mesmo dia do evento solene para Michele Bolsonaro.

ELEIÇÕES 2024

PT rejeita recurso contra filiação de Marta Suplicy, vice de Boulos

Por 39 votos a 13, a cúpula do PT rejeitou na terça-feira passada, o recurso contra a filiação da ex-prefeita Marta Suplicy (**foto**) ao partido. Marta retornou às fileiras petistas após nove anos de afastamento, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para ser candidata a vice na chapa de Guilherme Boulos (PSOL) à Prefeitura de São Paulo.

O recurso para impugnar a filiação de Marta foi apresentado por Valter Pomar, dirigente da tendência Articulação de Esquerda, sob o argumento de que a ex-prefeita havia feito "pesadas acusações" contra o PT, jogando luz sobre as denúncias de corrupção. Pomar também lembrou que Marta foi ministra de Dilma Rousseff e em 2016, quando senadora, votou a favor do impeachment da então presidente.

Antes de retornar ao PT, a ex-prefeita teve passagens pelo MDB e Solidariedade. Até o fim do ano passado, ela comandou a Secretaria Municipal de Relações Internacionais na administração de Ricardo Nunes (MDB), que é candidato à reeleição.

"Para contribuir com a candidatura Boulos, inclusive como candidata a vice-prefeita, Marta não precisaria necessariamente estar filiada ao PT", disse Pomar.

Em seu parecer, porém, a secretária de Organização do PT, Sonia Braga, destacou a "relevância política" de Marta, o legado de sua gestão como prefeita e a "necessidade de formar uma frente ampla para enfrentar o bolsonarismo nas eleições de 2024". Desta forma, como esperado, negou provimento ao pedido do dirigente petista, sendo acompanhada pela maioria.

Na prática, Pomar quis marcar posição. Além de ter a bênção de Lula, Marta já cumpre agenda de campanha ao lado de Boulos desde fevereiro. É a primeira vez que o PT não lança candidato próprio à Prefeitura de São Paulo.

GERVÁSIO BAPTISTA/ABRASIL

ATAQUE DE LOBISTA

Lulinha será indenizado em mais de R$ 30 mil

JULIA CAMIM/AE

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) condenou o lobista Alexandre Paes dos Santos, conhecido como APS, a pagar indenização no valor de R$ 32.156,63 ao filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. Em entrevista concedida em 2006 à revista Veja, na véspera das eleições de 2006, APS chamou Lulinha de "idiota" e "primário".

Na reportagem, o lobista disse que Fábio era "um garoto que joga videogame" e que sofria de uma "disfunção qualquer" por chamar a ex-presidente, à época ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff de tia.

A sentença assinada em 11 de março pela juíza Renata Soubhie Nogueira Borio do TJ-SP, que condenou o lobista por danos morais, foi ajuizada em 2008, mas negada pela primeira instância do Tribunal. No entanto, após recurso da defesa de Fábio, em 2013 a decisão foi revertida.

Naquele momento, o acórdão relatado por Alcides Leopoldo e Silva Júnior, alegava que as falas de APS veiculadas pela revista "procederam afronta direta, pessoal e pública" à honra e imagem de Lulinha, "em franco desabono a sua competência profissional, honestidade, moral e ética". Além disso, ressalta que a Fábio foram atribuídas "diversas palavras e expressões ofensivas e incompatíveis com sua capacidade pessoal e profissional, tais como: 'idiota', 'uma decepção', 'um garoto que joga videogame', e ainda, ser portador de uma 'disfunção'".

O documento ainda argumenta que a injúria se formula quando há "juízos de valor, exteriorizando-se qualidades negativas ou defeitos que importem menoscabo, ultraje ou vilipêndio de alguém". Além disso, afirma que "ainda que a opinião pessoal sobre uma pessoa seja expressa em ambiente familiar, de confradaria ou num círculo particular e sem repercussão pública, é inadmissível que se possa tecer qualquer tipo de comentário ofensivo à dignidade ou ao decoro de outrem, livre de qualquer consequência".

O valor da indenização foi fixado em R$ 5 mil, mas sofreu ajustes monetários e acréscimo de mais de R$ 6 mil pelos honorários dos advogados de Fábio. O prazo para o pagamento, de 15 dias, venceu na terça-feira passada, e, caso não seja efetuado, será acrescido de multa de 10% e também de honorários de advogados.

CÂMARAS CORPORAIS

MP diz que só 20% das mortes por PMs na Baixada possuem imagens

GONÇALO JUNIOR/AE

De 31 ocorrências que resultaram em morte e estão sob a investigação do Ministério Público, apenas seis possuem imagens completas das câmeras corporais dos policiais na Operação Verão, em curso na Baixada Santista. Em outros sete, as imagens são parciais. O órgão confirma que os policiais não usavam o equipamento de filmagem em 12 ocorrências, além de cinco situações em que a bateria estava descarregada; um caso está pendente sobre o envio de imagens.

A Secretaria de Segurança Pública ressaltou o percentual de uso do equipamento por parte da tropa na região. "Mais de 60% do efetivo empregado na ação utiliza as Câmeras Operacionais Portáteis (COPs) e as imagens captadas estão disponíveis aos órgãos de controle, sendo fornecidas conforme requisição", contesta.O MP recebeu nesta segunda-feira o relatório de Monitoramento de Violação de Direitos Humanos na Baixada Santista, elaborado pela Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo, Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, entidades de direitos humanos e movimentos sociais.

O relatório passa a fazer a parte do conjunto de investigações do MP. "É um projeto especial composto por quatro membros, justamente pela quantidade de fatos, de ocorrências, no ano passado e neste ano. Cada detalhe do que aconteceu está sendo investigado", afirmou a promotora Daniela Favaro.

O uso correto das câmeras corporais é a segunda recomendação mais importante do documento, logo após o pedido para o fim imediato da operação. "O motivo de não ter a imagem pode ser porque o batalhão não tinha (câmeras) ou porque o batalhão tinha, mas não foi usado", diz a promotora. "A investigação criminal investiga o fato em si não a ausência de câmera. Eventual falha do próprio Estado também tem de ser objeto de investigação", diz.

A Secretaria de Segurança Pública afirma que "a designação das equipes para o apoio às ações na Baixada Santista é pautada por critérios técnicos e operacionais, de forma a garantir o policiamento preventivo em todo o Estado, e não pela disponibilidade de materiais ou equipamentos".

A Operação Verão chegou ao total de 53 mortes em cidades como Santos, Guarujá, São Vicente e Cubatão. A ação começou em dezembro de 2023, como acontece anualmente, mas foi intensificada no dia 2 de fevereiro deste ano, após a morte do agente da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), tropa de elite da PM. No início da operação, o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, transferiu seu gabinete para a Baixada.

No ano passado, a pasta já havia realizado a Operação Escudo, lançada após a morte de outro policial, o soldado Patrick Bastos Reis, também da Rota, em Santos (SP). A ação resultou em 28 mortes em um período de 40 dias e foi encerrada em setembro.

Ainda de acordo com o MP, 14 policiais não portavam câmeras na ação; foram sete envios integras de imagem, além de dois envios parciais feitos pela SSP ao MP; em quatro casos, os agentes alegam o descarregamento da bateria. Nesta operação, o Ministério Público fez 27 requisições de imagens.

Outra recomendação do relatório da Ouvidoria das Polícias é a criação de diretrizes para prevenir o que chamou de "operações vingança" após a morte de um policial, garantindo que os agentes da mesma unidade da vítima não participem das operações em resposta.

Nota

GUARUJÁ DEVE TER NOVA TAXA PARA TURISTAS

A prefeitura de Guarujá, cidade com algumas das praias mais frequentadas do litoral paulista, quer cobrar diárias dos visitantes a partir de janeiro de 2025. Para isso, finaliza um projeto de lei que deve ser enviado à Câmara em maio. Com a aprovação da Taxa de Preservação Ambiental (TPA), o turista que chegar de carro à cidade para uma permanência de mais de 3h vai pagar R$ 12,78 por dia. Motocicletas vão pagar menos - R$ 4,26 -, mas os ônibus pagam R$ 119,28, equivalentes a 28 unidades fiscais do município. De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente de Guarujá, a proposta passa por ajustes após a realização de audiências públicas, em 2023, para a incorporação de sugestões feitas pela sociedade civil. Uma vez aprovada, a iniciativa só poderá ser colocada em prática a partir de 2025, devido ao princípio da anualidade do Direito Tributário.

ÁGUAS DE JAHU S.A. CNPJ 20.918.034/0001-77

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.127	5.450
Contas a receber de clientes	7	18.769	15.407
Estoques		497	306
Despesas antecipadas		245	174
Créditos com partes relacionadas	17	76	320
Tributos a recuperar		10	10
Outros ativos		126	140
		35.850	21.807
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas		-	1.133
Depósitos judiciais		155	154
Ativo de direito de uso	8	475	679
Imobilizado	9	1.242	763
Ativo de contrato	10	12.497	11.324
Intangível	11	80.392	73.900
		94.761	87.953
Total do ativo		130.611	109.760
Passivo	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante			
Fornecedores	12	1.610	1.548
Empréstimos e financiamentos	13	19.060	18.591
Passivo de arrendamento	13	285	217
Obrigações tributárias	14	1.128	847
Obrigações trabalhistas		1.881	1.644
Ônus da concessão		150	129
Débitos com partes relacionadas	17	589	590
Outras obrigações		652	693
		25.355	24.259
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	56.919	51.249
Passivo de arrendamento	13	255	475
Tributos diferidos	15	521	172
Provisões para contingências	16	812	883
		58.507	52.779
Patrimônio líquido	18		
Capital social		110.898	110.898
Prejuízo acumulado		(64.149)	(78.176)
		46.749	32.722
Total do passivo e patrimônio líquido		130.611	109.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	19	111.040	94.565
Custo dos serviços prestados	20	(63.171)	(60.098)
Lucro bruto		47.869	34.467
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(24.410)	(20.103)
Outras receitas operacionais		67	162
		(24.343)	(19.941)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		23.526	14.526
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	3.009	2.740
Despesas financeiras	22	(8.178)	(9.610)
		(5.169)	(6.870)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		18.357	7.656
Imposto de renda e contribuição social–corrente	15b	(3.981)	(1.784)
Imposto de renda e contribuição social–diferido	15b	(349)	(42)
Lucro líquido do exercício		14.027	5.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	14.027	5.830
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	14.027	5.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Capital Social A integralizar	Prejuízo Acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	114.727	(3.829)	(84.006)	26.892
Lucro líquido do exercício	-	-	5.830	5.830
Saldos em 31 de dezembro de 2022	114.727	(3.829)	(78.176)	32.722
Lucro líquido do exercício	-	-	14.027	14.027
Saldos em 31 de dezembro de 2023	114.727	(3.829)	(64.149)	46.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	18.357	7.656
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	4.874	4.204
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização dos custos de transação	7.543	8.765
Variações monetárias e cambiais	192	252
Atualização monetária das contingências	8	179
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	1.168	1.157
Reversão de contingências	(79)	(62)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(20)	(93)
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	(4.530)	(3.087)
Estoques	(191)	337
Depósitos judiciais	(1)	(114)
Tributos a recuperar	(308)	(183)
Despesas antecipadas	(71)	(24)
Outros ativos	14	(67)
Aplicações financeiras – vinculadas	1.133	(523)
Fornecedores	62	(143)
Obrigações tributárias	81	155
Obrigações trabalhistas	237	529
Ônus da concessão	21	23
Partes relacionadas, líquidas	245	(122)
Outras obrigações	(41)	(48)
	28.694	18.791
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.476)	(1.279)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.540)	(5.925)
Pagamento de juros sobre arrendamento	(83)	(15)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	18.595	11.572
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(819)	(143)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(10.944)	(10.478)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	64	93
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(11.699)	(10.528)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	12.563	3.846
Pagamento de arrendamentos	(206)	(272)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(8.576)	(6.400)
Caixa líquido gerado pelas (consumido pelas) atividades de financiamentos	3.781	(2.826)
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	10.677	(1.782)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.450	7.232
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.127	5.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas de Jahu S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Comendador Ítalo Mazzei, 1.250, Jardim Olímpia, no Município de Jahu, São Paulo–Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.–SAAB é uma sociedade de propósito específico de concessão entre o Município de Jahu (Concedente) e Águas de Jahu S.A. ("Concessionária"), vencedora do Processo Licitatório que deu origem ao contrato de nº. 10046/2014, de 10 de dezembro de 2014, com vigência de 35 anos, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço emitida pelo Concedente, ocorrida em 13 de abril de 2015, com exceção dos serviços prestados pelas Concessionárias Águas de Mandaguahy S.A. e SANEJ – Saneamento de Jaú LTDA., até o prazo final de seus contratos, 31/07/2028 e 03/03/2025, respectivamente, ocasião em que os mesmos passarão a ser de responsabilidade total da Águas de Jahu S.A. Seu objeto é a exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Jaú, Estado de São Paulo. O Serviço Público de Água e Esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, paga ao Poder Concedente, no valor de R$ 20.000, e também de pagamento da taxa de regulação e fiscalização, correspondente a 1,5% sobre o valor efetivamente arrecadado pela Concessionária no mês imediatamente anterior, pagos à SAEMJA – Serviço de Água e Esgoto do Município de Jahu – Entidade Reguladora. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Jahu. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 25 de março de 2024, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão da consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes.

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Ônus da concessão: Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 13), pago no início da concessão. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: *Ativos financeiros–custo amortizado:* São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. *Ativos financeiros–valor justo por meio do resultado:* São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. *Ativos financeiros–mensuração inicial:* No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. *Ativos financeiros–mensuração subsequente: Custo amortizado:* esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. *Valor justo por meio do resultado:* os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. *Passivos financeiros–reconhecimento inicial:* Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. *Passivos financeiros–mensuração subsequente: Custo amortizado:* são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. *Valor justo por meio do resultado:* são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. *Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, tributos sobre operações financeiras e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50–Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Concessionária. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Concessionária, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Concessionária. Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária, pois a Concessionária não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retro-arrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Concessionária não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação, (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório, (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Concessionária. Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Concessionária está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. *b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *c) Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:* A Concessionária registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. *d) Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.14 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor Justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	16.084	16.084	5.391	5.391
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	-	-	1.133	1.133
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	18.769	18.769	15.407	15.407
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	76	76	320	320
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	1.610	1.610	1.548	1.548
Emp

FORPART S.A. – EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ/MF: 00.249.786/0001-85

Relatório do Liquidante em 31 de Dezembro de 2023 - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberada a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas. A evolução dos principais fatos ocorridos neste exercício poderá ser examinada através das próprias demonstrações contábeis e notas explicativas. Sendo assim, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Desempenho no Exercício -** A Companhia apresentou mutação negativa dos ativos líquidos no montante de R$ 47.511,32 oriundo de despesas inerentes à sua manutenção enquanto perdura ao processo de liquidação. **Divulgação de Informações Sobre Serviços Que Não Auditoria Independente -** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que não há outros serviços prestados pelos auditores independentes da Forpart S.A. – Em liquidação, BKR – Lopes, Machado Auditores, senão os serviços de auditoria das demonstrações contábeis. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024. **Forpart S.A. - Em Liquidação**

Demonstração dos Ativos Líquidos - Em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	51	100
Tributos a recuperar	5	3	1
		54	101
Ativos líquidos		54	101

Demonstração da Mutação dos Ativos Líquidos
Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Gastos no exercício:	Nota	2023	2022
Despesas administrativas	8	(53)	(55)
Despesas tributárias		(2)	(2)
Resultado antes do resultado financeiro		(55)	(57)
Ganhos financeiros			
Receitas financeiras	9	8	9
Variação dos ativos líquidos		(47)	(48)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto)
Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Rendimentos finaceiros		
Aplicações financeiras	8	8
Recebimentos		
Integralização de capital	-	100
Restituição de tributos	-	4
Pagamentos		
Serviços de auditoria	(21)	(21)
Publicações societárias	(15)	(16)
Tributos	(4)	(2)
Serviços do sistema financeiro	(17)	(15)
Serviços jurídicos	-	(1)
Outros Gastos	-	(2)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(49)	55
Caixas e Equivalentes a Caixa no Início do Exercício	100	45
Caixas e Equivalentes a Caixa no Final do Exercício	51	100
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(49)	55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Contábeis
Em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 - Contexto Operacional: A Forpart S.A. – Em liquidação ("Companhia"), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a operação de serviço móvel celular, a prestação de outros serviços públicos de telecomunicações, a importação, exportação e comercialização de bens ou equipamentos relacionados aos serviços públicos de telecomunicações, a elaboração de projetos, execução, implementação, comercialização, operação, manutenção e faturamento de sistemas relacionados aos serviços públicos de telecomunicações. A Companhia propôs uma série de ações judiciais contra companhias de telefonia, objetivando o recebimento de indenização pelo descumprimento de Contratos de Participação Financeira em Investimentos do Serviço Telefônico que concediam aos seus titulares o direito ao recebimento de ações de emissão da então Telebrás ou de suas subsidiárias – posteriormente privatizadas. Tais contratos foram firmados originalmente pelos assinantes das linhas telefônicas e seus direitos transferidos à Companhia por instrumento em causa própria. As ações judiciais foram propostas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná em face das companhias de telefonia destes Estados. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberada a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com a proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas, remanescendo na Companhia um saldo de caixa, cujo montante foi avaliado pelo Liquidante como sendo suficiente para dar seguimento ao processo de dissolução anteriormente aprovado. A Companhia possui pendências jurídicas e administrativas a serem concluídas impedindo a conclusão da sua liquidação. A Companhia não vem exercendo atividades operacionais e apresenta prejuízos recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis em Liquidação: 2.1 Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis - a) Declaração de conformidade -** As Demonstrações Contábeis apresentadas em bases de liquidação foram preparadas de acordo com o CPC de Entidades em liquidação e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 07 de fevereiro março de 2024. **b) Base de mensuração -** Considerando que foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações. **c) Moeda funcional e de apresentação -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração das Demonstrações Contábeis em liquidação requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações anuais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2022. **3 - Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado -** O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros - *(i) Ativos financeiros não derivativos*** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa*** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme nota explicativa nº 4. **c) Tributos a recuperar -** São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **d) Imposto de renda e contribuição social -** São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$240 mil ano ou R$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. **e) Demonstração dos Fluxos de Caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	2023	2022
Depósitos bancários	-	1
Aplicações financeiras (a)	51	99
Total	51	100

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 2023, a remuneração média foi de 105,56% do CDI (102,68% em 2022). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

			2023		2022	
Fundo	Nível	Administrador	Quant. de Cotas	Valor	Quant. de Cotas	Valor
Itaú Top DI FICFI Ref.	1	Itaú	7.787,19236	51	17.064,00843	99

5 - Tributos a Recuperar	2023	2022
Imposto de renda	3	1
Total	3	1

6 - Partes Relacionadas: a) Remuneração do pessoal-chave da Administração - A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **7 - Ativos Líquidos:** Os ativos líquidos estão representados por 890.744.064 ações, sendo 854.933.621 ordinárias e 35.810.443 preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01. Em 31 de dezembro de 2023 havia 142.857.143 ações ordinárias a integralizar. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 150.000.000 ações mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

8 - Despesas Administrativas	2023	2022
Auditoria externa	22	22
Publicações	15	16
Serviços jurídicos	-	1
Serviços do sistema financeiro	16	15
Outras despesas	-	1
	53	55

9 - Receitas Financeiras	2023	2022
Rendimento de aplicação financeira	8	8
Atualização créditos tributários	-	1
	8	9

10 - Objetivos e Políticas para Gestão de Risco Financeiro: Considerações gerais e políticas - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração. A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos: ***Risco de mercado*** - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Empresa. Os resultados da Companhia não estão sujeitos a exposição, sensibilidade e variação dos preços de mercado por não está desenvolvendo nenhuma atividade operacional. ***Risco de taxa de juros e taxa de câmbio*** - Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio. ***Risco de crédito*** - As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. ***Risco de liquidez*** - Representa o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. ***Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros*** - O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2023:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	9,00%	6,75%	4,50%
Aplicações financeiras				
R$ 51 em 31/12/2023	-	8,91	6,68	4,46

11 - Cobertura de Seguros (não auditado): Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

Liquidante - **Norberto Aguiar Tomaz**
Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

Relatório dos Auditores Independentes Sobre às Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Forpart S.A. – Em Liquidação - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Forpart S.A. – Em Liquidação ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos ativos líquidos, da mutação dos ativos líquidos e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Forpart S.A. – Em Liquidação em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional - *Demonstrações contábeis em liquidação*** - Conforme descrito na nota explicativa nº1 das demonstrações contábeis em liquidação, os acionistas decidiram de forma antecipada, em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de dezembro de 2012 e 19 de fevereiro de 2013, encerrar as operações da Companhia (em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável). Em 2013, foi realizada a entrega antecipada de parte dos ativos e passivos aos acionistas. A Companhia possui pendências jurídicas e administrativas que estão sendo concluídas e impedem a sua liquidação imediata e, a Administração entende que a dissolução efetiva deve aguardar a conclusão dessas demandas. Assim, a dissolução e liquidação da Companhia dependerá da conclusão de tais processos. Consequentemente, as demonstrações contábeis foram preparadas em base de liquidação e, portanto, a valorização dos ativos e passivos foi efetuada sob esta premissa, e a Companhia modificou a base contábil de continuidade ("*going concern*") para base de liquidação. A Companhia não vem exercendo na plenitude suas atividades operacionais e vêm apurando prejuízos de forma recorrente. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA -** Conforme descrito na nota explicativa nº4, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R$51 mil, que representam, aproximadamente, 94% do total do Ativo da Companhia. Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no regulamento do fundo e registradas ao seu valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria -** Realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas explicativas nº3(b) e nº4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as contas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - *CPC LIQUIDAÇÃO – Entidades em liquidação*** - Em atendimento ao CPC Liquidação – Entidades em liquidação, aprovado em 05 de março de 2021, a companhia está apresentando as demonstrações contábeis elaboradas com bases distintas de reconhecimento e mensuração, aplicáveis exclusivamente para entidades em liquidação. ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*** - As demonstrações contábeis da Forpart S.A. – Em Liquidação, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório datado de 01 de março de 2023, foi emitido com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, sem opinião modificada. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024.

BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5
Independent Member of - BKR International

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0

Marcio Alves Gonçalves Marçal
Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8

Diário do Acionista

Tels.: (21)

99122-4278

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

publicidade@diariodoacionista.com.br

PARCOM PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ: 00.185.475/0001-08

Relatório da Administração e do Liquidante - Demonstrações Contábeis Em 31 de Dezembro de 2023 - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberada a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas. A evolução dos principais fatos ocorridos neste exercício, poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis e notas explicativas. Sendo assim, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Desempenho no Exercício -** A Companhia apresentou mutação positiva dos ativos líquidos no exercício no montante de R$3.893.073,68, oriundo de remuneração sobre aplicações financeiras, atualização de depósito judicial e reversão de provisões passivas. **Divulgação de Informações Sobre Serviços que Não Auditoria Independente -** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes BKR – Lopes, Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Parcom Participações S.A. – Em liquidação. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024. **Parcom Participações S.A. – Em liquidação**

Demonstração dos Ativos Líquidos
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.817	5.423
Tributos a recuperar	7	119	82
Depósitos judiciais	6	16.388	14.578
		22.324	20.083
Passivo			
Obrigações fiscais		5	8
Contas a pagar		3	-
Provisões tributárias	9	14.866	16.518
		14.874	16.526
Ativos Líquidos	8	7.450	3.557

Demonstração da Mutação dos Ativos Líquidos
Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2023	2022
Gastos no período			
Despesas administrativas	10	(127)	(187)
Despesas tributárias	11	(34)	(30)
Outras receitas			
Reversão de provisões tributárias	9 e 12	1.652	-
Ganhos financeiros			
Receitas financeiras, líquidas	13	2.503	617
Ajustes de Provisões			
Provisões tributárias		-	(583)
Variação dos ativos líquidos antes dos tributos		3.994	(183)
Imposto de renda e contribuição social	12	(101)	(69)
Variação dos ativos líquidos		3.893	(252)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Rendimentos financeiros	2023	2022
Aplicações financeiras	686	609
Recebimentos		
Integralização de capital	-	14.600
Restituição de tributos	26	61
Pagamentos		
Depósitos judiciais	-	(14.578)
Serviços de auditoria e consultoria	(21)	(21)
Serviços jurídicos	(24)	(58)
Armazenagem	(41)	(45)
Publicações societárias	(19)	(21)
Tributos	(197)	(157)
Serviços do sistema financeiro	(16)	(15)
Demais gastos	-	(24)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	394	351
Caixas e Equivalentes a Caixa no Início do Exercício	5.423	5.072
Caixas e Equivalentes a Caixa no Final do Exercício	5.817	5.423
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	394	351

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 - Contexto Operacional: A Parcom Participações S.A. - Em liquidação ("Companhia") com sede na cidade do Rio de Janeiro, tinha como objetivo a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior. A Companhia propôs uma série de ações judiciais contra companhias de telefonia, objetivando o recebimento de indenização pelo descumprimento de Contratos de Participação Financeira em Investimentos do Serviço Telefônico que concediam aos seus titulares o direito ao recebimento de ações de emissão da então Telebrás ou de suas subsidiárias – posteriormente privatizadas. Tais contratos foram firmados originalmente pelos assinantes das linhas telefônicas e seus direitos transferidos à Companhia por instrumento em causa própria. As ações judiciais foram propostas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná em face das companhias de telefonia destes Estados. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberado a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com a proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas, remanescendo na Companhia um saldo de caixa cujo montante foi avaliado pelo Liquidante como sendo suficiente para dar seguimento ao processo de dissolução anteriormente aprovado. Existem pendências jurídicas e administrativas a serem concluídas impedindo a conclusão da liquidação da Companhia, conforme detalhado nas notas explicativas n° 6 e 9 as quais são parte integrante das demonstrações contábeis. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis em Liquidação: 2.1 Base de preparação e Apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade -** As demonstrações contábeis apresentadas em bases de liquidação foram preparadas de acordo com o CPC para Entidades em liquidação e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração em 07 de fevereiro de 2024. **b) Base de mensuração -** Considerando que foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações. **c) Moeda funcional e de apresentação -** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração das demonstrações contábeis em liquidação requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2022. **3 - Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado -** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercício. **b) Instrumentos financeiros - *(i) Ativos financeiros não derivativos*** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa*** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. ***Passivos financeiros não derivativos*** - Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **c) Tributos a recuperar -** São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **d) Depósitos judiciais -** Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais. Estão registrados ao custo histórico e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorram desfecho favorável das questões para a Companhia. **e) Imposto de renda e contribuição social -** São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$240 ano ou R$20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. **f) Demonstração dos Fluxos de Caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	2023	2022
Depósitos bancários	-	1
Aplicações financeiras(a)	5.817	5.422
Total	5.817	5.423

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 2021, a remuneração média foi de 92,41% do CDI (100.89% em 2022). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

Fundo	Nível	Administrador	2022 Quant. de Cotas	2022 Valor	2022 Quant. de Cotas	2022 Valor
Opportunity Top DI FIC FIRF	1	BNY Mellon	945.450,2268	5.803	981.798,915	5.333
Itaú Top DI FIC FI Ref.	1	Banco Itaú	2.185,51733	14	15.321,156	89
				5.817		5.422

5 - Partes Relacionadas a) Remuneração do pessoal-chave da Administração - A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o período de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2023.

6 - Depósitos Judiciais	(i) Glosa de despesas	(ii) Compensação de IRPJ e CSLL	Total
Depósitos efetuados	13.372	1.206	14.578
Atualização	1.660	150	1.810
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.032	1.356	16.388

(i) Depósito refere-se a auto de infração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), do ano calendário de 2006, em razão de glosa de despesa relativas à remuneração de debêntures, conforme nota explicativa 9.a. (ii) Depósito refere-se a auto de infração lavrado para a cobrança de débitos IRPJ e CSLL, em razão de compensação supostamente indevida de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, nos anos calendários de 2008 e 2009.

7 - Tributos a Recuperar	2023	2022
Imposto de renda	114	77
Contribuição social	5	5
Total	119	82

8 - Ativos Líquidos: a) Composição - Os ativos líquidos estão representados por 1.486.470.226 ações, sendo 1.477.952.562 ações ordinárias e 8.517.664 ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01. **b) Destinação do lucro -** O estatuto assegura aos acionistas o pagamento de Dividendo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Não houve distribuição de dividendos devido à prejuízos acumulados. **9 - Provisões Tributárias -** A Companhia é parte em processos judiciais e utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de entrada e de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas possíveis e prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. **Processos provisionados -** Os passivos decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela Administração da Companhia, com análise individual destes processos, tendo como base, a opinião dos seus advogados e consultores jurídicos. Os processos encontram-se na fase administrativa e na opinião de nossos assessores jurídicos as chances de perda são consideradas possíveis e são constituídas provisões para contingências na data base das demonstrações contábeis. a) A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em 8 de outubro de 2010 (Processo nº 11052.000825/2010-15). O auto de infração teve por objeto o IRPJ e a CSLL em razão da indedutibilidade das despesas contabilizadas no ano calendário de 2006, no valor histórico de R$10.454, a título de pagamento da remuneração das debêntures de emissão da Companhia mantidas em circulação entre janeiro de 1995 e abril de 2007. A autoridade administrativa sustentou a sua argumentação alegando, basicamente, que as referidas despesas financeiras não atenderiam aos critérios de necessidade, usualidade e normalidade de que trata o regulamento do imposto de renda, para fins de dedutibilidade de qualquer despesa. Em 27 de agosto de 2014 foi julgada improcedente a impugnação apresentada pela Companhia. Em sequência foi interposto o recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2023 era de R$13.372. A Companhia realizou depósito judicial conforme nota explicativa 6(i). b) A Companhia foi atuada pela secretaria da Receita Federal em 18 de agosto de 2011 (Processo nº 12448.731961/2011-51). O auto de infração lavrado para cobrança de débito de IRPJ e CSLL, em razão de compensação supostamente indevida de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL, nos anos calendários de 2008 e 2009. Em 02 de fevereiro de 2015 foi proferida decisão julgando parcialmente procedente a impugnação, reduzindo uma pequena parte da exigência de IRPJ. Em sequência foi interposto recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2023 era de R$1.206. A Companhia realizou depósito judicial conforme nota explicativa 6(ii). c) A Companhia teve ciência em 22 de dezembro de 2012 da decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal da Homologação parcial e do não reconhecimento do pedido de restituição da declaração de compensação de crédito relativo a saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2003 com débitos próprios. Em 23 de janeiro de 2012 foi apresentado manifestação de conformidade e, em 10 de novembro de 2020 através do acórdão nº 03-83.649 que, por unanimidade dos votos, julgou procedente em parte a manifestação de inconformidade e reconheceu parcialmente o direito creditório pleiteado. Em 07 de dezembro de 2020 foi interposto o recurso voluntário, que aguarda julgamento. Em 2023 houve reconhecimento parcial do direito pleiteado. O valor do crédito tributário cobrado atualizado até dezembro de 2023 era de R$133 (R$1.792 em 2022). d) A Companhia teve ciência em 18 de agosto de 2014 (Processo 12448.906768/2014-22) da decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal da não Homologação do pedido de compensação de crédito relativo a saldo negativo de IRPJ ano calendário de 2009, para quitação dos débitos vincendos de CSLL, COFINS e PIS sob o argumento de inexistência do saldo negativo. Em 17 de setembro de 2014 foi apresentado manifestação de inconformidade. Em 09 de março de 2021 os autos foram remetidos para Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária, que aguarda julgamento. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até dezembro de 2023 R$155 (R$148 em 2022)

10 - Despesas Administrativas	2023	2022
Consultoria e assessoria	-	24
Armazenagem	44	42
Auditoria externa	22	22
Publicações	19	21
Serviços jurídicos	25	62
Outras despesas	17	16
	127	187

11- Despesas Tributárias	2023	2022
Pis e Cofins	32	29
Taxas estaduais	2	1
	34	30

12 - Imposto de Renda e Contribuição Social	2023	2022
Variação dos ativos líquidos antes do IRPJ	3.994	(183)
Adições	-	583
Provisões tributárias	-	583
Exclusões	(3.469)	(8)
Atualização de créditos tributários	(7)	(8)
Atualização de depósitos judiciais	(1.810)	-
Reversão de provisão	(1.652)	
Lucro real antes da compensação do prejuízo fiscal	525	392
Compensação do prejuízo fiscal (30%)	(158)	(117)
Base de Cálculo	367	275
Imposto de renda e contribuição social	101	69

13 - Resultado Financeiro	2023	2022
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicação financeira	686	609
Atualização depósito judicial	1.810	-
Atualização de tributos a recuperar	7	8
	2.503	617

14 - Objetivos e Políticas para Gestão de Risco Financeiro - Considerações gerais e políticas - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração. A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos: ***Risco de mercado*** - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Empresa. Os resultados da Companhia não estão sujeitos a exposição, sensibilidade e variação dos preços de mercado por não está desenvolvendo nenhuma atividade operacional. ***Risco de taxa de juros e taxa de câmbio*** - Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio. ***Risco de crédito*** - As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. ***Risco de liquidez*** - Representa o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. ***Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros*** - O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2023:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	9,00%	6,75%	4,50%
Aplicações financeiras R$5.817 em 31/12/2023	-	524	393	262

15 - Cobertura de Seguros (não auditado): Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

Liquidante - **Norberto Aguiar Tomaz**
Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

Relatório dos Auditores Independentes Sobre às Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Parcom Participações S.A. – Em Liquidação - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Parcom Participações S.A. – Em Liquidação ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos ativos líquidos, da mutação dos ativos líquidos e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parcom Participações S.A. – Em Liquidação em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional - *Demonstrações contábeis em liquidação*** - Conforme descrito na nota explicativa nº1 das demonstrações contábeis em liquidação, os acionistas decidiram de forma antecipada, em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de dezembro de 2012 e 20 de fevereiro de 2013, encerrar as operações da Companhia (em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável). Em 2013, foi realizada a entrega antecipada de parte dos ativos e passivos aos acionistas. A Companhia possui pendências jurídicas e administrativas que estão sendo concluídas e impedem a sua liquidação imediata e, a Administração entende que a dissolução efetiva deve aguardar a conclusão dessas demandas. Assim, a dissolução e liquidação da Companhia irá depender da conclusão de tais processos. Consequentemente, as demonstrações contábeis foram preparadas em base de liquidação e, portanto, a valorização dos ativos e passivos foi efetuada sob esta premissa, e a Companhia modificou a base contábil de continuidade ("*going concern*") para base de liquidação. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado** - **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA -** Conforme descrito na nota explicativa n°4, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R$5.817 mil, que representam, aproximadamente, 26% do total do Ativo da Companhia. Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no regulamento do fundo e registradas ao seu valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria -** Realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas explicativas nº3(b) e nº4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as contas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Depósitos Judiciais** - **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA -** Conforme descrito na nota explicativa nº6, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui depósitos Judiciais no montante de R$16.338 mil, que representam, aproximadamente, 73% do total do Ativo da Companhia. Esses Depósitos são referentes aos Processos Judiciais descritos na nota explicativa nº9. Os depósitos Judiciais são atualizados pela Selic, a variação é registrada na companhia como receita financeira. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria -** Verificamos as guias de depósitos Judiciais com os referidos processos decorrentes do depósito, verificamos por meio do extrato bancário os pagamentos dos depósitos, realizamos o recálculo da atualização do depósito utilizando a taxa Selic e verificamos se a atualização estava de acordo com o registrado em receita financeira. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas explicativas nº6 e nº9. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento e mensuração no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - *CPC LIQUIDAÇÃO – Entidades em liquidação*** - Em atendimento ao CPC Liquidação – Entidades em liquidação, aprovado em 05 de março de 2021, a companhia está apresentando as demonstrações contábeis elaboradas com bases distintas de reconhecimento e mensuração, aplicáveis exclusivamente para entidades em liquidação. ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*** - As demonstrações contábeis da Parcom S.A. – Em Liquidação, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório datado de 28 de março de 2023, foi emitido, sem opinião modificada. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024.
BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5
Independent Member of - BKR International

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0

Marcio Alves Gonçalves Marçal
Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8

ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.

CNPJ: 02.013.199/0001-18

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**98.761**	161.428
Contas a receber de clientes	7	**47.836**	40.759
Estoques		**938**	755
Despesas antecipadas		**494**	236
Créditos com partes relacionadas	19	**172**	752
Tributos a recuperar		**36**	369
Outros ativos		**197**	441
		148.434	204.740
Não circulante			
Tributos diferidos	16	**-**	210
Depósitos judiciais		**9.362**	8.452
Operações com derivativos		**115**	133
Ativo de direito de uso	8	**562**	446
Imobilizado	9	**1.412**	1.126
Ativo de contrato	10	**82.163**	153.946
Intangível	11	**211.108**	93.536
		304.722	257.849
Total do ativo		**453.156**	462.589
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	**3.666**	3.639
Empréstimos e financiamentos	13	**15.050**	35.994
Passivos de arrendamento	13	**340**	432
Debêntures	14	**14.287**	7.254
Obrigações tributárias	15	**3.320**	2.267
Obrigações trabalhistas		**3.588**	3.081
Obrigações com acionistas	19	**14.058**	18.233
Ônus da concessão		**90**	78
ICMS a devolver a clientes	17	**3.039**	3.039
Débitos com partes relacionadas	19	**1.122**	1.136
Outras obrigações	20	**2.323**	1.788
		60.883	76.941
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**-**	15.003
Passivos de arrendamento	13	**301**	168
Debêntures	14	**282.179**	278.912
Tributos diferidos	16	**4.839**	-
Provisões para contingências	18	**2.360**	2.425
		289.679	296.508
Patrimônio líquido	21		
Capital social		**44.700**	44.700
Reservas de lucros		**43.894**	44.440
Dividendos adicionais propostos		**14.000**	-
		102.594	89.140
Total do passivo e patrimônio líquido		**453.156**	462.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	22	**256.539**	240.849
Custo dos serviços prestados	23	**(127.718)**	(130.511)
Lucro bruto		**128.821**	110.338
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	**(51.411)**	(47.485)
Outras receitas operacionais		**995**	269
		(50.416)	(47.216)
Resultado operacional antes do resultado		**78.405**	63.122
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	**20.229**	12.243
Despesas financeiras	25	**(27.542)**	(26.400)
		(7.313)	(14.157)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**71.092**	48.965
Imposto de renda e contribuição social-corrente	16b	**(16.601)**	(14.295)
Imposto de renda e contribuição social-diferido	16b	**(5.049)**	(1.256)
Lucro líquido do exercício		**49.442**	33.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**49.442**	33.414
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total do resultado abrangente do exercício	**49.442**	33.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**71.092**	48.965
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	**11.464**	8.192
Juros de empréstimos e arrendamento e amortização de custos de transação sobre empréstimos	**3.729**	2.377
Juros sobre debêntures e amortização de custos de transação sobre debêntures	**20.165**	19.685
Ganho com operações de *swap*	**(43)**	(6)
Variações monetárias	**42**	56
Atualização monetária das contingências	**73**	160
Provisão para perdas de créditos das contas a receber	**5.291**	8.809
Reversões de contingências	**(138)**	(82)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	**(30)**	5
Perda com derivativos	**18**	36
Outros receitas	**-**	(56)
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	**(12.368)**	(18.768)
Estoques	**(183)**	6.037
Depósitos judiciais	**(910)**	(1.357)
Tributos a recuperar	**(3.422)**	(1.453)
Despesas antecipadas	**(258)**	343
Outros ativos	**244**	(358)
Partes relacionadas, líquida	**566**	(280)
Fornecedores	**27**	(3.458)
Ônus da concessão	**12**	16
Obrigações tributárias	**(707)**	295
Obrigações trabalhistas	**507**	974
ICMS a devolver a clientes	**-**	(3)
Outras obrigações	**529**	1
	95.700	70.130
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(11.932)**	(13.329)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(4.720)**	(7.051)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	**(55)**	(59)
Pagamento de juros sobre debêntures	**(17.846)**	(7.348)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**61.147**	42.343
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	**(646)**	(349)
Adições ao ativo de contrato e intangível	**(44.010)**	(66.445)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	**40**	6
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(44.616)**	(66.788)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	**(39.302)**	(4.947)
Captações de debêntures	**-**	149.586
Pagamento dos arrendamentos	**(446)**	(422)
Pagamento de debêntures	**(4.534)**	(2.072)
Pagamentos dos empréstimos e financiamentos	**(34.944)**	(15.006)
Derivativos recebidos (pagos), líquidos	**28**	(3)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**(79.198)**	127.136
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa	**(62.667)**	102.691
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**161.428**	58.737
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**98.761**	161.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de Investimentos	Retenção de lucros	Distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	44.700	6.699	1.057	19.417	-	-	71.873
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.414	33.414
Dividendos distribuídos	-	-	-	(6.500)	-	-	(6.500)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(2.100)	-	-	(2.100)
Baixa de dividendos prescritos	-	-	-	389	-	-	389
Proposta de destinação do resultado do exercício:							
Reserva legal	-	1.671	-	-	-	(1.671)	-
Reserva de investimentos	-	-	1.190	-	-	(1.190)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(7.936)	(7.936)
Retenção de lucros	-	-	-	22.617	-	(22.617)	-
Saldos 31 de dezembro de 2022	44.700	8.370	2.247	33.823	-	-	89.140
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**49.442**	**49.442**
Dividendos distribuídos	**-**	**-**	**-**	**(18.094)**	**-**	**-**	**(18.094)**
Juros sobre capital próprio	**-**	**-**	**-**	**(5.735)**	**-**	**-**	**(5.735)**
Baixa de dividendos prescritos	**-**	**-**	**-**	**59**	**-**	**-**	**59**
Proposta de destinação do resultado do exercício:							
Reserva legal	**-**	**570**	**-**	**-**	**-**	**(570)**	**-**
Reserva para investimentos	**-**	**-**	**1.133**	**-**	**-**	**(1.133)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(12.218)**	**(12.218)**
Dividendos adicionais propostos	**-**	**-**	**-**	**-**	**14.000**	**(14.000)**	**-**
Retenção de lucros	**-**	**-**	**-**	**21.521**	**-**	**(21.521)**	**-**
Saldos 31 de dezembro de 2023	**44.700**	**8.940**	**3.380**	**31.574**	**14.000**	**-**	**102.594**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rodovia Amaral Peixoto, s/n, km 91, Bananeiras, no Município de Araruama-RJ, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá), Silva Jardim, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro-AGENERSA e a Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., através do Contrato de Concessão nº 03/96 de 01 de Dezembro de 1997, com prazo de 25 anos, prorrogáveis, a partir da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 15 de janeiro de 1998. Em 30 de junho de 2010 e em 13 de agosto de 2015 houve deliberações da Agência Reguladora para prorrogação de mais 180 e 120 meses, respectivamente, que fez com que o término do contrato passasse para janeiro de 2048. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão prevê pagamento de taxa mensal à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro-AGENERSA, por meio de percentual sobre o faturamento líquido oriundo do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 25 de março de 2024, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros-custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros-valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros-mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros-mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros-reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros-mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. • Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50-Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Concessionária. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Concessionária, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Concessionária. Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária, pois a Concessionária não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um *sale and leaseback* (transação de venda e retroarrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Concessionária não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Concessionária está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção

ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.

CNPJ: 02.013.199/0001-18

de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis:* \Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. *b) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *c) Provisão para perdas de crédito das contas a receber:* A Concessionária registra as perdas de crédito das contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. *d) Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor Justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**98.678**	**98.678**	161.357	161.357
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	**47.836**	**47.836**	40.759	40.759
Crédito com partes relacionadas	Custo amortizado	-	**172**	**172**	752	752
Operações com derivativos	Custo amortizado	**Nível 2**	**115**	**115**	133	133
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	**3.666**	**3.666**	3.639	3.639
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	**15.050**	**15.050**	50.997	50.997
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	**641**	**641**	600	600
Debêntures	Custo amortizado	-	**296.466**	**296.466**	286.166	286.166
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	**90**	**90**	78	78
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	**1.122**	**1.122**	1.136	1.136

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos, financiamentos e debêntures em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA").O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Focus, do Banco Central do Brasil e Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	**CDI**	**98.678**	**107.450**	**109.641**	**111.842**
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	**CDI**	**(15.087)**	**(16.428)**	**(16.763)**	**(17.100)**
Debêntures	**IPCA**	**(306.890)**	**(318.767)**	**(321.743)**	**(324.720)**
Passivo líquido		**(223.299)**	**(227.745)**	**(228.865)**	**(229.978)**
Efeito líquido			**(4.446)**	**(5.566)**	**(6.679)**
CDI (a.a.)			8,89%		
IPCA (a.a.)			3.87%		

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	**3.666**	**3.666**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**15.090**	**15.090**	**-**	**-**
Debêntures	**306.890**	**14.972**	**17.312**	**274.606**
Passivos de arrendamento	**641**	**340**	**183**	**118**
Ônus da concessão	**90**	**90**	**-**	**-**
Débitos com partes relacionadas	**1.122**	**1.122**	**-**	**-**
	327.499	**35.280**	**17.495**	**274.724**

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	3.639	3.639	-	-
Empréstimos e financiamentos	50.996	36.048	15.043	-
Debêntures	286.166	11.336	51.404	234.535
Passivos de arrendamento	600	432	168	-
Ônus da concessão	78	78	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.136	1.136	-	-
	342.615	52.669	66.615	234.535

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e debêntures, subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 podem ser assim sumariados:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	**15.050**	50.997
Passivos de arrendamento (Nota 13)	**641**	600
Debêntures (Nota 14)	**296.466**	286.166
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(98.761)**	(161.428)
(-) Operações com derivativos	**(115)**	(133)
Dívida líquida (a)	**213.281**	176.202
Total do patrimônio líquido (b)	**102.594**	89.140
Total do capital (a+b)	**315.875**	265.342
Índice de alavancagem financeira-% [a/(a+b)]	**67,52%**	66,41%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	**83**	71
Aplicações financeiras	**98.678**	161.357
	98.761	161.428

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes (a)	**45.043**	41.859
Clientes-parcelamento (b)	**10.346**	9.485
Pontos arrecadadores (c)	**669**	487
Provisão para perdas de créditos das contas a receber	**(8.222)**	(11.072)
	47.836	40.759

a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Faturado	**13.165**	11.319
Não faturado	**8.705**	7.464
Vencidas		
Até 30 dias	**9.962**	8.690
De 31 a 60 dias	**3.133**	2.820
De 61 a 90 dias	**1.698**	2.067
De 91 a 180 dias	**3.773**	4.878
Mais de 180 dias	**15.622**	14.593
	56.058	51.831

8. Ativo de direito de uso

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido
Imóveis	**1.479**	**(917)**	**562**	1.541	(1.095)	446
	1.479	**(917)**	**562**	1.541	(1.095)	446

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	446	**527**	**(33)**	**(378)**	**562**
	446	**527**	**(33)**	**(378)**	**562**

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	769	92	(415)	446
	769	92	(415)	446

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Depreciação acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	**2.461**	**(1.652)**	**809**	477
Veículos	20%	**619**	**(463)**	**156**	226
Máquinas e equipamentos	10%	**99**	**(41)**	**58**	35
Móveis e utensílios	10%	**986**	**(604)**	**382**	380
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	**12**	**(5)**	**7**	8
		4.177	**(2.765)**	**1.412**	1.126

Movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	477	**514**	**(209)**	**-**	**27**	**809**
Veículos	226	**-**	**(60)**	**(10)**	**-**	**156**
Máquinas e equipamentos	35	**62**	**(7)**	**-**	**(32)**	**58**
Móveis e utensílios	380	**65**	**(73)**	**-**	**10**	**382**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	**-**	**(1)**	**-**	**-**	**7**
	1.126	**641**	**(350)**	**(10)**	**5**	**1.412**

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	344	270	(137)	477
Veículos	331	-	(105)	226
Máquinas e equipamentos	40	-	(5)	35
Móveis e utensílios	372	79	(71)	380
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	-	(1)	8
	1.096	349	(319)	1.126

10. Ativo de contrato

	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura em construção	**82.163**	153.946
	82.163	153.946

Movimentação do ativo de contrato:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	153.946	**53.530**	**(125.308)**	**(5)**	**82.163**
	153.946	**53.530**	**(125.308)**	**(5)**	**82.163**

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	94.691	65.516	(6.261)	153.946
	94.691	65.516	(6.261)	153.946

As transferências ocorridas no exercício de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R$ 12.515 em 31 de dezembro de 2023, a uma taxa média ponderada de 11,79%a.a. (R$ 5.140 e 13,15%a.a. em 31 de dezembro de 2022).

11. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	335	**(278)**	**57**	29
Desenvolvimento de projetos	20%	133	**(24)**	**109**	109
Concessão/Infraestrutura		**266.833**	**(55.891)**	**210.942**	93.398
		267.301	**(56.193)**	**211.108**	93.536

Os valores reconhecidos na linha concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2023 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Captação	**2.352**	**(315)**	**2.037**	1.973
Adutora	**4.153**	**(1.322)**	**2.831**	2.887
Estação de Tratamento de Água-ETA	**8.274**	**(3.625)**	**4.649**	4.269
Reservatório	**4.819**	**(1.732)**	**3.087**	3.291
Booster	**797**	**(49)**	**748**	92
Elevatória-água	**3**	**-**	**3**	-
Substituição/Expansão de rede de água	**122.484**	**(11.505)**	**110.979**	21.682
Ligação de água	**1.901**	**(288)**	**1.613**	1.696
Substituição/Expansão de rede de esgoto	**42.028**	**(12.741)**	**29.287**	29.937
Elevatória-esgoto	**2.234**	**(158)**	**2.076**	911
Estação de Tratamento de Esgoto-ETE	**42.827**	**(11.593)**	**31.234**	9.158
Emissário	**195**	**(36)**	**159**	167
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**7.013**	**(1.677)**	**5.336**	4.005
Máquinas e equipamentos	**27.753**	**(10.850)**	**16.903**	13.330
	266.833	**(55.891)**	**210.942**	93.398

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	29	**-**	**(11)**	**39**	**57**
Desenvolvimento de projetos	109	**-**	**-**	**-**	**109**
Concessão/Infraestrutura	93.398	**3.000**	**(10.725)**	**125.269**	**210.942**
	93.536	**3.000**	**(10.736)**	**125.308**	**211.108**

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	13	28	(12)	-	-	29
Desenvolvimento de projetos	109	-	-	-	-	109
Concessão/Infraestrutura	88.552	6.042	(7.446)	(11)	6.261	93.398
	88.674	6.070	(7.458)	(11)	6.261	93.536

As transferências ocorridas no exercício de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **12. Fornecedores:** Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria	**1.374**	1.684
Serviços	**349**	533
Infraestrutura	**1.765**	1.335
Outros	**178**	87
	3.666	3.639

13. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos				
FINAME PSI (a)		entre 2,5% e 6% a.a.	**3**	61
CCB (b)	CDI	0,65% a.a.	**1.535**	3.018
Capital de giro (c)	CDI	1,1% e 1,65% a.a.	**13.552**	48.012
(-) Custos de transação			**(40)**	(94)
Total de empréstimos e financiamentos			**15.050**	50.997
Circulante			**15.050**	35.994
Não circulante			**-**	15.003
Passivos de arrendamento				
Arrendamentos (Nota 8)		entre 7,5% e 13,99% a.a.	**641**	600
Circulante			**340**	432
Não circulante			**301**	168
Endividamento total			**15.691**	51.597
Endividamento total-Circulante			**15.390**	36.426
Endividamento total-Não circulante			**301**	15.171

(a) FINAME PSI: A linha de crédito FINAME PSI é composta pelo contrato obtido no exercício de 2014 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES com R$ 125 de valor contratado. O contrato FINAME PSI foi celebrado com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, durante o prazo de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final em 2024. Esta operação tem como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e é amparada por alienação fiduciária dos bens e notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) CCB: O contrato de Cédula de Crédito Bancário (CCB) foi obtido no exercício de 2014 no valor total de R$12.000, celebrado com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros mensais, e vencimento final para 2024. Os custos de transação incorridos na emissão da CCB foram capitalizados, contabilizados como redução dos recursos captados, e serão amortizados até o prazo de vencimento. Esta operação tem como objetivo investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a saneamento básico e possui como garantia aval coobrigado de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (c) Capital de giro: Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no total de R$40.100. Este contrato foi celebrado com prazo de carência 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. *Covenants:* Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**50.997**	65.550
Juros e encargos financeiros	**3.621**	7.393
Variações monetárias	**42**	56
Amortização de principal	**(34.944)**	(15.006)
Amortização de juros	**(4.720)**	(7.051)
Amortização dos custos de transação	**54**	55
Saldo final	**15.050**	50.997

Passivos de arrendamento	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**600**	919
Adições	**494**	92
Remensurações	**(6)**	-
Juros e encargos financeiros	**54**	70
Amortização de principal	**(446)**	(422)
Amortização de juros	**(55)**	(59)
Saldo final	**641**	600

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Passivos de arrendamento 31/12/2023	Passivos de arrendamento 31/12/2022
2024	**-**	168
2025	**183**	-
2026	**118**	-
	301	168

14. Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	IPCA	5,40% e 6,85% a.a.		
Não conversíveis em ações			**302.926**	293,711
Juros e participações			**3.964**	3.564
Custos de transação a apropriar			**(10.424)**	(11.109)
Total de debêntures			**296.466**	286.166
Circulante			**14.287**	7.254
Não circulante			**282.179**	278.912

A movimentação das debêntures é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**286.166**	126.315
Captações	**-**	155.090
Juros e encargos financeiros	**31.995**	19.275
Amortização de principal	**(4.534)**	(2.072)
Amortização de juros	**(17.846)**	(7.348)
Custo de transação	**-**	(5.504)
Apropriação de custo de transação	**685**	410
Saldo final	**296.466**	286.166

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2023 Dívida	31/12/2023 Custos de transação	31/12/2023 Total líquido	31/12/2022 Dívida	31/12/2022 Custos de transação	31/12/2022 Total líquido
2024	**-**	**-**	**-**	10.458	(685)	9.773
2025	**17.312**	**(685)**	**16.627**	16.539	(685)	15.854
2026	**17.605**	**(685)**	**16.920**	16.819	(685)	16.134
Após 2026	**257.001**	**(8.369)**	**248.632**	245.520	(8.369)	237.151
	291.918	**(9.739)**	**282.179**	289.336	(10.424)	278.912

Em 15 de novembro de 2020, conforme Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 1ª emissão pública de 117.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal de R$1, perfazendo o total de R$117.400, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas. As debêntures têm prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com amortização do valor nominal unitário em trinta e sete parcelas semestrais, sendo a primeira em 15 de novembro de 2022, e com vencimento final previsto para o dia 15 de novembro de 2040. As debêntures têm atualização monetária mensal do seu valor nominal unitário pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a primeira data de integralização até a data do seu efetivo pagamento, e farão jus a uma remuneração prefixada, correspondente a um percentual de 5,40% a.a., base 252 dias úteis. Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas aos sistemas de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. *Covenants:* As debêntures possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. **15. Obrigações tributárias:** Os impostos e contribuições estão assim:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS/CSLL retidos	**61**	62
ISS	**66**	136
IRRF	**403**	487
PIS	**299**	242
COFINS	**1.391**	1.139
IRPJ	**631**	-
CSLL	**469**	201
	3.320	2.267

16. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	Resultado	31/12/2023
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	1.919	**(1.094)**	**825**
Provisão para contingências	824	**(22)**	**802**
Provisão participação nos lucros	225	**108**	**333**
Provisão salários e encargos em acordo coletivo	-	**84**	**84**
Ganhos (perdas) com derivativos	(45)	**6**	**(39)**
Arrendamentos	52	**(24)**	**28**
Outros	23	**57**	**80**
Ativo fiscal diferido	2.998	**(885)**	**2.113**
Juros capitalizados	(2.703)	**(4.170)**	**(6.873)**
Ajustes do regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014 (i)	(85)	**6**	**(79)**
Passivo fiscal diferido	(2.788)	**(4.164)**	**(6.952)**
Tributos diferidos, líquidos	210	**(5.049)**	**(4.839)**

b) Conciliação da taxa efetiva:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**71.092**	48.965
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social-alíquotas vigentes	**(24.171)**	(16.648)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes (despesas indedutíveis)	**1.690**	395
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	**24**	24
Incentivo cultural-(Lei nº 8313/91-art. 18)	**276**	265
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	**17**	16
Programa de alimentação do trabalhador (9.580/2018)	**307**	265
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06-art.3)	**138**	66
Fundo da infância e da adolescência (Decreto nº 9.580/2018)	**69**	66
Total de despesas de imposto de renda e da contribuição social	**(21.650)**	(15.551)
Alíquota efetiva	**30,45%**	31,76%

17. ICMS a devolver a clientes; A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. iniciou uma disputa judicial com o Governo do Estado do Rio de Janeiro contra a cobrança de ICMS nas contas de fornecimento de água, obtendo, em 2010, decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas contas de fornecimento de água. A Concessionária firmou um Termo de Operacionalização junto ao Ministério Público e os Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim objetivando dar transparência e regras claras à forma de devolução de créditos em favor de seus clientes. O valor atualizado do ICMS a devolver a clientes é de R$ 3.039 em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. **18. Provisões para contingências:** As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões estão assim demonstradas:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	**56**	-
Cíveis	**2.304**	2.425
	2.360	2.425

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	**53**	102
Cíveis	**46.044**	42.426
	46.097	42.528

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) consumo (ii) falta de abastecimento; (iii) multiplicação de economias; (iv) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo, etc.); (vi) serviços comerciais; (vii) responsabilidade civil; e (viii) cobrança. *Processo 0008034-46.2013.8.19.0052:* Foi ajuizada ação civil pública pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face de Águas de Juturnaíba S.A., dentre outros, acerca do fornecimento do serviço, tratamento de esgoto, cobrança da tarifa de esgoto e soluções para a problemática ambiental da Lagoa de Araruama, cujo valor atualizado é de R$ 3.914. Foi proferido acórdão condenando a Concessionária a discriminar os valores pertinentes aos serviços de água e esgoto separadamente nos boletos das tarifas mensais aos usuários de imóveis não conectados ao sistema de esgotamento sanitário e a se abster de cobrar qualquer valor a título de serviço de esgoto aos usuários de imóveis não conectados ao sistema de esgotamento sanitário vigente, por ausência de disponibilização do serviço. Processo 0000163-22.2005.8.19.0059: Trata-se de processo de responsabilidade civil onde a autora alega que teve seu terreno alagado em virtude de problemas ocorridos na Represa de Juturnaíba, a sentença de improcedência em face de Concessionária teve recente trânsito em julgado e o processo está em fase de execução apenas em face da Prolagos. O valor atualizado do processo é de R$ 2.014. Processo 0002204-85.2002.8.19.0052: Trata-se de ação onde os valores cobrados por determinada fatura são questionados pelos autores. Inicialmente, foram requeridos 1.000 salários mínimos de danos morais, sendo o valor atualizado de R$ 2.463. O processo está em execução para apuração final de valores assim que houver decisão nesse sentido será atualizado

ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.

CNPJ: 02.013.199/0001-18

na contingência. Processo 0801146-13.2022.8.19.0052: Trata-se de ação de consumo onde o cliente questiona a cobrança indevida de valores em suas faturas. O processo, cujo valor atualizado é de R$ 1.224, encontra-se em fase inicial, aguardando a perícia para apuração dos valores a serem cobrados corretamente. **19. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 1.351 (R$ 1.162 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações	987	849
Encargos sociais	285	237
Plano de saúde	34	26
Plano de previdência privada	33	38
Outros	12	12
	1.351	1.162

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas:	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Águas do Paraíba S.A.	8	137
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	140	615
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	24	-
	172	752
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	39	50
ERG Participações Ltda.	259	338
Credicom-Comercial Informática e Serviços Ltda.	151	197
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	26	34
Erco Engenharia S.A.	482	541
Synval Filgueiras de Moraes Junior	204	267
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	273	355
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	204	267
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	11.061	14.399
	12.699	16.448
Juros sobre capital próprio a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	4	5
ERG Participações Ltda.	29	38
Credicom-Comercial Informática e Serviços Ltda.	17	22
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3	4
Synval Filgueiras de Moraes Junior	23	30
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	30	40
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	23	30
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.230	1.616
	1.359	1.785
Débitos com partes relacionadas (a)		
Águas de Niterói S.A.	43	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	1.079	1.136
	1.122	1.136
Total do passivo circulante	15.180	19.369
Resultado com partes relacionadas		
Despesas		
Contrato de gestão-*Management Fee* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(9.653)	(8.293)

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **20. Outras obrigações:** O saldo da conta de outros exigíveis tem a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais	1	1
Retenção contratual	1.788	1.390
Adiantamento de clientes	246	246
Outros	288	151
	2.323	1.788

21. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social realizado é de R$ 44.700 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, representado por 5.699.850 (cinco mil, seiscentas e noventa e nove e oitocentos e cinquenta) ações nominativas, sem valor nominal. Dentre essas ações, 1.899.950 (um mil, oitocentos e noventa e nove e novecentos e cinquenta) são ordinárias ("ON") e 3.799.900 (três mil, setecentos e noventa e nove e novecentas) são preferenciais ("PN"), conforme apresentado abaixo:

Acionistas	ON	PN	Total	%
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.775.869	3.384.340	5.160.209	90,5324%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	31.811	63.622	95.433	1,6743%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	42.415	84.828	127.243	2,2324%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	31.811	63.622	95.433	1,6743%
Credicom-Comercial Informática e Serviços Ltda.	5.742	64.751	70.493	1,2368%
ERG Participações Ltda.	9.846	111.036	120.882	2,1208%
Acionistas minoritários	2.456	27.701	30.157	0.5291%
	1.899.950	3.799.900	5.699.850	100%

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, foram propostos dividendos adicionais no total de R$ 14.000 referentes ao lucro gerado no exercício. Além disso, ao longo do mesmo ano fiscal, foram distribuídos dividendos extraordinários no total de R$ 18.094 e destinados juros sobre o capital próprio no valor total de R$ 5.735, sendo R$ 860 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R$ 4.875 para distribuição aos acionistas. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	49.442	33.414
Constituição da reserva legal-5% (i)	(570)	(1.671)
Base de cálculo dos dividendos	48.872	31.743
Dividendos mínimos obrigatórios-25%	12.218	7.936

(i) A reserva legal foi constituída em valor inferior a 5% conforme previsão legal, pelo fato de ter atingido o limite de 20% do capital social. e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

22. Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	219.817	195.407
Receita de construção	59.529	65.140
Cancelamentos	(1.826)	(1.280)
	277.520	259.267
Deduções da receita bruta		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(20.082)	(17.910)
Descontos concedidos	(899)	(508)
	256.539	240.849

23. Custos dos serviços prestados	31/12/2023	31/12/2022
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(928)	(865)
Ônus da concessão	(953)	(822)
Energia elétrica	(18.513)	(20.019)
Custo de construção	(59.529)	(65.140)
Materiais aplicados nos serviços	(7.716)	(6.336)
Salários e benefícios a empregados	(17.944)	(16.885)
Utilização de imóveis e telefonia	(26)	(4)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(3.980)	(4.029)
Serviços de terceiros	(7.462)	(8.890)
Depreciações e amortizações	(10.085)	(7.139)
Outros custos	(582)	(382)
	(127.718)	(130.511)

24. Despesas gerais e administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Salários e benefícios a empregados	(19.188)	(14.513)
Utilização de imóveis e telefonia	(768)	(738)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.609)	(1.204)
Serviços de terceiros	(17.823)	(16.544)
Despesas com contencioso	(1.044)	(679)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(210)	(135)
Depreciações e amortizações	(441)	(434)
Provisão perdas de crédito das contas a receber	(5.291)	(8.809)
Reversões de contingências	138	82
Outras despesas	(5.175)	(4.511)
	(51.411)	(47.485)

25. Resultado financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	16.776	9.065
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(983)	(593)
Juros e multas vinculadas à operação	4.051	3.620
Variação monetária sobre outros ativos	39	-
Ganhos com operações de *swap*	98	66
Ganhos com derivativos	82	84
Outras receitas financeiras	166	1
	20.229	12.243
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(23.101)	(21.529)
Juros sobre arrendamentos	(54)	(70)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(42)	(56)
Atualização monetária das contingências	(73)	(160)
Tributos sobre operações financeiras	(16)	(17)
Descontos concedidos	(3.188)	(3.729)
Perdas com operações de *swap*	(55)	(60)
Perdas com derivativos	(100)	(120)
Outras despesas financeiras	(913)	(659)
	(27.542)	(26.400)
Resultado financeiro	(7.313)	(14.157)

26. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Descrição seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores-D&O	27/10/2023 a 27/10/2024	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2024 a 17/01/2025	13.000
Riscos operacionais	17/01/2024 a 17/01/2025	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil	31/12/2023 a 31/12/2024	91.101
Riscos ambientais	22/12/2023 a 22/12/2024	5.000
Garantia de Concessão	01/12/2023 a 01/12/2024	180.526
Seguro de veículos	17/10/2023 a 17/10/2024	200

27. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Adições e remensurações direito de uso	494	92
Juros capitalizados	12.515	5.140
Baixa de saldo de mútuo	-	56
IRRF sobre swap	15	10
	13.024	5.186

Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor; Rodrigo Assad Macool - Diretor
Gabriela Ferreira Nunes Alves
Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 - CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Acionistas da **Concessionária Águas de Juturnaiba S.A.** Araruama-RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25 de março de 2024.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

PACHECO

Senado vai votar PEC das drogas depois da Páscoa

JULIA CAMIM/AE

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou terça-feira, que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que criminaliza a posse e o porte de drogas será votada em plenário após o feriado de Páscoa. O texto, de autoria do senador, é analisado diante da discussão sobre o tema no Supremo Tribunal Federal (STF). Até o momento, cinco ministros da Corte votaram a favor da descriminalização do porte de maconha para uso pessoal e três votaram contra.

A votação da PEC é uma reação dos parlamentares ao julgamento do STF. O texto pretende criminalizar o porte e a posse de qualquer quantidade de drogas, inclusive da maconha. Após as cinco sessões de discussão, a proposta pode ser analisada pelo plenário da Casa. Dentro desse prazo, Pacheco acredita "que após o feriado da Semana Santa, nós (senadores) já tenhamos condição de apreciar, em primeiro turno, a PEC".

O texto diz que "não há tráfico de drogas se não há interessado em adquiri-las". O relator da proposta, senador Efraim Filho (União-PB), acrescentou à PEC a garantia de respeito à distinção entre usuário e traficante, estabelecendo penas alternativas à prisão e oferta de tratamento para usuários e dependentes químicos.

Em discurso, o senador disse que a decisão sobre o tema deve ser do Congresso, que tem "a competência para legislar". Efraim ainda afirmou que "por diversas oportunidades nos últimos anos, o Parlamento votou a favor de manter a atual legislação", que considera o porte de drogas para uso pessoal um crime, mas aplica penas de prestação de serviços à comunidade e cumprimento de medidas socioeducativas, sem restrição de liberdade.

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) discordou da proposta. Delegado de polícia por 27 anos, disse que os demais parlamentares foram levados pelo "discurso fácil" de combate ao tráfico de drogas. Contarato ressaltou que tanto os dependentes químicos quanto suas famílias sofreriam ainda mais com a nova lei.

Depois de ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a PEC começou a ser debatida em plenário no dia 19 de março. Ontem, a sessão plenária foi cancelada, o que adia o debate. O texto precisa ser votado em dois turnos e, se aprovado, segue para a Câmara.

MÁFIA

Cemitérios de SP cobram taxas para exumar e reenterrar corpos

O Ministério Público de São Paulo está investigando denúncias de cobrança de taxas por cemitérios concedidos à iniciativa privada para exumar e enterrar novamente corpos. Os valores cobrados das famílias podem chegar a R$ 800. A exumação de corpos é feita em cemitérios públicos e particulares três anos após o falecimento, para desocupar o espaço para novos sepultamentos. Mas, de acordo com o Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo, quase todos os corpos de vítimas da Covid-19 têm aparecido preservados na exumação, por terem sido enterrados em sacos plásticos. Nesses casos, as famílias precisam enterrá-los novamente e ainda pagar o aluguel do terreno por mais três anos.

"Daqui a três anos é o mesmo procedimento, vai fazer a exumação. Se o corpo não se desintegrou, novamente, vai ter que pagar essa taxa. É uma bola de neve, as pessoas estão pagando valores que não deveriam pagar", diz o secretário do Sindicato, João Batista Gomes. A jornalista Ludmila Alves Silva conta que pagou R$ 523 para reenterrar o corpo da mãe, que morreu de Covid-19 em 2020. O serviço só é gratuito para pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do governo federal e doadores de órgãos. "Nem sempre é possível você ter esse valor disponível, de surpresa. Então, tem a questão financeira, mas tem também um grande trauma", diz.

Em nota, as empresas responsáveis pelos cemitérios informaram que os valores dos serviços foram tabelados pela Prefeitura e que cumprem o decreto estadual.

"Se a gente recebe a reclamação, tentamos verificar com o concessionário e a partir daí analisamos se ele tem que ser penalizado e que tipo de penalidade", explica o gerente de Serviços Funerários da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP Regula), José Garcia.

IBGE

Brasileiros postergam casamentos, e duração das uniões diminui

ROBERTA JANSEN/AE

Os brasileiros estão se casando cada vez menos e se divorciando cada vez mais. Os cônjuges estão demorando mais para casar e o tempo de duração das uniões também vem diminuindo ao longo dos anos. Embora a pandemia de Covid-19 tenha alterado pontualmente as estatísticas, essa é tendência foi confirmada pelos novos números da pesquisa Estatísticas do Registro Civil 2022, divulgadas na manhã de ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desde 2015, o número total de registros de casamento vem apresentando tendência de queda. Entre 2019 e 2020 houve um decréscimo ainda mais expressivo por conta da pandemia e das consequentes orientações sanitárias de distanciamento social para conter a disseminação do coronavírus. As precauções adotadas inviabilizaram a realização de cerimônias, fazendo com que muitos casais adiassem a decisão da união, segundo os pesquisadores do IBGE.

Entre 2020 e 2021, o número de casamentos aumentou, dando indícios de que as cerimônias matrimoniais voltaram a acontecer em razão das campanhas de vacinação em massa e da flexibilização das medidas para contenção da Covid-19.

Mesmo assim, o número de registros de casamentos não superou a média dos cinco anos anteriores à pandemia (2015 a 2019). De 2021 a 2022, o número de casamentos também cresceu, mas ainda continuou abaixo dessa média (1.076.280). Em 2022 foram registrados 970.041 casamentos - dos quais 11.022 entre pessoas do mesmo sexo.

As idades dos cônjuges nos casamentos entre pessoas de sexos distintos, independente do estado civil prévio, aumentaram ao longo dos últimos anos, tanto para homens quanto para mulheres. Em 2000, 6,3% das mulheres que se casaram tinham 40 anos ou mais de idade. Em 2022, 24,1% dos registros de casamentos civis entre pessoas de sexos diferentes ocorreram com mulheres nessa mesma faixa etária.

Esse fenômeno também foi observado entre os homens. Houve um aumento de aproximadamente 20 pontos porcentuais na participação de registros de casamentos em que os homens apresentavam idades mais avançadas (40 anos ou mais), comparando os anos de 2000 (10,2%) e 2022 (30,4%).

De acordo com os pesquisadores do IBGE, a ampliação da idade ao se casar pode estar relacionada ao adiamento da decisão pelo casamento civil e ao aumento do número de recasamentos. Comparando as últimas décadas, a participação de registros de casamentos em que pelo menos um dos cônjuges era divorciado ou viúvo variou de 12,8%, em 2002, para 1,4%, em 2012 e, em 2022, alcançou 30,4% de todos os registros de casamentos civis entre pessoas de sexos diferentes do País.

ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**19.298**	22.574
Contas a receber de clientes	7	**25.885**	21.475
Estoques		**965**	748
Despesas antecipadas		**363**	98
Créditos com partes relacionadas	21	**119**	450
Tributos a recuperar	8	**2**	523
Outros ativos		**169**	114
		46.801	45.982
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	9	**1.773**	1.788
Depósitos judiciais		**39**	40
Operações com derivativos		**106**	122
Ativo de direito de uso	10	**603**	1.278
Imobilizado	11	**1.117**	683
Ativo de contrato	12	**61.578**	63.277
Intangível	13	**124.220**	110.370
		189.436	177.558
Total do ativo		**236.237**	223.540
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	**1.970**	1.156
Empréstimos e financiamentos	15	**12.200**	12.118
Passivos de arrendamento	15	**752**	728
Notas comerciais escriturais	16	**17.319**	3.259
Obrigações tributárias	17	**1.765**	1.161
Obrigações trabalhistas		**2.937**	2.697
Obrigações com sócios	21	**10.978**	5.631
Ônus da concessão	19	**304**	302
Débitos com partes relacionadas	21	**843**	830
Adiantamento de clientes		**4**	22
Outras obrigações		**1.372**	1.212
		50.444	29.116
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	**51.999**	61.896
Passivos de arrendamento	15	**7**	701
Notas comerciais escriturais	16	**35.504**	49.689
Obrigações tributárias	19	**129**	130
Tributos diferidos	18	**1.249**	597
Provisões para contingências	20	**1.631**	1.697
		90.519	114.710
Patrimônio líquido	22		
Capital social		**44.000**	44.000
Lucro acumulado		**51.274**	35.714
		95.274	79.714
Total do passivo e patrimônio líquido		**236.237**	223.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	23	**156.748**	143.182
Custo dos serviços prestados	24	**(76.667)**	(77.886)
Lucro bruto		**80.081**	65.296
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	**(31.814)**	(26.635)
Outras receitas operacionais		**158**	175
		(31.656)	(26.460)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**48.425**	38.836
Receita (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	26	**5.094**	5.299
Despesas financeiras	26	**(14.583)**	(16.625)
Resultado financeiro, líquido		**9.489**	(11.326)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**38.936**	27.510
Imposto de renda e contribuição social-corrente	18b	**(10.487)**	(7.576)
Imposto de renda e contribuição social-diferido	18b	**(652)**	(418)
Lucro líquido do exercício		**27.797**	19.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**27.797**	19.516
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total do resultado abrangente do exercício	**27.797**	19.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	44.000	44.750	88.750
Lucro líquido do exercício	-	19.590	19.590
Dividendos distribuídos	-	(20.361)	(20.361)
Juros sobre o capital próprio	-	(3.386)	(3.386)
Proposta de destinação do resultado do exercício:			
Dividendos intermediários aprovados	-	(4.879)	(4.879)
Saldos 1º de janeiro de 2023	**44.000**	**35.714**	**79.714**
Lucro do líquido do exercício	**-**	**27.797**	**27.797**
Juros sobre o capital próprio	**-**	**(5.288)**	**(5.288)**
Proposta de destinação do resultado do exercício:			
Distribuição dos lucros aos sócios	**-**	**(6.949)**	**(6.949)**
Saldos 31 de dezembro de 2023	**44.000**	**51.274**	**95.274**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	**38.936**	27.510
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	**12.055**	10.954
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	**5.883**	6.890
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação sobre notas comerciais escriturais	**7.556**	6.863
Ganho com operações de *swap*	**(39)**	(5)
Variações monetárias	**39**	67
Atualização monetária das contingências	**76**	156
Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber	**(145)**	422
Reversões de contingências	**(143)**	(402)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	**-**	(12)
Ganho com derivativos	**16**	33
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	**(4.265)**	(3.002)
Estoques	**(217)**	626
Depósitos judiciais	**1**	72
Tributos a recuperar	**(112)**	(706)
Despesas antecipadas	**(265)**	277
Outros ativos	**(55)**	2
Aplicações financeiras-vinculadas	**15**	(1.208)
Fornecedores	**814**	(1.165)
Ônus da concessão	**2**	78
Obrigações tributárias	**(520)**	(376)
Obrigações trabalhistas	**240**	729
Partes relacionadas, líquidas	**344**	(166)
Outras obrigações	**142**	(99)
	60.358	47.538
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(9.510)**	(7.469)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(5.962)**	(6.493)
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	**(137)**	(175)
Pagamento de juros sobre notas comerciais escriturais	**(7.681)**	(3.410)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**37.068**	29.991
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	**(663)**	(204)
Adições ao ativo de contrato e intangível	**(21.050)**	(24.358)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	**15**	17
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(21.698)**	(24.545)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(6.097)**	(25.126)
Captações de debêntures e notas comerciais escriturais	**-**	49.495
Captações de empréstimos e financiamentos	**-**	13.927
Pagamento de obrigações por arrendamento	**(724)**	(576)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(11.851)**	(30.506)
Derivativos recebidos (pagos), líquidos	**26**	(3)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	**(18.646)**	7.211
Adição (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(3.276)**	12.657
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**22.574**	9.917
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**19.298**	22.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas de Nova Friburgo Ltda. (a "Concessionária"), sociedade limitada, com sede localizada à Rua Antônio Mário de Azevedo, n.º 417, Duas Pedras, no Município de Nova Friburgo - RJ - Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico de concessão entre e Prefeitura do Município de Nova Friburgo (o "Concedente") e a Águas de Nova Friburgo Ltda., através do Contrato de Concessão celebrado conforme a Licitação nº 002/98, promovido pelo Concedente, em 1998, com prazo de 25 anos, prorrogáveis contados da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 1º de julho de 1999, tendo o presente contrato a previsão de término para 1º de julho de 2024. Em 21 de julho de 2010 foi assinado um aditivo para prorrogação de mais 180 meses, que fez com que o término do contrato passasse para 1º julho de 2039. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, sendo está um percentual aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto, além da taxa para custeio com a regulação dos serviços concedidos. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Nova Friburgo. O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R$3.634 em 31 de dezembro de 2023. A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a Concessionária goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 25 de março de 2024, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros-custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros-valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros-mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros-mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros-reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamentos, notas comerciais escriturais, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros-mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício. **3.12. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.13. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, tributos sobre operações financeiras, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50-Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Concessionária. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. CPC 26 (R1) e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Concessionária, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Concessionária. Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária, pois a Concessionária não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **3.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um *sale and leaseback* (transação de venda e retroarrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Concessionária não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Concessionária. Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Concessionária está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. *b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *c) Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:* A Concessionária registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. *d) Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.12 e 7. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e

ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor Justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	19.234	19.234	22.516	22.516
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	25.885	25.885	21.475	21.475
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	1.773	1.773	1.788	1.788
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	119	119	-	-
Operações com derivativos	Custo amortizado	Nível 2	106	106	-	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	1.970	1.970	1.156	1.156
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	64.199	64.199	74.014	74.014
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	759	759	1.429	1.429
Notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	52.823	52.823	52.948	52.948
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	304	304	302	302
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	843	843	830	830

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos e passivos. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas as taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	19.234	20.944	21.371	21.800
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	1.773	1.931	1.970	2.010
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(57.396)	(59.617)	(60.174)	(60.731)
Empréstimos e financiamentos	CDI	(7.930)	(8.635)	(8.811)	(8.988)
Notas comerciais escriturais	CDI	(53.134)	(57.858)	(59.037)	(60.222)
Passivo líquido		(97.453)	(103.235)	(104.681)	(106.131)
Efeito líquido			(5.782)	(7.228)	(8.678)
CDI (a.a.)			8,89%		
IPCA (a.a.)			3,87%		

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	1.970	1.970	-	-
Empréstimos e financiamentos	65.396	12.312	4.089	48.995
Passivos de arrendamento	759	759	-	-
Notas comerciais estruturais	-	-	-	-
Ônus da concessão	304	304	-	-
Débitos com partes relacionadas	843	843	-	-
	69.272	15.866	4.089	48.995

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	1.156	827	-	329
Empréstimos e financiamentos	75.336	12.243	12.065	51.028
Passivos de arrendamento	1.429	728	694	7
Notas comerciais estruturais	53.360	3.360	16.216	33.784
Ônus da concessão	302	302	-	-
Débitos com partes relacionadas	830	830	-	-
	132.413	18.290	28.975	85.148

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e notas comerciais escriturais, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 podem ser assim sumariados:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	64.199	74.014
Passivos de arrendamento (Nota 15)	759	1.429
Notas comerciais escriturais (Nota 16)	52.823	52.948
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(19.298)	(22.574)
(-) Operações com derivativos	(106)	(122)
Dívida líquida (a)	98.377	105.695
Total do patrimônio líquido (b)	95.274	79.714
Total do capital (a+b)	193.651	185.409
Índice de alavancagem financeira-% [a/(a+b)]	50,80%	57,01%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	64	58
Aplicações financeiras	19.234	22.516
	19.298	22.574

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes (a)	23.949	21.021
Clientes-parcelamento (b)	3.498	2.812
Pontos arrecadadores (c)	487	323
Perdas de créditos das contas a receber	(2.049)	(2.681)
	25.885	21.475

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (ajuste por competência). (b) A conta de "Clientes-parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Faturado	11.267	9.856
Não faturado	6.922	5.358
Vencidas		
Até 30 dias	3.409	3.028
De 31 a 60 dias	692	702
De 61 a 90 dias	253	329
De 91 a 180 dias	1.143	1.257
Mais de 180 dias	4.248	3.626
	27.934	24.156

8. Tributos a recuperar:

Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ	-	489
CSLL	-	30
PIS	-	1
COFINS	2	3
	2	523

9. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R$ 1.773 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.788 em 31 de dezembro de 2022) corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes. **10. Ativo de direito de uso**

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido
Imóveis	2.066	(1.463)	603	2.062	(784)	1.278
	2.066	(1.463)	603	2.062	(784)	1.278

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	1.278	50	(725)	603
	1.278	50	(725)	603

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	534	1.379	(635)	1.278
	534	1.379	(635)	1.278

11. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Depreciação acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	2.387	(1.804)	583	309
Veículos	20%	1.201	(1.089)	112	85
Máquinas e equipamentos	10%	159	(78)	81	74
Móveis e utensílios	10%	807	(466)	341	215
Outros		109	(109)	-	-
		4.663	(3.546)	1.117	683

Movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	309	431	(157)	-	583
Veículos	85	50	(23)	-	112
Máquinas e equipamentos	74	136	(12)	(117)	81
Móveis e utensílios	215	163	(37)	-	341
	683	780	(229)	(117)	1.117

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	410	31	(132)	309
Veículos	23	82	(20)	85
Máquinas e equipamentos	53	32	(11)	74
Móveis e utensílios	186	59	(30)	215
	672	204	(193)	683

12. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	63.277	21.996	(15)	(23.797)	117	61.578
	63.277	21.996	(15)	(23.797)	117	61.578

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	38.003	25.742	(468)	63.277
	38.003	25.742	(468)	63.277

Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R$ 2.217 em 31 de dezembro de 2023, a uma taxa média ponderada de 11,23% a.a. (R$ 2.109 e 12,59% a.a. em 31 de dezembro de 2022). **13. Intangível**

	Taxa de amortização anual	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	638	(623)	15	21
Desenvolvimento de projetos		60	(60)	-	-
Concessão/Infraestrutura		209.829	(85.624)	124.205	110.349
		210.527	(86.307)	124.220	110.370

Os valores reconhecidos na linha Concessão/Infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2023 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Captação	250	(89)	161	171
Adutoras	7.049	(2.542)	4.507	4.811
Estação de Tratamento de Água-ETA	23.021	(4.519)	18.502	13.529
Reservatório	4.594	(1.800)	2.794	2.984
Booster	94	(41)	53	56
Elevatória de água	45	(22)	23	25
Substituição/Expansão de rede de água	50.267	(23.086)	27.181	22.967
Ligação de água	6.419	(1.468)	4.951	3.063
Ligação de esgoto	7.465	(3.275)	4.190	4.489
Substituição/Expansão de rede de esgoto	37.506	(17.318)	20.188	19.550
Elevatória-esgoto	8.687	(2.903)	5.784	6.163
Estação de Tratamento de Esgoto-ETE	40.919	(12.928)	27.991	23.689
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.597	(1.046)	1.551	1.655
Máquinas e equipamentos	19.552	(13.685)	5.867	7.197
Máquinas e equipamentos arrendados	1.364	(902)	462	-
	209.829	(85.624)	124.205	110.349

Movimentação do intangível:	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	21	-	-	(6)	-	15
Concessão/Infraestrutura	110.349	1.154	-	(11.095)	23.797	124.205
	110.370	1.154	-	(11.101)	23.797	124.220

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	6	21	-	(6)	-	21
Concessão/Infraestrutura	119.301	705	(5)	(10.120)	468	110.349
	119.307	726	(5)	(10.126)	468	110.370

14. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria	717	638
Serviços	225	64
Infraestrutura	942	449
Outros	86	5
	1.970	1.156

15. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME PSI (a)	TJLP e IPCA	6,00% e 6,75% a.a.	2.966	3.830
FINEM (b)	IPCA e IPCA	6,08% e 6,49% a.a.	54.500	55.658
CCB (c)	CDI	0,65% a.a.	1.408	2.767
Capital de giro (d)	CDI	1,04% a.a.	6.522	13.081
(-) Custos de transação			(1.197)	(1.322)
Total de Empréstimos e Financiamentos			64.199	74.014
Circulante			12.200	12.118
Não circulante			51.999	61.896
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (e)		Entre 7,5% a.a. e 15,80% a.a	759	1.429
Total de arrendamento			759	1.429
Circulante			752	728
Não circulante			7	701
Endividamento total			64.958	75.443
Endividamento total-Circulante			12.952	12.846
Endividamento total-Não circulante			52.006	62.597

(a) Os contratos FINAME PSI vigentes foram obtidos nos exercícios de 2014 e 2019 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e somam R$ 5.959 de valor contratado. Os contratos FINAME foram celebrados com prazo de carência entre 18 e 25 meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com términos previstos para 2024 e 2029. Estas operações têm como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora). (b) Os contratos FINEM foram obtidos em 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com R$ 81.666 de valor contratado. Os contratos FINEM foram celebrados com prazo de carência de 49 (quarenta e nove) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com término previsto para 2039. Estas operações têm como objetivo a reconstrução, modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Nova Friburgo e possui como garantia carta de fiança bancária, vinculação da receita e fiança emitida por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora). Esses contratos possuem determinadas condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base nos índices financeiros abaixo: Índice de Alavancagem Patrimonial: igual ou superior a 0,25; Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,1; Dívida Bancária Líquida/ EBITDA: igual ou inferior a 3,5; A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. (c) A Cédula de Crédito Bancário-CCB foi obtida no exercício de 2014 no valor total de R$ 11.000. O contrato de CCB foi celebrado com prazo de carência de 23 (vinte e três) meses para amortização do principal, com pagamento de juros mensais, e término previsto para 2024. Os custos de transação incorridos na emissão da CCB foram capitalizados, contabilizados como redução dos recursos captados, e serão amortizados até o prazo de vencimento. Esta operação teve como objetivo investimentos em ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento básico e possui como garantia aval coobrigado de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (d) Em novembro de 2019, a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 19.300. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024 (e) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na nota nº 10.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	74.014	88.203
Captações	-	14.096
Juros e encargos financeiros	7.834	8.705
Variações monetárias	39	67
Amortização de principal	(11.851)	(30.506)
Amortização de juros	(5.962)	(6.493)
Custo de transação	-	(169)
Amortização dos custos de transação	125	111
Saldo final	64.199	74.014

Arrendamentos	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.429	616
Adições	50	1.378
Remunerações	-	-
Juros e encargos financeiros	141	186
Amortização de principal	(724)	(576)
Amortização de juros	(137)	(175)
Saldo final	759	1.429

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos 31/12/2023 Dívida	31/12/2023 Custos de transação	31/12/2023 Total líquido	31/12/2022 Dívida	31/12/2022 Custos de transação	31/12/2022 Total líquido
2024	-	-	-	12.065	(113)	11.952
2025	4.089	(76)	4.013	3.945	(76)	3.869
Após 2025	48.995	(1.009)	47.986	47.083	(1.008)	46.075
	53.084	(1.085)	51.999	63.093	(1.197)	61.896

	Arrendamentos 31/12/2023	31/12/2022
2024	-	694
2025	7	7
	7	701

16. Notas comerciais estruturais

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2023	31/12/2022
Notas comerciais estruturais	CDI	2,16% a.a.		
Principal			50.000	50.000
Juros e encargos			3.134	3.360
Custo de transação a apropriar			(311)	(412)
Total de notas comerciais estruturais			52.823	52.948
Circulante			17.319	3.259
Não circulante			35.504	49.689

A movimentação das notas comerciais estruturais é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	52.948	-
Captação	-	50.000
Juros e encargos financeiros	7.455	6.770
Custos de transação	-	(505)
Apropriação de custo de transação	101	93
Amortização de juros	(7.681)	(3.410)
Saldo final	52.823	52.948

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2023 Dívida	31/12/2023 Custos de transação	31/12/2023 Total líquido	31/12/2022 Dívida	31/12/2022 Custos de transação	31/12/2022 Total líquido
2024	-	-	-	16.216	(101)	16.115
2025	14.286	(101)	14.185	16.216	(101)	16.115
Após 2025	21.428	(109)	21.319	17.567	(108)	17.459
	35.714	(210)	35.504	49.999	(310)	49.689

17. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS/CSLL retidos	39	29
ISS	208	197
IRRF	328	220
PIS	173	150
COFINS	816	695
IRPJ	153	-
CSLL	177	-
	1.894	1.291
Passivo circulante	1.765	1.161
Passivo não circulante	129	130

18. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	Resultado	31/12/2023
Provisões perdas de crédito esperadas para contas a receber	535	(263)	272
Provisões para contingências	577	(23)	554
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	97	(24)	73
Provisão participação nos lucros	205	48	253
Ganhos (perdas) com derivativos	(41)	5	(36)
Arrendamentos	51	2	53
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL		-	
Outros	23	46	69
Ativo fiscal diferido	1.447	(209)	1.238
Juros capitalizados	(1.315)	(712)	(2.027)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014 (i)	(501)	198	(303)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/ 2014	(228)	71	(157)
Passivo fiscal diferido	(2.044)	(443)	(2.487)
Tributos diferidos, líquidos	(597)	(652)	(1.249)

b) Conciliação da taxa efetiva:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	38.936	27.510
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social-alíquotas vigentes	(13.238)	(9.353)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes (despesas indedutíveis)	1.590	964
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural (artigo 18 Lei nº 8.313/91)	160	144
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	11	12
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	194	144
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06-art. 3)	80	36
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 9.580/2018)	40	35
Total do imposto de renda e da contribuição social	(11.139)	(7.994)
Alíquota efetiva	29%	29%

19. Ônus da concessão: O valor demonstrado no passivo circulante de R$ 304 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 302 em 31 de dezembro de 2022) representa o exigível do Contrato de Concessão junto à Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, calculado com base em um percentual de 2% para outorga e 0,5% para taxa de regulação sobre a arrecadação de tarifas de serviços prestados de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. **20. Provisões para contingências:** As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões estão assim demonstradas:

	31/12/2023 Provisões	31/12/2022 Provisões
Trabalhistas	(158)	(238)
Cíveis	(1.473)	(1.459)
	(1.631)	(1.697)

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	50.874	46.223
Trabalhistas	654	1.276
Tributárias	4.332	3.822
	55.860	51.321

a) Cíveis: As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) consumo (ii) falta de abastecimento; (iii) multiplicação de economias; (iv) serviços de água e esgoto; (v) serviços comerciais (vi) responsabilidade civil; (vii) cobrança. *Processos 0001171-13.1999.8.19.0037 e 0001185-94.1999.8.19.0037: Ações populares:* Existem, atualmente, 2 (duas) Ações Populares, com valor total atualizado das causas de R$ 6.822 ajuizadas em face da Concessionária Águas de Nova Friburgo questionando o Contrato de Concessão celebrado com a referida concessionária. Alega-se modificação do edital sem abertura de prazo para recebimento de propostas e suposta, ilegalidade do tipo de julgamento. Requer-se seja julgada procedente a ação, para que seja anulado todo o procedimento licitatório e pagamento de perdas e danos a deram causa, reembolsando ao erário público os valores despendidos com a realização da concorrência. Proferidas sentenças declarando a ocorrência da prescrição da pretensão autoral, reformadas por acórdão. Atualmente, aguarda-se virtualização para retomada do julgamento de mérito em 1ª instância. *Processo 0002606-41.2007.8.19.0037:* O Ministério Público Estadual moveu uma ação civil pública contra a Concessionária Águas de Nova Friburgo Ltda. no valor de R$ 7.179. O MP solicita uma tutela antecipada para suspender a cobrança de tarifa de esgoto em Nova Friburgo, sob pena de multa. A ação alega o lançamento de esgoto não tratado no rio local, violando leis ambientais. A Concessionária respondeu impugnando todos os pedidos do MP. Uma prova pericial foi realizada, confirmando a existência de rede coletora e os gastos com sua operação e manutenção. b) Trabalhistas: As ações judiciais de natureza trabalhista têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) estabilidade/doença ocupacional; (ii) responsabilidade subsidiária/solidária e (iii) acúmulo de funções. c) Tributárias: *Processo 15521.720004/2020-58:* Autos de Infração de IRPJ e CSLL referentes ao ano-calendário de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 3.307. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Ofício pelo CARF. **21. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 1.015 (R$ 3.419 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	715	2.576
Encargos sociais	214	761
Plano de saúde	51	32
Plano de previdência privada	24	34
Outros	11	16
	1.015	3.419

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Águas do Imperador S.A.	-	2
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A	10	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	109	448
Total do ativo circulante	119	450
Passivo circulante:		

ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

Obrigações com a sócia Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.		
Distribuição de lucros	9.628	4.879
Juros sobre o capital próprio	1.350	752
	10.978	5.631
Débitos com partes relacionadas		
Águas do Paraíba S.A.	-	1
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	843	829
Total do passivo circulante	11.821	6.461
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado com partes relacionadas		
Despesas		
Contrato de gestão *(Mangement Fee) (a)*		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	6.735	6.025

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **22. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social realizado é de R$ 44.000 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 44.000 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de quotas, no valor de um real cada uma.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de quotas	Participação (%)	Quantidade de quotas	Participação (%)
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	44.000.000	100	44.000.000	100
Total	44.000.000	100	44.000.000	100

b) Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio: Em 31 de dezembro de 2023, em reunião dos sócios, foi aprovada a destinação de 25% do lucro do exercício para a distribuição aos sócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram destinados R$ 5.288 dos lucros acumulados para juros sobre o capital próprio.

23. Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	149.204	131.305
Receita de construção	22.082	24.719
Cancelamentos	(367)	(390)
Receita Bruta	170.919	155.634
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(13.730)	(12.098)
Descontos concedidos	(441)	(354)
Receita líquida	156.748	143.182

24. Custos dos serviços prestados	31/12/2023	31/12/2022
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(1.287)	(1.200)
Ônus da concessão	(3.411)	(603)
Obrigações contratuais com poder concedente	-	(1.730)
Energia elétrica	(8.617)	(9.183)
Custo de construção	(22.082)	(24.719)
Materiais aplicados nos serviços	(4.468)	(4.723)
Salários e benefícios a empregados	(18.518)	(17.209)
Utilização de imóveis e telefonia	(289)	(230)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(4.185)	(3.577)
Serviços de terceiros	(2.794)	(2.505)
Depreciações e amortizações	(10.507)	(9.562)
Amortização da concessão	-	(2.413)
Outros	(509)	(232)
	(76.667)	(77.886)

25. Despesas gerais e administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Salários e benefícios a empregados	(13.095)	(9.328)
Utilização de imóveis e telefonia	(629)	(472)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(751)	(550)
Serviços de terceiros	(11.988)	(11.002)
Despesas com contencioso	(1.179)	(1.380)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(132)	(130)
Depreciações e amortizações	(727)	(660)
Provisão perdas de crédito esperadas para contas a receber	145	(422)
Reversões de contingências	143	402
Outras	(3.601)	(3.093)
	(31.814)	(26.635)

26. Receitas (despesas) financeiras	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	2.926	3.543
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(245)	(232)
Juros e multas vinculadas à operação	1.724	1.674
Variações monetárias sobre outros ativos	44	-
Ganhos com operações de *swap*	89	60
Ganho com derivativos	75	77
Outras	481	177
	5.094	5.299
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(13.071)	(13.365)
Juros sobre arrendamentos	(142)	(185)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(39)	(67)
Atualização monetária das contingências	(76)	(156)
Tributos sobre operações financeiras	(3)	(107)
Descontos concedidos	(735)	(2.092)
Perdas com operações de swap	(50)	(55)
Perda com derivativos	(91)	(110)
Outras	(376)	(488)
	(14.583)	(16.625)
Resultado financeiro	(9.489)	(11.326)

27. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil geral	17/01/2024 a 17/01/2025	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2023 a 31/12/2024	91.101
Responsabilidade civil administradores-D&O	27/10/2023 a 27/10/2024	50.000
Riscos operacionais	17/01/2024 a 17/01/2025	75.000
Riscos ambientais	22/12/2023 a 22/12/2024	5.000
Garantia de concessão	24/01/2024 a 24/01/2025	2.765
Seguro de veículos	17/10/2023 a 17/10/2024	345
Garantia judicial	01/01/2021 a 26/10/2028	3.392

28. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Adição de arrendamentos	(50)	(1.378)
Juros capitalizados	(2.217)	(2.109)
IRRF sobre swap	13	9
	(2.254)	(3.478)

Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor;
Danielle Silva de Souza Moreira - Diretor
Gabriela Ferreira Nunes Alves
Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 - CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos quotistas da Águas **de Nova Friburgo Ltda.** Nova Friburgo-RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Nova Friburgo Ltda. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25 de março de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

País

Câmara

Bolsonaristas têm primeira derrota na Comissão de Educação

LEVY TELES/AE

Congressistas apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que agora comandam a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, tiveram a primeira derrota em sessão realizada ontem. O presidente do colegiado, Nikolas Ferreira (PL-MG), reconheceu que precisará dialogar com o Centrão para garantir maioria bolsonarista e virar o resultado em reuniões futuras, enquanto demais membros reclamam da condução dos trabalhos dele.

Por 20 votos a 13, o governo conseguiu derrubar um requerimento que pedia moção de repúdio contra um professor de escola estadual da cidade de São Bonifácio (SC). Assim como na reunião anterior, houve provocações e tumultos entre parlamentares.

O requerimento, de autoria do deputado Gustavo Gayer (PL-GO), afirma que o professor da escola catarinense acusou Bolsonaro de ser "nazista e ladrão" em sala de aula. Esse mesmo docente disse, segundo o texto, que se os alunos chamassem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de "ladrão", poderiam ser condenados por difamação.

O requerimento de Gayer diz que as falas demonstram "um claro viés ideológico que não condiz com a neutralidade exigida pela profissão" e pede também uma retratação pública do professor, "reconhecendo o erro de sua conduta e reafirmando o compromisso com a imparcialidade e o respeito no ambiente educacional".

Governistas acreditam que a moção visa jogar pais contra professores e, se cada caso for analisado individualmente, poderia lotar a pauta da Comissão de Educação.

"Há espaço de supervisão e coordenação (nas escolas) que devem olhar, inclusive, e discutir os limites éticos de uma fala de um professor", afirma Tarcísio Motta (PSOL-RJ). "Essa moção não discute nada disso. Ela é um instrumento para jogar as famílias brasileiras contra os profissionais da Educação."

Após o triunfo, petistas comemoraram o resultado. "Nós queremos que os temas da Educação sejam votados. Ele quer apenas lacrar. Perdeu. Perdeu, mané", debochou Rogério Correia (PT-MG).

Do outro lado, Nikolas, presidente da Comissão de Educação, acredita que a composição dos integrantes do colegiado está "desbalanceada", e que é preciso resolver o cenário negativo com diálogo.

O deputado não citou diretamente o Centrão, mas disse que é preciso que "outros partidos" cedam espaço para membros de "ideologia diferente". "Vejo que existem alguns partidos que poderiam ceder sua vaga para outros que possuem ideologia diferente para poder ter certo equilíbrio. Acredito que a composição atual da comissão não tem o equilíbrio que eles tanto desejam", afirmou.

TUMULTOS

Assim como na primeira sessão, a Comissão de Educação foi novamente palco para provocações e discussões entre os membros.

Gustavo Gayer, autor do requerimento derrotado, chegou a bater na mesa após ser provocado. Um deputado perguntou se o filho dele já teria sido doutrinado ideologicamente ou agredido em sala de aula. "Meus filhos já foram agredidos verbalmente em sala de aula por militantes da esquerda", contestou, batendo na mesa.

Em outro momento, Otoni de Paula (MDB-RJ) também bateu na mesa, em apoio a Gayer. "Vocês vão ter que aturar o conservadorismo nessa comissão", disse Otoni.

Governistas devolviam as falas com provocações aos oposicionistas ou a Bolsonaro. O lado contrário agiu de forma similar. A sala da comissão estava repleta de assessores parlamentares de esquerda e de direita e era possível ouvir vaias e aplausos em reação às diferentes falas.

Filho de Bolsonaro

'04' vira réu por lavagem e falsificação de documentos

TÁCIO LORRAN/AE

Jair Renan Bolsonaro virou réu na Justiça e vai responder a ação penal pelos crimes de falsidade ideológica, uso de documento falso e lavagem de dinheiro.

O filho 04 do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é acusado de usar uma declaração de faturamento falsa da empresa RB Eventos e Mídia para conseguir empréstimos bancários ao longo dos anos de 2022 e de 2023. Jair Renan ainda deu calote no banco.

Procurada, a defesa de Jair Renan informou que não faz comentários em "questões penais ou politicamente sensíveis."

A denúncia foi feita pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), conforme mostrou o Estadão há uma semana, e, agora, recebida pela 5ª Vara Criminal de Brasília.

A investigação da Polícia Civil apontou para a existência de uma associação criminosa cuja estratégia para obter indevida vantagem econômica conta com o uso de um "laranja" para se ocultar o verdadeiro proprietário das empresas de fachada.

Além de Jair Renan, o instrutor de tiros Maciel Alves de Carvalho também responde pelos crimes.

Inicialmente, a empresa conseguiu um empréstimo de R$ 157 mil com os documentos supostamente falsos. Depois, em 2023, obteve novos empréstimos de R$ 251 mil e R$ 291 mil.

Em dezembro do ano passado, o banco Santander entrou com uma ação de cobrança na Justiça do Distrito Federal contra Jair Renan, Maciel Carvalho e a RB Eventos e Mídia no valor de R$ 360 mil, referente a esses empréstimos que não foram quitados.

Medo da cadeia

Defesa diz ao STF que Bolsonaro não iria se refugiar em embaixada

RAYSSA MOTTA/AE

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (**foto**) informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) ontem, que a visita dele à Embaixada da Hungria, entre os dias 12 e 14 de fevereiro, após ter os passaportes recolhidos no inquérito do golpe, foi uma "agenda política".

"Sempre manteve interlocução próxima com as autoridades daquele país, tratando de assuntos estratégicos de política internacional de interesse do setor conservador", alegam os advogados.

Os esclarecimentos foram enviados ao ministro Alexandre de Moraes, que havia dado 48 horas para a defesa do ex-presidente se explicar. Foi ele quem mandou Bolsonaro entregar os passaportes, no mês passado.

Os advogados alegaram que não havia motivo para o ex-presidente articular uma fuga porque, àquela altura, sua prisão preventiva era "improvável". A defesa argumenta que, se fosse mandar prender Bolsonaro, o ministro Alexandre de Moraes não teria mandado recolher seus passaportes.

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

A defesa afirma ainda que o ex-presidente se apresentou à Justiça todas as vezes em que foi intimado e fez questão de comunicar com antecedência, por "cautela", as viagens que pretendia fazer durante a investigação, como por exemplo à posse do presidente da Argentina Javier Milei.

Nas redes sociais, o advogado Fábio Wajngarten disse que a defesa queria despachar pessoalmente com o ministro, "a fim de elucidar por completo toda e qualquer especulação fantasiosa sobre o tema", mas que enviou o documento pelo sistema de processo eletrônico porque o STF está de recesso.

A visita de Bolsonaro à Embaixada da Hungria foi revelada pelo jornal americano *The New York Times*, o que levantou suspeitas da Polícia Federal.

A PF decidiu investigar se o ex-presidente tentou articular uma manobra diplomática para evitar ser preso no inquérito que apura uma tentativa de golpe. Os policiais federais querem saber, por exemplo, se a visita à embaixada tem relação com algum pedido de asilo político, o que a defesa nega.

Especialistas ouvidos pelo *Estadão* avaliam que o ex-presidente pode ser preso preventivamente na investigação se ficar comprovado que ele tentou se antecipar a um eventual mandado de prisão, o que poderia configurar uma tentativa de impedir a aplicação da lei penal.

As embaixadas têm o status de território diplomático, o que significa que qualquer decisão judicial, inclusive do STF, precisa de autorização do país que representam para ser cumprida nos limites do prédio.

ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**2.451**	9.984
Contas a receber de clientes	7	**11.341**	9.646
Estoques		**490**	410
Despesas antecipadas		**233**	231
Créditos com partes relacionadas	18	**78**	243
Tributos a recuperar		**7**	5
Outros ativos		**121**	84
		14.721	20.603
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	**1.826**	83
Depósitos judiciais		**222**	29
Imobilizado	9	**634**	524
Ativo de contrato	10	**65.641**	59.713
Intangível	11	**80.612**	71.931
		148.935	132.280
Total do ativo		**163.656**	152.883
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	**1.951**	2.075
Empréstimos e financiamentos	13	**8.067**	8.530
Obrigações tributárias	14	**1.046**	762
Obrigações trabalhistas		**2.028**	1.917
Obrigações com acionistas	18	**15.457**	13.085
Ônus da concessão	16	**235**	208
Débitos com partes relacionadas	18	**593**	570
Adiantamentos de clientes		**-**	75
Outras obrigações		**1.367**	1.202
		30.744	28.424
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**49.746**	49.772
Tributos diferidos	15	**2.417**	932
Provisões para contingências	17	**828**	1.451
		52.991	52.155
Patrimônio líquido	19		
Capital social		**40.000**	36.694
Reservas de lucros		**39.921**	35.610
		79.921	72.304
Total do passivo e do patrimônio líquido		**163.656**	152.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	20	**93.974**	104.031
Custo dos serviços prestados	21	**(55.222)**	(70.157)
Lucro bruto		**38.752**	33.874
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	**(22.417)**	(19.792)
Outras receitas operacionais		**191**	48
		(22.226)	(19.744)
Resultado operacional antes do resultado		**16.526**	14.130
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	**2.174**	1.907
Despesas financeiras	23	**(3.669)**	(2.655)
		(1.495)	(748)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**15.031**	13.382
Imposto de renda e contribuição social–corrente	15b	**(3.557)**	(3.775)
Imposto de renda e contribuição social–diferido	15b	**(1.485)**	(804)
Lucro líquido do exercício		**9.989**	8.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**9.989**	8.803
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total do resultado abrangente do exercício	**9.989**	8.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	36.694	2.011	2.806	23.858	-	65.369
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.803	8.803
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	-	440	-	-	(440)	-
Reserva de investimentos	-	-	314	-	(314)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-		(2.091)	(2.091)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	6.181	(5.958)	223
Saldos 31 de dezembro de 2022	36.694	2.451	3.120	30.039	-	72.304
Aumento de capital	3.306	-	-	(3.306)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.989	9.989
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	-	500	-	-	(500)	-
Reserva de investimentos	-	-	355	-	(355)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-		(2.372)	(2.372)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	6.762	(6.762)	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	40.000	2.951	3.475	33.495	-	79.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**15.031**	13.382
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	**6.487**	6.148
Juros sobre empréstimos e financiamentos e amortização de custos de transação	**1.522**	1.315
Juros e IOF de mútuos	**-**	47
Variações monetárias	**1.067**	493
Atualização monetária das contingências	**(75)**	179
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	**1.490**	1.708
Reversões para contingências	**(548)**	(19)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	**(12)**	-
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	**(3.185)**	(3.284)
Estoques	**(80)**	(364)
Depósitos judiciais	**(193)**	61
Tributos a recuperar	**(276)**	(157)
Despesas antecipadas	**(2)**	63
Aplicações financeiras–vinculadas	**(1.743)**	(7)
Outros ativos	**(37)**	(2)
Fornecedores	**(124)**	(4.026)
Obrigações tributárias	**56**	113
Obrigações trabalhistas	**111**	468
Ônus da concessão	**27**	36
Partes relacionadas, líquidas	**188**	(104)
Adiantamentos de clientes	**(75)**	-
Outras obrigações	**165**	377
	19.794	16.427
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(3.055)**	(3.792)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	**(2.223)**	(1.217)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**14.516**	11.418
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	**(290)**	(223)
Adições ao ativo de contrato e intangível	**(17.380)**	(34.284)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	**12**	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(17.658)**	(34.507)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	**4.952**	26.596
Captações de mútuos	**-**	1.523
Pagamento dos empréstimos e financiamentos	**(9.343)**	(1.064)
Pagamento dos mútuos	**-**	(1.562)
Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades de financiamentos	**(4.391)**	25.493
Adição (redução), líquida no caixa e equivalente de caixa	**(7.533)**	2.404
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**9.984**	7.580
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2.451**	9.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas das Agulhas Negras S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Professor Antônio Esteves, nº 1.000, Morada da Colina, no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro–Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a SANEAR (Concedente), a Prefeitura de Resende (Interveniente) e a Águas das Agulhas Negras S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão nº. 018/2007 de 30 de novembro de 2007, com prazo de 30 anos a partir da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 01 de janeiro de 2008, tendo o presente contrato a previsão de término para janeiro de 2038. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro, compreendendo, inclusive, as sedes distritais. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga que se dá pelo percentual aplicado sobre a arrecadação líquida oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Resende sem contrapartida financeira. O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R$16.023 em 31 de dezembro de 2023. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a Concessionária goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras. Adicionalmente, os acionistas da Concessionária possuem habilidade e intenção de prover recursos financeiros adicionais, se necessidade houver. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 25 de março de 2024, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros–custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros–valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros–mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros–mensuração subsequente: • Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros–reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros–mensuração subsequente: • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros de mútuo, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e contingências, tributos sobre operações financeiras e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50–Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Concessionária. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. CPC 26 (R1) e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Concessionária, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Concessionária. Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária, pois a Concessionária não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um *sale and leaseback* (transação de venda e retroarrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Concessionária não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Concessionária está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. *b) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *c) Provisão para perdas de crédito das contas a receber:* A Concessionária registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor Justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**2.263**	**2.263**	9.839	9.839
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**1.826**	**1.826**	83	83

ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	11.341	11.341	9.646	9.646
Crédito com partes relacionadas		-	78	78	243	243
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	1.951	1.951	2.075	2.075
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	57.813	57.813	58.302	58.302
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	235	235	208	208
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	593	593	570	570

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade dos juros sobre os empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	2.263	2.464	2.514	2.565
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	1.826	1.988	2.029	2.070
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(3.988)	(4.343)	(4.431)	(4.520)
Passivo líquido		101	109	112	115
Efeito líquido			8	11	14
CDI (a.a.)			8,89%		

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	1.951	1.951	-	-
Empréstimos e financiamentos	58.059	8.084	3.972	46.003
Ônus da concessão	235	235	-	-
Débitos com partes relacionadas	593	593	-	-
	60.838	10.863	3.972	46.003

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	2.075	2.075	-	-
Empréstimos e financiamentos	58.566	8.548	7.393	42.625
Ônus da concessão	208	208	-	-
Débitos com partes relacionadas	570	570	-	-
	61.419	11.401	7.393	42.625

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumariados:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	57.813	58.302
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(2.451)	(9.984)
Dívida líquida (a)	55.362	48.318
Total do patrimônio líquido (b)	79.921	72.304
Total do capital (a+b)	135.283	120.622
Índice de alavancagem financeira–% [a/(a+b)]	40,92%	40,06%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	188	145
Aplicações financeiras	2.263	9.839
	2.451	9.984

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário–CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes (a)	10.503	9.189
Clientes–parcelamento (b)	1.054	1.246
Pontos arrecadadores (c)	253	221
Perdas de créditos das contas a receber	(469)	(1.010)
	11.341	9.646

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Faturado	2.759	2.428
Não faturado	3.099	2.487
Vencidas		
Até 30 dias	3.419	3.069
De 31 a 60 dias	847	756
De 61 a 90 dias	401	390
De 91 a 180 dias	795	829
Mais de 180 dias	490	697
	11.810	10.656

8. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R$1.826 em 31 de dezembro de 2023 (R$83 em 31 de dezembro de 2022) corresponde à contrapartida com recursos próprios, prevista na cláusula 6ª do "Contrato de Financiamento e Repasse", firmado com a Caixa Econômica Federal em 27 de dezembro de 2018, destinada à execução de projetos, obras e serviços relativos ao empreendimento financiado.

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	1.487	(1.122)	365	299
Veículos	20%	167	(104)	63	51
Máquinas e equipamentos	10%	110	(70)	40	45
Móveis e utensílios	10%	426	(260)	166	129
		2.190	(1.556)	634	524

Movimentação do imobilizado	Saldos em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	299	192	(126)	365
Veículos	51	34	(22)	63
Máquinas e equipamentos	45	3	(8)	40
Móveis e utensílios	129	61	(24)	166
	524	290	(180)	634

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	243	150	(94)	299
Veículos	41	29	(19)	51
Máquinas e equipamentos	47	7	(9)	45
Móveis e utensílios	113	37	(21)	129
	444	223	(143)	524

10. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	59.713	19.780	(13.852)	65.641
	59.713	19.780	(13.852)	65.641

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	28.628	34.924	(3.839)	59.713
	28.628	34.924	(3.839)	59.713

As transferências ocorridas no exercício de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R$3.536 em 31 de dezembro de 2023, a uma taxa média ponderada de 9.40% a.a. (R$2.716 e 10.75% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

11. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	200	(188)	12	17
Desenvolvimento de projetos	20%	3.453	(2.866)	587	504
Concessão/Infraestrutura		124.439	(44.426)	80.013	71.410
		128.092	(47.480)	80.612	71.931

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2023 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Adutoras	8.904	(2.792)	6.112	6.215
Estação de Tratamento de Água–ETA	18.187	(8.248)	9.939	10.573
Reservatório	3.385	(1.331)	2.054	2.165
Booster	186	(34)	152	163
Elevatória de água	123	(21)	102	110
Substituição/Expansão de rede de água	18.636	(6.809)	11.827	11.209
Ligação de água	9.792	(2.313)	7.479	6.971
Ligação de esgoto	6.718	(2.903)	3.815	3.913
Substituição/Expansão de rede de esgoto	21.192	(5.533)	15.659	6.914
Elevatória–esgoto	435	(152)	283	303
Estação de Tratamento de Esgoto–ETE	16.614	(5.807)	10.807	11.254
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.194	(1.358)	5.836	6.163
Máquinas e equipamentos	12.932	(6.984)	5.948	5.457
Veículos	141	(141)	-	-
	124.439	(44.426)	80.013	71.410

Movimentação do intangível	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	17	-	(5)	-	12
Desenvolvimento de projetos	504	83	-	-	587
Concessão/Infraestrutura	71.410	1.053	(6.302)	13.852	80.013
	71.931	1.136	(6.307)	13.852	80.612

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	10	13	(6)	-	17
Desenvolvimento de projetos	262	242	-	-	504
Concessão/Infraestrutura	71.748	1.822	(5.999)	3.839	71.410
	72.020	2.077	(6.005)	3.839	71.931

As transferências ocorridas no exercício de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria	812	713
Serviços	164	207
Infraestrutura	911	936
Outros	64	219
	1.951	2.075

13. Empréstimos e financiamentos

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2023	31/12/2022
FINAME PSI (a)		6,0% a.a.	26	58
Capital de giro (b)	CDI	1,04% a.a.	3.988	8.000
Saneamento para todos (c)	TR	8,50% a.a.	54.045	50.508
(-) custos de transação			(246)	(264)
Total de empréstimos e financiamentos			57.813	58.302
Circulante			8.067	8.530
Não circulante			49.746	49.772

(a) A linha de crédito FINAME PSI é composta pelo contrato obtido no exercício de 2014 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social–BNDES com R$252 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 21 meses para a amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento para 2024. O crédito referente contrato de 2012 foi totalmente amortizado em dezembro de 2022. Estas operações tiveram como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$11.800. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. (c) A linha de crédito vinculada ao "Programa saneamento para todos" foi obtida no exercício de 2018 junto a Caixa Econômica Federal, com R$61.814 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com carência de 48 (quarenta e oito) meses para a amortização do principal, com capitalização das taxas de juros e administrativa e pagamento de taxa de risco de crédito mensais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2037. Este financiamento é destinado a investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e é amparado por alienação fiduciária das ações, conta reserva, direitos creditórios, nota promissória e aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	58.302	29.463
Captações	4.952	26.596
Juros e encargos financeiros	5.040	4.013
Variações monetárias	1.067	493
Amortização de principal	(9.343)	(1.064)
Amortização de juros	(2.223)	(1.217)
Amortização dos custos de transação	18	18
Saldo final	57.813	58.302

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2023 Dívida	Custos de transação	Total líquido	31/12/2022 Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	-	-	-	7.392	(18)	7.374
2025	3.972	(18)	3.954	3.433	(18)	3.415
2026	3.972	(18)	3.954	3.433	(18)	3.415
Após 2026	42.031	(193)	41.838	35.760	(192)	35.568
	49.975	(229)	49.746	50.018	(246)	49.772

14. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS/CSLL retidos	26	27
ISS	46	72
IRRF	51	69
PIS	97	83
COFINS	469	383
IRPJ	225	67
CSLL	132	61
	1.046	762

15. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	Resultado	31/12/2023
Provisões perdas de crédito das contas a receber	293	(228)	65
Provisões para contingências	493	(212)	281
Provisão participação nos lucros	155	42	197
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	-	47	47
Outros	16	11	27
Ativo fiscal diferido	957	(340)	617
Juros capitalizados	(1.212)	(1.190)	(2.402)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014 (i)	(677)	45	(632)
Passivo fiscal diferido	(1.889)	(1.145)	(3.034)
Tributos diferidos, líquidos	(932)	(1.485)	(2.417)

b) Conciliação da taxa efetiva	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.031	13.382
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social–alíquotas vigentes	(5.111)	(4.550)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes (despesas indedutíveis)	(147)	(211)
Efeito referente à alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural (Lei nº 8.313/91–art.18)	50	40
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	38	13
Programa de alimentação do trabalhador (9.580/2018)	67	71
Fundo da infância e da adolescência (Decreto nº 3.000/99)	12	17
Incentivo desportivo (Lei nº11.438/06–art. 3)	25	17
Total das despesas de imposto de renda e da contribuição social	(5.042)	(4.579)
Alíquota efetiva	33,5%	34,22%

16. Ônus da concessão: O valor demonstrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023 de R$235 (R$208 em 31 de dezembro de 2022) representa o exigível do Contrato de Concessão junto à Prefeitura de Resende, calculado com base em um percentual de 3,476% sobre a arrecadação das tarifas de serviços prestados de distribuição de água e coleta de tratamento de esgoto. **17. Provisões para contingências:** As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões estão assim demonstradas:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	607	203
Cíveis	221	1.248
	828	1.451

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	4.883	9.757
Trabalhistas	874	212
	5.757	9.969

a) Cíveis: As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) consumo (ii) falta de abastecimento; (iii) multiplicação de economias; (iv) serviços água e esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo, etc.); (v) serviços comerciais; (vi) responsabilidade civil; e (vii) cobrança. Ação revisional proposta pela NISSAN em face de Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. e Águas das Agulhas Negras S.A: Trata-se de ação revisional de contrato, em que a Nissan pretende afastar o pagamento mínimo da demanda contratada. Alega que em virtude da Pandemia ficou vários períodos com consumo abaixo do mínimo. Assim, pretende com a ação pagar somente o consumido e não a demanda mínima contratada. Realizada a perícia, constatou-se que todo o consumo cobrado está de acordo com os termos do contrato. O processo foi julgado improcedente, decisão confirmada em segunda instância. Aguardando o julgamento dos recursos cabíveis a serem opostos pela parte autora. b) Trabalhistas: As ações judiciais de natureza trabalhista têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) estabilidade/doença ocupacional; (ii) responsabilidade subsidiária/solidária e (iii) acúmulo de funções. **18. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$867 (R$830 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	646	613
Encargos sociais	176	182
Plano de saúde	35	24
Outros	10	11
	867	830

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Águas de Paraty S.A.	1	1
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	77	242
Total ativo circulante	78	243
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas (b)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	15.457	13.085
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	593	570
Total passivo circulante	16.050	13.655
Resultado com partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Despesas		
Contrato de gestão *(Mangement Fee)* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(3.785)	(3.455)

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Os valores correspondem aos dividendos a pagar. **19. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social realizado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. no montante de R$40.000 em 31 de dezembro de 2023 (R$36.694 em 31 de dezembro de 2022) está representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 22 de dezembro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R$3.306, integralizado mediante capitalização de parte da reserva de retenção de lucros. b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. d) Dividendos: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	9.989	8.803
Constituição da reserva legal–5%	(500)	(440)
Base de cálculo dos dividendos	9.489	8.363
Dividendos mínimos obrigatórios–25%	2.372	2.091

e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

20. Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	82.655	75.672
Receita de construção	19.632	35.872
Cancelamentos	(226)	(183)
	102.061	111.361
PIS e COFINS sobre serviços	(7.580)	(6.948)
Descontos concedidos	(507)	(382)
	93.974	104.031

21. Custos dos serviços prestados	31/12/2023	31/12/2022
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(766)	(942)
Ônus da concessão	(2.557)	(2.270)
Energia elétrica	(5.951)	(6.447)
Custo de construção	(19.632)	(35.872)
Materiais aplicados nos serviços	(4.156)	(3.225)
Salários e benefícios a empregados	(10.782)	(10.430)
Utilização de imóveis e telefonia	(147)	(154)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.646)	(1.724)
Serviços de terceiros	(3.758)	(3.476)
Depreciações e amortizações	(5.748)	(5.468)
Outros custos	(79)	(149)
	(55.222)	(70.157)

22. Despesas gerais e administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Salários e benefícios a empregados	(9.658)	(7.332)
Utilização de imóveis e telefonia	(367)	(404)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(401)	(301)
Serviços de terceiros	(8.211)	(6.922)
Despesas com contencioso	(311)	(778)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(151)	(27)
Depreciações e amortizações	(157)	(124)
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	(1.490)	(1.708)
Reversões de contingências	548	19
Outras despesas	(2.219)	(2.215)
	(22.417)	(19.792)

23. Resultado financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	1.040	763
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(106)	(93)
Juros e multas vinculadas à operação	1.235	1.224
Outras receitas financeiras	5	13
	2.174	1.907
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(1.504)	(1.297)
Juros de mútuo	-	(36)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1.067)	(493)
Atualização monetária das contingências	75	(179)
Tributos sobre operações financeiras	(17)	(48)
Descontos concedidos	(159)	(53)
Outras despesas financeiras	(997)	(549)
	(3.669)	(2.655)
Resultado financeiro	(1.495)	(748)

24. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil administradores–D&O	27/10/2023 a 27/10/2024	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2024 a 17/01/2025	13.000
Riscos operacionais	17/01/2024 a 17/01/2025	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2023 a 31/12/2024	91.101
Riscos ambientais	22/12/2023 a 22/12/2024	5.000
Garantia de concessão	01/01/2024 a 01/01/2025	811
Seguro garantia (*performance bond*)	07/01/2024 a 07/01/2025	6.568
Seguro de veículos	17/10/2023 a 17/10/2024	100
Garantia judicial	24/05/2021 a 22/04/2026	636

25. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Juros capitalizados	(3.536)	(2.716)

Gabriel Roberti – Diretor Gabriela Ferreira Nunes Alves - Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 – CPF: 080.376.027-29

ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da **Águas das Agulhas Negras S.A.** Resende–RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas das Agulhas Negras S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25 de março de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F. Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O.

País

Crimes

Supremo vai rediscutir alcance do foro privilegiado

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai voltar a discutir a partir de amanhã, no plenário virtual, o alcance do foro por prerrogativa de função, ou foro privilegiado. Desde 2018, a regra em vigor é que o foro se aplica apenas aos crimes cometidos por autoridades durante o mandato e relacionados ao exercício do cargo. Contudo, ainda não é um tema pacificado na Corte. O julgamento vai até 8 de abril.

A discussão será feita em um *habeas corpus* ajuizado pelo senador Zequinha Marinho (Podemos-PA). Ele pede a declaração de incompetência da Justiça do Distrito Federal para julgá-lo por suposta prática de "rachadinha" praticada entre 2007 e 2015, quando ele era deputado federal. O argumento é que, desde 2007, ele desempenhou cargos com foro privativo sem interrupção. Por isso, ele entende que a competência para julgá-lo é do Supremo.

Hoje, a orientação do Supremo é que o encerramento do mandato parlamentar implica remessa do processo para a primeira instância. Foi o que aconteceu, por exemplo, com as ações envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O caso foi enviado ao plenário pelo relator, ministro Gilmar Mendes. No despacho, ele apontou que o julgamento pode recalibrar os contornos do foro privilegiado. "No caso dos autos, a tese trazida a debate não apenas é relevante, como também pode reconfigurar o alcance de um instituto que é essencial para assegurar o livre exercício de cargos públicos e mandatos eletivos, garantindo autonomia aos seus titulares", afirmou.

O julgamento vai ser realizado em meio ao debate sobre a competência do Supremo para julgar o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), suspeito de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018. Brazão era vereador na época do crime.

Também há uma discussão sobre a competência do Supremo para julgar os acusados de envolvimento nos atos de 8 de janeiro de 2023 e o caso de hostilidade de uma família de brasileiros contra o ministro Alexandre de Moraes no aeroporto de Roma.

Presídios federais

Mandantes da morte de Marielle, irmãos Brazão são transferidos

PEPITA ORTEGA/AE

Presos sob suspeita de serem os mandantes da morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, o deputado federal Chiquinho Brazão e o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Domingos Brazão foram transferidos ontem, para as Penitenciárias Federais de Campo Grande e Porto Velho, respectivamente.

O ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa, também apontado como "autor intelectual" do crime, seguirá detido no Presídio Federal de Brasília. As detenções têm caráter preventivo, ou seja, não têm data para terminar.

Os irmãos Brazão e Rivaldo foram os principais alvos da Operação Murder Inc., deflagrada no domingo, 24, no bojo da investigação sobre os assassinatos a tiros de Marielle e Anderson, em março de 2018. Eles negam qualquer envolvimento com o caso.

Após serem capturados, no Rio, eles foram ouvidos na Superintendência da Polícia Federal no Estado e depois foram transferidos para Brasília. Agora ficarão custodiado em diferentes Estados.

Como mostrou o Estadão, Rivaldo já foi iniciado pelos crimes apurados na Murder Inc. A PF imputa ao delegado três homicídios qualificados (dois consumados e um tentado), além de delito de chefiar organização criminosa e embaraço de investigação.

Com relação ao deputado Chiquinho Brazão, a PF fez uma representação para autorização do indiciamento, considerando que é necessário a autorização do Supremo Tribunal Federal para a imputação formal de crime a parlamentar federal, considerando o foro por prerrogativa de função.

Quanto a Domingos, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio, o indiciamento só não foi feito em razão de vedação prevista na Lei Orgânica da Magistratura. Os indícios foram remetidos para a Procuradoria-Geral da República (PGR) para a eventual apresentação de denúncia.

Via Láctea

Astrônomos descobrem campo magnético em buraco negro

RAMANA RECH/AE

Uma nova imagem feita pelo projeto de colaboração do Telescópio Event Horizon (EHT, em inglês) revelou campos magnéticos fortes e organizados em espiral na borda do buraco negro Sagittarius A (Sgr A), localizado no centro da Via Láctea

A imagem tem semelhanças com o campo magnético de outro buraco negro muito maior do que o Sgr A, chamado M87, que fica na galáxia Messier 87. Isso sugere que campos magnéticos fortes são comuns para todos os buracos negros.

"Com amostra de dois buracos negros - com galáxias e massas bem diferentes -, é importante determinar no que eles concordam e discordam. Como os dois estão apontando em direção a um campo magnético forte, isso sugere que talvez essa seja uma características universal ou mesmo fundamental desse tipo de sistema", explica a cientista do Projeto EHT, Mariafelicia De Laurentis.

Localizado a 27 mil anos-luz do planeta Terra, o Sgr A teve sua primeira imagem revelada em 2022, em coletivas de imprensa ao redor do mundo. A partir disso, os cientistas notaram que o Sgr A lembrava bastante o M87, que foi o primeiro buraco do negro a ser registrado e é dez vez maior que o outro.

Pesquisas sobre o M87 indicaram que os campos magnéticos da região permitiam que o buraco negro expelisse poderosos jatos de material no ambiente ao redor. As imagens divulgadas no *The Astrophysical Journal Letters* mostram que o mesmo também pode ser verdade para o Sgr A.

Mariafelicia De Laurentis destaca que, enquanto no M87 o lançamento de materiais foi de fácil captura, no caso do Sgr A os pesquisadores ainda não conseguiram registrar essa atividade

LUZ POLARIZADA

Para enxergar o campo magnético, os pesquisadores utilizaram luz polarizada. Luz é uma onda eletromagnética que oscila e se movimenta. Quando tem uma orientação para determinado lado, está polarizada. Mas seres humanos não conseguem distinguir esse efeito da luz normal a olhos nus. No caso do buraco negro, partículas nas linhas do campo magnético têm um padrão de polarização perpendicular ao do campo.

Por meio de equipamentos que capturam a luz polarizada, os pesquisadores conseguem ter mais detalhes sobre as propriedades do gás e dos mecanismos que acontecem nos buracos negros.

Amazônas

Alckmin diz a Macron que País trabalha para desmatamento zero

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, fez ontem, em breve discurso de boas-vindas ao presidente da França, Emmanuel Macron, ao Fórum Econômico Brasil-França, na sede da Fiesp, em São Paulo.

Alckmin disse que a vinda do mandatário francês ao Brasil vai fortalecer e estreitar as relações entre os dois países. O vice-presidente listou algumas medidas adotadas pela gestão Lula nas áreas econômica e ambiental e reiterou o compromisso do presidente Lula com o combate ao desmatamento. "O compromisso do presidente Lula é com o desmatamento zero", afirmou.

Na área econômica, Alckmin citou a aprovação da reforma tributária, o processo em curso de flexibilização da política monetária, a queda da inflação, a geração de empregos e a manutenção da taxa de câmbio.

Meio ambiente

Governo monta força-tarefa para conter desmatamento no Cerrado

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

A preocupação com o avanço do desmatamento no Cerrado, na contramão do que acontece na Amazônia, mobilizou a criação de uma força-tarefa do governo federal com sete estados, mais o Distrito Federal, que detêm porções do segundo maior bioma brasileiro, que ocupa 25% do território nacional. A inciativa é parte dos desdobramentos do Plano de Ação Contra o Desmatamento do Cerrado (PPCerrado), que foi retomado no ano passado.

Uma reunião no Palácio do Planalto, coordenada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, na tarde de ontem, contou com a participação dos governadores Carlos Brandão (Maranhão), Romeu Zema (Minas Gerais), Ronaldo Caiado (Goiás), Mauro Mendes (Mato Grosso), Eduardo Riedel (Mato Grosso do Sul), Wanderlei Barbosa (Tocantins), da vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão; e do secretário de Meio Ambiente da Bahia, Eduardo Sodré.

Também participaram da agenda os ministros Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro; a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva; a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; e a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos.

"Na Amazônia, o governo federal tem um poder de ação muito maior. No Cerrado, são os estados que têm um poder de ação maior", afirmou a ministra Marina Silva a jornalistas, após o encontro. "A grande participação de governadores é uma demonstração de que o problema será resolvido, em um pacto que envolve o governo federal, os governos estaduais, envolve o setor produtivo, a sociedade civil e a comunidade científica", acrescentou.

Além da criação de uma força-tarefa com a participação direta dos próprios governadores, as ações propostas incluem um trabalho de unificação das bases de dados dos estados com o governo federal.

A ideia é retomar a alimentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que foi enfraquecido no governo anterior, levando os estados a desenvolverem suas próprias plataformas de acompanhamento da situação dos imóveis rurais, segundo o governo federal. Além da unificação e cruzamento de informações, de acordo com a Casa Civil, um grupo de trabalho entre ministros e governadores se reunirá periodicamente para acompanhar os dados e tomar decisões.

Fonte de 40% da água doce do país, o Cerrado teve um aumento de 19% nos alertas de desmatamento no mês passado, na comparação com fevereiro de 2023. O bioma perdeu 3.798 quilômetros quadrados (km^2) de vegetação nativa, no acumulado de agosto de 2023 a fevereiro deste ano, de acordo com o monitoramento feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A situação é mais grave e preocupante na região dos estados do Maranhão, de Tocantins, do Piauí e da Bahia - área conhecida pela sigla Matopiba, apontada como a nova fronteira agrícola do país. Quase 75% do desmatamento no Cerrado ocorre nesses quatro estados. Dos 52 municípios responsáveis por metade dos desmatamentos, 50 deles estão no Matopiba.

Durante a reunião, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima fez um alerta sobre os impactos de décadas de degradação do solo com desmatamento, além dos efeitos das mudanças climáticas.

Nota

CÂMARA ESTUDA PERMITIR QUE GUARDAS MUNICIPAIS REVISTEM SUSPEITOS PARA OBTER PROVAS

Um projeto que permite a abordagem de guardas municipais a suspeitos e a obtenção de provas de infrações por meio de revista foi aprovada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados na terça-feira passada. O texto é de autoria do deputado Albuquerque (Republicanos-RR), que, como relator, apresentou alterações à proposta original do deputado Kim Kataguiri (União-SP). O projeto de lei 3.674/2023 estabelece mudanças ao Estatuto Geral das Guardas Municipais, conferindo, segundo Albuquerque, "efetividade à atuação desses órgãos de segurança pública que garantem mais tranquilidade à população de mais de mil municípios do País". No entanto, o relator dispensa a necessidade de alteração do Código de Processo Penal, prevista por Kataguiri originalmente. De acordo com a proposta, a abordagem de guardas municipais aos suspeitos pode ocorrer quando houver justificativas concretas para tal ato, como medida preventiva ou quando os agentes estiverem colaborando com outros órgãos de segurança. O texto afirma que o objetivo da lei é proteger juridicamente os agentes de segurança das Guardas Municipais e garantir que as provas obtidas sejam consideradas lícitas para "inibir a criminalidade"

ÁGUAS DA IMPERATRIZ S.A.

CNPJ 39.523.638/0001-42

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	36.353	-
Despesas antecipadas		16	-
Outros ativos		17	-
		36.386	-
Não circulante			
Ativo de direito de uso	7	776	-
Imobilizado	8	683	-
Intangível	9	307.720	-
		309.179	-
Total do ativo		345.565	-

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	723	-
Passivos de arrendamento	11	252	-
Notas comerciais escriturais	12	842	-
Obrigações tributárias		15	-
Ônus da concessão	13	122.480	-
Débitos com partes relacionadas	15	2.997	-
Outras obrigações		665	-
		127.974	-
Não circulante			
Passivos de arrendamento	11	525	-
Notas comerciais escriturais	12	199.261	-
Tributos diferidos	14	508	-
		200.294	-
Patrimônio líquido	16		
Capital social		20.003	3
Prejuízo acumulado		(2.706)	(3)
		17.297	-
Total passivo e patrimônio líquido		345.565	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(2.223)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(2.223)	-
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	241	-
Despesas financeiras	18	(213)	-
		28	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(2.195)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14b	(508)	-
Prejuízo do exercício		(2.703)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(2.703)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(2.703)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social: Realizado	Capital social: A integralizar	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022 (não auditado)		3	-	(3)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		3	-	(3)	-
Aumento de capital	16	38.424	(18.424)	-	20.000
Prejuízo do exercício		-	-	(2.703)	(2.703)
Saldos 31 de dezembro de 2023		38.427	(18.424)	(2.706)	17.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(2.195)	-
Ajustes para reconciliar o prejuízo e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	70	-
Juros sobre arrendamentos	25	-
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	183	-
Variações no ativo e passivo		
Despesas antecipadas	(16)	-
Outros ativos	(17)	-
Fornecedores	723	-
Obrigações tributárias	15	-
Partes relacionadas, líquidas	2.997	-
Outras obrigações	665	-
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(26)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.424	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(683)	-
Adições ao ativo de contrato e intangível	(183.744)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(184.427)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	20.000	-
Captações de notas comerciais escriturais	198.424	-
Pagamento dos arrendamentos	(68)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	218.356	-
Adição líquida no caixa e equivalentes de caixa	36.353	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.353	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas da Imperatriz S.A. (anteriormente denominada Águas do Brasil SPE IV S.A.) ("Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Feliciano Sodré nº 1014, Várzea, Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela Águas da Imperatriz Participações S.A. (atual denominação da Águas do Brasil SPE V S.A.), tem por objeto social a exploração de serviços públicos relativos à gestão, estruturação de projetos de implantação, expansão, restauração e operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto no Município de Teresópolis, bem como a realização das atividades correlatas, complementares, alternativas ou acessórias e a exploração de receitas autorizadas nos termos do Contrato de Concessão resultante da Concorrência Pública nº 002/2023, processo administrativo nº 16.520/2019, celebrado com o Município de Teresópolis (Poder Concedente) em 01 de dezembro de 2023, com prazo de 25 anos, prorrogáveis, a contar da data de assunção dos serviços e dos sistemas a eles inerentes. Após assinatura do Contrato de Concessão, em 07 de dezembro de 2023, foi emitida a ordem de início, que caracterizou a imediata imissão na posse dos bens dos sistemas existentes à Concessionária, dando início, concomitantemente, ao período de operação assistida e ao período de transferência da operação, a serem encerrados em até 30 (trinta) dias, na data de assunção, com a celebração do termo de transferência do sistema existente, efetivando a transferência do sistema e a prestação dos serviços à Concessionária. Em 11 de setembro de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), resolveram os acionistas aprovar a alteração da denominação social da Concessionária de Águas do Brasil SPE IV S.A. para Águas da Imperatriz S.A. O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R$91.588 em 31 de dezembro de 2023. A Concessionária iniciou suas operações em janeiro de 2024 e espera se que ao longo do exercício de 2024 haja geração de caixa para suprir com suas obrigações, contudo caso haja necessidade, o acionista indireto controlador da Concessionária, possui habilidade e intenção de buscar financiamentos e de prover recursos financeiros adicionais, para eventual de necessidade da Concessionária. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 25 de março de 2024, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.3. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Ônus da concessão: Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 9), pago no início da concessão. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.4. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros - reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, notas comerciais escriturais, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.5. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.6. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50 - Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. **3.8. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Concessionária não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Concessionária está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2023:

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor justo
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**36.345**	**36.345**	-	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	**723**	**723**	-	-
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	**777**	**777**	-	-
Notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	**200.103**	**200.103**	-	-
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	**122.480**	**122.480**	-	-
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	**2.997**	**2.997**	-	-

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre as notas comerciais escriturais e equivalentes de caixa, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	**CDI**	**36.345**	**39.576**	**40.383**	**41.193**
Passivo					
Notas comerciais escriturais	**CDI**	**(201.629)**	**(219.554)**	**(224.030)**	**(228.526)**
Passivo líquido		**(165.284)**	**(179.978)**	**(183.647)**	**(187.333)**
Efeito líquido			**(14.694)**	**(18.363)**	**(22.049)**
CDI (a.a.)		**8,89%**			

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2023 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	**723**	**723**	-	-
Passivos de arrendamento	**777**	**252**	**286**	**239**
Notas comerciais escriturais	**201.629**	**1.629**	**200.000**	-
Ônus da concessão	**122.480**	**122.480**	-	-
Débitos com partes relacionadas	**2.997**	**2.997**	-	-
	328.606	**128.081**	**200.286**	**239**

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde as notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumariados:

	31/12/2023
Passivos de arrendamento (Nota 11)	**777**
Notas comerciais escriturais (Nota 12)	**200.103**
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(36.353)**
Dívida líquida (a)	**164.527**
Total do patrimônio líquido (b)	**17.297**
Total do capital (a+b)	**181.824**
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	**90,49%**

6. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Caixa e bancos	**8**	-
Aplicações financeiras	**36.345**	-
	36.353	-

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Ativo de direito de uso	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 (não auditado) Valor líquido
Imóveis	**846**	**(70)**	**776**	-

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	-	**846**	**(70)**	776

8. Imobilizado	Taxa de depreciação anual	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Depreciação	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Máquinas e Equipamentos	10%	**172**	-	**172**	-
Equipamentos de informática	20%	**398**	-	**398**	-
Móveis e utensílios	10%	**103**	-	**103**	-
Outros		**10**	-	**10**	-
		683	-	**683**	-

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Saldos em 31/12/2023
Máquinas e Equipamentos	-	**172**	**172**
Equipamentos de informática	-	**398**	**398**
Móveis e utensílios	-	**103**	**103**
Outros	-	**10**	**10**
	-	**683**	**683**

A depreciação não foi iniciada devido à Concessionária estar em fase de operação assistida. Os bens serão amortizados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência do Sistema.

9. Intangível	Taxa de amortização anual	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 (não auditado) Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	**24**	-	**24**	-
Outorga da concessão	4,0134%	**307.696**	-	**307.696**	-
		307.720	-	**307.720**	-

A amortização não foi iniciada devido à Concessionária estar em fase de operação assistida. Os bens serão amortizados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência do Sistema.

Movimentação do intangível

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	-	**24**	**24**
Outorga da concessão	-	**307.696**	**307.696**
	-	**307.720**	**307.720**

ÁGUAS DA IMPERATRIZ S.A.

CNPJ 39.523.638/0001-42

10. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Mercadoria	36	-
Serviços	682	-
Outros	5	-
	723	-

11. Passivos de arrendamento

Descrição	Juros	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Arrendamentos (Nota 7)	13,30% a.a.	777	-
Circulante		252	-
Não circulante		525	-

A Concessionária possui contratos de arrendamentos relativos à sede operacional e loja comercial. Os prazos de arrendamento possuem 3 anos. As obrigações da Concessionária nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. A Concessionária está impedida de ceder e sublicenciar os ativos arrendados. No período findo em 31 de dezembro de 2023, os passivos de arrendamento apresentaram as seguintes movimentações:

	31/12/2023
Saldo inicial (não auditado)	-
Adições	846
Juros e encargos financeiros	25
Amortização de principal	(68)
Amortização de juros	(26)
Saldo final	777

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2023
2025	286
2026	239
	525

12. Notas comerciais escriturais

	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Principal	CDI	1,60% a.a.	Outubro/2025	200.000	-
Juros e encargos				1.629	-
(-) Custo de transação a apropriar				(1.526)	-
				200.103	-
Circulante				842	-
Não circulante				199.261	-

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

	31/12/2023
Saldo inicial (não auditado)	-
Captação	200.000
Juros e encargos financeiros	1.629
Custos de transação	(1.576)
Amortização dos custos de transação	50
Saldo final	200.103

Em 02 de outubro de 2023 foram emitidas 200.000 notas comerciais escriturais, em série única, integralizadas em 06 de dezembro de 2023, com garantia fidejussória e valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 200.000, tendo a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora. O prazo de vencimento da dívida é de dois anos, a contar da data de emissão. O saldo do valor nominal unitário não será atualizado monetariamente e deverá ser amortizado em uma única parcela, prevista para 02 de outubro de 2025. Sobre as notas comerciais escriturais incidem juros remuneratórios semestrais correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 1,60% a.a., base 252 dias úteis, desde dezembro de 2023 até a data de vencimento. Os recursos captados serão utilizados exclusivamente para pagamento de outorga fixa e realização de investimentos necessários requeridos pelo contrato de concessão celebrado junto ao Município de Teresópolis, relativos à gestão, estruturação de projetos de implantação, expansão, restauração e operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. *Covenants:* As notas comerciais escriturais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. **13. Ônus da concessão:** O montante de R$ 122.480, no passivo circulante, corresponde à segunda parcela da outorga fixa, que será paga em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após assinatura do Contrato de Concessão, com vencimento previsto para 01 de dezembro de 2024. **14. Tributos diferidos:** a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022 (não auditado)	Resultado	31/12/2023
Arrendamentos	-	1	1
Ativo fiscal diferido	-	1	1
Juros capitalizados	-	(509)	(509)
Passivo fiscal diferido	-	(509)	(509)
Tributos diferidos, líquidos	-	(508)	(508)

b) Conciliação da taxa efetiva:

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(2.195)	-
Alíquota nominal	34%	-
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	746	-
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(1.222)	-
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	(32)	-
Total do imposto de renda e da contribuição social	(508)	-
Alíquota efetiva	23,13%	-

15. Partes relacionadas:

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Passivo circulante		
Débitos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	708	-
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	2.289	-
	2.997	-

Refere-se às aquisições e despesas pagas pela acionista indireta e uma de suas controladas relativas a máquinas, equipamentos, móveis, serviços de terceiros (assessoria jurídica e consultorias), taxas, entre outras contas a pagar. **16. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito por Águas da Imperatriz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 38.427 (R$ 3 em 31 de dezembro de 2022) e o capital a integralizar é de R$ 18.424 perfazendo R$ 20.003 de capital realizado, que está representado por 38.426.719 (trinta e oito milhões e quatrocentos e vinte e seis mil e setecentos e dezenove) ações ordinárias, nominativas, no valor de um real cada uma. Em setembro de 2023 a acionista Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. cedeu e transferiu as ações de sua titularidade, no valor total de R$ 3, para a Águas da Imperatriz Participações S.A., que aprovou em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") dos acionistas o aumento de capital social no valor de R$ 38.424, sendo R$ 20.000 integralizados em moeda corrente nacional e R$ 18.424 a serem integralizados até o mês de setembro de 2033, conforme previsto na referida AGE.

17. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Despesas com pessoal	(6)	-
Utilização de imóveis e telefonia	(65)	-
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(92)	-
Serviços de terceiros	(829)	-
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(3)	-
Depreciações e amortizações	(70)	-
Despesas com informática	(603)	-
Despesas com viagens	(99)	-
Outras despesas	(456)	-
	(2.223)	-

18. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	253	-
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(12)	-
	241	-
Despesas financeiras		
Juros sobre notas comerciais escriturais	(133)	-
Juros sobre arrendamentos	(25)	-
Tributos sobre operações financeiras	(1)	-
Custo de transação	(50)	-
Outras despesas financeiras	(4)	-
	(213)	-
Resultado financeiro	28	-

19. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil geral	17/01/2024 a 17/01/2025	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2023 a 31/12/2024	91.101
Riscos operacionais	17/01/2024 a 17/01/2025	75.000
Riscos ambientais	22/12/2023 a 22/12/2024	5.000
Garantia de concessão	30/11/2023 a 01/12/2024	7.685
Veículos	29/12/2023 a 17/10/2024	1.000

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: A Concessionária possui obrigação de pagamento da outorga fixa devida ao Município de Teresópolis e a Companhia Estadual de Água e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE, em duas parcelas, sendo a primeira parcela no valor R$ 183.720 paga em 06 de dezembro de 2023. A segunda parcela, no valor R$ 122.480 deve ser paga até 01 de dezembro de 2024. A Concessionária possui os seguintes compromissos mensais de pagamento: • Pagamento de outorga mensal destinado ao município atendido pela prestação dos serviços no valor correspondente a 1% (um por cento) calculados sobre a receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território; • Pagamento a título de custo da regulação e fiscalização destinado à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA no valor correspondente a 0,5% (meio por cento) calculados sobre a receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território; e • Pagamento a título de custo de manutenção, proteção e preservação das nascentes destinado ao Fundo de Proteção e Preservação das Nascentes, a ser criado pelo Município de Teresópolis, no valor correspondente a 1% (um por cento) calculados sobre a receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território. A Concessionária também possui compromissos: (i) em relação a cobertura de água potável de atender 99% da população até 2028 em todo o município da concessão; (ii) com relação à cobertura de esgotamento sanitário de atender 90% da população até 2033 em todo o município da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas até 2033 para 25%. **21. Transações que não envolvem caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Arrendamentos	(846)	-
Juros capitalizados	(1.496)	-
	(2.342)	-

22. Eventos subsequentes: Em 06 de janeiro de 2024, a Concessionária celebrou juntamente com o Poder Concedente o termo de transferência do sistema existente. Sendo assim, a Concessionária assume a operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto do Município de Teresópolis, compreendendo a área urbana da sede municipal e respectivos distritos urbanos, além dos aglomerados rurais com mais de 50 (cinquenta) residências unifamiliares em um raio inferior a 500 (quinhentos) metros, onde os serviços serão prestados.

Carlos Eduardo Tavares de Castro – Diretor; Marcio Salles Gomes – Diretor; Gabriela Ferreira Nunes Alves – Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 – CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da **Águas da Imperatriz S.A.** (anteriormente denominada Águas do Brasil SPE IV S.A.) - Teresópolis - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas da Imperatriz S.A. (anteriormente denominada Águas do Brasil SPE IV S.A.) ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes:* As demonstrações financeiras da Concessionária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25 de março de 2024. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

EMBAIXADA

Moraes pede para PGR se manifestar sobre Bolsonaro

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste em até cinco dias sobre a ida do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à embaixada da Hungria, após a retenção dos seus passaportes no inquérito do golpe.

Qualquer decisão no caso, como a imposição de medidas cautelares complementares, só será tomada após o parecer da PGR.

A defesa do ex-presidente disse mais cedo, em manifestação ao STF, que a visita foi uma "agenda política" e que não havia motivo para Bolsonaro articular uma fuga porque, àquela altura, sua prisão preventiva era "improvável". Os advogados argumentaram que, se fosse mandar prender Bolsonaro, o ministro Alexandre de Moraes não teria mandado recolher seus passaportes

A visita de Bolsonaro à Embaixada da Hungria foi revelada pelo jornal americano *The New York Times*, o que levantou suspeitas da Polícia Federal.

A PF decidiu investigar se o ex-presidente tentou articular uma manobra diplomática para evitar ser preso no inquérito que apura a tentativa de golpe. Os policiais federais querem saber, por exemplo, se a visita à embaixada tem relação com algum pedido de asilo político, o que a defesa nega.

Especialistas ouvidos pelo *Estadão* avaliam que o ex-presidente pode ser preso preventivamente na investigação se ficar comprovado que ele tentou se antecipar a um eventual mandado de prisão, o que poderia configurar uma tentativa de impedir a aplicação da lei penal.

As embaixadas têm o status de território diplomático, o que significa que qualquer decisão judicial, inclusive do STF, precisa de autorização do país que representam para ser cumprida nos limites do prédio.

60 anos

PT deve ignorar Lula e participar de protestos sobre golpe militar

CAIO SPECHOTO/AE

Nota do Diretório Nacional do PT divulgada ontem, afirma que o partido apoiará e participará de atos relacionados aos 60 anos do golpe militar de 1964.

A postura contrasta com a do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que quer evitar manifestações da gestão sobre o assunto para não causar estresses entre o Executivo e os militares.

"O PT apoiará e participará dos atos e manifestações da sociedade previstos para os dias 31 de março e 1º de abril em diversos pontos do País, além das atividades organizadas por sua fundação, a Fundação Perseu Abramo, sobre os 60 anos do Golpe de 1964", afirma a resolução.

"Às vésperas do dia de memória dos 60 anos do golpe de Estado de 1964, o Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com a defesa da democracia no País, valor presente no DNA originário do partido desde sua fundação em 10 de fevereiro de 1980", afirma o texto.

A nota é relativa a reunião realizada na terça-feira passada. O Diretório Nacional do PT se reúne regularmente, e é comum a publicação de textos que resumam as discussões na cúpula do partido.

DATAFOLHA

Imagem do STF melhora, e petistas confiam mais em instituições que bolsonaristas

JULIANO GALISI/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) está melhor avaliado entre os brasileiros, segundo pesquisa Datafolha divulgada na terça-feira passada. A reprovação à Corte caiu dez pontos porcentuais desde o último levantamento, em dezembro, passando de 38% para 28%. É o segundo menor patamar desde que essa pergunta passou a integrar os questionários de pesquisa. A aprovação do Supremo seguiu estável, variando positivamente dentro da margem de erro, de 27% para 29%.

O Datafolha realizou 2.002 entrevistas presenciais entre os dias 19 e 20 de março, em 147 municípios do País. A margem de erro é de dois pontos porcentuais para mais ou menos.

O porcentual de brasileiros que não confiam no Supremo ainda é maior do que aqueles que confiam. Segundo a pesquisa, 39% dos entrevistados dizem não confiar no STF, ante 37% que confiam nos magistrados. Os resultados estão empatados, dentro da margem de erro.

O Datafolha também questionou se os entrevistados se afirmavam petistas ou simpatizantes do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Entre bolsonaristas, 67% dizem que desconfiam do STF, ante 32% que confiam na Corte; entre os adeptos do PT, o panorama se inverte, com 79% de confiança do Supremo contra 18% de desconfiança.

CONFIABILIDADE

Além do STF, outras instituições tiveram a confiabilidade medida pelo Datafolha. As Forças Armadas e as grandes empresas brasileiras obtiveram o melhor grau de confiança entre os entrevistados. As Forças Armadas figuram com 37% de entrevistados que confiam muito na instituição, o melhor índice entre as opções estimuladas aos entrevistados. A pesquisa mostra ainda que 51% dizem que confiam um pouco nas grandes corporações do País e 25% afirmam que confiam muito.

Nota

BRUNO REIS, PRÉ-CANDIDATO À REELEIÇÃO, LIDERA DISPUTA À PREFEITURA DE SALVADOR

Na disputa à prefeitura de Salvador deste ano, o prefeito Bruno Reis (União), pré-candidato à reeleição, lidera nos dois cenários testados na pesquisa RealTime Big Data, divulgada ontem. O atual chefe do Executivo tem entre 43% e 48% das intenções de voto na cidade. Em segundo lugar, nos dois cenários, aparece vice-governador da Bahia, Geraldo Junior (MDB), com 18%. No primeiro cenário estimulado, quando os nomes dos pré-candidatos são apresentados aos entrevistados, Bruno Reis tem 48% das intenções de voto e Geraldo Junior, 18%, uma diferença de 30 pontos porcentuais. Em terceiro lugar está o pré-candidato do PSOL, Kleber Rosa, com 7% das intenções de voto. Já a Professora Luciana Buck (Novo) tem 3%. Outros 12% dos entrevistados não souberam ou não quiseram responder e 12% pretendem votar nulo ou branco. Em segundo cenário de pesquisa estimulada, com a inclusão do nome de João Roma (PL), ex-deputado federal e ex-ministro do governo de Jair Bolsonaro, Bruno Reis tem 43%.

ÁGUAS DA IMPERATRIZ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 51.218.252/0001-22

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	36.359
Despesas antecipadas		4	20
Outros ativos		-	17
		10	36.396
Não circulante			
Ativo de direito de uso	7	-	776
Investimentos	8	17.297	-
Imobilizado	9	-	683
Intangível	10	-	307.720
		17.297	309.179
Total do ativo		17.307	345.575

Passivo	Notas	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	11	-	723
Passivos de arrendamento	12	-	252
Notas comerciais escriturais	13	-	842
Obrigações tributárias		-	15
Ônus da concessão	14	-	122.480
Débitos com partes relacionadas	16	12	3.009
Outras obrigações		-	665
		12	127.986
Não circulante			
Passivos de arrendamento	12	-	525
Notas comerciais escriturais	13	-	199.261
Tributos diferidos	15	-	508
		-	200.294
Patrimônio líquido	17		
Capital social		20.001	20.001
Prejuízo acumulado		(2.706)	(2.706)
		17.295	17.295
Total passivo e patrimônio líquido		17.307	345.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados Período compreendido entre 28 de junho de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(3)	(2.226)
Resultado de equivalência patrimonial		(2.703)	-
		(2.706)	(2.226)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(2.706)	(2.226)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	-	241
Despesas financeiras	19	-	(213)
		-	28
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(2.706)	(2.198)
Imposto de renda e contribuição social–diferido	15b	-	(508)
Prejuízo do exercício		(2.706)	(2.706)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes Período compreendido entre 28 de junho de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Prejuízo do exercício	(2.706)	(2.706)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(2.706)	(2.706)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Período compreendido entre 28 de junho de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social Realizado	Capital social A integralizar	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 28 de junho de 2023		-	-	-	-
Subscrição e integralização de capital	18	38.434	(18.433)	-	20.001
Prejuízo do exercício		-	-	(2.706)	(2.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		38.434	(18.433)	(2.706)	17.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa Período compreendido entre 28 de junho de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023(Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes dos tributos sobre o lucro	(2.706)	(2.198)
Ajustes para reconciliar o prejuízo e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	-	70
Juros sobre arrendamentos	-	25
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	-	183
Resultado de equivalência patrimonial	2.703	-
Variações no ativo e passivo		
Despesas antecipadas	(4)	(20)
Outros ativos	-	(17)
Fornecedores	-	723
Obrigações tributárias	-	15
Partes relacionadas, líquidas	12	3.009
Outras obrigações	-	665
Pagamento de juros sobre arrendamentos	-	(26)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5	2.429
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	-	(683)
Adições ao ativo de contrato e intangível	-	(183.744)
Aporte de capital em investidas	(20.000)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(20.000)	(184.427)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	20.001	20.001
Captações de notas comerciais escriturais	-	198.424
Pagamento dos arrendamentos	-	(68)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	20.001	218.357
Adição líquida no caixa e equivalentes de caixa	6	36.359
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	36.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Período compreendido entre 28 de junho de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas da Imperatriz Participações S.A. (anteriormente denominada Águas do Brasil SPE V S.A.) ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Almirante Lúcio Meira nº 670, sala 704, Várzea, Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro–Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.–SAAB, tem por objeto a participação em outras sociedades. A Companhia possui como investimento a participação na controlada Águas da Imperatriz S.A. (atual denominação da Águas do Brasil SPE IV S.A.), que tem como seu objeto a prestação dos serviços públicos relativos à gestão, estruturação de projetos de implantação, expansão, restauração e operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto no Município de Teresópolis, bem como a realização das atividades correlatas, complementares, alternativas ou acessórias e a exploração de receitas autorizadas nos termos do Contrato de Concessão resultante da Concorrência Pública nº 002/2023, processo administrativo nº 16.520/2019, celebrado com o Município de Teresópolis (Poder Concedente) em 01 de dezembro de 2023, com prazo de 25 anos, prorrogáveis, a contar da data de assunção dos serviços e dos sistemas a eles inerentes. Após assinatura do Contrato de Concessão, em 07 de dezembro de 2023, foi emitida a ordem de início, que caracterizou a imediata imissão na posse dos bens dos sistemas existentes à Águas da Imperatriz S.A., dando início, concomitantemente, ao período de operação assistida e ao período de transferência da operação, a serem encerrados em até 30 (trinta) dias, na data de assunção, com a celebração do termo de transferência do sistema existente, efetivando a transferência do sistema e a prestação dos serviços à Águas da Imperatriz S.A. Em 11 de setembro de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), resolveram os acionistas aprovar a alteração da denominação social da Companhia de Águas do Brasil SPE V S.A. para Águas da Imperatriz Participações S.A. O passivo circulante consolidado está superior ao ativo circulante no montante de R$91.590 em 31 de dezembro de 2023. A investida da Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2024 e espera se que ao longo do exercício de 2024 haja geração de caixa para suprir com suas obrigações, contudo caso haja necessidade, o acionista controlador da Companhia, possui habilidade e intenção de buscar financiamentos e de prover recursos financeiros adicionais, para eventual de necessidade da Companhia e sua controlada. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia. Em 22 de março de 2024, a diretoria executiva da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações financeiras da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo. Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. O resultado, e cada componente de outros resultados abrangentes, são atribuídos aos sócios controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos sócios não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos, passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento da Companhia em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e de sua controlada, cuja participação percentual na data do balanço encontra-se apresentada abaixo.

	Participação 31/12/2023
Águas da Imperatriz S.A.	100%

3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para o Grupo. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.3. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: O Grupo reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelo Grupo. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelo Grupo. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Ônus da concessão: Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 9), pago no início da concessão. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela investida, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.4. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros–custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros–valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros–mensuração inicial: No reconhecimento inicial o Grupo mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros–reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros do Grupo são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, notas comerciais escriturais, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros–mensuração subsequente:" • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.5. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos do Grupo são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da controladora e sua consolidada. **3.6. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. A investida Águas da Imperatriz S.A. é optante pelo lucro real, o imposto de renda foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, definidos pela legislação vigente, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50–Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à ao Grupo. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, pois o Grupo não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **3.9. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. O Grupo não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo. Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. O Grupo está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Grupo requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pelo Grupo. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** O Grupo efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2023:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Controladora 31/12/2023 Valor contábil	Controladora 31/12/2023 Valor Justo	Consolidado 31/12/2023 Valor contábil	Consolidado 31/12/2023 Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	-	-	36.345	36.345
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	-	-	723	723
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	-	-	777	777
Notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	-	-	200.103	200.103
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	-	-	122.480	122.480
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	12	12	3.009	3.009

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pelo Grupo, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. O Grupo utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia e sua controlada obtém notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O Grupo também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre as notas comerciais escriturais e equivalentes de caixa, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Consolidado Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	36.345	39.576	40.383	41.193
Passivo					
Notas comerciais escriturais	CDI	(201.629)	(219.554)	(224.030)	(228.526)
Passivo líquido		(165.284)	(179.978)	(183.647)	(187.333)
Efeito líquido			(14.694)	(18.363)	(22.049)
CDI (a.a.)		8,89%			

5.3. Risco de liquidez: É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2023 (valores não descontados):

	Consolidado Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	723	723	-	-
Passivos de arrendamento	777	252	286	239
Notas comerciais escriturais	201.629	1.629	200.000	-
Ônus da concessão	122.480	122.480	-	-
Débitos com partes relacionadas	3.009	3.009	-	-
	328.618	128.093	200.286	239

5.4. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde as notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumariados:

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Passivos de arrendamento (Nota 12)	-	777
Notas comerciais escriturais (Nota 13)	-	200.103
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(6)	(36.359)
Dívida líquida (a)	(6)	164.521
Total do patrimônio líquido (b)	17.295	17.295
Total do capital (a+b)	17.289	181.816
Índice de alavancagem financeira–% [a/(a+b)]	-	90,49%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Caixa e bancos	6	14
Aplicações financeiras	-	36.345
	6	36.359

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata,

ÁGUAS DA IMPERATRIZ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 51.218.252/0001-22

representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Ativo de direito de uso

	Consolidado 31/12/2023		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	846	(70)	776

Movimentação do ativo de direito de uso

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	-	846	(70)	776

8. Investimentos: Os valores dos investimentos estão representados no quadro resumo a seguir:

	Controladora			
	Investimentos		Equivalência patrimonial	
Investidas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Águas da Imperatriz S.A.	17.297	-	(2.703)	-
	17.297	-	(2.703)	-

Movimentação dos investimentos nas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora			
Investidas	28/06/2022	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	31/12/2023
Águas da Imperatriz S.A.	-	20.000	(2.703)	17.297
	-	20.000	(2.703)	17.297

As principais informações das controladas em 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Águas da Imperatriz S.A.	36.386	309.179	127.974	200.294	17.297	(2.703)

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	Consolidado 31/12/2023		
		Custo	Depreciação	Valor líquido
Máquinas e Equipamentos	10%	172	-	172
Equipamentos de informática	20%	398	-	398
Móveis e utensílios	10%	103	-	103
Outros		10	-	10
		683	-	683

Movimentação do imobilizado

	Consolidado		
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Saldos em 31/12/2023
Máquinas e Equipamentos	-	172	172
Equipamentos de informática	-	398	398
Móveis e utensílios	-	103	103
Outros	-	10	10
	-	683	683

A depreciação não foi iniciada devido à investida estar em fase de operação assistida. Os bens serão amortizados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência do Sistema.

10. Intangível

	Taxa de amortização anual	Consolidado 31/12/2023		
		Custo	Amortização	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	24	-	24
Outorga da concessão	4,0134%	307.696	-	307.696
		307.720	-	307.720

A amortização não foi iniciada devido à investida estar em fase de operação assistida. Os bens serão amortizados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência do Sistema.

Movimentação do intangível

	Consolidado		
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	-	24	24
Outorga da concessão	-	307.696	307.696
	-	307.720	307.720

11. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	Consolidado 31/12/2023
Mercadoria	36
Serviços	682
Outros	5
	723

12. Passivos de arrendamento

Descrição	Juros	Consolidado 31/12/2023
Arrendamentos (Nota 7)	13,30% a.a.	777
Circulante		252
Não circulante		525

A investida possui contratos de arrendamentos relativos à sede operacional e loja comercial. Os prazos de arrendamento possuem 3 anos. As obrigações da investida nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. A investida está impedida de ceder e sublicenciar os ativos arrendados. No período findo em 31 de dezembro de 2023, os passivos de arrendamento apresentaram as seguintes movimentações:

	Consolidado 31/12/2023
Saldo inicial	-
Adições	846
Juros e encargos financeiros	25
Amortização de principal	(68)
Amortização de juros	(26)
Saldo final	777

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado 31/12/2023
2025	286
2026	239
	525

13. Notas comerciais escriturais

	Consolidado			
	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2023
Principal	CDI	1,60% a.a.	Outubro/2025	200.000
Juros e encargos				1.629
(-) Custo de transação a apropriar				(1.526)
				200.103
Circulante				842
Não circulante				199.261

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

	Consolidado 31/12/2023
Saldo inicial	-
Captação	200.000
Juros e encargos financeiros	1.629
Custos de transação	(1.576)
Amortização dos custos de transação	50
Saldo final	200.103

Em 02 de outubro de 2023 foram emitidas 200.000 notas comerciais escriturais, em série única, integralizadas em 06 de dezembro de 2023, com garantia fidejussória e valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 200.000 para distribuição pública pelo rito de registro automático de distribuição da investida Águas da Imperatriz S.A., tendo a instituição financeira Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora. O prazo de vencimento da dívida é de dois anos, a contar da data de emissão. O saldo do valor nominal unitário não será atualizado monetariamente e deverá ser amortizado em uma única parcela, prevista para 02 de outubro de 2025. Sobre as notas comerciais escriturais incidem juros remuneratórios semestrais correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 1,60% a.a., base 252 dias úteis, desde dezembro de 2023 até a data de vencimento. Os recursos captados serão utilizados exclusivamente para pagamento de outorga fixa e realização de investimentos necessários requeridos pelo contrato de concessão celebrado junto ao Município de Teresópolis, relativos à gestão, estruturação de projetos de implantação, expansão, restauração e operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Covenants: As notas comerciais escriturais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. **14. Ônus da concessão:** O montante de R$ 122.480, no passivo circulante, corresponde à segunda parcela da outorga fixa, que será paga pela investida em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após assinatura do Contrato de Concessão, com vencimento previsto para 01 de dezembro de 2024. **15. Tributos diferidos:** a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	Consolidado		
	31/12/2022	Resultado	31/12/2023
Arrendamentos	-	1	1
Ativo fiscal diferido	-	1	1
Juros capitalizados	-	(509)	(509)
Passivo fiscal diferido	-	(509)	(509)
Tributos diferidos, líquidos	-	(508)	(508)

b) Conciliação da taxa efetiva

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(2.706)	(2.198)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social–alíquotas vigentes	920	747
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Resultado de Equivalência Patrimonial (consolidado)	(919)	-
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	-	(1.222)
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	(1)	(33)
Total do imposto de renda e da contribuição social	-	(508)
Alíquota efetiva	-	23,13%

16. Partes relacionadas

Passivo circulante	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Débitos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	-	708
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	12	2.301
	12	3.009

Refere-se às aquisições e despesas pagas pela acionista indireta e uma de suas controladas relativas a máquinas, equipamentos, móveis, serviços de terceiros (assessoria jurídica e consultorias), taxas, entre outras contas a pagar. **17. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 38.434 e o capital a integralizar é de R$ 18.433 perfazendo R$ 20.001 de capital realizado, que está representado por 38.433.719 (trinta e oito milhões, quatrocentos e trinta e três mil e setecentos e dezenove) ações ordinárias, nominativas, no valor de um real cada uma. Nos meses de junho e setembro de 2023, em Assembleia Geral de Constituição e Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, respectivamente, foram aprovados os aumentos de capital social no total de R$ 38.434, sendo R$ 20.001 integralizados em moeda corrente nacional e R$ 18.433 a integralizar.

18. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado 31/12/2023
Despesas com pessoal	(6)
Utilização de imóveis e telefonia	(65)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(92)
Serviços de terceiros	(829)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(3)
Depreciações e amortizações	(70)
Despesas com informática	(603)
Despesas com viagens	(99)
Outras despesas	(459)
	(2.226)

19. Resultado financeiro

	Consolidado 31/12/2023
Receitas financeiras	
Rendimento com aplicações financeiras	253
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(12)
	241
Despesas financeiras	
Juros sobre notas comerciais escriturais	(133)
Juros sobre arrendamentos	(25)
Tributos sobre operações financeiras	(1)
Custo de transação	(50)
Outras despesas financeiras	(4)
	(213)
Resultado financeiro	28

20. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil geral	17/01/2024 a 17/01/2025	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2023 a 31/12/2024	91.101
Riscos operacionais	17/01/2024 a 17/01/2025	75.000
Riscos ambientais	22/12/2023 a 22/12/2024	5.000
Garantia de concessão	30/11/2023 a 01/12/2024	7.685
Veículos	29/12/2023 a 17/10/2024	1.000

21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: A investida Águas da Imperatriz S.A. possui obrigação de pagamento da outorga fixa devida ao Município de Teresópolis e a Companhia Estadual de Água e Esgotos do Rio de Janeiro–CEDAE, em duas parcelas, sendo a primeira parcela no valor R$ 183.720 paga em 06 de dezembro de 2023. A segunda parcela, no valor R$ 122.480 deve ser paga até 01 de dezembro de 2024. A Águas da Imperatriz S.A. possui os seguintes compromissos mensais de pagamento: • Pagamento de outorga mensal destinado ao município atendido pela prestação dos serviços no valor correspondente a 1% (um por cento) calculados sobre a receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território; • Pagamento a título de custo da regulação e fiscalização destinado à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro–AGENERSA no valor correspondente a 0,5% (meio por cento) calculados sobre a receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território; e • Pagamento a título de custo de manutenção, proteção e preservação das nascentes destinado ao Fundo de Proteção e Preservação das Nascentes, a ser criado pelo Município de Teresópolis, no valor correspondente a 1% (um por cento) calculados sobre a receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território. A Águas da Imperatriz S.A. também possui compromissos: (i) em relação a cobertura de água potável de atender 99% da população até 2028 em todo o município da concessão; (ii) com relação à cobertura de esgotamento sanitário de atender 90% da população até 2033 em todo o município da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas até 2033 para 25%. **22. Transações que não envolvem caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado 31/12/2023
Arrendamentos	(846)
Juros capitalizados	(1.496)
	(2.342)

23. Eventos subsequentes: Em 06 de janeiro de 2024, a investida celebrou juntamente com o Poder Concedente o termo de transferência do sistema existente. Sendo assim, a Águas da Imperatriz S.A. assume a operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto do Município de Teresópolis, compreendendo a área urbana da sede municipal e respectivos distritos urbanos, além dos aglomerados rurais com mais de 50 (cinquenta) residências unifamiliares em um raio inferior a 500 (quinhentos) metros, onde os serviços serão prestados.

Carlos Eduardo Tavares de Castro – Diretor; Marcio Salles Gomes – Diretor; Gabriela Ferreira Nunes Alves
Contadora CRC/RJ 100510/O-9 – CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Aos acionistas da **Águas da Imperatriz Participações S.A.** Teresópolis–RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Águas da Imperatriz Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 28 de junho 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para período de 28 de junho a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 22 de março de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O.

Manhã Tarde Noite 27º 21º 65% 05:58 17:55 **OUTONO:** Sol com nuvens durante o dia. Com chuva a qualquer hora.

Rio de Janeiro

SAÚDE

Em meio a crise em hospitais, Nísia anuncia novo secretário

FABIANA CAMBRICOLI/AE

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou na terça-feira, o médico sanitarista Adriano Massuda como novo secretário de Atenção Especializada à Saúde da pasta. Ele assume o cargo do também médico Helvécio Magalhães, exonerado na semana passada em meio à crise nos hospitais federais no Rio.

Massuda será responsável pela área que cuida da assistência de média e alta complexidade no SUS, inclusive o Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), responsável pela administração das seis unidades federais que vêm sendo alvos de denúncias de irregularidades e negligência. O novo secretário herdará ainda a missão de enfrentar as enormes filas do SUS para cirurgias, exames e consultas com especialistas, tema de um programa do governo federal iniciado no ano passado.

Médico formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Massuda é professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e já foi secretário-executivo substituto do Ministério da Saúde entre 2011 e 2012, e secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos da pasta em 2015. Foi ainda titular da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba entre 2013 e 2015.

De acordo com o ministério, o novo secretário tem mestrado e doutorado em Saúde Coletiva na área de Política, Planejamento e Gestão em Saúde pela Unicamp e, entre os anos de 2016 a 2020, foi pesquisador-visitante no Departamento de Saúde Global e Populações da Escola de Saúde Pública da Universidade Harvard, nos Estados Unidos.

"Sanitarista brasileiro com trajetória reconhecida, Adriano tem experiências importantes tanto na gestão, dentro e fora do Ministério da Saúde quanto na área acadêmica, sendo um pensador da saúde pública e do SUS. Tudo o que eu considero importante para um desafio tão grande", disse Nísia, em post nas redes sociais da pasta.

A troca na secretaria ocorreu após uma série de denúncias veiculadas em reportagem do Fantástico, da TV Globo, no último dia 17 sobre a situação de abandono das seis unidades federais no Rio. O problema se arrasta há anos e inclui medicamentos vencidos, equipamentos novos danificados, leitos fechados e problemas de infraestrutura que colocam em risco as unidades. A reportagem mostrou que, em meio ao cenário de caos e precariedade, pacientes aguardam até dez anos por cirurgias.

Embora o problema na rede de hospitais federais do Rio não seja novo, Helvécio acabou caindo por ter seu nome envolvido na indicação de uma representante de uma empresa de construção civil para reuniões e eventual prestação de serviço nos hospitais.

Segundo a reportagem do Fantástico, a mulher não tinha nenhum cargo público, mas se apresentou como enviada pelo secretário para conduzir estudos sobre a estrutura das unidades. Ela já havia sido funcionária da Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais quando Helvécio atuava como titular da pasta mineira. A situação foi denunciada por funcionários ao Ministério Público Federal (MPF). Helvécio disse ao Fantástico que enviou a representante da empresa de construção civil porque ela estava no processo de contratação como consultora.

A crise nos hospitais federais do Rio foi um dos temas pelo qual a ministra da Saúde, Nísia Trindade, foi cobrada na última reunião ministerial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com relatos feitos à Coluna do Estadão, Lula reforçou sua confiança em Nísia mas disse que ela deveria "trocar quem tiver de trocar" para resolver o problema na capital fluminense.

EMPRÉSTIMOS

Sete pessoas são presas por suspeita de golpes contra idosos

VINICIUS LISBOA/ABRASIL

Um grupo de sete pessoas foi preso em flagrante na terça-feira passada, no Rio de Janeiro, sob suspeita de formar uma quadrilha que roubava informações de idosos para obter empréstimos com seus nomes. Os alvos preferenciais eram aposentados e pensionistas.

Policiais civis da 21ª e da 38ª Delegacias de Polícia (DP), em Bonsucesso e Brás de Pina, respectivamente, efetuaram as prisões em um local que funcionava como um *call center* ilegal em Bonsucesso, na zona norte do Rio. Segundo a Polícia Civil, as equipes identificaram a central em pleno funcionamento, com seis atendentes e uma faxineira.

"Do lado de fora, os policiais perceberam que havia um homem tentando fugir da ação. Após investigações, os agentes verificaram que ele era o proprietário e responsável pelo local", informou a polícia.

Foram apreendidos computadores, HDs, telefones celulares, cadernos de anotações e até uma cesta recheada com chocolates e outros itens que serviria como prêmio para quem batesse as metas.

A Polícia Civil informou que parte do grupo confessou os crimes e admitiu que ligava para as vítimas, preferencialmente idosas, com a falsa alegação de que oferecia cartões de crédito.

Quando aceitavam a proposta, as vítimas recebiam um link e, ao acessarem, tinham seus dados biométricos roubados e usados na obtenção dos empréstimos fraudulentos em seus nomes.

O golpe também era aplicado contra segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.

CNPJ 02.150.327/0001-75

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	37.825	42.512
Contas a receber de clientes	7	33.937	30.298
Estoques		436	427
Despesas antecipadas		379	104
Créditos com partes relacionadas	20	134	580
Tributos a recuperar		221	1.242
Outros ativos		2.945	325
		75.877	75.488
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	2.166	1.387
Tributos diferidos	17	2.956	2.767
Depósitos judiciais		2.525	2.437
Operações com derivativos		154	177
Ativo de direito de uso	9	333	281
Imobilizado	10	1.398	1.326
Ativo de contrato	11	49.820	53.402
Intangível	12	127.730	90.328
		187.082	152.105
Total do ativo		262.959	227.593

Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	13	2.262	1.254
Empréstimos e financiamentos	14	13.005	11.340
Passivos de arrendamento	14	315	121
Notas comerciais escriturais	15	15.566	2.913
Obrigações tributárias	16	2.804	1.753
Obrigações trabalhistas		3.582	3.080
Obrigações com acionistas	20	13.756	12.229
Ônus da concessão	18	486	408
Débitos com partes relacionadas	20	969	1.074
Outras obrigações		1.748	1.452
		54.493	35.624
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	46.885	38.938
Passivos de arrendamentos	14	57	182
Notas comerciais escriturais	15	31.911	44.656
Provisões para contingências	19	5.452	3.433
		84.305	87.209
Patrimônio líquido	21		
Capital social		52.600	52.600
Reservas de lucros		52.561	52.160
Dividendos adicionais propostos		19.000	-
		124.161	104.760
Total do passivo e patrimônio líquido		262.959	227.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	22	190.377	159.138
Custo dos serviços prestados	23	(85.820)	(64.539)
Lucro bruto		104.557	94.599
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(49.969)	(43.987)
Outras receitas (despesas) operacionais		580	(788)
		(49.389)	(44.775)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		55.168	49.824
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	7.953	7.759
Despesas financeiras	25	(13.939)	(11.701)
		(5.986)	(3.942)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		49.182	45.882
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17b	(14.186)	(13.045)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17b	189	(543)
Lucro líquido do exercício		35.185	32.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	35.185	32.294
Total do resultado abrangente do exercício	35.185	32.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	49.182	45.882
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	7.977	6.498
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação	4.086	4.168
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	6.821	6.196
Ganho com operações de *swap*	(57)	(9)
Variações monetárias	472	324
Atualização monetária das contingências	501	(40)
Perdas de créditos das contas a receber	9.192	10.762
Reversão para contingências	1.518	(893)
Resultado na alienação de imobilizado	(44)	145
Perda com derivativos	24	48
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	(12.831)	(12.979)
Estoques	(9)	1.021
Depósitos judiciais	(88)	(103)
Tributos a recuperar	(199)	(950)
Despesas antecipadas	(275)	342
Outros ativos	(2.620)	(9)
Aplicações financeiras - vinculadas	(779)	(86)
Fornecedores	1.008	(1.333)
Ônus da concessão	78	(5)
Obrigações tributárias	(370)	(460)
Obrigações trabalhistas	502	929
Partes relacionadas, líquidas	341	(211)
Outras obrigações	296	(272)
	64.726	58.965
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(12.590)	(14.319)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.012)	(5.983)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(62)	(23)
Pagamento de juros sobre notas comerciais escriturais	(6.913)	(3.069)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	39.149	35.571
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(486)	(559)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(39.095)	(16.451)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	49	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(39.532)	(17.010)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(13.209)	(21.466)
Captações de empréstimos e financiamentos	21.263	-
Captações de notas comerciais escriturais	-	44.442
Pagamento dos arrendamentos	(245)	(116)
Pagamento dos empréstimos e financiamentos	(12.150)	(11.362)
Derivativos recebidos (pagos), líquidos	37	(5)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(4.304)	11.493
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa	(4.687)	30.054
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.512	12.458
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.825	42.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	52.600	10.172	8.942	23.595	-	-	95.309
Lucro do líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.294	32.294
Dividendos distribuídos	-	-	-	(12.721)	-	-	(12.721)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.540)	-	-	(5.540)
Proposta de destinação do resultado do exercício:							
Reserva legal	-	348	-	-	-	(348)	-
Reserva para investimentos	-	-	1.198	-	-	(1.198)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(7.986)	(7.986)
Retenção de lucros	-	-	-	26.166	-	(22.762)	3.404
Saldos 31 de dezembro de 2022	52.600	10.520	10.140	31.500	-	-	104.760
Saldos em 1º de janeiro de 2023							
Lucro do líquido do período	-	-	-	-	-	35.185	35.185
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(6.988)	-	-	(6.988)
Proposta de destinação do resultado do exercício:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	369	-	-	(369)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.796)	(8.796)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	19.000	(19.000)	-
Retenção de lucros	-	-	-	7.020	-	(7.020)	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	52.600	10.520	10.509	31.532	19.000	-	124.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas do Imperador S.A. (a "Subconcessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Dr. Sá Earp, n.º 84, Morin, no Município de Petrópolis - RJ - Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de subconcessão entre a Prefeitura Municipal de Petrópolis (concedente), a Subconcessionária Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis – COMDEP (subconcedente) e a Águas do Imperador S.A. (Subconcessionária), através do Contrato de Subconcessão, com prazo de 30 anos contados da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 01 de janeiro de 1998. Em 20 de janeiro de 2012 foi assinado um aditivo para prorrogação de mais 180 meses, que fez com que o término do contrato passasse para janeiro de 2043. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, compreendendo inclusive as sedes distritais. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da subconcessão. A remuneração da Subconcessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de subconcessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Subconcessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de subconcessão possui cláusula de outorga onde o percentual de 3,5232% é aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da subconcessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Subconcessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente à Subconcedente Subconcessionária Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis – COMDEP. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Subconcessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Subconcessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Subconcessionária. Em 25 de março de 2024, a diretoria executiva da Subconcessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Subconcessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Subconcessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Subconcessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Subconcessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Subconcessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Subconcessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Subconcessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Subconcessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Subconcessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Subconcessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Subconcessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros - reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Subconcessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Subconcessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, notas comerciais escriturais, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros - mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Subconcessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Subconcessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Subconcessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Subconcessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Subconcessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Subconcessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Subconcessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis, ambientais e trabalhistas: O Subconcessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Subconcessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganho com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perda com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50 - Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Concessionária. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. CPC 26 (R1) e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Concessionária, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Concessionária. Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária, pois a Concessionária não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de Euros por ano. **3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um *sale and leaseback* (transação de venda e retroarrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Concessionária não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Concessionária está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Subconcessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A Subconcessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Subconcessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Subconcessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Subconcessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Subconcessionária. *b) Provisões para riscos cíveis, ambientais e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas

ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.

CNPJ 02.150.327/0001-75

e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *c) Provisão para perdas de crédito das contas a receber:* A Subconcessionária registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Subconcessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. *d) Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Subconcessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Subconcessionária, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são como segue:

		Hierarquia do valor justo	31/12/2023 Valor Contábil	31/12/2023 Valor Justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor Justo
Ativos financeiros	Classificação por categoria					
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	37.774	37.774	42.460	42.460
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	2.166	2.166	1.387	1.387
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	33.937	33.937	30.298	30.298
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	154	154	177	177
Crédito com partes relacionadas	Custo amortizado	-	134	134	580	580
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	2.262	2.262	1.254	1.254
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	59.890	59.890	50.278	50.278
Notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	47.477	47.477	47.569	47.569
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	372	372	303	303
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	486	486	408	408
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	969	969	1.074	1.074

As políticas de gerenciamento de risco da Subconcessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Subconcessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Subconcessionária. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Subconcessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Subconcessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Subconcessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Subconcessionária obtém empréstimos, financiamentos e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Subconcessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e notas comerciais escriturais (sem os custos de transação), utilizou as projeções do CDI e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	37.774	41.132	41.971	42.813
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	2.166	2.359	2.407	2.455
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(9.280)	(10.105)	(10.311)	(10.518)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(51.611)	(54.780)	(55.575)	(56.364)
Notas comerciais escriturais	CDI	(47.821)	(52.072)	(53.134)	(54.200)
Passivo líquido		(68.772)	(73.466)	(74.642)	(75.814)
Efeito líquido			(4.694)	(5.870)	(7.042)
CDI (a.a.)			8,89%		
TJLP (a.a.)			6,14%		

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Subconcessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Subconcessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Subconcessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos e às notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores não descontados):

Em 31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	2.262	2.262	-	-
Empréstimos e financiamentos	60.891	13.115	3.620	44.156
Notas comerciais escriturais	47.821	15.677	12.857	19.287
Passivos de arrendamento	372	315	57	-
Ônus da concessão	486	486	-	-
Débitos com partes relacionadas	969	969	-	-
	112.801	32.824	16.534	63.443

Em 31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	1.254	1.254	-	-
Empréstimos e financiamentos	51.377	11.463	11.533	28.381
Notas comerciais escriturais	48.024	3.024	14.595	30.405
Passivos de arrendamento	303	121	125	57
Ônus da concessão	408	408	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.074	1.074	-	-
	102.440	17.344	26.253	58.843

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Subconcessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Subconcessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Subconcessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos, financiamentos, notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumariados:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	59.890	50.101
Passivos de arrendamento (Nota 14)	372	303
Notas comerciais escriturais (Nota 15)	47.477	47.569
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(37.825)	(42.512)
(-) Operações com derivativos	(154)	(177)
Dívida líquida (a)	69.760	55.284
Total do patrimônio líquido (b)	124.161	104.760
Total do capital (a+b)	193.921	160.044
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	35,97%	34,54%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	51	52
Aplicações financeiras	37.774	42.460
	37.825	42.512

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes (a)	54.687	44.913
Clientes - parcelamento (b)	5.224	6.421
Pontos arrecadadores (c)	452	303
Provisão para perdas de créditos das contas a receber	(26.426)	(21.339)
	33.937	30.298

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Subconcessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Subconcessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

A vencer	31/12/2023	31/12/2022
Faturado	11.863	10.577
Não faturado	8.033	6.694
Vencidas		
Até 30 dias	4.859	4.305
De 31 a 60 dias	1.951	1.783
De 61 a 90 dias	1.122	1.199
De 91 a 180 dias	3.575	3.467
Mais de 180 dias	28.960	23.612
	60.363	51.637

8. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R$ 2.166 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.387 em 2022) corresponde à aplicação financeira mantida em conta reserva, de titularidade da Águas do Imperador S.A., constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em atendimento às obrigações definidas no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" em 28 de março de 2018.

9. Ativo de direito de uso

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor líquido
Imóveis	677	(344)	333	349	(68)	281

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	281	329	(277)	333

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	42	349	(110)	281

10. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Depreciação acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	1.800	(1.176)	624	544
Veículos	20%	1.813	(1.658)	155	292
Máquinas e equipamentos	10%	110	(68)	42	49
Móveis e utensílios	10%	929	(475)	454	309
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	220	(97)	123	132
		4.872	(3.474)	1.398	1.326

Movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Reclassificação	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	544	275	(5)	-	(190)	624
Veículos	292	-	-	-	(137)	155
Máquinas e equipamentos	49	13	-	(13)	(7)	42
Móveis e utensílios	309	207	-	4	(66)	454
Benfeitorias em imóveis de terceiros	132	-	-	-	(9)	123
	1.326	495	(5)	(9)	(409)	1.398

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	337	370	(20)	(143)	544
Veículos	478	-	-	(186)	292
Máquinas e equipamentos	58	8	(10)	(7)	49
Móveis e utensílios	211	181	(43)	(40)	309
Benfeitorias em imóveis de terceiros	141	-	-	(9)	132
	1.225	559	(73)	(385)	1.326

11. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	53.402	32.676	(36.254)	(4)	49.820
	53.402	32.676	(36.254)	(4)	49.820

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	46.008	12.800	(5.406)	53.402
	46.008	12.800	(5.406)	53.402

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R$ 2.016 em 31 de dezembro de 2023, a uma taxa média ponderada de 10,78% a.a. (R$ 1.963 e 11,44% a.a. em 2022).

12. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	197	(152)	45	64
Desenvolvimento de projetos	20%	107	(107)	-	-
Concessão/Infraestrutura		203.331	(83.375)	119.956	90.264
Outorga da concessão		8.000	(271)	7.729	-
		211.635	(83.905)	127.730	90.328

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2023 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Direito da concessão de exploração	17.017	(4.567)	12.450	13.102
Captação	2.053	(1.338)	715	762
Adutoras	6.560	(1.242)	5.318	4.553
Estação de tratamento de água - ETA	26.088	(1.486)	24.602	869
Reservatório	4.984	(2.940)	2.044	2.170
Booster	1.744	(628)	1.116	873
Elevatória de água	137	(103)	34	37
Substituição/expansão de rede de água	61.901	(28.940)	32.961	28.963
Ligação de água	9.874	(1.252)	8.622	6.231
Ligação de esgoto	374	(96)	278	271
Substituição/expansão de rede de esgoto	27.075	(13.956)	13.119	12.557
Elevatória - esgoto	961	(476)	485	516
Estação de tratamento de esgoto - ETE	21.160	(15.029)	6.131	6.788
Biodigestores	2.674	(845)	1.829	1.354
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.660	(2.358)	1.302	1.193
Máquinas e equipamentos	17.069	(8.119)	8.950	10.025
	203.331	(83.375)	119.956	90.264

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Reclassificação	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	64	-	-	-	(19)	-	45
Concessão/Infraestrutura	90.264	426	-	13	(7.001)	36.254	119.956
Outorga da concessão	-	8.000	-	-	(271)	-	7.729
	90.328	8.426	-	13	(7.291)	36.254	127.730

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	38	42	-	(16)	-	64
Concessão/Infraestrutura	85.344	5.573	(72)	(5.987)	5.406	90.264
Outorga da concessão	85.382	5.615	(72)	(6.003)	5.406	90.328

As transferências ocorridas no exercício de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

13. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria	1.721	794
Serviços	337	203
Infraestrutura	106	157
Outros	98	100
	2.262	1.254

14. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos				
FINEM (a)	TJLP	3,99% a.a.	51.611	32.847
CCB (b)	CDI	0,65% a.a.	2.048	4.025
Capital de giro (c)	CDI	1,04% a.a.	7.232	14.505
(-) Custos de transação			(1.001)	(1.099)
Total de empréstimos e financiamentos			59.890	50.278
Circulante			13.005	11.340
Não circulante			46.885	38.938
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (Vide Nota 9)		Entre 13,30% a.a e 15,75 %a.a.	372	303
Circulante			315	121
Não circulante			57	182
Endividamento total			60.262	50.581
Endividamento total - Circulante			13.320	11.461
Endividamento total - Não circulante			46.942	39.120

(a) FINEM: A linha de crédito FINEM foi obtida no exercício de 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no total de R$ 67.026 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com carência de 37 (trinta e sete) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com términos previstos para 2028 e 2038. Esta operação tem como objetivo à modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Petrópolis e possuem como garantia conta reserva, cessão fiduciária de direitos creditórios e Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora) como interveniente garantidor. (b) CCB: A Cédula de Crédito Bancário - CCB foi obtida no exercício de 2014 com R$ 16.000 de valor contratado. O contrato de CCB foi celebrado com prazo de carência de 23 (vinte e três) meses para amortização do principal, com pagamento de juros mensais, e término previsto para 2024. Os custos de transação incorridos na emissão da CCB foram capitalizados, contabilizados como redução dos recursos captados, e serão amortizados até o prazo de vencimento. Esta operação teve como objetivo investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento básico e possui como garantia aval coobrigado de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (c) Capital de giro: Em novembro de 2019 a Subconcessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 21.400. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. Covenants: Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos:	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	50.278	61.193
Captações	21.263	-
Juros e encargos financeiros	5.941	5.983
Variações monetárias	472	324
Amortização de principal	(12.150)	(11.362)
Amortização de juros	(6.012)	(5.983)
Custo de transação	-	-
Amortização dos custos de transação	98	123
Saldo final	59.890	50.278

Arrendamentos	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	303	67
Adições e remensurações	313	349
Juros e encargos financeiros	63	26
Amortização de principal	(245)	(116)
Amortização de juros	(62)	(23)
Saldo final	372	303

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2023 Dívida	31/12/2023 Custos de transação	31/12/2023 Total líquido	31/12/2022 Dívida	31/12/2022 Custos de transação	31/12/2022 Total líquido
2024	-	-	-	11.533	(105)	11.428
2025	3.620	(56)	3.564	2.165	(52)	2.113
2026	3.620	(56)	3.564	2.165	(52)	2.113
Após 2026	40.536	(779)	39.757	24.051	(767)	23.284
	47.776	(891)	46.885	39.914	(976)	38.938

Passivos de arrendamento	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	125
2025	57	57
	57	182

15. Notas comerciais escriturais

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2023	31/12/2022
Notas comerciais escriturais	CDI	2,16% a.a.		
Principal			45.000	45.000
Juros e encargos financeiros			2.821	3.024
Custo de transação a apropriar			(344)	(455)
Total de notas comerciais estruturais			47.477	47.569
Circulante			15.566	2.913
Não circulante			31.911	44.656

A movimentação das notas comerciais escriturais é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	47.569	-
Captação	-	45.000
Juros e encargos financeiros	6.709	6.094
Custos de transação	-	(558)
Amortização dos custos de transação	112	102
Amortização de juros	(6.913)	(3.069)
Saldo final	47.477	47.569

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2023 Dívida	31/12/2023 Custos de transação	31/12/2023 Total líquido	31/12/2022 Dívida	31/12/2022 Custos de transação	31/12/2022 Total líquido
2024	-	-	-	14.595	(112)	14.483
2025	12.857	(112)	12.745	14.595	(112)	14.483
2026	12.857	(112)	12.745	14.595	(112)	14.483
Após 2026	6.430	(9)	6.421	1.215	(8)	1.207
	32.144	(233)	31.911	45.000	(344)	44.656

Em 24 de janeiro de 2022, foram emitidas 45.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 45.000, tendo a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora. O prazo de vencimento da dívida é de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamentos semestrais consecutivos, devidos sempre no dia 24 de cada mês de janeiro e julho de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 24 de janeiro de 2024, e a parcela final prevista para o dia 24 de janeiro de 2027. Sobre as Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 2,16% a.a. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2022. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. Os recursos captados serão destinados à recomposição do capital de giro da Subconcessionária. As Notas Comerciais Escriturais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023.

16. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS/CSLL retidos	56	47
ISS	194	22
IRRF	428	354
PIS	304	236
COFINS	1.449	1.094
IRPJ	133	-
CSLL	240	-
	2.804	1.753

17. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	Resultado	31/12/2023
Provisões perdas de crédito das contas a receber	2.855	(68)	2.787
Provisões para contingências	1.167	687	1.854
Provisão participação nos lucros	257	64	321
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	-	83	83
Arrendamentos	7	11	18
Outros	24	58	82
Ativo fiscal diferido	4.310	834	5.145
Ganhos com derivativos	(60)	8	(52)
Juros capitalizados	(1.128)	(672)	(1.800)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014	(355)	18	(337)
Passivo fiscal diferido	(1.543)	(646)	(2.189)
Tributos diferidos, líquidos	2.767	189	2.956

b) Conciliação da taxa efetiva:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	49.182	45.882
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(16.722)	(15.600)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes (despesas indedutíveis)	2.135	1.370
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo Cultural - (Lei nº 8.313/91 - art. 18)	230	242
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	16	14
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	263	242
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06 - art. 3)	115	60
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 9.580/2018)	58	60
Outros ajustes	(116)	-
Total do imposto de renda e da contribuição social	(13.997)	(13.588)
Alíquota efetiva	28,5%	30%

18. Ônus da concessão: O valor demonstrado no passivo circulante de R$ 486 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 408 em 2022) representa o exigível do Contrato de Subconcessão junto à Prefeitura Municipal de Petrópolis, calculado com base em um percentual de 3,5232% sobre a arrecadação de tarifas de serviços prestados de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. **19. Provisões para contingências:** As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Subconcessionária e de seus assessores legais. As provisões para contingências, estão assim demonstradas:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	-	134
Cíveis	5.452	3.299
	5.452	3.433

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Subconcessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	51.271	36.675
Trabalhistas	1.051	717
Tributárias	63.973	44.313
Ambientais	341	300
	116.636	82.005

Cíveis: As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) consumo (ii) falta de abastecimento; (iii) multiplicação de economias; (iv) serviços água e esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo, etc.); (v) serviços comerciais; (vi) responsabilidade civil; e (vii) cobrança. Processo 0059500-41.2015.8.19.0042 – Responsabilidade Civil: Trata-se de ação ajuizada em face da Águas do Imperador S.A. sob a alegação que houve uma ruptura de rede administrada pela Subconcessionária, o que teria afetado a estrutura de imóvel com diversas moradias, as quais foram interditadas pela defesa civil. Os autores objetivam a demolição e reconstrução do imóvel nos mesmos moldes anteriores da construção atual ou, alternativamente, caso haja impossibilidade deste pedido, requer que seja construído o imóvel nos mesmos moldes do atual, em local próximo e viável, mediante concordância dos autores, bem como que haja condenação ao pagamento de indenização por danos morais. A Subconcessionária apresentou defesa e denunciou à lide a seguradora. Realizada prova pericial. Designado dia para realização de Audiência de Instrução e Julgamento. Trabalhistas: As ações judiciais de natureza trabalhista têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) estabilidade/doença ocupacional; (ii) responsabilidade subsidiária/solidária e (iii) acúmulo de funções. Tributárias: Processo 15563.720125/2019-70: Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 46.328. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Ofício pelo CARF. **20. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Subconcessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos pela Subconcessionária o montante total de R$ 1.378 (R$ 1.236 em 2022). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	1.011	915
Encargos sociais	309	267
Plano de saúde	18	21
Plano de previdência privada	28	22
Outros	12	11
	1.378	1.236

Resumo das transações com partes relacionadas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Ativo circulante:	31/12/2023	31/12/2022
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	126	580
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	5	
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	3	-
Total do ativo circulante	134	580

Passivo circulante:	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações com acionistas (b)		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	126	115
ERG Participações Ltda.	220	202
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	128	117
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	22	20
Synval Filgueiras de Moraes Junior	180	165

ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.

CNPJ 02.150.327/0001-75

Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**240**	220
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**180**	165
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**10.889**	9.983
	11.985	10.987
Juros sobre capital próprio a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**19**	13
ERG Participações Ltda.	**32**	22
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	**19**	13
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**3**	2
Synval Filgueiras de Moraes Junior	**26**	19
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**35**	25
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**26**	19
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**1.611**	1.129
	1.771	1.242
	13.756	12.229
Débitos com partes relacionadas (a)		
Águas de Niterói S.A.	**-**	2
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**969**	1.072
	969	1.074
Total do passivo circulante	**14.725**	13.303
Resultado com partes relacionadas		
Receitas		
Análise laboratorial (a)		
Águas de Niterói S.A.	**216**	162
Águas da Condessa S.A.	**56**	43
	272	205
Despesas		
Contrato de gestão *(Management Fee)* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	**(7.709)**	(6.875)
Total resultado com partes relacionadas	**(7.437)**	(6.670)

(a) Os saldos decorrem de transações entre Concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Os valores correspondem aos dividendos a pagar e juros sobre capital próprio. **21. Patrimônio líquido: a)** Capital social: O capital social realizado é de R$ 52.600 em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e está representado por 6.000 (seis mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.000 (duas mil) ações ordinárias e 4.000 (quatro mil) ações preferenciais.

	Em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
	Quantidade de ações			% Capital
Posição acionária	Ordinárias	Preferencial	Total	total
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A	**1.900**	**3.552**	**5.452**	**90,87%**
Synval Filgueiras de Moraes Junior	**30**	**60**	**90**	**1,50%**
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	**40**	**80**	**120**	**2,00%**
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	**30**	**60**	**90**	**1,50%**
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**-**	**11**	**11**	**0,18%**
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	**-**	**64**	**64**	**1,07%**
ERG Participações Ltda.	**-**	**110**	**110**	**1,83%**
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**-**	**63**	**63**	**1,05%**
	2.000	**4.000**	**6.000**	**100%**

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, foram propostos dividendos adicionais no total de R$ 19.000. Ao longo do exercício de 2023 houve destinação de juros sobre o capital próprio no valor total de R$ 6.988, sendo R$ 1.048 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R$ 5.940 para pagamento aos acionistas. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	**35.185**	32.294
Constituição da reserva legal - 5% (i)	**-**	(348)
Base de cálculo dos dividendos	**35.185**	31.946
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**8.796**	7.986

(i) Não houve destinação para reserva legal em 2023 pelo fato de seu saldo ter atingido o limite de 20% do capital social, conforme previsão legal. Em 2022 a reserva legal foi constituída com o valor máximo para chegar ao limite de 20% do capital social. e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Subconcessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

22. Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	**180.675**	161.515
Receita de construção	**32.150**	17.729
Cancelamentos	**(1.232)**	(610)
	211.593	178.634
PIS e COFINS sobre serviços prestados	**(16.183)**	(14.419)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	**(5)**	(4)
Descontos concedidos	**(5.028)**	(5.073)
Receita líquida	**190.377**	159.138

23. Custos dos serviços prestados	31/12/2023	31/12/2022
Taxas de recursos hídricos e ambientais	**(604)**	(560)
Ônus da concessão	**(5.767)**	(5.075)
Energia elétrica	**(10.453)**	(9.571)
Custo de construção	**(32.150)**	(17.729)
Materiais aplicados nos serviços	**(4.232)**	(3.969)
Salários e benefícios a empregados	**(18.257)**	(16.685)
Utilização de imóveis e telefonia	**(45)**	(145)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(3.587)**	(3.139)
Serviços de terceiros	**(4.161)**	(2.419)
Depreciações e amortizações	**(6.140)**	(4.970)
Outros custos	**(424)**	(277)
	(85.820)	(64.539)

24. Despesas gerais e administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Salários e benefícios a empregados	**(15.703)**	(12.555)
Utilização de imóveis e telefonia	**(455)**	(521)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(810)**	(789)
Serviços de terceiros	**(15.128)**	(13.292)
Despesas com contencioso	**(932)**	(1.479)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(397)**	(117)
Depreciações e amortizações	**(1.312)**	(1.092)
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	**(9.192)**	(10.762)
Reversão (provisão) de contingências	**(1.518)**	893
Outras despesas	**(4.522)**	(4.273)
	(49.969)	(43.987)

25. Resultado financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	**5.559**	5.702
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(383)**	(373)
Juros e multas vinculadas à operação	**2.339**	2.204
Variação monetária sobre outros ativos	**117**	-
Ganhos com operações de *swap*	**130**	89
Ganhos com derivativos	**109**	112
Outras receitas financeiras	**82**	25
	7.953	7.759
Despesas financeiras		
Juros com financiamentos e notas comerciais escriturais	**(10.634)**	(10.112)
Juros de arrendamentos	**(63)**	(26)
Atualização monetária das contingências	**(501)**	40
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	**(472)**	(324)
Tributos sobre operações financeiras	**(420)**	(14)
Descontos concedidos	**(1.229)**	(630)
Perdas com operações de *swap*	**(73)**	(80)
Perdas com derivativos	**(133)**	(160)
Outras despesas financeiras	**(414)**	(395)
	(13.939)	(11.701)
Resultado financeiro	**(5.986)**	(3.942)

26. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2023 a 27/10/2024	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2024 a 17/01/2025	13.000
Riscos operacionais	17/01/2024 a 17/01/2025	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2023 a 31/12/2024	91.101
Riscos ambientais	22/12/2023 a 22/12/2024	5.000
Garantia de concessão	07/10/2023 a 07/10/2024	3.435
Seguro empresarial	01/08/2023 a 01/08/2024	169
Seguros de veículos	17/10/2023 a 17/10/2024	519
Garantia judicial	26/04/2021 a 23/03/2028	2.930

27. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Subconcessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Juros capitalizados	**2.016**	1.964
IRRF sobre *swap*	**19**	13
Arrendamentos	**329**	349
Provisão de Juros sobre o capital próprio	**1.771**	11.430

João Henrique Tebyriça de Sá – Diretor; Marcio Salles Gomes – Diretor; Gabriela Ferreira Nunes Alves
Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 – CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da **Águas do Imperador S.A.** - Petrópolis - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Imperador S.A. ("Subconcessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data,bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Subconcessionária em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Subconcessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Subconcessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Subconcessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Subconcessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Subconcessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Subconcessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro,25 de março de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

Mundo

BALTIMORE

Caixa-preta de navio que colidiu em ponte é recuperada

Depois de coletar registros de dados e entrevistar testemunhas-chave, investigadores federais esperavam compartilhar o que reuniram sobre o calamitoso colapso da ponte Francis Scott Key em Baltimore, nos Estados Unidos, enquanto mergulhadores seguiam suas buscas pelos corpos dos seis trabalhadores que caíram no rio.

Na noite de terça-feira, o Conselho Nacional de Segurança nos Transportes recuperou dados do gravador de dados de viagem do navio, e os registros foram levados para Washington para análise, conforme declarou à CNN a presidente do Conselho Nacional de Segurança do Transporte dos EUA, Jennifer Hemendy, ontem.

"Neste momento, temos o registro de dados, que é essencialmente a 'caixa preta'. Nós a enviamos ao nosso laboratório para avaliar e começar a desenvolver uma cronologia dos eventos que levaram à colisão na ponte", explicou Hemendy.

Em paralelo, mergulhadores de resgate continuaram ontem as buscas no rio Patapsco pelos corpos de seis pessoas desaparecidas. A Guarda Costeira suspendeu a busca por sobreviventes pouco depois do anoitecer de terça-feira. As autoridades presumiram que os trabalhadores estavam mortos, dado o tempo decorrido e a temperatura fria da água. Dois sobreviventes foram retirados do rio na terça-feira.

As autoridades fizeram progressos na compreensão dos eventos que levaram o navio de carga Dali, com bandeira de Singapura, a perder propulsão ao sair de Baltimore e atingir a ponte. O navio sofreu um "apagão total" e emitiu um alerta de socorro, de acordo com a investigação preliminar, fazendo com que o tráfego fosse interrompido em ambas as extremidades da ponte e evitando uma tragédia maior.

IDENTIFICAÇÃO

O Ministério das Relações Exteriores de Honduras confirmou na terça-feira a morte do migrante hondurenho Maynor Suazo, de 38 anos, que morava nos Estados Unidos há duas décadas e estava trabalhando no turno da noite na ponte, onde "o acidente o surpreendeu", relatou o vice-ministro das Relações Exteriores hondurenho, Antonio García, ao Noticiero TN5.

VÍTIMAS

O Ministério das Relações Exteriores da Guatemala também confirmou que dois dos mortos são guatemaltecos: um homem de 26 anos de San Luis e um homem de 35 anos de Camotán, sem revelar o nome dos imigrantes.

Uma organização sem fins lucrativos que presta serviços à comunidade de imigrantes em Baltimore identificou outro como Miguel Luna, um El Salvador de 40 anos e pai de três filhos.

Um porta-voz da embaixada mexicana disse ontem à Agência EFE que há pessoas do México, Guatemala e El Salvador entre as vítimas, mas não especificou o número exato nem deu detalhes sobre suas identidades.

FRANÇA E BRASIL

Em batismo de submarino, Lula e Macron 'reforçam' parcerias

RAYANDERSON GUERRA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da França, Emmanuel Macron (**foto**), defenderam ontem, a ampliação da parceria entre os dois países durante o batismo e lançamento ao mar do submarino Tonelero, em Itaguaí (RJ). A embarcação foi construída em uma parceria entre brasileiros e franceses dentro do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), da Marinha.

"(O submarino Tonelero) É a vitória da vontade e da determinação de um homem, Lula, com uma visão que soube marcar uma ambição que em 2008 parecia desmedida. A França acreditou e aderiu a essa aventura. Com a Marinha e a indústria brasileira, conseguimos construir. Vocês tinham razão em acreditar e nós tivemos razão em apoiar vocês. Esse terceiro submarino é o testemunho concreto do que os dois países são capazes de realizar juntos", afirmou Macron.

O Tonelero é o terceiro submarino convencional com propulsão diesel-elétrica construído totalmente no Brasil pelo Prosub. O programa é uma iniciativa que teve origem em acordo firmado com a França, em 2008, no segundo mandato de Lula na Presidência. Desenvolvido para a construção das embarcações, o Prosub utiliza da transferência de tecnologia entre os países para o desenvolvimento de quatro submarinos convencionais da classe da embarcação francesa Scorpène e a fabricação do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear.

Macron defendeu ampliar a parceria entre Brasil e França. De acordo com o presidente francês, os dois países compartilham "a mesma visão de mundo" e "rejeitam a conflituosidade".

PAULO PINTO/ABRASIL

"Tenho a convicção que podemos abrir uma nova página dessa parceria estratégica entre os nossos dois países. Temos a mesma visão do mundo e do seu equilíbrio. Rejeitamos o mundo que seja prisioneiro da conflituosidade entre duas grandes potências", concluiu Macron.

Iniciado no segundo mandato do presidente Lula, o plano do Prosub é entregar cinco submarinos - quatro com propulsão convencional e um nuclear - até 2033. Dois já estão em operação: Humaitá e Riachuelo. E outros três em construção Tonelero, Angostura e SCPN Álvaro Alberto, com propulsão nuclear.

O presidente brasileiro reforçou que a cooperação entre os dois países "não se limita à dimensão naval". "Os helicópteros que o presidente Macron e eu usamos há pouco são produzidos em Itajubá, Minas Gerais, única fábrica de helicópteros da América Latina, por exemplo", afirmou.

Em um discurso protocolar, Lula defendeu o Brasil como um país que preza pela paz. "Nós vamos continuar, na América Latina e na América do Sul, sendo um país de paz. Existe um processo de animosidade contra o processo democrático deste país e no mundo. Aos países que querem paz, saibam que estaremos ao lado de todos", afirmou.

TECNOLOGIA

Xi Jinping diz a premiê da Holanda que avanço chinês superará restrições

O presidente da China, Xi Jinping, afirmou ontem, ao primeiro-ministro da Holanda, Mark Rutte, que as tentativas de restringir o acesso chinês à tecnologia não interromperão o avanço de seu país. A Holanda impôs exigências de licenciamento para exportações em 2023 sobre a venda de maquinário que pode produzir processadores avançados de chips.

A medida ocorre após os Estados Unidos bloquearem o acesso chinês a chips avançados e a equipamento para fabricá-los, citando questões de segurança, e pedirem a aliados que façam o mesmo.

Uma reportagem online da estatal CCTV não mencionava maquinário para chips, mas citava Xi dizendo que a criação de barreiras científicas e tecnológicas e a fragmentação das cadeias industrial e de suprimentos levariam a divisões e confrontações.

"O povo chinês também tem o direito ao desenvolvimento legítimo, e nenhuma força pode interromper o ritmo do progresso e do desenvolvimento científico e tecnológico da China", afirmou Xi, segundo o meio estatal.

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

CNPJ 01.280.003/0001-99

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**43.735**	86.231
Contas a receber de clientes	7	**94.065**	76.093
Estoques		**794**	1.792
Despesas antecipadas		**461**	216
Créditos com partes relacionadas	22	**201**	1.038
Tributos a recuperar	8	**1.711**	958
Outros ativos		**1.185**	950
		142.152	167.278
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	9	**4.142**	4.204
Tributos diferidos	18	**1.409**	3.534
Depósitos judiciais		**9**	9
Tributos a recuperar	8	**80**	48
Operações com derivativos		**455**	532
Ativo de direito de uso	10	**8**	27
Imobilizado	11	**2.409**	2.532
Ativo de contrato	12	**72.305**	55.188
Intangível	13	**267.053**	267.803
		347.870	333.877
Total do ativo		**490.022**	501.155

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	**2.349**	2.051
Empréstimos e financiamentos	15	**28.264**	22.834
Passivos de arrendamento	15	**11**	24
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	**37.201**	11.053
Obrigações tributárias	17	**7.378**	9.978
Obrigações trabalhistas		**5.185**	4.541
Obrigações com acionistas	22	**17.142**	14.135
Ônus da concessão	20	**6.730**	-
ICMS a devolver a clientes	19	**213**	213
Débitos com partes relacionadas	22	**1.528**	2.048
Outras obrigações		**1.297**	1.212
		107.298	68.089
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	**125.687**	151.130
Passivos de arrendamento	15	**-**	10
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	**63.869**	96.019
Provisões para contingências	21	**2.440**	3.477
		191.996	250.636
Patrimônio líquido	23		
Capital social		**116.500**	116.500
Reservas de lucros		**74.228**	65.930
		190.728	182.430
Total do passivo e patrimônio líquido		490.022	501.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	24	**328.842**	291.631
Custo dos serviços prestados	25	**(150.412)**	(130.821)
Lucro bruto		**178.430**	160.810
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	26	**(62.147)**	(58.948)
Outras receitas operacionais		**1.607**	103
		(60.540)	(58.845)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**117.890**	101.965
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	**16.157**	16.908
Despesas financeiras	27	**(48.687)**	(48.187)
		(32.530)	(31.279)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**85.360**	70.686
Imposto de renda e contribuição social–corrente	18b	**(22.436)**	(20.404)
Imposto de renda e contribuição social–diferido	18b	**(2.125)**	184
Lucro líquido do exercício		**60.799**	50.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**60.799**	50.466
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total do resultado abrangente do exercício	**60.799**	50.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos 1° de janeiro de 2022	116.500	15.762	17.890	9.006	-	159.158
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	50.466	50.466
Dividendos distribuídos	-	-	-	(4.500)	-	(4.500)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(10.092)	-	(10.092)
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	-	2.523	-	-	(2.523)	-
Reserva de investimentos	-	-	1.798	-	(1.798)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(11.986)	(11.986)
Retenção de lucros	-	-	-	33.543	(34.159)	(616)
Saldos 31 de dezembro de 2022	116.500	18.285	19.688	27.957	-	182.430
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	**60.799**	**60.799**
Dividendos distribuídos	-	-	-	**(26.414)**	-	**(26.414)**
Juros sobre capital próprio	-	-	-	**(11.647)**	-	**(11.647)**
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	-	**3.040**	-	-	**(3.040)**	-
Reserva de investimentos	-	-	**2.166**	-	**(2.166)**	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	**(14.440)**	**(14.440)**
Retenção de lucros	-	-	-	**41.153**	**(41.153)**	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	**116.500**	**21.325**	**21.854**	**31.049**	-	**190.728**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**85.360**	70.686
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	**22.861**	21.435
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação	**19.211**	27.273
Juros sobre debêntures, notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	**14.606**	13.866
Ganho (perda) com operações de *swap*	**(193)**	(12)
Variações monetárias e cambiais	**1.411**	1.247
Atualização monetária das contingências	**(348)**	397
Perdas de créditos das contas a receber	**(6.305)**	2.387
Reversões de contingências	**(689)**	(535)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	**106**	243
Ganho com derivativos	**77**	146
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	**(11.667)**	(23.586)
Estoques	**998**	(626)
Tributos a recuperar	**(2.424)**	(2.228)
Despesas antecipadas	**(245)**	377
Outros ativos	**(235)**	(507)
Aplicações financeiras vinculadas	**62**	(495)
Fornecedores	**298**	(1.518)
Ônus da concessão	**6.730**	-
Obrigações tributárias	**(2.918)**	(646)
Obrigações trabalhistas	**644**	1.263
Partes relacionadas, líquidas	**317**	(301)
Outras obrigações	**85**	(810)
	127.742	108.056
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(22.169)**	(18.281)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(19.320)**	(19.581)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	**(2)**	(3)
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais	**(14.706)**	(7.569)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**71.545**	62.622
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	**(621)**	(959)
Adições ao ativo de contrato e intangível	**(38.701)**	(34.235)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	**205**	124
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(39.117)**	(35.070)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(47.747)**	(41.929)
Captações de debêntures e notas comerciais escriturais	**-**	89.108
Captações de empréstimos e financiamentos	**497**	11.115
Pagamento de arrendamentos	**(24)**	(21)
Pagamento de debêntures e notas comerciais escriturais	**(6.074)**	(5.953)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(21.713)**	(15.561)
Derivativos recebidos (pagos), líquidos	**137**	(27)
Caixa líquido gerado pelas (consumido pelas) atividades de financiamentos	**(74.924)**	36.732
Adição (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(42.496)**	64.284
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**86.231**	21.947
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**43.735**	86.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas do Paraíba S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Av. Dr. José Alves de Azevedo, n.º 233, Centro, no Município de Campos dos Goytacazes–RJ–Brasil, controlada por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Campos dos Goytacazes e a Águas do Paraíba S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão oriundo da Concorrência Pública nº 001/96 de 16 de setembro de 1996, com prazo inicial de 30 anos prorrogáveis contados da data de emissão da ordem de serviço inicial, que foi em 14 de setembro de 1999. Em 23 de novembro de 2007, 20 de maio de 2015 e 6 de março de 2020 foram assinados termos aditivos para prorrogação de mais 108, 72 e 180 meses, respectivamente, passando o término do contrato para setembro de 2059. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Campos dos Goytacazes. **2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 22 de março de 2024 , a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As informações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As informações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível: a) Sistema de água e esgoto:** A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **b) Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros–custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros–valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros–mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros–reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50–Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Concessionária. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Concessionária, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Concessionária. Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária, pois a Concessionária não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Concessionária não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária. Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Concessionária está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis*: Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. *b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *c) Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:* A Concessionária registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

CNPJ 01.280.003/0001-99

utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. *d) Receita não faturada*: As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.15 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

			31/12/2023		31/12/2022	
	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	43.690	43.690	86.132	86.132
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	94.065	94.065	76.093	76.093
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	4.142	4.142	4.204	4.204
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	201	201	1.038	1.038
Operações com derivativos	Custo amortizado	Nível 2	455	455	532	532
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	2.349	2.349	2.051	2.051
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	153.951	153.951	173.964	173.964
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	11	11	34	34
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	101.070	101.070	107.072	107.072
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	6.730	6.730	-	-
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.528	1.528	2.048	2.048

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos e passivos. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos, debêntures ou notas escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, utilizou as projeções do CDI, IPCA, TJLP e SELIC para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das informações financeiras trimestrais. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	43.690	47.574	48.544	49.518
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	4.142	4.510	4.602	4.695
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(51.521)	(56.101)	(57.245)	(58.394)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(3.092)	(3.212)	(3.242)	(3.272)
Empréstimos e financiamentos	SELIC	(1.462)	(1.594)	(1.626)	(1.659)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(99.755)	(105.880)	(107.416)	(108.942)
Debêntures e notas comerciais escriturais	CDI	(101.765)	(110.812)	(113.071)	(115.340)
Passivo líquido		(209.763)	(225.515)	(229.454)	(233.394)
Efeito líquido			(15.752)	(19.691)	(23.631)
CDI (a.a.)			8,89%		
IPCA (a.a)			3,87%		
SELIC (a.a)			9,00%		
TJLP (a.a)			6,14%		

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores não descontados):

Em 31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	2.349	2.349	-	-
Empréstimos e financiamentos	156.135	28.418	20.275	107.442
Passivos de arrendamento	11	11	-	-
Ônus da concessão	6.730	6.730	-	-
Debêntures e notas comerciais escriturais	101.765	37.479	25.714	38.572
Débitos com partes relacionadas	1.528	1.528	-	-
	268.518	76.615	45.989	146.014

Em 31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	2.051	2.051	-	-
Empréstimos e financiamentos	176.237	22.983	27.003	126.251
Passivos de arrendamento	34	24	10	-
Debêntures e notas comerciais escriturais	108.076	11.363	35.902	60.811
Débitos com partes relacionadas	2.048	2.048	-	-
	288.446	38.469	62.915	103.859

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, debêntures e notas comerciais escriturais subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumariados:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	153.951	173.964
Passivos de arrendamento (Nota 15)	11	34
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 16)	101.070	107.072
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(43.735)	(86.231)
(-) Operações com derivativos	(455)	(532)
Dívida líquida (a)	210.842	194.307
Total do patrimônio líquido (b)	190.728	182.430
Total do capital (a+b)	401.570	376.737
Índice de alavancagem financeira–% [a/(a+b)]	52,50%	51,58%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	45	99
Aplicações financeiras	43.690	86.132
	43.735	86.231

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes (a)	130.986	132.610
Clientes–parcelamento (b)	18.914	17.632
Pontos arrecadadores (c)	2.482	701
Perdas de créditos das contas a receber	(58.317)	(74.850)
	94.065	76.093

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Faturado	28.045	25.700
Não faturado	14.024	12.183
Vencidas		
Até 30 dias	14.904	13.204
De 31 a 60 dias	5.280	4.775
De 61 a 90 dias	3.900	3.039
De 91 a 180 dias	9.712	7.806
Mais de 180 dias	76.517	84.236
	152.382	150.943

8. Tributos a recuperar: Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	123	171
COFINS	564	787
IRPJ	1.104	48
	1.791	1.006
Ativo circulante	1.711	958
Ativo não circulante	80	48

9. Aplicações financeiras vinculadas: O montante R$ 4.142 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 4.204 em 31 de dezembro de 2022) corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes. **10. Ativo de direito de uso**

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	102	(94)	8	102	(75)	27
	102	(94)	8	102	(75)	27

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2022	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	27	(19)	8
	27	(19)	8

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	43	4	(20)	27
	43	4	(20)	27

11. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	2.386	(1.461)	925	884
Veículos	20%	864	(414)	450	673
Máquinas e equipamentos	10%	241	(165)	76	58
Móveis e utensílios	10%	1.720	(787)	933	890
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	41	(16)	25	27
		5.252	(2.843)	2.409	2.532

Movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	884	371	(8)	(322)	925
Veículos	673	-	(46)	(177)	450
Máquinas e equipamentos	58	37	-	(19)	76
Móveis e utensílios	890	213	(23)	(147)	933
Benfeitorias em imóveis de terceiros	27	-	-	(2)	25
	2.532	621	(77)	(667)	2.409

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	691	471	(3)	(275)	884
Veículos	584	277	(6)	(182)	673
Máquinas e equipamentos	78	-	(2)	(18)	58
Móveis e utensílios	814	211	(2)	(133)	890
Benfeitorias em imóveis de terceiros	29	-	-	(2)	27
	2.196	959	(13)	(610)	2.532

12. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	55.188	36.535	(19.418)	72.305
	55.188	36.535	(19.418)	72.305

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	60.948	31.334	(37.094)	55.188
	60.948	31.334	(37.094)	55.188

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R$ 75 em 31 de dezembro de 2023, a uma taxa média ponderada de 11,25% a.a. (R$ 947 e 11,46% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

13. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	177	(167)	10	17
Desenvolvimento de projetos	20%	7.200	(7.200)	-	-
Concessão/Infraestrutura		417.126	(150.083)	267.043	267.786
		424.503	(157.450)	267.053	267.803

Os valores reconhecidos na linha concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2023 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Captação	5.470	(721)	4.749	1.141
Adutoras	4.699	(923)	3.776	3.965
Estação de Tratamento de Água–ETA	13.041	(6.667)	6.374	6.923
Reservatório	364	(64)	300	314
Substituição/Expansão de rede de água	99.193	(36.024)	63.169	61.947
Ligação de água	16.581	(2.420)	14.161	12.096
Ligação de esgoto	17.218	(2.330)	14.888	14.039
Substituição/Expansão de rede de esgoto	146.537	(61.559)	84.978	89.120
Elevatória–esgoto	13.884	(2.813)	11.071	10.928
Estação de Tratamento de Esgoto–ETE	57.626	(15.842)	41.784	43.977
Emissário	1.831	(368)	1.463	1.536
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.411	(3.605)	3.806	4.084
Máquinas e equipamentos	32.884	(16.508)	16.376	17.508
Máquinas e equipamentos–bens arrendados	387	(239)	148	208
	417.126	(150.083)	267.043	267.786

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	17	-	-	(7)	-	10
Concessão/Infraestrutura	267.786	2.241	(234)	(22.168)	19.418	267.043
	267.803	2.241	(234)	(22.175)	19.418	267.053

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	22	7	-	(12)	-	17
Concessão/Infraestrutura	248.945	2.894	(354)	(20.793)	37.094	267.786
	248.967	2.901	(354)	(20.805)	37.094	267.803

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **14. Fornecedores:** Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria	1.917	1.717
Serviços	238	56
Infraestrutura	148	265
Outros	46	13
	2.349	2.051

15. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos				
FINAME (a)	IPCA	6,00% e 6,72% a.a.	3.397	4.521
FINEM (b)	TJLP	3,99% a.a.	97.554	102.811
Automático (c)	SELIC/ TJLP	4,20% e 6,00% a.a.	3.663	5.367
Capital de giro (d)	CDI	1,04% e 2,28% a.a.	51.521	63.537
(-) Custos de transação			(2.184)	(2.272)
Total de empréstimos e financiamentos			153.951	173.964
Circulante			28.264	22.834
Não circulante			125.687	151.130
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (Vide Nota 10)		7,5% a.a.	11	34
Circulante			11	24
Não circulante			-	10
Endividamento total			153.962	173.998
Endividamento total–Circulante			28.275	22.858
Endividamento total–Não circulante			125.687	151.140

(a) FINAME PSI: A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos nos exercícios de 2014 a 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social–BNDES com R$ 8.697 de valor contratado. Os contratos FINAME PSI foram celebrados com prazo de carência de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2024 e 2028. Estas operações têm como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) FINEM: O contrato FINEM foi obtido no exercício de 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com R$ 112.115 de valor contratado. O contrato foi celebrado com prazo de carência de 30 (trinta) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2038. Esta operação tem como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Campos dos Goytacazes–RJ e é amparada por cessão fiduciária de direitos creditórios e conta reserva. (c) Automático: A linha de crédito "Automático" foi obtida no exercício 2015 junto ao BNDES, com um valor contratado de R$ 18.983. O contrato BNDES Automático foi celebrado com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, durante o prazo de carência e, após esse período, com pagamentos mensais, com vencimento em 2025. (d) Capital de giro: Em novembro de 2019, a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 18.900. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. Em novembro de 2020, a Concessionária captou R$ 50.000 de capital de giro, com vencimento para 2022. O contrato foi aditado e o vencimento foi prorrogado para 2027. Covenants: Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	173.964	176.845
Captações	563	11.271
Juros e encargos financeiros	19.130	19.818
Variações monetárias	1.239	1.009
Amortização de principal	(21.713)	(15.561)
Amortização de juros	(19.320)	(19.581)
Custo de transação	(66)	(156)
Amortização dos custos de transação	154	319
Saldo final	153.951	173.964

Passivos de arrendamento	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	34	50
Adições e remensurações	1	4
Juros e encargos financeiros	2	4
Amortização de principal	(24)	(21)
Amortização de juros	(2)	(3)
Saldo final	11	34

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamento 31/12/2023 Dívida	Custos de transação	Total líquido	31/12/2022 Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	-	-	-	27.003	(148)	26.855
2025	20.275	(154)	20.121	20.084	(148)	19.936
2026	18.616	(154)	18.462	18.512	(148)	18.364
Após 2026	88.826	(1.722)	87.104	87.655	(1.680)	85.975
	127.717	(2.030)	125.687	153.254	(2.124)	151.130

	Arrendamentos 31/12/2023	31/12/2022
2024	-	10
	-	10

16. Debêntures e notas comerciais escriturais

	Indexador	Juros	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	CDI	0,70% a.a.		
Debêntures				
Não conversíveis em ações			6.123	12.025
Juros e participações			-	3
Custos de transação a apropriar			(99)	(231)
Total de debêntures			6.024	11.797
Circulante			6.024	5.183
Não circulante			-	6.614
Notas comerciais escriturais	CDI	2,16% a.a.		
Principal			90.000	90.000
Juros e encargos			5.641	6.049
Custos de transação a apropriar			(595)	(774)
Total de notas comerciais escriturais			95.046	95.275
Circulante			31.177	5.870
Não circulante			63.869	89.405
Endividamento total			101.070	107.072
Endividamento total–Circulante			37.201	11.053
Endividamento total–Não Circulante			63.869	96.019

A movimentação das debêntures é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	11.797	17.383
Juros e encargos financeiros	878	1.428
Amortização de principal	(6.074)	(5.953)
Amortização de juros	(881)	(1.430)
Amortização dos custos de transação	132	132
Variações monetárias	172	237
Saldo final	6.024	11.797

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	92.275	-
Captações	-	90.000
Juros e encargos financeiros	13.418	12.187
Custo de transação	-	(892)
Amortização dos custos de transação	178	119
Amortização de juros	(13.825)	(6.139)
	95.046	95.275

As parcelas de longo prazo das notas comerciais escriturais têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Notas comerciais escriturais 31/12/2023 Dívida	Custos de transação	Total líquido	31/12/2022 Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	-	-	-	29.189	(179)	29.010
2025	25.714	(179)	25.535	29.189	(179)	29.010
2026	25.714	(179)	25.535	31.622	(237)	31.385
Após 2026	12.858	(59)	12.799	-	-	-
	64.286	(417)	63.869	90.000	(595)	89.405

Debêntures: Em 30 de setembro de 2014, foram emitidas 4.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal de R$ 10, perfazendo o total de R$ 48.000, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, de Águas do Paraíba S.A. e com a intermediação da instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As debêntures apresentam prazo de vencimento de dez anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 30 de setembro de 2024, data em que a Águas do Paraíba S.A. se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento e pagamento de saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de vencimento. A amortização do valor nominal unitário das debêntures foi firmada em dezessete parcelas semestrais, sendo a primeira desembolsada em 30 de setembro de 2016. As debêntures têm o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente). As debêntures possuem uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 9,90% ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 dias corridos. Os juros remuneratórios são pagos mensalmente, iniciado em de 30 de outubro de 2014. Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **Notas comerciais escriturais:** Em 24 de janeiro de 2022, foram emitidas 90.000 notas comerciais escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 90.000 para distribuição pública, com esforços restritos, tendo a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora. O prazo de vencimento da dívida é de cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 24 de janeiro de 2027. Sobre as Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 2,16% a.a. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2022. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. Os recursos captados serão destinados à recomposição do capital de giro da Concessionária. Covenants: As debêntures e notas comerciais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. **17. Obrigações tributárias:** Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS/CSLL retidos	228	140
ISS	211	239
IRRF	668	555
PIS	1.105	1.344
COFINS	5.098	6.204
IRPJ	-	705
CSLL	68	791
	7.378	9.978

18. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	Resultado	31/12/2023
Perdas de crédito das contas a receber	6.958	(2.337)	4.621
Provisões para contingências	1.182	(352)	830
Provisão participação nos lucros	338	109	447
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	-	130	130
Ganhos (perdas) com derivativos	(181)	26	(155)
Arrendamentos	2	(2)	-
Outros	45	47	92
Ativo fiscal diferido	8.344	(2.379)	5.965
Juros capitalizados	(1.706)	40	(1.666)
Ajustes do regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014	(3.033)	194	(2.839)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/ 2014	(71)	20	(51)
Passivo fiscal diferido	(4.810)	254	(4.556)
Tributos diferidos, líquidos	3.534	(2.125)	1.409

b) Conciliação da taxa efetiva:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	85.360	70.686
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social–alíquotas vigentes	(29.022)	(24.033)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes (despesas indedutíveis)	3.284	2.880
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural (Lei nº 8.313/91–art. 18)	411	340
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	17	27
Programa de alimentação do trabalhador (9.580/2018)	417	377
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06–art.3)	205	79
Fundo da infância e da adolescência (Decreto nº 9.589/2018)	103	86
Total do imposto de renda e da contribuição social	(24.561)	(20.220)
Alíquota efetiva	28,77%	28,61%

19. ICMS a devolver a clientes: Águas do Paraíba S.A. iniciou uma disputa judicial com o Governo do Estado do Rio de Janeiro contra a cobrança de ICMS nas contas de

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

CNPJ 01.280.003/0001-99

fornecimento de água, obtendo, em 2006, decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas contas de fornecimento de água. A Concessionária firmou um termo de operacionalização junto ao Ministério Público e o Município de Campos dos Goytacazes objetivando dar transparência e regras claras à forma de devolução de créditos em favor de seus clientes. Em virtude da ordem judicial acima mencionada, a Concessionária aplicou um saldo inicial de R$ 638 em uma Caderneta de Poupança do Banco do Brasil, em 18 de outubro de 2007, por um período de 5 (cinco) anos, com uma atualização mensal em média de 0,5%, iniciando, naquele mesmo ano, o processo de devolução de ICMS a seus clientes. O valor do ICMS a devolver a clientes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 213. **20. Ônus da concessão:** O valor de R$ 6.730 refere-se ao repasse ao poder concedente, conforme contrato de concessão e seus aditivos, equivalente a 20% sobre a arrecadação (corrigidos de 2009 até dezembro de 2023) proveniente do serviço de esgoto de alguns bairros da cidade de Campos dos Goitacazes. Esses bairros receberam investimentos iniciais por parte do poder concedente, e a concessionária efetuou a cobrança tarifária nessas áreas. **21. Provisão para contingências:** As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões, líquidas de depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	136	300
Cíveis	2.304	3.177
Total	2.440	3.477

a) Cíveis: As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) consumo (ii) falta de abastecimento; (iii) multiplicação de economias; (iv) serviços água e esgoto; (v) serviços comerciais (vi) responsabilidade civil; (vii) cobrança. Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	28.353	25.411
Trabalhistas	622	972
Tributários	31.404	28.324
Ambientais	1.710	1.506
	62.089	56.213

Processo nº 0035537-83.2018.8.19.0014: Há, em curso, ação declaratória ajuizada pelo Serviço Social do Comércio SESC/ARRJ em face de Águas do Paraíba S.A., tendo por objeto o pedido de enquadramento tarifário na categoria de consumo público, cujo o valor de causa atualizado é de R$ 4.172. Em 20 de maio de 2021, foi proferida sentença procedente para condenar a ré a proceder ao reenquadramento tarifário do autor na categoria pública e a devolver os valores cobrados a maior, desde a alteração tarifária. Em 10 de junho de 2021, Águas do Paraíba S.A. interpôs recurso de apelação, que confirmou a sentença, interposto RESP que se encontra pendente de envio para STJ. *Processo nº 0015039-49.2007.8.19.0014*: Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Julio Cesar Pessanha Alves em face de Águas do Paraíba S.A. e Município de Campos dos Goytacazes, buscando reparação por danos morais, materiais e estéticos em razão de ter o autor caído em um buraco supostamente aberto pela Concessionária, incorrendo em danos na arcada dentária. Após contestado o feito, o Juízo deferiu antecipação de tutela em relação ao Município réu para realizar o tratamento odontológico do autor. Posteriormente, foi feita perícia técnica por profissional cirurgião dentista. O Juízo indeferiu a realização de perícia técnica de engenharia, através da qual se pretendia provar que a Concessionária não era responsável pelo local que ocasionou o acidente. Foi prolatada sentença julgando procedente o pedido de danos morais. O valor da causa atualizada é de R$ 1.407, solidariamente em face dos dois réus. A Concessionária interpôs recurso de apelação e, após os devidos trâmites, foi prolatado acórdão negando provimento ao nosso recurso. Foi interposto recurso especial, tendo o autor apresentado contrarrazões. Atualmente o processo encontra-se no STJ onde em juízo de admissibilidade não foi conhecido e foi interposto um agravo interno. *Processo nº 0037294-30.2009.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Ilcineia Pereira Miranda em face de Águas do Paraíba S.A., buscando reparação por danos morais e estéticos em razão de ter caído em um logradouro desnivelado. Após contestado o feito, foi distribuída por dependência medida cautelar incidental de produção de prova, autuada sob o nº 0026559-98.2010.8.19.0014, na qual foi realizada perícia técnica de engenharia, que, por sua vez, já foi impugnada pela Concessionária. O pedido da ação é de 160 salários mínimos, mais pensão de 2 salários mínimos por mês desde o evento e até quando durar a incapacidade da demandante. Foi prolatada sentença julgando improcedentes os pedidos autorais. O julgamento da Apelação reformou a sentença para o pagamento de danos morais de R$ 3. *Processo nº 0004569-75.2015.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Genilson Robes de Souza Junior em face de Águas do Paraíba S.A. e João Batista Machado, buscando reparação por danos morais, materiais e estéticos em razão de ter sofrido acidente envolvendo uma retroescavadeira conduzida por funcionário da Concessionária. Após contestado o feito, o Juízo indeferiu a realização de perícia técnica. O valor da causa atualizado é de R$ 986, referente a danos morais e danos estéticos, mais lucros cessantes e pensão vitalícia no equivalente à redução da capacidade de trabalho do autor. Houve audiência sem acordo. Em maio de 2023 a ação foi julgada IMPROCEDENTE e está pendente de julgamento a apelação interposta pelo o autor. *Processo 10725.720766/2020-44*: Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 31.366. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Ofício pelo CARF. **22. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 2.198 (R$ 1.106 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações	1.573	835
Encargos sociais	585	236
Plano de saúde	27	22
Plano de previdência privada	3	1
Outros	10	12
	2.198	1.106

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas:	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	4	-
Águas de Nova Friburgo Ltda	-	1
Rio+ Saneamento BL3 S.A	-	4
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	197	1.033
Total do ativo circulante	201	1.038
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas (b)		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	182	150
ERG Participações Ltda.	313	258
Credicom–Comercial Informática e Serviços Ltda.	182	150
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	32	27
Synval Filgueiras de Moraes Junior	257	212
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	343	283
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	257	212
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	15.576	12.843
	17.142	14.135
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	1.520	1.911
Águas de Juturnaíba S.A.	8	-
Águas do Paraíba S.A.	-	137
	1.528	2.048
Total do passivo circulante	18.670	16.183
Resultado com partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Contrato de gestão–*Management Fee* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(14.703)	(12.544)

(a) Os saldos decorrem de transações entre Concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Os valores correspondem aos dividendos a pagar. **23. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social realizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 116.500 e está representado por 8.000 (oito mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.670 (duas mil, seiscentas e setenta) ações ordinárias ("ON") e 5.330 (cinco mil, trezentas e trinta) ações preferenciais ("PN").

Acionistas	ON	PN	Total	%
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A	2.536	4.733	7.269	90,8667%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	40	80	120	1,5000%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	54	106	160	2,0000%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	40	80	120	1,5000%
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	15	15	0,1833%
Credicom–Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	85	85	1,0667%
ERG Participações Ltda.	-	146	146	1,8166%
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	85	85	1,0667%
Total	2.670	5.330	8.000	100%

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2023, foram distribuídos dividendos extraordinários no total de R$ 26.414, por meio da reversão de reserva de retenção de lucros. Ao longo do exercício de 2023, houve destinação de juros sobre o capital próprio no valor total de R$ 11.647, sendo R$ 1.747 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando um valor líquido de R$ 9.900 destinado à distribuição aos acionistas. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	60.799	50.466
Constituição da reserva legal–5%	(3.040)	(2.523)
Base de cálculo dos dividendos	57.759	47.943
Dividendos mínimos obrigatórios–25%	14.440	11.986

e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

24. Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	336.712	311.475
Receita de construção	37.208	31.952
Cancelamentos	(1.424)	(12.429)
Receita bruta	372.496	330.998
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(29.735)	(26.470)
Descontos concedidos	(13.919)	(12.897)
Receita líquida	328.842	291.631

25. Custos dos serviços prestados	31/12/2023	31/12/2022
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(2.264)	(2.285)
Ônus da concessão	(4.050)	-
Energia elétrica	(14.756)	(16.402)
Custo de construção	(37.208)	(31.952)
Materiais aplicados nos serviços	(14.341)	(11.289)
Salários e benefícios a empregados	(29.858)	(26.404)
Utilização de imóveis e telefonia	(1.056)	(1.308)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(6.250)	(5.547)
Serviços de terceiros	(19.228)	(15.602)
Depreciações e amortizações	(20.823)	(19.573)
Outros custos	(578)	(459)
	(150.412)	(130.821)

26. Despesas gerais e administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Salários e benefícios a empregados	(24.352)	(19.122)
Utilização de imóveis e telefonia	(1.232)	(1.562)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.669)	(1.263)
Serviços de terceiros	(31.765)	(26.660)
Despesas com contencioso	(1.071)	(1.084)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(444)	(309)
Depreciações e amortizações	(396)	(345)
Perdas de crédito das contas a receber	6.305	(2.387)
Reversões de contingências	689	535
Despesas com comunicação	(2.218)	(1.365)
Outras despesas	(5.994)	(5.386)
	(62.147)	(58.948)

27. Resultado financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	10.199	11.732
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(775)	(809)
Juros e multas vinculadas à operação	5.665	5.369
Variação monetária sobre outros ativos	8	5
Ganhos com operações de *swap*	372	262
Ganhos com derivativos	267	323
Outras receitas financeiras	421	26
	16.157	16.908
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	(33.351)	(32.486)
Juros de arrendamentos	(2)	(4)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.411)	(1.247)
Atualização monetária das contingências	348	(397)
Tributos sobre operações financeiras	(37)	(22)
Descontos concedidos	(10.352)	(12.500)
Perdas com operações de *swap*	(179)	(250)
Perdas com derivativos	(344)	(469)
Comissão e escrituração	(110)	-
Outras despesas financeiras	(3.249)	(812)
	(48.687)	(48.187)
Resultado financeiro	(32.530)	(31.279)

28. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores–D&O	27/10/2023 a 27/10/2024	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2024 a 17/01/2025	13.000
Riscos operacionais	17/01/2024 a 17/01/2025	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2023 a 31/12/2024	91.101
Riscos ambientais	22/12/2023 a 22/12/2024	5.000
Garantia de concessão	14/09/2023 a 14/09/2024	6.390
Seguro de veículos	20/08/2023 a 20/08/2024	6.500
Garantia judicial	27/08/2023 a 18/09/2026	9.472

29. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Adição de direito de uso	-	(4)
Juros capitalizados	(75)	(947)
IRRF sobre swap	56	39
Destinação de juros sobre capital próprio	(9.900)	(8.578)
	(9.919)	(9.490)

Carlos Eduardo Tavares de Castro – Diretor; Giuliano Junho Tinoco – Diretor; Gabriela Ferreira Nunes Alves – Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 – CPF: 080.376.027-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da Águas do Paraíba S.A. Rio de Janeiro–RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Paraíba S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 22 de março de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

Mundo

CRISE DIPLOMÁTICA

Argentina abriga opositores em embaixada na Venezuela

O governo do presidente Javier Milei (**foto**) confirmou que deu refúgio a líderes da oposição venezuelana na Embaixada da Argentina em Caracas e denunciou um corte no fornecimento de energia do prédio, no mais recente episódio da crescente tensão diplomática entre os dois países.

A Casa Rosada confirmou que a missão em Caracas recebeu líderes políticos da oposição venezuelana que enfrentam "atos de assédio e perseguição", mas não revelou a identidade dos dissidentes, depois que a imprensa noticiou que seis ativistas ligados à líder opositora María Corina Machado haviam solicitado refúgio na sede diplomática.

ÀS ESCURAS

Em seu comunicado oficial, a Casa Rosada denunciou que, após a entrada dos opositores, a embaixada teve a luz cortada sem qualquer aviso prévio ou explicação. As autoridades argentinas expressaram preocupação com o "incidente" e alertaram o governo da Venezuela "para qualquer ação deliberada que coloque em risco a segurança do corpo diplomático argentino e dos cidadãos venezuelanos sob proteção, lembrando a obrigação do Estado receptor de garantir a segurança das instalações da missão diplomática contra intrusões ou danos e preservar a tranquilidade e a dignidade do prédio".

O governo de Nicolás Maduro não comentou o caso. Segundo a imprensa argentina, Magalli Meda, braço direito de María Corina, está entre os opositores que pediram proteção. Os outros opositores seriam Claudia Macero, Humberto Villalobos, Pedro Urruchurtu e Omar González.

Nas últimas semanas, sete colaboradores de María Corina foram presos sob a acusação de conspirar para "desestabilizar" o governo de Maduro. Outros sete, incluindo Magalli, são alvo de mandados de prisão.

WIKIPÉDIA

CRISE

"O presidente Javier Milei pede que o socialista Nicolás Maduro garanta a segurança e o bem-estar do povo venezuelano e convoque eleições transparentes, livres, democráticas e competitivas", conclui o comunicado da chancelaria argentina.

As tensões entre os governos de Argentina e Venezuela têm aumentado desde que Milei assumiu o poder, em dezembro. O presidente argentino, um economista ultraliberal de extrema direita, descreve Maduro como um "socialista empobrecedor".

Em janeiro, um mês depois de Milei assumir a presidência, a Argentina acatou um pedido dos EUA e enviou ao país um Boeing 747 de carga da estatal venezuelana Emtrasur, filial da companhia aérea Conviasa, que é alvo de sanções americanas. A aeronave havia sido comprada da Mahan Air, empresa iraniana, também sob sanções.

O Boeing 747 havia chegado do México com um carregamento de peças automotivas e estava retido no aeroporto de Buenos Aires desde junho de 2022 por uma ordem judicial. A tripulação - composta por 14 venezuelanos e 5 iranianos - foi detida, mas posteriormente liberada.

EUA

Trump gera mais raiva em democratas que Biden a republicanos

Uma nova pesquisa da Associated Press com o NORC Center for Public Affairs Research revela que os democratas são mais propensos a relatar que se sentem "temerosos" ou "irritados" com as perspectivas de outro mandato do ex-presidente americano Donald Trump do que os republicanos com a ideia do atual presidente, Joe Biden, permanecer na Casa Branca.

No entanto, a reação emocional que Trump inspira também pode trabalhar a seu favor, já que a pesquisa ainda descobriu que os republicanos estão mais animados com a perspectiva de uma vitória de Trump do que os democratas com uma vitória de Biden.

Sete em cada dez democratas dizem que as palavras "raiva" ou "medo" descreveriam suas emoções "extremamente bem" ou "muito bem" em uma vitória de Trump. Uma maioria menor de republicanos - 56% - diz o mesmo sobre um triunfo de Biden. Cerca de 6 em cada 10 democratas citam ambas as emoções ao contemplar uma vitória de Trump, também ultrapassando os cerca de 4 em cada 10 republicanos que disseram que se sentiriam irritados e assustados com a vitória de Biden.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278

CBM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 34.157.391/0001-74

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, As referidas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios dos órgãos reguladores aos quais está companhia e suas controladas estão sujeitas. Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas da CBM Participações S.A e a suas controladas, relativos ao exercício findo em 31/12/2023. As referidas demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas segundo os critérios dos órgãos reguladores aos quais a sua controlada NEWE Seguros está sujeita. Neste relatório, a CBM Participações S.A. é tratada como "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pela CBM e suas Controladas NEWE Seguros (também tratada como "Seguradora") e a Green Data. A Companhia foi constituída para ser uma empresa não operacional, com objeto principal a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresariais. No decorrer do exercício findo em 31/12/2023, ocorreram aportes de capital que resultaram em um aumento de R$41.370 no Capital Social. Em 29/06/2023, a Companhia passou por um aumento de capital com roll-up dos acionistas da controlada NEWE Seguros, no valor de R$19.770 e em 18/07/2023 um novo aporte pelo fundo de investimento Insuresilience Investment Fund Private Equity II SCA SICAV RAIF (doravante denominada por "Insuresilience Investment") de R$ 21.600. Em 31/12/2023, seu controle acionário está distribuído da seguinte forma: 62,28% pertencente aos sócios majoritários, 35,31% pertencente ao fundo Insuresilience Investment e 2,41% pertencente aos sócios minoritários. O capital social subscrito e totalmente integralizado no montante de R$ 56.880 (R$ 15.510 em 31/12/2022) dividido em 26.423.017 (15.509.980 em 31/12/2022) quotas nominais. Atualmente, o Grupo possui um patrimônio líquido de R$79.527 (R$ 66.520 em 31/12/2022). A CBM, através da sua Controlada NEWE Seguros, irá direcionar seus interesses para atender ao mercado brasileiro no fornecimento de produtos de seguros especiais aos clientes, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos. A CBM, através da sua Controlada Green Data, busca capacitar empresas no mercado financeiro agrícola e oferecer análises socioambientais acessíveis, garantindo as melhores práticas ASG (Ambiental, Social e Governança) e mitigando e gerenciando riscos com mais eficiência e economia. *Prêmios emitidos:* Os prêmios emitidos totalizaram em 31/12/2023 R$ 101,5 milhões, com redução de R$ 121,3 milhões ou 54% em relação ao exercício de 2022. No Agro os prêmios emitidos totalizaram em 31/12/2023 o saldo de R$58 milhões (R$172,6 milhões em 31/12/2022), a redução foi influenciada por diversos fatores, entre eles, queda dos preços da comodities, aumento da capacidade financeira dos produtores em três excelentes safras (perda da percepção de risco), perda de "apelo do produto" dado o ajuste em gatilhos/cobertura e taxas após a catástrofe de 2021 e "stress" na relação comercial com alguns canais de distribuição como consequência das negativas de sinistros na Safra de Verão 2021/2022. Em Riscos Financeiros os prêmios emitidos totalizaram em 31/12/2023 o saldo de R$40 milhões (R$46,7 milhões em 31/12/2022), a redução ocorreu essencialmente na taxa do prêmio, que caiu aproximadamente pela metade. *Sinistralidade:* Em 31 de dezembro 2023, a sinistralidade média apresentou índice de 117,83%, uma redução de 91,49% em relação ao exercício anterior. A sinistralidade do exercício está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022. *Despesas administrativas:* Em 31 de dezembro 2023, as despesas administrativas do Grupo totalizaram R$32,7 milhões, em 2022 o saldo foi de R$ 34,1 milhões, apresentando uma redução de R$ 1,3 milhões (3,87%). *Resultado financeiro:* O resultado financeiro no Grupo totalizou em 31/12/2023 R$7,8 milhões, redução de R$ 1,4 milhões ou 15,05% em relação ao mesmo exercício do ano anterior. A taxa SELIC ao longo de 2023, apresentou uma pequena redução (13,75% a.a. para 11,75% a.a.) contribuindo para redução do resultado financeiro. A política de investimentos do Grupo tem como premissa básica a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, dessa forma, as aplicações para a cobertura de provisões técnicas são feitas prioritariamente, diretamente ou via fundos de investimentos, em títulos do Tesouro Nacional. *Resultado do Exercício:* Em 31 de dezembro 2023, o Grupo totalizou um prejuízo de R$ 7,8 milhões, aumento de R$ 6,7 milhões, ou seja, aumento de 635,3% em relação ao ano anterior. O prejuízo no exercício é reflexo da baixa emissão e a alta da sinistralidade e das despesas administrativas apresentadas no exercício. *Declaração de capacidade financeira:* A Seguradora, em atendimento à Circular SUSEP n° 648/2021, de 12/11/2021, e alterações posteriores, a Seguradora declara vincular 100% das aplicações financeiras no montante de R$ 74,6 milhões. A Seguradora, em 31/12/2023 apresentou suficiência de ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas no montante de R$ 30,8 milhões. A administração da CBM Participações S.A., em conjunto com suas controladas, fomenta o Programa de Controles Internos da Seguradora e reforça o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas. A CBM Participações S.A, através de sua controlada NEWE Seguros, agradece a SUSEP e demais autoridades do setor. Às Sociedades Resseguradoras e Corretores de Seguro, a Seguradora agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizados e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Seguradora. Rio de Janeiro, 27/03/2024. A Administração

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

		Companhia		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2023**	**(não auditado) 31/12/2022**	**31/12/2023**	**(não auditado) 31/12/2022**
Circulante		10.631	232	296.827	206.995
Disponível		141	18	1.642	1.595
Caixa e bancos	5	141	18	1.614	1.522
Equivalentes de caixa	5	-	-	28	73
Aplicações	6	10.153	-	86.371	58.942
Créditos das operações com seguros e resseguros		-	-	55.492	56.146
Prêmios a Receber	7.1	-	-	24.229	25.067
Operações com resseguradoras	7.2 c	-	-	30.686	30.568
Operações com seguradoras		-	-	64	-
Outros Créditos Operacionais		-	-	513	511
Títulos e créditos a receber		296	214	6.501	2.877
Créditos tributários e previdenciários	8.1	296	214	433	2.574
Ressarcimentos a Receber	8.3	-	-	5.936	-
Outros créditos				132	303
Despesas antecipadas		42	-	577	151
Custos de aquisição diferidos	9	-	-	10.157	9.788
Seguros		-	-	10.157	9.788
Ativos de contrato de resseguro	15.1	-	-	136.087	77.496
Ativo não circulante		70.320	47.093	57.186	50.151
Realizável a longo prazo		-	-	52.249	45.133
Créditos das operações com seguros e resseguros		-	-	6.890	9.152
Prêmios a Receber	7.1			6.890	9.152
Ativos de contratos de resseguro	15.1	-	-	17.963	16.253
Títulos e créditos a receber		-	-	18.313	12.836
Créditos tributários e previdenciários	8.1			18.104	12.531
Outros créditos operacionais		-	-	209	193
Depósitos Judiciais e Fiscais		-	-	-	112
Custos de aquisição diferidos	9	-	-	9.083	6.892
Seguros		-	-	9.083	6.892
Investimento	10	70.317	47.090	-	-
Participação Societária		70.317	47.090	-	-
Imobilizado	11	2	3	695	616
Bens móveis		2	3	578	542
Outras imobilizações		-	-	117	74
Intangível	12	-	-	4.242	4.402
Total do ativo		**80.951**	**47.325**	**354.013**	**257.146**
Passivo					
Circulante		1.424	1.353	239.013	161.653
Contas a pagar		1.424	1.353	3.761	5.293
Obrigações a pagar	13.1	1.355	1.353	1.878	3.477
Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	65	-	956	709
Encargos trabalhistas	13.3	-	-	841	981
Impostos e contribuições	13.4	4	-	77	-
Outras contas a pagar		-	-	9	126
Débitos de operações de seguros e resseguros		-	-	62.190	50.568
Prêmios a restituir	14.3	-	-	1.555	2.135
Operações com Seguradoras		-	-	32	-
Operações com Resseguradoras	14.1	-	-	52.720	41.500
Corretores de seguros e resseguros	14.2	-	-	7.883	6.933
Depósitos de terceiros	16	-	-	424	167
Provisões técnicas	15.2	-	-	172.638	105.625
Danos		-	-	172.638	105.625
Passivo não circulante		-	-	35.473	28.974
Provisões técnicas	15.2	-	-	35.473	28.974
Danos		-	-	35.473	28.974
Patrimônio líquido		79.527	45.973	79.527	66.520
Capital social	19	56.880	15.510	56.880	15.510
Reserva de Capital		7.733	7.733	7.733	7.733
Reserva de Lucros		14.914	22.730	14.914	22.730
Participação de Não Controlador		-	-	-	20.547
Total do passivo e patrimônio líquido		**80.951**	**47.325**	**354.013**	**257.146**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2023	**(não auditado) 31/12/2022**	**31/12/2023**	**(não auditado) 31/12/2022**
(Prejuízo)/Lucro do exercício	(7.816)	(1.063)	(7.816)	(1.063)
Total do resultado abrangente do exercício	(7.816)	(1.063)	(7.816)	(1.063)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

		Companhia						Consolidado	
	Nota	**Capital social subscrito**	**Aumento de capital**	**Reserva de Capital**	**Reserva Legal**	**Reserva de lucros**	**Lucros/ Prejuízos acumulados**	**Total**	**Participação de não Controlador**	**Total**
Saldos em 31/12/2021 (não auditado)	19	23.560	(8.050)	-	1.480	22.313	-	39.303	6.821	46.124
Movimento do Exercício		-	-	-	-	-	(1.063)	(1.063)	(141)	(1.204)
Redução de Capital		(8.050)	8.050	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital		-	-	7.733	-	-	-	7.733	13.867	21.600
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	(1.063)	1.063	-	-	-
Saldos em 31/12/2022 (não auditado)	19	15.510	-	7.733	1.480	21.250	-	45.973	20.547	66.520
Movimento do Exercício		-	-	-	-	-	(7.816)	(7.816)	(777)	(8.593)
Aprovação de Capital–Portaria Susep 8.160/23		19.770	-	-	-	-	-	19.770	(19.770)	-
Aumento de Capital–AGE de 18/07/2023		21.600	-	-	-	-	-	21.600	-	21.600
Reserva de Capital		-	-	-	-	(7.816)	7.816	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	19	56.880	-	7.733	1.480	13.434	-	79.527	-	79.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto) Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

		Companhia		Consolidado	
	Nota	**31/12/2023**	**(não auditado) 31/12/2022**	**31/12/2023**	**(não auditado) 31/12/2022**
Atividades operacionais					
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		(7.816)	(1.063)	(8.593)	(1.204)
Ajustes para:		**7.541**	**1.033**	**2.225**	**(9.853)**
Depreciação e amortização	11 e 12'	(1)	(3)	1.613	1.319
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	7.3	-	-	(523)	(1.595)
Equivalência Patrimonial		7.542	1.036	-	-
Provisões técnicas-IBNR	15.2	-	-	5.412	(64.341)
Ativos Resseguro-IBNR	15.1	-	-	(4.277)	54.760
Variação das contas patrimoniais:		**(10.202)**	**(18)**	**(13.652)**	**(15.211)**
Ativos financeiros	6.1	(10.153)	-	(27.429)	91.308
Créditos das operações	7.1	-	-	3.440	(5.444)
Ativos de resseguro	15.1	-	-	(56.024)	135.961
Créditos tributários e previdenciários	8.1	(82)	75	(3.431)	677
Outros ativos		(41)	-	(6.098)	(160)
Custo de aquisição diferido	9.1	-	-	(2.560)	6.121
Fornecedores e outras contas a pagar	13.1	2	-	(1.714)	1.463
Impostos e contribuições	13.4	4	(94)	118	(265)
Débitos das operações	14	-	-	11.623	(68.207)
Provisões técnicas-seguros	15.2	-	-	68.099	(174.506)
Depósitos de Terceiros	16	-	-	257	(2.160)
Outros passivos		67	1	67	1
Caixa (Consumidos)/gerado pelas operações		**(2.661)**	**1.015**	**(11.427)**	**(25.068)**
Atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	11	-	-	(263)	(33)
Aquisição de intangível	12	-	-	(1.270)	(2.164)
Aumento de capital	19	21.600	-	21.600	10.449
Participação em Controladas		(11.000)	-	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**10.600**	**-**	**20.067**	**8.252**
Atividades de financiamento					
Reserva de capital		-	-	-	11.151
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**-**	**-**	**-**	**11.151**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5	123	(47)	47	(6.868)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18	65	1.595	8.463
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		141	18	1.642	1.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)*

		Companhia		Consolidado	
	Nota	**31/12/2023**	**(não auditado) 31/12/2022**	**31/12/2023**	**(não auditado) 31/12/2022**
Prêmios emitidos líquidos	21	-	-	101.531	222.832
Variações das provisões técnicas de prêmios	21	-	-	(1.383)	43.008
Prêmios ganhos	**21**	-	-	100.148	265.840
Sinistros ocorridos	22.1	-	-	(118.005)	(556.459)
Custos de aquisição	22.2	-	-	(14.398)	(37.866)
Outras receitas e despesas operacionais		-	-	(775)	(999)
Resultado com resseguro	22.3	-	-	47.299	355.416
Receita com resseguro		-	-	114.581	513.072
Despesa com resseguro		-	-	(54.847)	(157.772)
Outros resultados com resseguros		-	-	(12.435)	116
Despesas administrativas	22.4	(750)	(85)	(32.699)	(34.014)
Despesas com tributos	22.5	(38)	(4)	(2.873)	(3.884)
Resultado financeiro	22.6	514	62	7.871	9.266
Receitas financeiras	22.6	597	63	21.998	6.590
Despesas financeiras	22.6	(83)	(1)	(14.127)	2.676
Resultado operacional		**(274)**	**(27)**	**(13.432)**	**(2.699)**
Ganhos ou perdas com ativos nao correntes		-	-	-	**(4)**
Ajuste de avaliação patrimonial		(7.542)	(1.036)	-	-
Resultado Patrimonial		(7.816)	(1.063)	-	(4)
Resultado antes dos impostos e participações		(7.816)	(1.063)	(13.432)	(2.703)
Imposto de renda corrente	23	-	-	3.000	942
Contribuição social corrente	23	-	-	1.839	557
Participações sobre o lucro		-	-	-	-
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		**(7.816)**	**(1.063)**	**(8.593)**	**(1.204)**
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício-Não Controlador				**777**	**141**
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício-Controlador				**(7.816)**	**(1.063)**
Quantidade de ações		26.423.017	15.509.980	26.423.017	15.509.980
Lucro/Prejuízo líquido por ação (em R$)		(0,30)	(0,07)	(0,33)	(0,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: A CBM Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 9/07/2019 e tem como objeto social participar do capital de outras sociedades de natureza civil ou comercial, como quotista ou acionista. A Empresa participa, diretamente, por meio de sua controlada NEWE Seguros no segmento de seguros, operando preponderantemente no ramo de seguros de agronegócio. No dia 7/12/2022, a Companhia optou por meio de alteração contratual pela transformação do tipo societário para sociedade anônima de capital fechado. Seu controle acionário em 31/12/2023, pertence aos sócios majoritários que representam 62,28% total de ações. Em 6/11/2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 7.556, de 30/10/2019, através da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a transferência do controle acionário e da ingerência efetiva nos negócios da Markel Seguradora do Brasil S.A., CNPJ nº 26.609.195/0001-65, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, para os acionistas da CBM Participações S.A., na forma do contrato de compra e venda de ações firmado em 26/06/2019 e do acordo de quotistas celebrado em 15/07/2019. Em 22/11/2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 116, de 7/11/2019, através da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a mudança da denominação social da Markel Seguradora do Brasil S.A. para Newe Seguros S.A. Em 29/06/2023, a Companhia passou por um aumento de capital com roll-up, no valor de R$ 19.770, dos acionistas da NEWE e em 18/07/2023 um novo aporte pelo fundo de investimento "Insuresilience Investment" de R$ 21.600. Em 18/07/2023, A CBM Participações efetuou um aumento de capital social na NEWE Seguros, no montante de R$ 8.700, resultando num capital social total de R$ 78.849, o qual foi homologado pela SUSEP em 3/01/2024. Dessa forma, em 31/07/2023, a CBM Participações S.A. passou a possuir 100% (69,62% em 31/12/2022) de participação societária nas ações ordinárias da NEWE Seguros S.A. A NEWE Seguros é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, conjunto 806-parte, Centro, Rio de Janeiro-RJ. Em 16/06/2023, foi criada a empresa Green Data LTDA pertencente ao grupo da CBM Participações com um aporte de capital social de R$ 10 mil, possuindo assim 100% da companhia. Em 31/08/2023, A CBM Participações efetuou um aumento de capital social na Green Data, no montante de R$ 2.290, resultando num capital social total de R$ 2.300. A Green Data presta serviços, dentre outros, de assessoria e consultoria em análise de informações e dados para gestão, para o mercado nacional e, inclusive, a Seguradora. O foco da Green Data é a capacitação de empresas no mercado financeiro agrícola e oferecer análises socioambientais acessíveis, garantindo as melhores práticas ASG e mitigando e gerenciando riscos com mais eficiência e economia. **2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação/apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em alinhamento com seus acionistas e sua administração a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras em consonância à Circular SUSEP nº 648 e alterações posteriores (SUSEPGAAP), haja vista a submissão da Seguradora, principal ativo da Companhia, à esta superintendência. As referidas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi aprovada pela diretoria em 27/03/2024. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo: Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3 Consolidação: a. Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar estes retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As operações entre empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nestas operações, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Empresa. Adicionalmente, considerando a representatividade das operações de seguro nas demonstrações financeiras consolidadas, certas nomenclaturas dadas as características dos registros na empresa investida foram mantidas para fins de apresentação e melhor entendimento do leitor com conhecimento das atividades relacionadas ao seguimento de seguros. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo e de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas; ii. informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. Nota explicativa 6–Instrumentos Financeiros. Nota explicativa 8.1–Realização dos Créditos tributários. Nota explicativa 12-Intangível Nota explicativa 15-Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não avisados–IBNR. Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não suficientemente avisados–IBNER, Provisão de Sinistros a Liquidar–PSL, Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial–PSL Judicial e o Teste de Adequação de Passivos–TAP. Nota explicativa 18–Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **3 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. **3.1 Caixa e equivalente de caixa:** O Grupo considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pelo Grupo para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** O Grupo pode classificar seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. O Grupo pode classificar seus passivos financeiros nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação entre as categorias é definida com base no modelo de negócios do Grupo para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa destes ativos. ***3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:*** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. ***3.2.2 Ativos financeiros disponíveis para venda:*** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquidas dos respectivos efeitos tributários e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado. ***3.2.3 Ativos financeiros mantidos até o vencimento:*** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. ***3.2.4 Determinação do valor justo:*** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. A Seguradora não opera diretamente em derivativos, exceto através de seus fundos de investimentos com o objetivo de proteção à exposição da carteira (hedge), se necessário. **3.3 Investimento em controladas:** Nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis dos balanços da Companhia. Os lucros e prejuízos resultantes das transações entre empresas do Grupo são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente na extensão das participações na investida que não sejam relacionadas ao Grupo. Os ajustes decorrentes das movimentações societárias entre o Grupo são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. **3.4 Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*): *Ativos financeiros não-derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: Inadimplência ou atrasos do devedor; Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **3.5 Operações de seguros e resseguros:** Tendo como referência a Circular SUSEP nº 648, e alterações posteriores, a Seguradora possui metodologia específica de acordo por ramo de atuação para reconhecer uma Redução ao Valor Recuperável–RVR: Agro: De acordo com o estudo interno, a Seguradora constitui como redução ao valor recuperável, 100% dos prêmios a receber dos contratos cujas safra já tenham ocorrido, considerando o exercício de vigência do risco e a regulação de sinistros. Riscos Financeiros e Responsabilidades: De acordo com o estudo interno, a Seguradora concluiu que não possui base significativa para avaliar a inadimplência. Com isso, a Seguradora seguirá as orientações do Art. 139 da Circular SUSEP 678 de 10/10/2022, efetuando a redução ao valor recuperável das parcelas vencidas há mais de 60 (sessenta) dias. Em relação a recuperação dos sinistros pagos junto aos resseguradores, o estudo da Seguradora considera os últimos 5 anos de operação, entendemos que não há necessidade de constituição de valor recuperável (com exceção dos saldos em aberto sem as devidas justificativas serão considerados como redutores de valor recuperável na rubrica contábil Sinistros Pagos e não Recuperados do Ressegurador) vez que o estudo demonstrou que a seguradora vem recuperando os sinistros pagos no decorrer desses últimos anos, sem indicação de default e sim com alguma morosidade no recebimento em função do processo de prestação de contas junto aos resseguradores, em especial no exercício de 2022, onde o volume de recuperações de sinistros do ramo agro foi bastante elevado. ***Ativos não financeiros:*** Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria. O Grupo não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados. **3.6 Ativos e passivos originados de contratos de resseguro:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime o Grupo de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados

CBM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 34.157.391/0001-74

para cessão de riscos, cujo exercício de cobertura dos riscos ainda não expirou e cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o exercício de exposição do risco que foi contratado; (ii) os prêmios de resseguros diferidos de contratos proporcionais "risk attaching" firmados para proteção das carteiras de seguro Rural e Riscos Financeiros, cujo reconhecimento dar-se-á pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o exercício de exposição do risco que foram aceitos pela Controlada; (iii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iv) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.7 Provisões Técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados–CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP: **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)**-é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método "pro-rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. **Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE)**-é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada por estimativa baseada no histórico de 3 anos por meio de triângulo de desenvolvimento de prêmio, considerando o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**-é constituída de acordo com a melhor estimativa de indenização com base nas notificações de sinistros recebidas até a data do balanço patrimonial, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo, considerados os valores reclamados. **Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Jud)**–é constituída para cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos de sinistros objeto de ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado. É realizada individualmente para cada caso, observando-se a classificação de perda entre provável, possível e remoto, e definindo para cada classificação, um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial. **Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR e IBNER)**-são constituídas, respectivamente, para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, tanto para os sinistros judiciais como os administrativos. A IBNR é constituída pela diferença entre a sinistralidade esperada e a provisão de sinistros a liquidar já constituída. A IBNER é constituída para ajustar de forma global a PSL, quando não é possível ajustar de forma individual cada sinistro. A provisão estimada por ramo, baseada no histórico da seguradora e no agravamento dos sinistros, quando se entende que a PSL constituída pode deixar de representar a melhor estimativa. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)**-é constituída para a cobertura das despesas relacionadas aos sinistros avisados, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionados aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica de gastos com a regulação dos sinistros, respeitando as características de cada ramo. **3.8 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 678, de 10/10/2022, e respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes. O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 31/12/2023, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas. As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento das apólices atuais. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série de todo histórico da Seguradora e estatísticas do mercado segurador para os ramos que o histórico da Seguradora não apresenta dados suficientes, resultando na sinistralidade de 48,60% para a Seguradora. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Pré-fixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro. O teste de adequação conduzido pela Seguradora, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 31/12/2023. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura-PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos-PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL, IBNR, IBNER e PDR também não há insuficiências a cobrir. **3.9 Imobilizado:** O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios do Grupo. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo. **3.10 Ativo intangível:** O ativo intangível é composto por licenças de software adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses softwares estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos ou exercício de uso da licença quando definido pelo fornecedor. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido para a Seguradora e 9% na CBM Participações e Green Data, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Em 28/04/2022 foi editada pelo Poder Executivo a Medida Provisória–MP nº 1.115/2022, convertida em lei, que majora de 15% para 16% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido–CSLL das seguradores, para o exercício compreendido entre 01/08/2022 a 31/12/2022. O tributo diferido é calculado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração do Grupo sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o exercício de 5 anos, formalizadas no Estudo de Crédito Tributário e Plano de negócios. Atualmente apenas a Seguradora está reconhecendo contabilmente o tributo diferido. A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido e a contribuição social corrente e diferida. **3.12 Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Seguradora em caráter definitivo ou no momento em que os acordos são celebrados. **3.13 Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado do Grupo é de R$ 56.880 e está representado por 26.423.017 ações nominativas sem valor nominal (15.509.980 ações em 31/12/2022), sendo todas ordinárias. Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia. **3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. O Grupo pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio como uma despesa antes do lucro líquido. **3.15 Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência. **3.16 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto que as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores. ***3.16.1 Comissão de corretagem e comissão diferida:*** As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto. ***3.16.2 Sinistros:*** Os sinistros avisados são contabilizados a partir do momento em que a Seguradora é notificada pelo segurado. ***3.16.3 Participações nos lucros:*** O plano de participações dos empregados e administradores nos lucros é baseado, atualmente, no acordo do sindicato para a categoria. ***3.16.4 Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas por entidade supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP:*** *a. CPC 50 / IFRS 17–Contratos de Seguros:* A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O Objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações são base para os usuários das demonstrações financeiras consolidadas avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora ainda não iniciou a avaliação por entender que o seu principal ramo de atuação, que representa mais de 90% de sua produção anual de prêmios, possui uma vigência média de 4 a 5 meses, o que permite ao usuário das demonstrações financeiras consolidadas avaliarem os efeitos positivos ou negativos de seus contratos de seguros. A SUSEP não referendou o CPC 50, portanto não há impacto para a Seguradora. *b. CPC 48–Instrumentos financeiros (IFRS 9):* A nova norma altera a maneira como os ativos financeiros são classificados no balanço patrimonial e estabelece as seguintes categorias: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e • Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR). Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são consolidados nem contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, a IFRS 9 (CPC 48) altera a sua classificação e mensuração. De acordo com a IAS 39 (CPC 38), os investimentos em instrumentos patrimoniais eram classificados como (i) disponíveis para venda e avaliados pelo VJORA ou (ii) como mantidos para negociação, sendo mensurados ao VJR. Havia também uma isenção que permitia às empresas mensurar os instrumentos patrimoniais a custo, em circunstâncias limitadas. O IFRS 9 (CPC 48) exige que as empresas mensurem investimentos em instrumentos patrimoniais ao VJR, mas oferece a opção de mensurá-los no VJORA, se esses não forem mantidos para negociação. Isso significa que o custo não é mais uma base de mensuração aceitável. A SUSEP, através do artigo 138 da Circular 678 de 10/10/2022 trouxe, entre outros, aspectos a serem observados sobre a classificação de ativos financeiros, perdas esperadas, entre outros. A referida norma entrou em vigor em 2023 e para determinados requerimentos, em 2024. No entanto, os ativos da Seguradora não se enquadram na classificação (VJORA), mas sim em VJR, com isso está aderente ao CPC 48 e não teve impacto com a atualização da norma. **4 Estrutura de gestão de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos define a metodologia aplicada, estabelece seus objetivos, princípios, diretrizes e orienta os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões gerenciais e estratégicas, em conformidade com as melhores práticas de mercado. O Grupo, considerando seu enquadramento no segmento S3, optou pela junção das unidades de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos, constituindo a Unidade de Conformidade e Gestão de Riscos. O propósito da Unidade de Conformidade e Gestão de Riscos ("Unidade") é monitorar e suportar continuamente as atividades destinadas à garantia da conformidade, gestão de riscos e sistema de controle interno da Seguradora, com análise crítica e melhoria contínua da gestão, observando a Resolução CNSP nº 416/2021. O Grupo elaborou estudo de materialidade a fim de identificar, avaliar e classificar os riscos de sustentabilidade a que se encontra exposta, levando em consideração o porte, a natureza e a complexidade de operações. Os riscos de sustentabilidade não constituem necessariamente novas categorias de risco, devendo, sempre que possível, ser considerados nas categorias obrigatórias de risco de subscrição, de crédito, de mercado, operacional e de liquidez, em função de seus efeitos. A Seguradora está em adequação para completa aderência à Circular Susep nº 666/2022. **4.1 Princípios da estrutura de gestão de riscos:** A meta da Unidade é mitigar os riscos próprios da atividade e, com isso, criar valor e contribuir para que a empresa alcance seus objetivos. A estratégia (nossa atitude perante o risco) e o apetite de risco (quanto risco estamos preparados para aceitar) definem como será cumprido o objetivo. Ciclo do gerenciamento de risco: O gerenciamento de risco deve ser realizado de forma cíclica, favorecendo assim a identificação, classificação, mitigação e relato. Deve seguir as seguintes etapas: • Levantamento dos Riscos: Os riscos são levantados em conjunto com os gestores dos processos mapeados, tendo como base o planejamento estratégico da Seguradora . • Avaliação de Riscos: A avaliação é realizada com o apoio do gestor que julga os riscos identificados com relação à probabilidade de ocorrência e a consequência dessa exposição ao risco, caso se materialize. • Resposta aos Riscos (Planos de ação): Mensurados os riscos e estabelecidas as exposições que extrapolem o perfil de risco desejado, os planos de ação são adotados visando reduzir o risco ao nível aceitável. As ações planejadas priorizam as causas identificadas como grandes potencializadoras do risco. • Comunicação do Gerenciamento de Riscos: A comunicação de riscos deverá ser implementada em todas as etapas do processo de gestão de riscos. A comunicação atinge todas as partes interessadas, sendo realizada de forma clara e objetiva, respeitando as boas práticas de governança. ***4.1.1 Risco de subscrição:*** Define-se o risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Seguradora, direta ou indiretamente, em relação às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas. O objetivo da Seguradora é gerar lucros consistentes e a longo prazo com a subscrição. Sua estratégia é subscrever um amplo portfólio de riscos com preferências para produtos de nicho e especializados. **4.2 Risco operacional:** Define-se risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Seguradora concentra no risco operacional "puro", ou seja, quando a perda surge puramente como resultado da falha de um ou mais processos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos. ***4.2.1 Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro***

		Consolidado – Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2023	
Variáveis	**Premissas**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(11.800)	(342)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	11.800	342
Corretagem	Aumento de 10%	(1.440)	(1.474)
Corretagem	Diminuição de 10%	1.440	1.474

		Consolidado – Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2022 (não auditado)	
Variáveis	**Premissas**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(55.646)	(4.339)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	55.646	4.339
Corretagem	Aumento de 10%	(3.787)	(3.432)
Corretagem	Diminuição de 10%	3.787	3.432

4.2.2 Concentração de risco por região de atuação: As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio da região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Consolidado – Prêmio Emitido (*) – 31/12/2023

Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	17.528	30%	1.159	3%	20	1%	18.707	19%
Nordeste	3.136	5%	2.504	7%	54	2%	5.694	6%
Norte	1	0%	1.256	3%	-	0%	1.257	1%
Sudeste	7.850	14%	27.957	75%	3.173	95%	38.980	39%
Sul	29.478	51%	4.556	12%	109	3%	34.143	35%
	57.993	**100%**	**37.432**	**100%**	**3.356**	**100%**	**98.781**	**100%**

Consolidado – Prêmio Líquido de Resseguro (*) – 31/12/2023

Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	5.849	31%	93	3%	5	1%	5.947	26%
Nordeste	1.035	5%	173	6%	25	3%	1.233	5%
Norte	32	0%	66	2%	-	0%	98	0%
Sudeste	2.031	11%	2.394	78%	897	94%	5.322	23%
Sul	9.916	53%	359	12%	29	3%	10.304	45%
	18.863	**100%**	**3.085**	**100%**	**956**	**100%**	**22.904**	**100%**

Consolidado – Prêmio Emitido (*) – 31/12/2022 (não auditado)

Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	43.189	25%	806	2%	38	1%	44.032	20%
Nordeste	3.548	2%	1.086	2%	44	1%	4.678	2%
Norte	1.598	1%	862	2%	3.485	94%	5.946	3%
Sudeste	11.538	7%	40.712	87%	132	4%	52.381	23%
Sul	112.995	65%	3.225	7%	-	0%	116.220	52%
	172.867	**100%**	**46.691**	**100%**	**3.699**	**100%**	**223.256**	**100%**

Consolidado – Prêmio Líquido de Resseguro (*) – 31/12/2022 (não auditado)

Região Geográfica	Rural	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	6.478	25%	64	2%	10	1%	6.552	22%
Nordeste	532	2%	75	2%	11	1%	618	2%
Norte	240	1%	51	2%	888	94%	1.179	4%
Sudeste	1.731	7%	2.897	86%	35	4%	4.663	15%
Sul	16.935	65%	264	8%	-	0%	17.199	57%
	25.916	**100%**	**3.351**	**100%**	**944**	**100%**	**30.211**	**100%**

(*) Não foi considerado o montante de R$ 2.750 ((R$ 424) em 31/12/2022) relativo aos saldos de cosseguros aceitos, cosseguros cedidos e prêmios de riscos vigentes e não emitidos. **4.3 Risco de liquidez:** Define-se o risco de liquidez como o risco de que recursos financeiros líquidos e suficientes não sejam mantidos para atender aos passivos em seu vencimento. Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro 2023:

	Companhia 0-1 ano	1-5 anos	Total
Caixa. bancos e equivalentes de caixa [1]	141	-	141
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado [1]	10.153	-	10.153
Total de ativos financeiros	**10.294**	**-**	**10.294**
Passivos financeiros			
Contas a pagar	1.424	-	1.424
Total de passivos financeiros	**1.424**	**-**	**1.424**

	Consolidado 0-1 ano	1-5 anos	Total
Caixa. bancos e equivalentes de caixa [1]	1.642	-	1.642
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado [1]	86.371	-	86.371
Créditos das operações com seguros e resseguros [2]	55.492	6.890	62.382
Ativos de contratos de resseguro [3]	136.087	17.963	154.050
Total de ativos financeiros	**279.592**	**24.853**	**304.445**
Passivos financeiros			
Contas a pagar	3.762	-	3.762
Débitos das operações com seguros e resseguros [2]	62.190	-	62.190
Provisões Técnicas [3]	172.638	35.473	208.111
Total de passivos financeiros	**238.590**	**35.473**	**274.063**

(1) Risco de liquidez endereçado pela política de investimento; (2) Risco de liquidez endereçado pela política de subscrição; (3) Risco de liquidez endereçado pela política de resseguro. Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro 2022 (não auditado):

	Companhia 0-1 ano	1-5 anos	Total
Caixa. bancos e equivalentes de caixa (1)	18	-	18
Total de ativos financeiros	**18**	**-**	**18**
Passivos financeiros			
Contas a pagar	1.353	-	1.353
Total de passivos financeiros	**1.353**	**-**	**1.353**

	Consolidado 0-1 ano	1-5 anos	Total
Caixa. bancos e equivalentes de caixa [1]	1.595	-	1.595
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado [1]	58.942	-	58.942
Créditos das operações com seguros e resseguros [2]	56.146	9.152	65.298
Ativos de contratos de resseguro [3]	77.496	16.253	93.749
Total de ativos financeiros	**194.179**	**25.405**	**219.584**
Passivos financeiros			
Contas a pagar	5.293	-	5.293
Débitos das operações com seguros e resseguros [2]	50.568	-	50.568
Provisões Técnicas [3]	105.625	28.974	134.599
Total de passivos financeiros	**161.486**	**28.974**	**190.460**

(1) Risco de liquidez endereçado pela política de investimento; (2) Risco de liquidez endereçado pela política de subscrição; (3) Risco de liquidez endereçado pela política de resseguro. **4.4 Risco de mercado:** Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos do Grupo. As premissas básicas de investimento são definidas na Política de Investimento da Seguradora. **4.5 Risco de Crédito:** Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

Composição da carteira por classe e categoria contábil	Companhia 31/12/2023 Moody's AAA	Sem rating	Saldo contábil	31/12/2022 (não auditado) Moody's AAA	Sem rating	Saldo contábil
Caixa. bancos e equivalentes de caixa	141	-	141	18	-	18
Valor justo por meio de resultados						
Quotas de fundos de investimentos (*)	10.153	-	10.153	-	-	-
Exposição máxima ao risco de crédito	**10.294**	**-**	**10.294**	**18**	**-**	**18**

Composição da carteira por classe e categoria contábil	Consolidado 31/12/2023 S&P A+	AA-	A-	A	AA	AM Best A++	A+	A	A-	B++	Moody's AAA	Sem rating	Saldo contábil
Caixa. bancos e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.642	-	**1.642**
Valor justo por meio de resultados													
Quotas de fundos de investimentos (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86.371	-	**86.371**
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.119	**31.119**
Operações com Resseguradoras (a)	12.743	136	631	819	11	12	7.802	3.840	30	307	-	4.355	**30.686**
Sinistros Resseguro PSL e PDR (a)	38.013	406	1.883	2.442	31	35	23.275	11.455	88	916	-	12.993	**91.537**
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.614	**14.614**
Exposição máxima ao risco de crédito	**50.756**	**542**	**2.515**	**3.261**	**42**	**47**	**31.077**	**15.296**	**118**	**1.223**	**88.013**	**63.081**	**255.971**

Composição da carteira por classe e categoria contábil	Consolidado 31/12/2022 (não auditado) S&P A+	AA-	A-	A	AA	AM Best A++	A+	A	A-	B++	Moody's AAA	Sem rating	Saldo contábil
Caixa. bancos e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.595	-	**1.595**
Valor justo por meio de resultados													
Quotas de fundos de investimentos (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58.942	-	**58.942**
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.219	**34.219**
Operações com Resseguradoras (a)	113	14.043	10	7	44	7.357	479	18	2.411	1.406	-	4.680	**30.568**
Sinistros Resseguro PSL e PDR (a)	122	15.063	11	8	48	7.891	514	19	2.586	1.508	-	5.020	**32.788**
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.081	**10.081**
Exposição máxima ao risco de crédito	**235**	**29.105**	**21**	**15**	**92**	**15.248**	**993**	**37**	**4.996**	**2.914**	**60.537**	**53.999**	**168.192**

(*) Trata-se de fundos de investimentos não exclusivos em que o Grupo não possui as informações detalhadas acerca do risco de crédito dos títulos que compõem a carteira do fundo de investimento, desta forma, o Grupo indicou o rating da instituição financeira gestora do fundo. Adicionalmente, o fundo investe 100% do seu patrimônio em títulos públicos. (a) Demonstramos abaixo a abertura da exposição ao risco de crédito por tipo de ressegurador:

Consolidado	31/12/2023 Percentual cedido	Sinistros pagos e não recuperados	Sinistros Resseguro PSL	Exposição máxima ao risco de crédito	31/12/2022 (não auditado) Percentual cedido	Sinistros pagos e não recuperados	Sinistros Resseguro PSL	Exposição máxima ao risco de crédito
Resseguradora Local	14%	4.355	12.991	17.346	11%	3.326	3.567	6.893
Resseguradora Admitida	27%	8.219	24.517	32.736	37%	11.230	12.046	23.276
Resseguradora Eventual	59%	18.112	54.029	72.141	52%	16.012	17.175	33.187
	100%	**30.686**	**91.537**	**122.223**	**100%**	**30.568**	**32.788**	**63.356**

4.6 Risco cambial: Define-se o risco cambial como o que afeta operações com mercado internacional, de natureza comercial, operacional, cambial e regulatória. As operações do Grupo são todas em moeda corrente nacional (BRL), apesar de possuir operações com resseguradores fora do Brasil. O risco cambial é considerado mínimo, pois se refere apenas ao tempo de envio da remessa e à conversão em moeda corrente nacional (BRL), que tem um tempo médio para envio e conversão de 5 dias. E, os contratos de resseguros possuem dispositivos legais que permite a Seguradora a recuperação da variação cambial caso ela ocorra.

5 Caixa, bancos e equivalentes de caixa

	Companhia 31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Caixa e Contas bancárias	141	18
Total Circulante	**141**	**18**

	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Contas bancárias	1.614	1.522
Equivalentes de caixa	28	73
Total Circulante	**1.642**	**1.595**

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em fundos de investimento automático com liquidez diária. **6 Aplicações financeiras: 6.1 Composição das aplicações financeiras**

Exercício findo em 31/12/2023	Companhia Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	3.506	3.506	34,53%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	6.636	6.636	65,35%	% CDI
Certificado de depósito bancário	11	11	0,12%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	10.153	10.153	100%	
Total das aplicações financeiras(*)	10.153	10.153	100%	
Total classificado no ativo circulante	10.153	10.153	100%	

Exercício findo em 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023 Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	17.670	17.670	20,46%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	10.369	10.369	12,00%	IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	58.321	58.321	67,53%	% CDI
Certificado de depósito bancário	11	11	0,01%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	86.371	86.371	100%	
Total das aplicações financeiras(*)	86.371	86.371	100%	
Total classificado no ativo circulante	86.371	86.371	100%	

Exercício findo em 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (não auditado) Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	11.864	11.864	20,13%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	9.265	9.265	15,72%	IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	37.813	37.813	64,15%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	58.942	58.942	100%	
Total das aplicações financeiras(*)	58.942	58.942	100%	
Total classificado no ativo circulante	58.942	58.942	100%	

(*) Saldo composto por investimentos cotas de fundos de investimento de renda fixa custodiados pelo Banco Itaú que aplicam exclusivamente em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos vinculados à cobertura de provisões técnicas.

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	Companhia Cotas
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	-
Aplicações	19.423
Resgates	(9.843)
Rendimentos	573
Saldo em 31/12/2023	10.153

	Consolidado Cotas
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	150.250
Aplicações	426.221
Resgates	(527.901)
Rendimentos	10.372
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	58.942
Aplicações	88.503
Resgates	(69.458)
Rendimentos	8.384
Saldo em 31/12/2023	86.371

6.3 Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros: De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo: **Nível 1**-Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; **Nível 2**-Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e **Nível 3**-Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável). A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Seguradora mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

Títulos	Companhia 31/12/2023 Nível 1	31/12/2022 (não auditado) Nível 1
Valor justo por meio do resultado		
Cotas de Fundos de Investimentos	10.153	-
Total Circulante	10.153	-

CBM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 34.157.391/0001-74

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Títulos	Nível 1	Nível 1
Valor justo por meio do resultado		
Cotas de Fundos de Investimentos	86.370	58.942
Total Circulante	86.370	58.942

Não houve transferência entre níveis durante os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. **7 Créditos das operações de seguros e resseguros:** Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras. **7.1 Composição dos prêmios a receber por ramo**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Grupo de ramo	Total de prêmios a receber	Total de prêmios a receber
Rural	4.595	7.017
Riscos Financeiros	20.695	18.206
Responsabilidades	699	1.044
RVNE	2.312	2.350
RVR-Prêmios a receber	(4.073)	(3.550)
Total circulante	24.229	25.067
Circulante	24.229	25.067
Riscos Financeiros	6.890	9.152
Total não circulante	6.890	9.152
Não Circulante	6.890	9.152
Total	**31.119**	**34.219**

7.1.1 Média de parcelamento dos prêmios a receber por ramo

		Consolidado	
Ramo	**Quantidade de parcelas**	**31/12/2023**	**31/12/2022 (não auditado)**
Rural	1 a 5	99,8%	99,6%
	6 a 11	0,2%	0,4%
	12	-	-
Garantia	1 a 5	93,6%	98,2%
	6 a 11	4,8%	1,4%
	12	1,7%	0,5%
Responsabilidades	1 a 5	95,8%	100,0%
	6 a 11	4,2%	-
	12	-	-

7.2 Composição de sinistros pagos a recuperar, prêmios e comissões a restituir de resseguradoras: ***a. Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras***

	Consolidado 31/12/2023			
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	4.803	16.964	6.230	27.997
Total	**4.803**	**16.964**	**6.230**	**27.997**
Circulante	**4.803**	**16.964**	**6.230**	**27.997**

	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)			
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	2.849	8.925	15.129	26.903
Total	**2.849**	**8.925**	**15.129**	**26.903**
Circulante	**2.849**	**8.925**	**15.129**	**26.903**

b. Composição de prêmios e comissões a restituir de resseguradoras

	Consolidado 31/12/2023			
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	7	1.020	1.661	2.689
Total	**7**	**1.020**	**1.661**	**2.689**
Circulante	**7**	**1.020**	**1.661**	**2.689**
Total Geral (a+b)	**4.810**	**17.984**	**7.891**	**30.686**

	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)			
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	512	743	2.409	3.665
Total	**512**	**743**	**2.409**	**3.665**
Circulante	**512**	**743**	**2.409**	**3.665**
Total Geral (a+b)	**3.361**	**9.668**	**17.538**	**30.568**

7.3 Movimentação de prêmios a receber

	Consolidado
	Prêmios a receber
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	13.361
Emissões	276.806
Cancelamentos	(24.394)
Restituídos	(28.666)
RVNE	(577)
Recebimentos	(200.716)
Redução ao Valor Recuperável	(1.595)
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	**34.219**
Emissões	140.135
Cancelamentos	(20.100)
Restituídos	(18.860)
RVNE	(38)
Recebimentos	(103.714)
Redução ao Valor Recuperável	(523)
Saldo em 31/12/2023	**31.119**

7.4 Aging de créditos das operações de seguros e resseguros:

(a) Prêmios a receber

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Sem vencimento (*)	2.312	2.350
A vencer até 30 dias	8.290	7.667
A vencer de 31 a 60 dias	2.004	2.360
A vencer de 61 a 120 dias	3.325	4.060
A vencer de 121 a 180 dias	2.762	2.082
A vencer de 181 a 365 dias	3.588	4.099
A vencer acima de 365 dias	6.890	9.152
	26.861	29.420
Vencidos até 30 dias	1.021	964
Vencidos de 31 a 60 dias	736	887
Vencidos de 61 a 120 dias	409	647
Vencidos de 121 a 180 dias	220	1.066
Vencidos de 181 a 365 dias	193	535
Vencidos acima de 365 dias	3.440	1.900
	6.020	5.999
Prêmios a receber	35.192	37.769
Redução ao Valor Recuperável	(4.073)	(3.550)
Saldo	31.119	34.219

(*) Saldo referente a RVNE.

(b) Sinistros a Recuperar do Ressegurador

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Reconhecidos em até 30 dias	2.852	5.149
Reconhecidos entre 31 a 60 dias	3.184	4.030
Reconhecidos entre 61 a 120 dias [a]	13.826	9.009
Reconhecidos entre 121 a 180 dias [a]	3.838	6.320
Reconhecidos entre 181 a 365 dias [a]	3.864	2.362
Reconhecidos acima de 365 dias [a]	433	33
	27.997	**26.903**
Redução ao Valor Recuperável	-	-
Saldo	**27.997**	**26.903**

(a) Os sinistros a recuperar do ressegurador reconhecidos a mais de 60 dias possui uma morosidade no recebimento em função do processo de prestação de contas junto aos resseguradores, em especial no exercício de 2022, onde o volume de recuperações de sinistros do ramo agro foi bastante elevado. **8 Títulos e créditos a receber: 8.1 Créditos tributários e previdenciários:** ***Composição dos impostos a compensar e créditos tributários***

	Companhia	
Circulante	31/12/2023	(não auditado 31/12/2022)
Créditos Tributários		
Imposto de renda a compensar	293	190
Contribuição Social a compensar	3	24
Total Circulante	**296**	**214**
Total	**296**	**214**

	Consolidado	
Circulante	31/12/2023	(não auditado) 31/12/2022
Créditos Tributários		
Imposto de renda a compensar	305	2.479
Contribuição Social a compensar	3	35
Antecipação de Imposto de Renda	77	30
Antecipação de Contribuição Social	47	30
Outros Créditos da Previdência Social	1	0
Total Circulante	**433**	**2.574**
Não Circulante		
Imposto de renda diferido sobre:		
Prejuízos Fiscais (a)	10.710	7.498
Diferenças Temporais	31	177
Contribuição social diferida sobre:		
Bases Negativas (a)	6.426	4.499
Diferenças Temporais	18	106
Cofins Diferido	792	216
PIS diferido	128	35
Total Não Circulante	**18.105**	**12.531**
Total	**18.538**	**15.105**

a) O Grupo possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas em 2023 no montante de R$(17.136). O estudo realizado pela Seguradora demonstra possuir lucros tributáveis nos próximos anos de operação em consonância com Circular SUSEP 678/22.

No quadro abaixo, destaca-se que em 6 anos a Seguradora irá compensar 100% do total dos créditos tributários:

	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027	31/12/2028
Lucros tributários futuros	(12.847)	(6.358)	7.307	15.483	52.660	78.614
Compensação créditos tributáveis (30%)	5.139	2.543	(877)	(1.858)	(6.319)	(9.434)
% Consumido			4,50%	14,04%	46,49%	94,92%

Conforme observado no quadro acima, a Seguradora estima lucros tributários até 2028. O Grupo Newe teve no final de 2022, a entrada de um novo investidor que resultou em um aumento de capital de R$30,3 milhões sendo R$21,6 milhões já integralizados em 2022 e o restante integralizado neste exercício. No ano de 2023, a Seguradora contratou um consultor externo com vasta experiência no mercado de Seguros para auxiliá-la na execução do Planejamento Estratégico com visão em 2028. Os principais entregáveis desse Planejamento foram: O Plano de atuação da Seguradora com foco em ramos specialty (Rural, Riscos Financeiros e Responsabilidade) e o Plano de Negócios da Seguradora até 2028. O Planejamento Estratégico, bem como o Budget de 2024 a 2028 foram aprovados pelo Conselho de Administração na Reunião do Conselho do dia 20/12/2023. b) A Seguradora reconhece contabilmente, os créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

8.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social
Movimentação do ativo diferido		
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	6.954	4.173
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	672	403
Ajustes Temporais	49	29
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	**7.675**	**4.605**
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	3.212	1.927
Ajustes Temporais	(146)	(88)
Saldo em 31/12/2023	**10.741**	**6.444**

8.3 Ressarcimentos a Receber: A Seguradora possui direito ao reembolso dos prejuízos suportados ao indenizar dano causado por terceiros, no ramo de Riscos Financeiros. A Seguradora registrou o montante de R$ 5.936 em 31/12/2023. **9 Custos de aquisição diferidos: 9.1 Composição dos custos de aquisição diferidos**

	Consolidado	
Grupo de ramo	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Responsabilidade	1.405	1.196
Riscos Financeiros	16.450	13.023
Rural	1.385	2.461
Total	19.240	16.680
Circulante	10.157	9.788
Não Circulante	9.083	6.892

9.1.1 Prazo de Diferimentos dos Custos de Aquisição por ramo

	Consolidado 31/12/2023
Rural	6 meses
Riscos Financeiros	3 anos
Responsabilidades	3,5 anos

9.2 Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	Consolidado
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	**22.801**
Constituição	31.770
Amortização	(37.891)
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	**16.680**
Constituição	16.445
Amortização	(13.885)
Saldo em 31/12/2023	**19.240**

As despesas de comercialização são as comissões de corretagem registradas quando da aceitação dos contratos de seguros e apropriadas ao resultado, de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto. As despesas de comercialização são apropriadas ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do exercício de risco. **10 Investimentos:** As movimentações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

	(não auditado) Saldo em 31/12/2021	Adições / Baixas	Equivalência Patrimonial	(não auditado) Saldo em 31/12/2022
Newe Seguros	40.393	7.733	(1.036)	47.090
Total	**40.393**	**7.733**	**(1.036)**	**47.090**

	(não auditado) Saldo em 31/12/2022	Adições / Baixas	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Newe Seguros (a)	47.090	28.469	(6.753)	68.806
Green Data (b)	-	2.300	(789)	1.511
Total	47.090	30.769	**(7.542)**	**70.317**

a) Observa-se no quadro baixo que teve um aumento no percentual de participação na Controlada NEWE Seguros na data-base 31/12/2023, o que ocasionou um aumento de R$ 19.770 no patrimônio líquido da Companhia. Adicionalmente, ocorreu um aumento de capital no montante de R$ 8.699 devido ao aporte feito pela Companhia conforme detalhado na N.E. 1. b) Foi feito um aporte de R$ 2.300 na Green Data feito pela Companhia conforme detalhado na N.E. 1. Os principais saldos das controladas estão demonstrados abaixo:

Exercício	Controlada	Participação acionária	Patrimônio Líquido	Lucro/ (Prejuízo Líquido)
31/12/2021 (não auditado)	Newe Seguros S.A.	85,55%	40.393	2.362
31/12/2022 (não auditado)	Newe Seguros S.A.	69,62%	47.090	(819)
31/12/2023 (*)	Newe Seguros S.A.	100,00%	68.806	(6.753)
31/12/2023 (não auditado)	Green Data Ltda.	100,00%	1.511	(789)

(*) Para melhor detalhamento, consultar nota explicativa 1.

11 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Companhia 31/12/2023	(não auditado) 31/12/2022
Informática	20%	6	6
		6	**6**
Depreciação/Amortização acumulada		(4)	(3)
Total		**2**	**3**

	Taxa anual de depreciação	Consolidado 31/12/2023	(não auditado) 31/12/2022
Móveis e utensílios	10%	469	373
Informática	20%	957	880
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33%	786	696
		2.212	**1.949**
Depreciação/Amortização acumulada		(1.517)	(1.333)
Total		**695**	**616**

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Companhia			
	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Informática	3	-	(1)	2
Exercício findo em 31/12/2023	**3**	**-**	**(1)**	**2**
Exercício findo em 31/12/2022 (não auditado)	**6**	**-**	**(3)**	**3**

	Consolidado			
	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	196	73	(37)	232
Informática	346	100	(100)	346
Benfeitorias em imóveis de terceiros	74	90	(47)	117
Exercício findo em 31/12/2023	**616**	**263**	**(184)**	**695**
Exercício findo em 31/12/2022 (não auditado)	**730**	**33**	**(147)**	**616**

12 Intangível: Demonstramos a seguir a movimentação do ativo intangível:

	Consolidado			
	Saldos iniciais	Aquisições	Amortizações	Saldos finais
Software	4.402	1.270	(1.430)	4.242
Exercício findo em 31/12/2023	**4.402**	**1.270**	**(1.430)**	**4.242**
Exercício findo em 31/12/2022 (não auditado)	**3.416**	**2.164**	**(1.178)**	**4.402**

13 Contas a pagar: O saldo de contas a pagar é composto por:

13.1 Obrigações a pagar

	Companhia	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Fornecedores	2	-
Juros sobre capital próprio a pagar	1.353	1.353
Subtotal	**1.355**	**1.353**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Fornecedores	525	2.124
Juros sobre capital próprio a pagar	1.353	1.353
Subtotal	**1.878**	**3.477**

13.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	Companhia	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Imposto retidos de funcionários	65	-
Subtotal	**65**	**-**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Imposto retidos de funcionários	285	218
Impostos retidos de terceiros	194	131
Contribuições para o FGTS	55	81
Outros impostos retidos de terceiros	423	279
Subtotal	**956**	**709**

13.3 Encargos trabalhistas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Férias e 13º a pagar	624	731
Encargos sobre férias e 13º salário	217	250
Subtotal	**841**	**981**

13.4 Impostos e contribuições

	Companhia	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
PIS e COFINS	4	-
Subtotal	**4**	**-**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
PIS e COFINS	77	-
Subtotal	**77**	**-**

14 Débitos de operações de seguros e resseguros: Estão classificadas neste grupo as operações de prêmios cedidos em resseguro, comissões de corretagem a pagar, adiantamentos de sinistros a pagar e prêmios a restituir. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros para dar proteção aos contratos de seguros com cobertura para riscos do ramo Rural e Riscos Financeiros. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros intermediados por corretoras de seguros. Os adiantamentos de sinistros a pagar são oriundos de antecipações de recuperações de sinistros que ainda não foram liquidados financeiramente pela Seguradora. Os prêmios a restituir são oriundos de restituições de prêmios decorrentes dos pedidos de cancelamentos e/ou endossos das apólices emitidas.

14.1 Composição dos prêmios cedidos em resseguro a pagar

	Consolidado	
Grupo de ramo	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Responsabilidade	931	677
Rural	10.868	14.899
Riscos Financeiros	39.682	24.622
RVNE	1.239	1.302
Total	**52.720**	**41.500**
Circulante	52.720	41.500

14.1.1 Movimentação dos prêmios cedidos em resseguro

	Consolidado
	Prêmios cedidos em resseguro
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	52.555
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	134.233
Pagamentos	(144.989)
RVNE	(299)
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	41.500
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	51.928
Pagamentos	(40.645)
RVNE	(63)
Saldo em 31/12/2023	**52.720**

14.2 Composição dos corretores de seguros e resseguros

	Consolidado	
Grupo de ramo	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Responsabilidade	214	286
Rural	705	183
Riscos Financeiros	6.964	6.464
Total	**7.883**	**6.933**
Circulante	7.883	6.933

14.3 Prêmios a restituir

	Consolidado	
Grupo de ramo	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Rural	875	1.459
Responsabilidade	639	640
Riscos Financeiros	41	36
Total	**1.555**	**2.135**
Circulante	1.555	2.135

15 Ativos de resseguros e provisões técnicas-Resseguradoras: 15.1 Ativos de resseguro

	Consolidado 31/12/2023				
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	3.595	-	1.511	-	5.106
Riscos Financeiros	35.001	9.240	10.024	17	54.282
Rural	9.303	74.787	3.079	7.493	94.662
Total	47.899	84.027	14.614	7.510	154.050
Total classificado no ativo circulante	29.936	84.027	14.614	7.510	136.087
Total classificado no ativo não circulante	17.963	-	-	-	17.963

	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)				
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	3.245	-	772	-	4.017
Riscos Financeiros	30.083	6.806	1.365	-	38.254
Rural	17.553	22.824	7.944	3.157	51.478
Total	50.881	29.630	10.081	3.157	93.749
Total classificado no ativo circulante	34.628	29.630	10.081	3.157	77.496
Total classificado no ativo não circulante	16.253	-	-	-	16.253

15.2 Provisões técnicas

	Consolidado 31/12/2023				
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	5.776	-	2.126	-	7.902
Riscos Financeiros	65.121	10.190	10.809	19	86.139
Rural	16.690	84.053	4.592	8.735	114.070
Total	**87.587**	**94.243**	**17.527**	**8.754**	**208.111**
Total classificado no passivo circulante	52.114	94.243	17.527	8.754	172.638
Total classificado no passivo não circulante	35.473	-	-	-	35.473

	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)				
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	5.126	-	1.053	-	6.179
Riscos Financeiros	54.938	7.828	1.466	-	64.232
Rural	26.140	25.021	9.346	3.681	64.188
Total	**86.204**	**32.849**	**11.865**	**3.681**	**134.599**
Total classificado no passivo circulante	57.230	32.849	11.865	3.681	105.625
Total classificado no passivo não circulante	28.974	-	-	-	28.974

Movimentação das provisões técnicas

	Consolidado				
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	**129.212**	**163.427**	**74.188**	**6.619**	**373.446**
(+) Prêmio emitido	222.832	-	-	-	222.832
(-) Prêmio ganho	(265.840)	-	-	-	(265.840)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	608.784	-	-	608.784
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	(274)	-	-	(274)
(-) Pagamento de sinistro	-	(735.187)	-	-	(735.187)
(-) Pagamento de sinistro judiciais	-	(797)	-	-	(797)
(+) Atualização monetária	-	(3.104)	-	-	(3.104)
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	(62.323)	-	(62.323)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	10.619	10.619
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(13.557)	(13.557)
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	**86.204**	**32.849**	**11.865**	**3.681**	**134.599**
(+) Prêmio emitido	101.531	-	-	-	101.531
(-) Prêmio ganho	(100.148)	-	-	-	(100.148)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	50.147	-	-	50.147
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	57.525	-	-	57.525
(-) Pagamento de sinistro	-	(53.897)	-	-	(53.897)
(-) Pagamento de sinistro judiciais	-	(6.207)	-	-	(6.207)
(+) Atualização monetária	-	13.826	-	-	13.826
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	5.662	-	5.662
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	18.127	18.127
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(13.054)	(13.054)
Saldo em 31/12/2023	**87.587**	**94.243**	**17.527**	**8.754**	**208.111**

15.3 Movimentação de ativos de resseguro-provisões técnicas

	Consolidado				
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas-Resseguros
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	**74.719**	**140.904**	**63.126**	**5.722**	**284.471**
(+) Prêmio cedido	133.934	-	-	-	133.934
(-) Prêmio ganho cedido	(157.772)	-	-	-	(157.772)
(+) Aviso de sinistro	-	(557.907)	-	-	(557.907)
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	752	-	-	752
(-) Sinistros recuperados	-	477.911	-	-	477.911
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(677)	-	-	(677)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(26.903)	-	-	(26.903)
(+) Atualização monetária	-	(4.449)	-	-	(4.449)
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	(53.045)	-	(53.045)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	8.961	8.961
(-) PDR recuperada	-	-	-	(11.527)	(11.527)
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	**50.881**	**29.631**	**10.081**	**3.157**	**93.749**
(+) Prêmio cedido	51.866	-	-	-	51.886
Prêmio ganho cedido	(54.847)	-	-	-	(54.847)
(+) Aviso de sinistro	-	(10.219)	-	-	(10.219)
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	(2.692)	-	-	(2.692)
(-) Sinistros recuperados	-	87.294	-	-	87.294
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(5.353)	-	-	(5.353)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(27.997)	-	-	(27.997)
(+) Atualização monetária	-	13.363	-	-	13.363
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	4.533	-	4.533
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	15.357	15.357
(-) PDR recuperada	-	-	-	(11.004)	(11.004)
Saldo em 31/12/2023	**47.900**	**84.027**	**14.614**	**7.510**	**154.050**

CBM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 34.157.391/0001-74

15.4 Desenvolvimento de sinistros

15.4.1 Desenvolvimento de sinistros

	Consolidado 31/12/2023 – Ano de aviso do sinistro							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Montante estimado para os sinistros								
No ano do aviso	28	43.643	43.789	38.444	642.987	450.427	47.002	-
Um ano após o aviso	187	74.079	44.331	38.509	808.212	479.807	-	-
Dois anos após o aviso	187	75.313	44.716	37.158	837.532	-	-	-
Três anos após o aviso	187	76.878	43.012	40.433	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	187	69.492	46.105	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	187	78.925	-	-	-	-	-	-
Seis anos ou mais após o aviso	187	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (Dez/2023)	**187**	**78.925**	**46.105**	**40.433**	**837.532**	**479.807**	**47.002**	**1.529.991**
Pagamentos de sinistros efetuados	(187)	(68.823)	(43.007)	(36.491)	(809.613)	(447.941)	(29.681)	(1.435.744)
Provisão de sinistros a liquidar	**-**	**10.102**	**3.099**	**3.942**	**27.919**	**31.866**	**17.321**	**94.247**
Resseguro								(80.574)
Ativo de Stop Loss								(3.456)
Provisões líquidas de resseguros								**10.216**

15.5.3 Desenvolvimento de sinistros (Resseguro)

	Consolidado 31/12/2022 (não auditado) – Ano de aviso do sinistro							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Montante estimado para os sinistros-Resseguro								
No ano do aviso	26	40.409	41.714	34.737	544.794	383.077	40.353	-
Um ano após o aviso	173	69.174	42.251	35.092	685.230	407.949	-	-
Dois anos após o aviso	173	70.321	42.617	33.830	710.111	-	-	-
Três anos após o aviso	173	71.775	40.998	36.882	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	173	64.932	43.938	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	173	73.682	-	-	-	-	-	-
Seis anos ou mais após o aviso	173	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (Dez/2023)	**173**	**73.682**	**43.938**	**36.882**	**710.111**	**407.949**	**40.353**	**1.313.090**
Pagamentos de sinistros efetuados	(173)	(64.319)	(40.991)	(33.213)	(686.443)	(381.137)	(26.240)	(1.232.515)
Provisão de sinistros a liquidar-Resseguro	**0**	**9.363**	**2.947**	**3.669**	**23.669**	**26.812**	**14.114**	**80.574**
Ativos de Stop Loss								3.456
Provisões de Resseguros								**84.031**

16 Depósitos de Terceiros: ***(a) Aging de depósitos de terceiros***

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)
Reconhecidos em até 30 dias	155	1
Reconhecidos em entre 31 e 60 dias	230	20
Reconhecidos em entre 61 e 120 dias	1	1
Reconhecido acima de 365 dias	38	145
Total	**424**	**167**

17 Garantia de provisões técnicas

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)
Total de provisões técnicas a serem cobertas	208.111	134.599
(-) Ativo redutor de PPNG	(20.670)	(25.951)
(-) Direitos creditórios	(25.950)	(29.089)
(-) DAC Redutora	(11.580)	(7.166)
(-) Recuperação de provisões técnicas de sinistros de resseguro (PSL, IBNR, PDR)	(106.151)	(42.869)
Total a ser coberto (B)	43.759	29.524
Total de ativos dados em garantia (A)	74.610	58.942
Excedente de ativos vinculados (A)-(B)	30.850	29.418

18 Provisões Judiciais: Com exceção de 8 (oito) ações judiciais em que figura como autora, a Seguradora possui somente ações judiciais de natureza cível discutindo contratos de seguro consubstanciados em apólices emitidas. **18.1 Processos cíveis:** Em 31 de dezembro, a Seguradora possuía 1.522 (um mil quinhentos e vinte e duas) ações judiciais decorrentes de sua atividade operacional de seguros, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Seguradora. De acordo com a análise realizada com base na metodologia adotada pela Seguradora, o montante de perda estimada desses processos foi de R$ 75.031 (R$ 9.881 de 31/12/2022). a) Relacionados a sinistros–A Seguradora possui 1.498 ações judiciais segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

	Consolidado 31/12/2023			
	Quantidade	Valor em Risco	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial bruta	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial de resseguro
Provável	58	18.545	19.550	17.192
Possível	243	59.743	27.522	24.163
Remoto	1.197	311.357	27.958	23.765
Total	**1.498**	**389.646**	**75.031**	**65.121**

	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)			
	Quantidade	Valor em Risco	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial bruta	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial de resseguro
Provável	4	415	374	318
Possível	85	40.698	8.516	7.239
Remoto	335	134.167	990	842
Total	**424**	**175.550**	**9.880**	**8.399**

b) Não relacionados a sinistros–Em 31/12/2023, a Seguradora possuía 24 ações segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda e valores em risco:

	Consolidado 31/12/2023		Consolidado 31/12/2022 (não auditado)	
	Quantidade	Valor em Risco	Quantidade	Valor em Risco
Possível (*)	5	5.861	9	418
Remoto	19	7.880	0	-
Total	**24**	**13.741**	**9**	**418**

(*) Os advogados que patrocinam as causas não relacionadas a sinistros, especificamente, tendo como objeto em discussão Danos Morais classificam como "Possível" a probabilidade de perda. c) Adicionalmente, temos em discussão judicial de polo ativo referente ao pagamento de PIS e COFINS sobre as Receitas Financeiras decorrentes de Ativos Garantidores no montante de R$ 721. **18.2 Impactos da atualização da metodologia da PSL Judicial:** Em 2022, a Seguradora promoveu alterações na sua metodologia de constituição de PSL Judicial para classificar cada processo conforme o risco de perda entre provável, possível e remoto, definindo para cada classificação um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial. Em 2023, foram realizadas novas modificações para estabelecer que a avaliação de cada processo será individual para cada caso judicial de acordo com o assunto controvertido e o momento em que foi realizada a regulação do sinistro administrativo que deu causa à demanda. O impacto resultante da mudança de metodologia foi de R$ 16.090 (R$ 1.707 líquido de resseguro) sobre o resultado do exercício de 2023. **19 Patrimônio líquido: 19.1 Capital social:** Em 29/06/2023, o Grupo optou por fazer um roll-up das ações da Controlada NEWE Seguros que gerou um aumento de capital social no montante de R$19.770, ficando o capital social com o valor de R$ 35.280, representado por 22.276.835 ações ordinárias na Companhia. Em 18/07/2023 recebeu um aumento de capital de R$21.600 do novo acionista, o fundo Insuresilience Investment, completando uma segunda rodada de aporte de capital no Grupo, elevando o capital para os atuais R$ 56.880. Em 31/12/2023, seu controle acionário está distribuído da seguinte forma: 62,28% pertencente aos sócios majoritários, 35,31% pertencente ao fundo Insuresilience Investment e 2,41% pertencente aos sócios minoritários. Capital social subscrito e totalmente integralizado no montante de R$ 56.880 (R$ 15.510 em 31/12/2022) dividido em 26.423.017 (15.510 em 31/12/2022) quotas nominais.

20 Adequação de capital

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)
Patrimônio Líquido (a)	**68.806**	**67.638**
Despesas antecipadas	(537)	(151)
Créditos tributários-prejuízos fiscais IR/bases negativas de CS (-)	(17.136)	(11.997)
Ativos intangíveis	(4.242)	(4.402)
1. Ajustes contábeis (b)	**(21.916)**	**(16.551)**
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/ contribuições registradas		
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	**4.607**	**4.757**
PLA-nível I (*)	46.891	50.804
PLA-nível II	4.607	4.757
PLA-nível III	50	283
Subtotal PLA-nível (d)	51.498	55.844
Limitador CMR-PLA nível I	-	-
Limitador CMR-PLA nível II	-	-
Limitador CMR-PLA nível III	-	-
Subtotal PLA-limitador (e)	51.498	55.844
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e-d)	**0**	**0**
4. PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	**51.498**	**55.844**
5. Capital mínimo requerido	**13.555**	**24.986**
Capital base (CB)	8.100	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	**13.555**	**24.986**
Capital de risco de subscrição	6.820	18.780
Capital de risco de crédito	6.222	5.184
Capital de risco operacional	853	1.781
Capital de risco de mercado	3.395	3.877
Benefício de diversificação	(3.736)	(4.636)
Capital mínimo requerido (h)	**13.555**	**24.986**
Suficiência de capital (l = g-h)	**37.944**	**30.858**
Suficiência de capital (i / h)	**280%**	**124%**
Índice de solvência (j = g / h)	**380%**	**224%**

21 Índices Operacionais

Consolidado 31/12/2023 – Grupo de ramo	Prêmio emitido	Variação das Provisões Técnicas	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Responsabilidade	3.329	(650)	2.679	40,08%	23,36%
Garantia	40.049	(10.183)	29.866	68,40%	24,19%
Rural	58.153	9.450	67.603	142,75%	8,54%
Total	101.531	(1.383)	100.148	117,83%	13,60%

Consolidado 31/12/2022 (não auditado) – Grupo de ramo	Prêmio emitido	Variação das Provisões Técnicas	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Responsabilidade	3.858	(2.191)	1.666	39,82%	22,20%
Garantia	46.346	(28.051)	18.295	52,48%	23,17%
Rural	172.628	73.250	245.878	222,14%	13,53%
Total	222.832	43.008	265.840	209,32%	14,24%

Abaixo demonstramos a composição dos prêmios emitidos líquidos de resseguro:

Consolidado 31/12/2023 – Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro (a)	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
Responsabilidade	3.329	(2.379)	950	28,54%	71,46%
Garantia	40.049	(37.008)	3.041	7,59%	92,41%
Rural	58.153	(39.198)	18.955	32,60%	67.40%
Total	101.531	(78.585)	22.946	22,60%	77,40%

Consolidado 31/12/2022 (não auditado) – Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro (a)	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
Responsabilidade	3.858	(2.869)	989	25,65%	74,38%
Garantia	46.346	(43.273)	3.073	6,63%	93,37%
Rural	172.628	(146.752)	25.876	14,99%	85,01%
Total	222.832	(192.894)	29.938	13,44%	86,56%

(a) O montante apresentado de prêmios de resseguro refere-se a soma dos prêmios dos contratos de resseguros proporcionais. Adicionalmente a Seguradora, com objetivo de proteção global da carteira de riscos assumidos, firmou contrato de resseguros não proporcionais com prêmios de resseguro no montante de R$709 (sendoR$1.966 em 31/12/2022). **22 Detalhamento das contas da demonstração do resultado:**

22.1 Sinistros ocorridos

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)
Indenizações avisadas (a)	(107.673)	(608.510)
Despesas com Sinistros	(18.378)	(12.637)
Ressarcimentos (b)	13.458	347
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (c)	(5.412)	64.341
	(118.005)	**(556.459)**

(a) A sinistralidade do exercício está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022. (b) Em 2023 ocorreram sinistros dos ramos de Riscos Financeiras e com isso a Seguradora busca a recuperação dos valores pagos, conforme previsto em contrato. (c) A safra do exercício teve baixa sinistralidade e com isso uma redução na necessidade de constituição da provisão técnica.

22.2 Custos de aquisição

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)
Despesas de comissão	(16.958)	(31.746)
Variação das despesas de comissão diferidas	2.560	(6.120)
	(14.398)	**(37.866)**

22.3 Resultado com resseguro

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)
Recuperação com indenização de sinistro (a)	94.691	557.155
Despesas com sinistros	15.613	10.677
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados	4.277	(54.760)
Prêmio de resseguro (líquido dos custos de aquisição)	(51.866)	(133.934)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	(2.981)	(23.838)
Salvados e Ressarcidos	(12.745)	(723)
Outros resultados com operações de resseguro	310	839
	47.299	**355.416**

(a) A recuperação dos sinistros do exercício está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022.

22.4 Despesas administrativas

	Companhia 31/12/2023	Companhia 31/12/2022 (não auditado)
Pessoal próprio	(860)	-
Serviços de terceiros (*)	(71)	(84)
Publicações e publicidade	(59)	-
Recuperação de Rateio	249	-
Despesas administrativas diversas	(9)	(1)
	(750)	**(85)**

(*) Inclui despesas com auditoria de 7,8% em 2023 e 54,7% em 2022.

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)
Pessoal próprio	(18.825)	(19.387)
Serviços de terceiros (**)	(9.600)	(11.104)
Localização e funcionamento	(3.555)	(3.389)
Publicações e publicidade	(423)	32
Donativos e contribuições	(291)	(132)
Rateio de Custos	21	-
Despesas administrativas diversas	(26)	(34)
	(32.699)	**(34.014)**

(**) Inclui despesas com auditoria de 2,76% em 2023 e 1,88% em 2022.

22.5 Despesas com tributos

	Companhia 31/12/2023	Companhia 31/12/2022 (não auditado)
COFINS	(24)	(2)
PIS	(4)	-
Outros (a)	(10)	(2)
	(38)	**(4)**

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)
COFINS	196	530
PIS	32	87
Taxa de fiscalização	(1.031)	(1.662)
Outros (b)	(2.070)	(2.839)
	(2.873)	**(3.884)**

(a) Montante refere-se, principalmente, a despesas com taxas da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA). (b) Montante refere-se, principalmente, a despesas com tributos sobre importação para as operações de resseguro.

22.6 Resultado financeiro

	Companhia 31/12/2023	Companhia 31/12/2022 (não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	573	-
Outras receitas (a)	24	63
	597	**63**
Despesas financeiras		
Outras despesas (a)	(83)	(1)
	(83)	**(1)**
Resultado financeiro	**514**	**62**

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	656	22
Rendimentos com cotas de fundos de investimentos	7.734	10.372
Outras receitas (b)	13.608	(3.804)
	21.998	**6.590**
Despesas financeiras		
Outras despesas (b)	(14.127)	2.676
	(14.127)	**2.676**
Resultado financeiro	**7.871**	**9.266**

(a) Montante refere-se, principalmente, a correção monetária do Saldo Negativo de IRPJ e CSLL. (b) Reflexo substancial das atualizações monetárias ocorridas na PSL judicial. Para maiores detalhes, ver nota explicativa 18.2. **23 Imposto de renda e contribuição social:** Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	Companhia – Imposto de renda 2023	Companhia – Imposto de renda 2022 (não auditado)	Companhia – Contribuição Social 2023	Companhia – Contribuição Social 2022 (não auditado)
Resultado antes dos impostos e participações	(7.816)	(1.063)	(7.816)	(1.063)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	-	-
(-) Participações sobre o lucro	-	-	-	-
(Prejuízo) após as participações	(7.816)	(1.062)	(7.816)	(1.063)
Adições temporárias-provisões indedutíveis	-	-	-	-
Adições permanentes-despesas indedutíveis	7.543	1.036	7.543	1.036
Exclusões temporárias-provisões indedutíveis	-	-	-	-
Base de cálculo	(273)	(26)	(273)	(26)
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
Base de cálculo após Compensação	(273)	(26)	(273)	(26)
Imposto e Contribuição do ano corrente	-	-	-	-
Imposto e Contribuição do ano anterior	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	0%	0%	0%	0%
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

	Consolidado – Imposto de renda 2023	Consolidado – Imposto de renda 2022 (não auditado)	Consolidado – Contribuição Social 2023	Consolidado – Contribuição Social 2022 (não auditado)
Resultado antes dos impostos e participações	(11.592)	(2.146)	(13.432)	(2.703)
(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(1.839)	(556)	-	-
(-) Participações sobre o lucro	-	-	-	-
(Prejuízo) após as participações	(13.432)	(2.703)	(13.432)	(2.703)
Adições temporárias-provisões indedutíveis	84	448	84	448
Adições permanentes-despesas indedutíveis	110	57	110	57
Exclusões temporárias-provisões indedutíveis	(668)	(251)	(668)	(251)
Base de cálculo	(13.906)	(2.450)	(13.906)	(2.450)
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
Base de cálculo após Compensação	(13.906)	(2.450)	(13.906)	(2.450)
Imposto e Contribuição do ano corrente	0	0	0	0
Imposto e Contribuição do ano anterior	(66)	222	0	125
Imposto de Renda e Contribuição Social	(66)	222	0	125
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	0%	(9%)	0%	(5%)
Diferenças temporárias	(146)	49	(88)	29
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	3.212	605	1.927	363
Prejuízo Fiscal e Base Negativa Exercício Anterior	-	66	-	40
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	3.066	720	1.839	432
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	3.000	942	1.839	557

24 Benefícios a empregados: A Companhia oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL) administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R$ 18 (R$0 em 31/12/2022) e estão registradas na rubrica "Despesas administrativas". **25 Partes relacionadas:** Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes: **25.1 Controladora** : A NEWE Seguros é controlada pela CBM Participações desde 30/10/2019, data que através da portaria Nº7.556, a SUSEP aprovou a mudança do controle acionário da antiga Markel Seguradora do Brasil S.A. Em 16/06/2023, foi criada a empresa Green Data LTDA pertencente ao grupo da CBM Participações. A Green Data presta serviços, dentre outros, de assessoria e consultoria em análise de informações e dados para gestão, para o mercado nacional e, inclusive, a Seguradora. Abaixo os saldos das transações com partes relacionadas:

	31/12/2023	(não auditado) 31/12/2022
a) Acionistas		
Contas a pagar		
Juros sobre Capital Próprio a pagar	1.353	1.353
b) Controladas		
Newe Seguros		31/12/2023
Receitas		
Rateio de Custos		238
		238
Green Data		31/12/2023
Receitas		
Rateio de Custos		11
		11

26 Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração paga a diretoria executiva da Companhia no exercício é de R$ 648 (R$ 0 em 31/12/2022). Em relação a remuneração paga a diretoria do Grupo no exercício o saldo é de R$4.625 (R$ 3.604 em 31/12/2022).

Diretoria: Carlos Alberto Caputo–Diretor Presidente
Jonathan Teixeira Clemente–Diretor Financeiro
Daniel Barreto Gelbecke–Diretor Jurídico e de Compliance
Karla Leite Fonseca–Diretora
Regina Celia Cunha Dell'Aera–Diretora
Contador: Vagner Gonçalves da Rocha–CRC nº 112111/O-7
Atuário: Daniel Iespa Garcia–MIBA nº 2631

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas CBM Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CBM Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27/03/2024. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5; Thais Helena Ferreira Farat Cosentino - Contadora - CRC 1SP260o324/O-0.

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	29.380	29.353	457.970	521.844
Contas a receber de clientes	7	-	-	321.985	283.415
Estoques		1.093	-	7.523	6.609
Despesas antecipadas		166	174	5.760	3.338
Dividendos e JSCP a receber	23	121.202	110.545	12.024	10.440
Créditos com partes relacionadas	23	2.412	251	1.868	2.071
Tributos a recuperar	8	13.451	7.368	16.017	10.741
Convênio–PPP		-	-	3.657	312
Outros ativos		177	185	9.123	4.162
		167.881	147.876	835.927	842.932
Ativos não circulantes mantidos para venda	15	10.127	-	-	-
		178.008	147.876	835.927	842.932
Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	9	-	-	14.085	15.590
Créditos a receber de clientes	7	-	-	19.189	19.200
Contratos de mútuo	23	21.577	23.384	21.577	23.384
Tributos diferidos	21	4.219	-	13.540	11.761
Depósitos judiciais		58	46	24.855	23.558
Tributos a recuperar	8	-	-	1.520	2.278
Operações com derivativos		-	-	1.323	1.540
Ativo de direito de uso	11	-	-	4.898	5.988
Investimentos	10	1.333.187	1.234.838	384.950	359.528
Imobilizado	12	706	614	43.048	42.895
Ativo de contrato	13	-	-	453.218	515.480
Intangível	14	13.393	9.843	1.621.093	1.078.629
		1.373.140	1.268.725	2.603.296	2.099.831
Total do ativo		1.551.148	1.416.601	3.439.223	2.942.763

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	676	417	36.356	32.943
Empréstimos e financiamentos	17	1.782	25.020	173.858	195.872
Passivos de arrendamento	17	-	-	3.489	3.051
Debêntures e notas comerciais escriturais	18	61.852	24.979	183.037	60.614
Obrigações tributárias	20	3.033	2.583	34.993	30.005
Obrigações trabalhistas		9.672	8.058	50.005	42.549
Obrigações com acionistas	23	25.498	26.428	33.410	33.757
Ônus da concessão	19	-	-	135.456	5.767
ICMS a devolver a clientes		-	-	5.445	5.325
Débitos com partes relacionadas	23	454	465	226	213
Adiantamentos de clientes		3	3	3.571	3.905
Outras obrigações		282	50	20.915	13.650
		103.252	88.003	680.761	427.651
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	25.000	-	560.871	533.100
Passivos de arrendamento	17	-	-	2.058	3.580
Debêntures e notas comerciais escriturais	18	201.534	253.394	874.615	814.308
Provisão para perdas em investimentos	10	681	336	-	-
Contratos de mútuo	23	44	266	-	-
Obrigações tributárias	21	-	-	130	130
Tributos diferidos	21	-	-	10.792	2.043
Provisões para contingências	22	-	-	28.021	29.240
		227.259	253.996	1.476.487	1.382.401
Patrimônio líquido	24				
Capital social		611.000	559.500	611.000	559.500
Reserva de capital		6.118	6.118	6.118	6.118
Reservas de lucros		949.942	855.285	949.942	855.285
Ações em tesouraria		(346.393)	(346.393)	(346.393)	(346.393)
Outros resultados abrangentes		(30)	92	(30)	92
		1.220.637	1.074.602	1.220.637	1.074.602
Participação de acionistas não controladores		-	-	61.338	58.109
		1.220.637	1.074.602	1.281.975	1.132.711
Total do passivo e patrimônio líquido		1.551.148	1.416.601	3.439.223	2.942.763

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de investimentos	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos 1º de janeiro de 2022	559.500	6.118	84.700	128.255	507.318	(345.000)	-	12	940.903	53.274	994.177
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-		174.435	-	174.435	20.232	194.667
Recompra de ações	-	-	-	-	-	(1.393)	-	-	(1.393)	-	(1.393)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	80	80	-	80
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(824)	-	-	-	(824)	(7.209)	(8.033)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.775)	(2.775)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	37
Aumento de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(752)	(752)
Proposta de destinação do resultado do exercício:											
Reserva legal	-	-	8.722	-	-	-	(8.722)	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	6.214	-	-	(6.214)	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(41.428)	-	(41.428)	(4.953)	(46.381)
Retenção de lucros	-	-	-	-	120.900	-	(118.071)	-	2.829	255	3.084
Saldos 31 de dezembro de 2022	559.500	6.118	93.422	134.469	627.394	(346.393)	-	92	1.074.602	58.109	1.132.711
Aumento de capital	51.500	-	-	-	(51.500)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-		191.571	-	191.571	25.574	217.145
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	(122)	(122)	-	(122)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-				-	(12.372)	(12.372)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.668)	(3.668)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	84	-	-	-	84	6	90
Proposta de destinação do resultado do exercício:											
Reserva legal	-	-	9.578	-	-	-	(9.578)	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	6.825	-	-	(6.825)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(45.498)	-	(45.498)	(6.311)	(51.809)
Retenção de lucros	-	-	-	-	129.670	-	(129.670)	-	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	611.000	6.118	103.000	141.294	705.648	(346.393)	-	(30)	1.220.637	61.338	1.281.975

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida	25	72.171	63.525	1.916.854	1.724.431
Custo dos serviços prestados	26	-	-	(960.429)	(896.135)
Lucro bruto		72.171	63.525	956.425	828.296
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	27	(73.545)	(58.018)	(394.663)	(355.015)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(12.353)	1.166	(7.719)	2.419
Resultado de equivalência patrimonial	10	243.027	206.052	(77.872)	(38.046)
		157.129	149.200	(480.254)	(390.642)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		229.300	212.725	476.171	437.654
Receitas financeiras	28	2.882	3.036	86.829	77.108
Despesas financeiras	28	(44.646)	(38.213)	(201.143)	(198.532)
Resultado financeiro		(41.764)	(35.177)	(114.314)	(121.424)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		187.536	177.548	361.857	316.230
Imposto de renda e contribuição social–corrente	21b	(184)	-	(137.742)	(117.388)
Imposto de renda e contribuição social–diferido	21b	4.219	(3.113)	(6.970)	(4.175)
Lucro líquido do exercício		191.571	174.435	217.145	194.667
Atribuível a:					
Acionistas controladores		191.571	174.435	191.571	174.435
Acionistas não controladores		-	-	25.574	20.232

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	191.571	174.435	217.145	194.667
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controlada em conjunto	(122)	80	(122)	80
Resultado abrangente total	191.449	174.515	217.023	194.747
Acionistas controladores	191.449	174.515	191.449	174.515
Acionistas não controladores	-	-	25.574	20.232

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas	71.812	75.246	2.056.168	1.835.807
Receita operacional	84.165	74.081	1.842.511	1.640.550
Receita de construção	-	-	257.945	247.396
Outras receitas	(12.353)	1.165	(7.720)	2.418
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	-	-	(36.568)	(54.557)
Insumos adquiridos de terceiros	(22.842)	(17.350)	(849.636)	(785.121)
Custo das mercadorias e dos serviços prestados	-	-	(430.397)	(398.960)
Custo de construção	-	-	(257.945)	(247.396)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(22.842)	(17.350)	(161.294)	(138.765)
Valor adicionado bruto	48.970	57.896	1.206.532	1.050.686
Depreciação e amortização	(207)	(203)	(96.343)	(84.522)
Valor adicionado líquido produzido	48.763	57.693	1.110.189	966.164
Valor adicionado recebido em transferência	250.225	212.235	17.309	45.658
Resultado de equivalência patrimonial	243.027	206.052	(77.872)	(38.046)
Receitas financeiras	7.198	6.183	95.181	83.704
Valor adicionado total a distribuir	298.988	269.928	1.127.498	1.011.822
Distribuição do valor adicionado	298.988	269.928	1.127.498	1.011.822
Pessoal	41.289	32.982	295.498	254.855
Remuneração direta	30.794	25.530	181.904	161.798
Benefícios	8.069	4.875	96.372	78.053
FGTS	2.426	2.577	17.222	15.004
Impostos, taxas e contribuições	21.059	24.054	400.512	349.258
Federais	16.791	20.208	388.224	336.920
Estaduais	-	-	6.621	7.071
Municipais	4.268	3.846	5.667	5.267
Remuneração de capitais de terceiros	45.069	38.457	214.343	213.042
Juros	44.630	38.200	180.927	176.233
Aluguéis	439	257	14.297	15.007
Outras	-	-	19.119	21.802
Remuneração de capitais próprios	191.571	174.435	217.145	194.667
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	41.428	59.479	46.381
Lucros retidos	191.571	133.007	146.073	133.006
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	11.593	15.280

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	187.536	177.548	361.857	316.230
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:				
Depreciação e amortização	228	225	105.270	93.302
Juros sobre empréstimos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos	3.688	3.649	64.749	70.131
Juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	40.685	34.011	103.952	93.978
Ganhos com operações de swap	-	-	(541)	(46)
Juros e IOF sobre mútuo	(3.248)	(2.746)	(3.264)	(2.536)
Variações monetárias	-	-	4.740	3.659
Atualização monetária das contingências	-	-	592	3.896
Provisão para perdas de créditos das contas a receber	-	-	36.568	54.796
Reversões de contingências	-	-	(1.811)	(1.555)
Resultado de equivalência patrimonial	(243.028)	(206.052)	77.872	38.046
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	-	(65)	6	382
Resultado na alienação de investimento	-	3	-	3
Ganho (perda) com derivativos	-	-	218	421
Receita de construção ativo financeiro–PPP	-	-	(6.118)	(9.895)
Subsídio tarifário–PPP	-	-	-	(620)
Ganho no recebimento de ações em transferência	-	(1.045)	-	(1.045)
Provisão para perda em venda de investimentos	12.410	-	12.410	-
Outros ajustes	(54)	(5)	(54)	82
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(87.537)	(101.020)
Estoques	(1.093)	-	(914)	6.365
Depósitos judiciais	(12)	80	(1.297)	(3.368)
Tributos a recuperar	408	(624)	(12.806)	(11.046)
Despesas antecipadas	8	218	(2.422)	2.542
Outros ativos	8	55	(4.961)	228
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	1.505	(2.957)
Fornecedores	259	71	3.413	(8.293)
Ônus da concessão	-	-	7.209	456
Obrigações tributárias	137	898	(5.146)	(554)
Obrigações trabalhistas	1.614	3.377	7.456	14.091
Partes relacionadas, líquidas	(2.172)	(86)	216	(2.955)
ICMS a devolver a clientes	-	-	120	(541)
Outras obrigações	232	(9.141)	2.744	(11.127)
	(2.394)	371	664.026	541.050
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(48)	(119.789)	(110.018)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.926)	(3.650)	(72.371)	(73.635)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	-	-	(752)	(701)
Pagamento de juros de debêntures e notas comerciais escriturais	(41.385)	(22.436)	(102.541)	(51.180)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(45.705)	(25.763)	368.573	305.516
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado	(277)	(225)	(6.953)	(5.238)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(3.593)	(5.730)	(423.119)	(251.393)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	-	65	704	406
Mútuos concedidos	-	(9.533)	-	(5.000)
Recebimento de mútuo	5.155	5.687	5.155	-
Aporte de capital em investidas	(129.995)	(309.106)	(105.000)	(300.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	235.386	153.644	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	106.676	(165.198)	(529.213)	(561.225)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(46.428)	(65.000)	(67.502)	(77.843)
Recompra de ações	-	(36.393)	-	(36.393)
Captações das debêntures e notas comerciais escriturais	-	245.040	198.424	661.817
Captações de empréstimos e financiamentos	-	25.000	121.382	120.569
Captações de mútuo	45	80	-	-
Pagamento dos arrendamentos	-	-	(3.424)	(2.838)
Pagamento das debêntures e notas comerciais escriturais	(14.287)	(14.286)	(31.474)	(28.761)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(25.000)	(127.953)	(139.779)
Pagamento de mútuo	(274)	(323)	-	-
Derivativos recebidos	-	-	378	(68)
Parceria Público-Privada – PPP	-	-	6.935	11.936
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(60.944)	129.118	96.766	508.640
Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa	27	(61.843)	(63.874)	252.931
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.353	91.196	521.844	268.913
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	29.380	29.353	457.970	521.844

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("SAAB" ou "Companhia"), com sede localizada à Rua Marquês de Paraná, 110–Parte, Centro, no município de Niterói–RJ–Brasil, foi constituída em 23 de junho de 2008 e tem por objeto social a participação societária em outras sociedades. A SAAB, através de suas controladas e controladas em conjunto, desenvolve atividades empresariais de prestação de serviços nos segmentos de saneamento básico e de tratamento de resíduos industriais no Brasil, bem como presta serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional e administrativa para a gestão centralizada. A Companhia em conjunto com suas subsidiárias forma o Grupo Águas do Brasil ("Grupo GAB" ou "Grupo"). As atividades de saneamento básico são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados: **I. Concessões públicas:** Contratos de prestação de serviços de longo prazo com o Poder Concedente (prefeituras e/ou órgãos públicos), representados por concessões públicas, nos quais as controladas diretas e controladas em conjunto da Companhia atuam como concessionárias de serviços públicos. a. Gestão Plena: O objeto desses contratos é a concessão, em caráter de exclusividade, da gestão integrada dos serviços de saneamento básico de águas e de esgotos sanitários, incluídas a operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e cobrança direta aos usuários.

Concessionária	Sigla	CNPJ	Área de atuação	Data do ato	Data de vencimento	Poder Concedente	Estado
Águas de Niterói S.A.	CAN	02.150.336/0001-66	Perímetro urbano de Niterói	nov/99	nov/49	Empresa Municipal de Moradia Urbanização e Saneamento–EMUSA	RJ
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	CAJ	02.013.199/0001-18	Áreas urbanas de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim	jan/98	jan/48	Municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim	RJ
Águas do Paraíba S.A.	CAP	01.280.003/0001-99	Perímetro urbano de Campos dos Goytacazes	set/99	set/59	Município de Campos dos Goytacazes	RJ
Águas do Imperador S.A.	CAI	02.150.327/0001-75	Perímetro urbano de Petrópolis (inclusive sedes distritais)	jan/98	jan/43	Município de Petrópolis	RJ
Águas das Agulhas Negras S.A.	CAAN	09.195.493/0001-37	Perímetro urbano de Resende (inclusive sedes distritais)	jan/08	jan/38	Agência de Saneamento Básico do Município de Resende–SANEAR	RJ
Águas de Nova Friburgo Ltda.	CANF	03.119.806/0001-91	Perímetro urbano de Nova Friburgo	jul/99	jul/39	Município de Nova Friburgo	RJ
Concessionária Águas de Paraty S.A.	CAPY	19.080.515/0001-77	Perímetro urbano de Paraty	fev/14	fev/44	Município de Paraty	RJ
Águas de Araçoiaba S.A.	CAA	11.347.020/0001-50	Limite territorial de Araçoiaba da Serra	nov/09	nov/39	Município de Araçoiaba da Serra	SP
Águas de Votorantim S.A.	CAV	14.192.039/0001-62	Limite territorial de Votorantim	mai/12	mai/42	Município de Votorantim	SP
Águas de Jahu S.A.	CAJA	20.918.034/0001-77	Perímetro urbano de Jahu	abr/15	abr/50	Município de Jahu	SP
Águas de Pará de Minas S.A.	CAPAM	18.494.424/0001-15	Perímetro urbano de Pará de Minas	abr/15	abr/50	Município de Pará de Minas	MG
Águas da Condessa S.A.	CAC	37.353.051/0001-07	Perímetro urbano de Paraíba do Sul	dez/20	dez/55	Município de Paraíba do Sul	RJ
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	Rio+ BL3	42.292.007/0001-74	17 municípios do Estado do Rio de Janeiro	ago/22	ago/57	Governo do Estado do Rio de Janeiro	RJ
Águas da Imperatriz S.A.	CAIZ	39.523.638/0001-42	Perímetro urbano de Teresópolis	jan/24	jan/49	Município de Teresópolis	RJ

Águas da Imperatriz Participações S.A. e Águas da Imperatriz S.A.: No dia 25 de agosto de 2023, a Águas da Imperatriz Participações S.A., subsidiária integral da SAAB, foi a licitante vencedora da Concorrência Pública nº 002/2023 da Prefeitura de Teresópolis, referente à concessão dos serviços públicos relativos a gestão, estruturação de projetos de implantação, expansão, restauração e operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme o edital de concorrência pública, a licitante vencedora deveria constituir, previamente à assinatura do contrato, a sociedade concessionária. Desta forma, foi constituída a Águas da Imperatriz S.A.. O contrato de concessão tem vigência de 25 anos, a contar do primeiro dia útil seguinte à emissão da Ordem de Início. b. Gestão parcial: O objeto dos contratos da controlada SANEJ e da controlada em conjunto F.AB Zona Oeste S.A. é o tratamento de esgoto, compreendendo a construção, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração das obras públicas. A concessionária Rio+ Saneamento BL3 S.A. possui como gestão parcial o tratamento e distribuição de água para 22 bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Concessionária	Sigla	CNPJ	Área de atuação	Data do ato	Data de vencimento	Poder Concedente	Estado
SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	SANEJ	03.708.169/0001-99	Limite territorial de Jaú	mar/00	mar/25	Município de Jaú	SP
F.AB Zona Oeste S.A.	F.AB	14.863.079/0001-99	Área de planejamento 5 do município do Rio de Janeiro	jan/12	jan/42	Município do Rio de Janeiro	RJ
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	Rio+ BL3	42.292.007/0001-74	22 bairros da cidade do Rio de Janeiro	ago/22	ago/57	Governo do Estado do Rio de Janeiro	RJ

II. Clientes privados: Contratos de longo prazo representados pela prestação de serviços de tratamento de resíduos e efluentes industriais.

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

Concessionária	Sigla	CNPJ	Objeto do contrato	Data do ato	Data de vencimento	Principais clientes
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	SAAL	12.364.969/0001-20	Prover serviços e exercer atividades, técnicas, operacionais, de consultoria, implantação e gestão relacionadas a águas, resíduos líquidos e sólidos, solos contaminados, poluição atmosférica, soluções ambientais.	Diversos	-	Nissan / Land Rover
F.AB Zona Oeste S.A.	F.AB	14.863.079/0001-99	Área de planejamento 5 do município do Rio de Janeiro	jan/12	jan/42	Município do Rio de Janeiro
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	Rio+ BL3	42.292.007/0001-74	22 bairros da cidade do Rio de Janeiro	ago/22	ago/57	Governo do Estado do Rio de Janeiro

Venda da controlada Águas de Araçoiaba S.A.: Em 18 de dezembro de 2023, foi celebrado um contrato de compra e venda de ações e outras avenças, entre a atual acionista, Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("vendedora"), e a Terracom Concessões e Participações Ltda. ("compradora" ou "Terracom"). Neste contrato, a compradora expressa sua intenção de adquirir a totalidade das ações da Águas de Araçoiaba S.A. da vendedora, que por sua vez manifesta seu interesse em vender à compradora a totalidade destas ações. O fechamento desta transação ocorreu em 1º de março de 2024, data em que ocorreu a transferência, pela SAAB para a Terracom, de 100% das ações de emissão da controlada Águas de Araçoiaba S.A., mediante o pagamento do preço das ações à vendedora, conforme condições contratuais. Para maiores detalhes, vide Nota 15. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Grupo") foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Grupo preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto. Em 26 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações financeiras da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo. O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. O resultado, e cada componente de outros resultados abrangentes, são atribuídos aos sócios controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos sócios não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos, passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas, cuja participação percentual na data do balanço encontra-se apresentada abaixo.

	Participação[1]	
	31/12/2023	31/12/2022
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	**90,53%**	90,53%
Águas do Paraíba S.A.	**90,86%**	90,86%
Águas de Niterói S.A.	**90,87%**	90,87%
Águas do Imperador S.A.	**90,87%**	90,87%
Águas das Agulhas Negras S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas de Nova Friburgo Ltda.	**100,00%**	100,00%
Águas de Araçoiaba S.A.	**100,00%**	99,99%
SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	**100,00%**	100,00%
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	**100,00%**	100,00%
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**100,00%**	100,00%
Concessionária Águas de Paraty S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas de Jahu S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas de Pará de Minas S.A.	**100,00%**	100,00%
Gadugi Participações S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas da Condessa S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas da Imperatriz Participações S.A.	**100,00%**	-

[1] Os percentuais foram fixados em duas casas decimais. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para o Grupo. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Infraestrutura – SAAL	5 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito do Grupo de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: As Concessionárias reconhecem como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas Concessionárias. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelas Concessionárias. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Outorga da concessão: Refere-se à outorga registrada no ativo intangível (Nota 14). A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelas concessionárias do Grupo, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros–custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros–valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros–mensuração inicial: No reconhecimento inicial o Grupo mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros–reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros do Grupo são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, notas comerciais escriturais, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos do Grupo são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da SAAB e suas controladas. **3.8. Ativos não circulantes mantidos para venda:** O Grupo classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando a sua recuperação se dará principalmente por meio de uma transação de venda, em vez de seu uso contínuo. Esses ativos são avaliados pelo menor valor entre seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda consistem nas despesas adicionais diretamente atribuíveis à venda, excluindo as despesas financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. **3.9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.10. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. O Grupo possui empresas optantes por regime tributário através do lucro real e lucro presumido. Para as investidas optantes pelo lucro real, o imposto de renda foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, definidos pela legislação vigente, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para a empresa optante pelo lucro presumido, a investida SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda., de acordo com a legislação fiscal vigente para empresa de prestação de serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários, a base de cálculo para tributação é de 32% (trinta e dois por cento) do valor dos serviços prestados, acrescidos de 100% (cem por cento) das demais receitas para apuração dos impostos. O imposto de renda é calculado trimestralmente à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a base apurada, tendo um imposto adicional de 10% (dez por cento) incidente sobre o que exceder a sessenta mil reais em cada trimestre. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% (nove por cento) sobre a base de cálculo apurada. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza ("ISS") [1]	2,00% a 5,00%

[1] Refletem as alíquotas básicas vigentes de acordo com o município onde o serviço é prestado. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.11. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.12. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, o Grupo estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.13. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação, juros sobre mútuos e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.14. Demonstração do valor adicionado:** A NBC TG 09–Demonstração do Valor Adicionado recomenda, para entidade sob a forma jurídica de sociedade por ações, a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Neste sentido, a Companhia preparou essas demonstrações de acordo com o CPC 09–Demonstração do Valor Adicionado. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50–Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica ao Grupo. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. CPC 26 (R1) e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo. Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, pois o Grupo não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um *sale and leaseback* (transação de venda e retroarrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. O Grupo não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo. Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. O Grupo está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis pelo Grupo requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pelo Grupo. *b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *c) Provisão para perdas de crédito para as contas a receber:* O Grupo registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. *d) Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.12 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** O Grupo efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

			Controladora			
			31/12/2023		31/12/2022	
	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**29.357**	**29.357**	29.336	29.336
Contratos de mútuo	Custo amortizado	-	**21.577**	**21.577**	23.384	23.384
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	**676**	**676**	417	417
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	**26.782**	**26.782**	25.020	25.020
Debêntures	Custo amortizado	-	**263.386**	**263.386**	278.373	278.373
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	**454**	**454**	465	465
Contratos de mútuo	Custo amortizado	-	**44**	**44**	266	266

			Consolidado			
			31/12/2023		31/12/2022	
	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**457.102**	**457.102**	463.793	463.793
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	**353.584**	**353.584**	302.615	302.615
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**14.085**	**14.085**	15.590	15.590
Contratos de mútuo	Custo amortizado	-	**21.577**	**21.577**	23.384	23.384
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**1.323**	**1.323**	1.540	1.540
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	**36.356**	**36.356**	32.943	32.943
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	**734.729**	**734.729**	728.972	728.972
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	**5.547**	**5.547**	6.631	6.631
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	**1.057.652**	**1.057.652**	874.922	874.922
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	**135.456**	**135.456**	5.767	5.767
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	**226**	**226**	213	213

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pelo Grupo, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. O Grupo utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O Grupo também está exposto à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais (sem os custos de transação), utilizou as projeções do CDI, IPCA, SELIC e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Controladora					
Operação	Risco	Valor Contábil	Cenário I provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	29.357	31.967	32.619	33.273
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(26.782)	(29.163)	(29.757)	(30.355)
Debêntures	CDI	(267.134)	(290.882)	(296.813)	(302.770)
Passivo líquido		(264.559)	(288.078)	(293.951)	(299.852)
Efeito líquido			(23.519)	(29.392)	(35.293)
CDI (a.a.)			8,89%		

Consolidado					
Operação	Risco	Valor Contábil	Cenário I provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	457.102	497.738	507.886	518.079
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	12.473	13.582	13.859	14.137
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(205.981)	(224.293)	(228.865)	(233.459)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(184.709)	(191.857)	(193.649)	(195.441)
Empréstimos e financiamentos	SELIC	(1.462)	(1.594)	(1.626)	(1.659)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(291.355)	(309.244)	(313.731)	(318.189)
Debêntures e notas comerciais	CDI	(768.444)	(836.759)	(853.818)	(870.954)
Debêntures e notas comerciais	IPCA	(306.890)	(318.767)	(321.743)	(324.720)
Passivo líquido		(1.289.266)	(1.371.194)	(1.391.687)	(1.412.206)
Efeito líquido			(81.928)	(102.421)	(122.940)
CDI (a.a.)			8,89%		
IPCA (a.a.)			3,87%		
TJLP (a.a.)			6,14%		
Selic (a.a.)			9,00%		

5.3. Risco de liquidez: É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos e às debêntures e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores não descontados):

Controladora				
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	676	676	-	-
Empréstimos e financiamentos	26.782	1.782	-	25.000
Debêntures	267.135	62.589	45.455	159.091
Débitos com partes relacionadas	454	454	-	-
Contratos de mútuo	44	44	-	-
	295.091	65.545	45.455	184.091

Controladora				
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	417	417	–	–
Empréstimos e financiamentos	25.020	25.020	–	–
Debêntures	282.898	25.755	52.598	204.545
Débitos com partes relacionadas	465	465	–	–
Contratos de mútuo	266	266	–	–
	309.066	51.923	52.598	204.545

Consolidado				
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	36.536	36.536	-	-
Empréstimos e financiamentos	746.137	174.917	55.148	516.072
Passivos de arrendamento	5.547	3.496	1.211	840
Debêntures e notas comerciais escriturais	1.075.334	186.014	339.909	549.411
Ônus da concessão	135.456	135.456	-	-
Débitos com partes relacionadas	226	226	-	-
	1.999.236	536.645	396.268	1.066.323

Consolidado				
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	32.943	32.614	–	329
Empréstimos e financiamentos	738.529	196.876	133.479	408.174
Passivos de arrendamento	6.631	3.051	2.592	988
Debêntures e notas comerciais escriturais	893.376	66.308	205.555	621.513
Ônus da concessão	5.767	5.767	–	–
Débitos com partes relacionadas	213	213	–	–
	1.677.459	304.829	341.626	1.031.004

5.4. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, as debêntures, notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	26.782	25.020	734.729	728.972
Passivos de arrendamento (Nota 18)	-	-	5.547	6.631
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 19)	263.386	278.373	1.057.652	874.922
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(29.380)	(29.353)	(457.970)	(521.844)
(-) Operações com derivativos	-	-	(1.323)	(1.540)
Dívida líquida (a)	260.788	274.040	1.338.635	1.087.141
Total do patrimônio líquido (b)	1.220.637	1.074.602	1.281.975	1.132.711
Total do capital (a+b)	1.481.425	1.348.642	2.620.610	2.219.852
Índice de alavancagem financeira–% [a/(a+b)]	17,60%	20,32%	51,08%	48,97%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	23	17	868	58.051
Aplicações financeiras	29.357	29.336	457.102	463.793
	29.380	29.353	457.970	521.844

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados. As contas a receber estão compostas como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Clientes (a)	466.960	432.562
Clientes–parcelamento (b)	51.689	51.380
Pontos arrecadadores (c)	6.852	3.335
Provisão para perdas de créditos das contas a receber	(184.327)	(184.662)
	341.174	302.615
Ativo circulante	321.985	283.415
Ativo não circulante	19.189	19.200

(a) Representam o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados. (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e as Concessionárias para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para as Concessionárias. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Faturado	93.932	83.517
Não faturado	84.278	72.509
Vencidas		
Até 30 dias	58.373	51.411
De 31 a 60 dias	18.389	16.981
De 61 a 90 dias	11.729	11.169
De 91 a 180 dias	29.681	28.804
Mais de 180 dias	229.119	222.886
	525.501	487.277

8. Tributos a recuperar: Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ	11.482	6.611	14.169	10.872
CSLL	1.682	747	1.818	902
PIS	279	-	502	219
COFINS	-	-	1.032	1.010
ISS	-	2	-	2
ICMS	-	-	3	3
Outros	8	8	13	11
	13.451	7.368	17.537	13.019
Ativo circulante	13.451	7.368	16.017	10.741
Ativo não circulante	-	-	1.520	2.278

9. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações com o BNDES (i)		
Águas de Niterói S.A.	-	3.236
Águas do Paraíba S.A.	4.142	4.204
Águas do Imperador S.A.	2.166	1.387
Águas de Pará de Minas S.A.	2.309	2.350
Águas de Nova Friburgo Ltda.	1.773	1.788
Águas de Condessa S.A.	257	-
Águas de Jahu S.A.	-	1.133
	10.647	14.098
Devolução ICMS (ii)		
Águas de Niterói S.A.	1.612	1.409
	1.612	1.409
Obrigações com a Caixa Econômica Federal (iii)		
Águas das Agulhas Negras S.A.	1.826	83
	1.826	83
	14.085	15.590

i) Obrigação das controladas que possuem contrato de financiamento celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES", onde as mesmas obrigam-se, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma "Conta reserva" com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das amortizações e juros da dívida, vencíveis nos três meses subsequentes. Esta conta é regulada por contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças, celebrados entre as controladas, o BNDES e outras instituições financeiras intervenientes. ii) Em virtude do processo referente à devolução de ICMS não reclamado aos clientes das controladas Águas de Niterói S.A. e Águas de Juturnaíba S.A., foram abertas contas de poupança no Banco do Brasil. iii) Obrigações da controlada Águas das Agulhas Negras S.A. constante do contrato de financiamento celebrado com à Caixa Econômica Federal – CEF, correspondente à contrapartida com recursos próprios, destinada à execução de projetos, obras e serviços relativos ao empreendimento financiado. **10. Investimentos:** O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e controladas em conjunto. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

		Investimentos			
		Controladora		Consolidado	
Investidas	Controle	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	Controlada	92.881	80.701	-	-
Águas do Paraíba S.A.	Controlada	173.300	165.760	-	-
Águas de Niterói S.A.	Controlada	227.401	233.118	-	-
Águas do Imperador S.A.	Controlada	112.821	95.192	-	-
Águas de Araçoiaba S.A.	Controlada	-	21.626	-	-
Águas das Agulhas Negras S.A.	Controlada	79.921	72.304	-	-
Águas de Nova Friburgo Ltda.	Controlada	95.273	79.714	-	-
SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	Controlada	20.300	21.758	-	-
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	Controlada	36	2	-	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	Controlada	20.567	24.966	-	-
Concessionária Águas de Paraty S.A.	Controlada	5.987	2.278	-	-
Águas de Jahu S.A.	Controlada	46.749	32.722	-	-
Águas de Pará de Minas S.A.	Controlada	51.142	41.783	-	-
Gadugi Participações S.A.	Controlada	(681)	(336)	-	-
Águas da Condessa S.A.	Controlada	4.564	3.386	-	-
Águas de Imperatriz	Controlada	17.295	-	-	-
Águas de Votorantim S.A.	Controlada em conjunto	25.768	20.682	25.768	20.682
F.AB. Zona Oeste S.A.	Controlada em conjunto	59.379	71.308	59.379	71.308
Rio+ Saneamento Participações S.A.	Controlada em conjunto	299.803	267.538	299.803	267.538
		1.332.506	1.234.502	384.950	359.528
Ativo não circulante Investimentos		1.333.187	1.234.838	384.950	359.528
Passivo não circulante Provisão para perdas em investimentos		(681)	(336)	-	-

A movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto é demonstrada abaixo:

Controladora								
Investidas	31/12/2022	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio	Dividendos	Equivalência patrimonial	Baixa de Investimentos	Outros resultados abrangentes	31/12/2023
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	80.701	-	(5.192)	(27.388)	44.760	-	-	92.881
Águas do Paraíba S.A.	165.760	-	(10.583)	(37.121)	55.245	-	-	173.300
Águas de Niterói S.A.	233.118	-	(14.150)	(112.184)	120.617	-	-	227.401
Águas do Imperador S.A.	95.192	-	(6.350)	(7.993)	31.972	-	-	112.821
Águas de Araçoiaba S.A.	21.626	4.953	-	-	(4.042)	(22.537)	-	-
Águas das Agulhas Negras S.A.	72.304	-	-	(2.372)	9.989	-	-	79.921
Águas de Nova Friburgo Ltda.	79.712	-	(5.288)	(6.948)	27.797	-	-	95.273
SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	21.758	-	-	-	(1.458)	-	-	20.300
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	2	-	-	(11)	45	-	-	36
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	24.967	-	(1.472)	(10.808)	7.880	-	-	20.567
Concessionária Águas de Paraty S.A.	2.278	-	-	-	3.709	-	-	5.987
Águas de Jahu S.A.	32.722	-	-	-	14.027	-	-	46.749
Águas de Pará de Minas S.A.	41.783	-	-	(2.915)	12.274	-	-	51.142
Gadugi Participações S.A.	(336)	41	-	-	(386)	-	-	(681)
Águas da Condessa S.A.	3.387	-	-	-	1.177	-	-	4.564
Águas da Imperatriz Participações S.A.[1]	-	20.001	-	-	(2.706)	-	-	17.295
Águas de Votorantim S.A.	20.682	-	-	(1.584)	6.670	-	-	25.768
F.AB. Zona Oeste S.A.	71.308	-	-	-	(11.807)	-	(122)	59.379
Rio+ Saneamento Participações S.A.	267.538	105.000	-	-	(72.735)	-	-	299.803
	1.234.502	129.995	(43.035)	(209.324)	243.027	(22.537)	(122)	1.332.506

[1] Em 11 de setembro de 2023. a empresa Águas do Brasil SPE V S.A, alterou sua denominação e passou a se chamar Águas da Imperatriz Participações S.A.

Consolidado						
Investidas	31/12/2022	Aporte de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	31/12/2023
Águas de Votorantim S.A.	20.682	-	(1.584)	6.670	-	25.768
F.AB.. Zona Oeste S.A.	71.308	-	-	(11.807)	(122)	59.379
Rio+ Saneamento Participações S.A.	267.538	105.000	-	(72.735)	-	299.803
	359.528	105.000	(1.584)	(77.872)	(122)	384.950

As principais informações das controladas em 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	148.434	304.722	60.883	289.679	102.594	256.539	49.442
Águas do Paraíba S.A.	142.152	347.870	107.298	191.996	190.728	328.842	60.799
Águas de Niterói S.A.	208.547	372.451	141.361	189.379	250.258	619.801	132.741
Águas do Imperador S.A.	75.877	187.082	54.493	84.305	124.161	190.377	35.185
Águas de Araçoiaba S.A.	3.598	30.801	11.643	219	22.537	18.436	(4.042)
Águas das Agulhas Negras S.A.	14.721	148.935	30.744	52.991	79.921	93.974	9.989
Águas de Nova Friburgo Ltda.	46.801	189.436	50.444	90.519	95.274	156.748	27.797
SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	1.399	22.640	3.739	-	20.300	11.523	(1.458)
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	60	13	37	-	36	-	45
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	17.053	30.132	19.202	7.416	20.567	21.475	7.881
Concessionária Águas de Paraty S.A.	15.527	8.250	9.139	8.651	5.987	21.217	3.709
Águas de Jahu S.A.	35.850	94.761	25.355	58.507	46.749	111.040	14.027
Águas de Pará de Minas S.A.	34.123	102.301	28.931	56.351	51.142	82.620	12.274
Gadugi Participações S.A.	6	1.208	1.267	628	(681)	-	(386)
Águas da Condessa S.A.	22.497	28.661	27.578	19.016	4.564	25.683	1.178
Águas da Imperatriz Participações S.A.	36.396	309.179	127.986	200.294	17.295	-	(2.706)

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto e a conciliação dos investimentos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 são apresentadas abaixo:

	Águas de Votorantim S.A.	F.AB. Zona Oeste S.A.	Rio+ Saneamento Participações S.A. Consolidado
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	16.790	35.077	326.716
Outros ativos circulantes	13.326	163.093	369.392
Ativos não circulantes	92.975	1.164.123	2.768.747
Passivos circulantes			
Empréstimos e financiamentos	5.397	31.294	-
Passivos de arrendamento	239	2.168	2.265
Debêntures	-	13.451	-
Outros passivos circulantes	17.409	50.314	133.121
Empréstimos e financiamentos	54.621	941.777	-
Passivos de arrendamento	667	1.502	1.667
Debêntures	-	98.828	2.340.929
Outros passivos não circulantes	1.811	104.202	487.201
Patrimônio líquido	42.947	118.759	499.672
Participação proporcional da SAAB	60%	50%	60%
Valor contábil do investimento	25.768	59.379	299.803

	Águas de Votorantim S.A.	F.AB. Zona Oeste S.A.	Rio+ Saneamento Participações S.A. Consolidado
Receita líquida	77.909	399.962	911.527
Custo dos serviços prestados			
Depreciação e amortização	(3.974)	(44.587)	(71.606)
Outros custos dos serviços prestados	(40.442)	(145.061)	(677.095)
Receitas (despesas) operacionais			
Depreciação e amortização	(432)	(13.857)	(3.232)
Outras despesas gerais e administrativas	(15.563)	(120.080)	(199.326)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	2.859	18.422	45.567
Despesas financeiras	(3.642)	(130.457)	(189.506)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	16.715	(35.658)	(183.671)
Imposto de renda e contribuição social	(5.597)	12.045	62.445
Lucro (prejuízo) do exercício	11.118	(23.613)	(121.226)
Participação proporcional da SAAB	60%	50%	60%
Participação da SAAB nos resultados	6.670	(11.807)	(72.735)

11. Ativo de direito de uso

Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	11.025	(6.127)	4.898	10.625	(4.637)	5.988

Movimentação do ativo de direito de uso:

Consolidado					
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	5.988	2.505	(3.419)	(176)	4.898

Consolidado				
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	3.104	5.856	(2.972)	5.988

12. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	Controladora 31/12/2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	1.296	(1.083)	213	227
Máquinas e equipamentos	10%	238	(51)	187	21
Móveis e utensílios	10%	1.046	(828)	218	260
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	346	(258)	88	106
Outros imobilizados	10%	30	(30)	-	-
		2.956	(2.250)	706	614

	Taxa de depreciação anual	Consolidado 31/12/2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Equipamentos de informática	20%	23.130	(15.179)	7.951	6.326
Veículos	20%	8.303	(6.251)	2.052	2.279
Máquinas e equipamentos	10%	2.709	(1.110)	1.599	988
Móveis e utensílios	10%	10.191	(6.068)	4.123	3.633
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	3.992	(3.131)	861	1.035
Infraestrutura – SAAL	4% e 7,45%	44.101	(18.390)	25.711	27.981
Outros imobilizados	10%	477	(467)	10	1
Total do imobilizado em serviço		92.903	(50.596)	42.307	42.243
Imobilizado em curso					
Infraestrutura em construção–SAAL		741	-	741	652
Total do imobilizado em curso		741	-	741	652
Total do imobilizado		93.644	(50.596)	43.048	42.895

A Infraestrutura–SAAL representa o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo dos respectivos contratos.

Movimentação do imobilizado:

Controladora				
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	227	60	(74)	213
Máquinas e equipamentos	21	172	(6)	187
Móveis e utensílios	260	45	(87)	218
Benfeitorias em imóveis de terceiros	106	-	(18)	88
	614	277	(185)	706

Controladora				
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	117	180	(70)	227
Veículos	1	-	(1)	-
Máquinas e equipamentos	28	1	(8)	21
Móveis e utensílios	303	44	(87)	260
Benfeitorias em imóveis de terceiros	122	-	(16)	106
	571	225	(182)	614

Consolidado						
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	6.326	3.607	(23)	(2.361)	-	402	7.951
Veículos	2.279	742	(57)	(912)	-	-	2.052
Máquinas e equipamentos	988	972	-	(199)	-	(162)	1.599
Móveis e utensílios	3.633	1.123	(38)	(766)	-	171	4.123
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.035	-	-	(174)	-	-	861
Infraestrutura–SAAL	27.981	-	-	(2.270)	-	-	25.711
Infraestrutura em construção–SAAL	652	60	-	-	29	-	741
Outros imobilizados	1	9	-	-	-	-	10
	42.895	6.513	(118)	(6.682)	29	411	43.048

Consolidado					
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	5.295	3.049	(23)	(1.995)	6.326
Veículos	2.626	604	(8)	(943)	2.279
Máquinas e equipamentos	923	238	(15)	(158)	988
Móveis e utensílios	3.481	889	(46)	(691)	3.633
Benfeitorias em imóveis de terceiros	709	458	–	(132)	1.035
Infraestrutura–SAAL	30.677	–	(426)	(2.270)	27.981
Infraestrutura em construção–SAAL	652	–	–	–	652
Outros imobilizados	102	–	(101)	–	1
	44.465	5.238	(619)	(6.189)	42.895

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referem-se a movimentações entre o imobilizado e o ativo de contrato.

13. Ativo de contrato

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura em construção	453.218	515.480
	453.218	515.480

Movimentação do ativo de contrato:

Consolidado						
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	515.480	247.856	(134)	(309.560)	(424)	453.218
	515.480	247.856	(134)	(309.560)	(424)	453.218

Consolidado				
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	379.684	236.209	(100.413)	515.480
	379.684	236.209	(100.413)	515.480

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o imobilizado, intangível e o ativo de contrato.

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

14. Intangível

	Taxa de amortização anual	Controladora 31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	2.836	(2.834)	2	2
Desenvolvimento de projetos	20%	13.501	(110)	13.391	9.841
		16.337	(2.944)	13.393	9.843

	Taxa de amortização anual	Consolidado 31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	7.261	(6.303)	958	1.075
Marcas e patentes		1	-	1	1
Desenvolvimento de projetos	20%	28.420	(11.898)	16.522	12.888
Outorga	Entre 2,87% e 5,08%	344.200	(6.132)	338.068	24.998
Concessão/Infraestrutura	(a)	1.968.976	(703.432)	1.265.544	1.039.667
		2.348.858	(727.765)	1.621.093	1.078.629

(a) Os valores reconhecidos na linha de Concessão/Infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas de amortização utilizadas variam por Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, conforme descrito na Nota 1, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Estas taxas variam entre 4% e 20%. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2023 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
PMI–Proposta de Manifestação de Interesse	2.098	(191)	1.907	431
Direito da concessão de exploração	17.017	(4.567)	12.450	13.102
Captação	23.881	(4.530)	19.351	10.518
Adutoras	68.728	(18.420)	50.308	51.059
Estação de Tratamento de Água–ETA	97.365	(26.866)	70.499	41.081
Reservatório	43.615	(19.585)	24.030	23.955
Booster	18.005	(7.531)	10.474	9.968
Elevatória–água	8.228	(2.021)	6.207	6.545
Substituição/Expansão de rede de água	488.394	(158.545)	329.849	205.519
Ligação de água	63.743	(10.394)	53.349	42.466
Ligação de esgoto	73.695	(12.061)	61.634	49.321
Substituição/Expansão de rede de esgoto	443.362	(183.787)	259.575	257.631
Elevatória–esgoto	40.236	(9.599)	30.637	25.465
Estação de Tratamento de Esgoto–ETE	318.362	(118.062)	200.300	171.605
Biodigestores	2.890	(848)	2.042	1.354
Emissário	2.641	(500)	2.141	2.247
Benfeitorias em imóveis de terceiros	68.954	(25.354)	43.600	38.330
Máquinas e equipamentos	185.452	(98.963)	86.489	88.019
Máquinas e equipamentos–bens arrendados	2.169	(1.467)	702	1.051
Veículos	141	(141)	-	-
	1.968.976	(703.432)	1.265.544	1.039.667

Movimentação do intangível:

Controladora	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	2	-	-	2
Desenvolvimento de projetos	9.841	3.593	(43)	13.391
	9.843	3.593	(43)	13.393

Controladora	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	1	2	(1)	2
Desenvolvimento de projetos	4.155	5.728	(42)	9.841
	4.156	5.730	(43)	9.843

Consolidado	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	1.075	172	-	(329)	40	-	958
Marcas e patentes	1	-	-	-	-	-	1
Desenvolvimento de projetos	12.888	3.676	-	(42)	-	-	16.522
Outorga	24.998	314.200	-	(1.130)	-	-	338.068
Concessão/Infraestrutura	1.039.667	10.499	(458)	(93.668)	309.491	13	1.265.544
	1.078.629	328.547	(458)	(95.169)	309.531	13	1.621.093

Consolidado	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	628	719	-	(272)	-	1.075
Marcas e patentes	1	-	-	-	-	1
Desenvolvimento de projetos	6.961	5.969	-	(42)	-	12.888
Outorga	25.856	-	-	(858)	-	24.998
Concessão/Infraestrutura	999.332	23.213	(322)	(82.969)	100.413	1.039.667
	1.032.778	29.901	(322)	(84.141)	100.413	1.078.629

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **15. Ativos classificados como mantidos para venda:** Em 18 de dezembro de 2023, a SAAB celebrou contrato de compra e venda com a Terracom para alienação do total de ações da controlada Águas de Araçoiaba S.A. A data de fechamento desta transação ocorreu em 1º de março de 2024, quando da transferência da contraprestação pela vendedora para a compradora, conforme condições contratuais, e transferência da totalidade das ações da controlada Águas de Araçoiaba S.A para a Terracom. Ativos classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Na alienação da controlada Águas de Araçoiaba S.A., o valor contábil é de R$ 22.537 e o valor justo dos ativos líquidos das despesas de venda é de R$ 10.127. Desta forma, R$ 12.410 foram reconhecidos como despesa no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na rubrica de outras despesas operacionais. Balanço patrimonial da controlada Águas de Araçoiaba em 31 de dezembro de 2023

Descrição	31/12/2023
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	64
Outros ativos circulantes	3.534
Ativos não circulantes	30.801
Total do ativo	34.399
Passivos circulantes	
Empréstimos e financiamentos	9.937
Passivos de arrendamento	89
Outros passivos circulantes	1.617
Passivos não circulantes	
Passivos de arrendamento	144
Outros passivos não circulantes	75
Total do passivo	11.862
Patrimônio líquido	22.537
Total do passivo e patrimônio líquido	34.399

Demonstração do resultado da controlada Águas de Araçoiaba em 31 de dezembro de 2023

Descrição	31/12/2023
Receita líquida	18.436
Custo dos serviços prestados	(15.176)
Receitas (despesas) operacionais	(6.116)
Resultado financeiro líquido	
Receitas financeiras	245
Despesas financeiras	(1.436)
Prejuízo antes dos tributos	(4.047)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5
Prejuízo do exercício	(4.042)

16. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Materiais	129	57	11.189	10.687
Compra de água	-	-	14.534	13.934
Serviços	402	300	3.660	3.107
Infraestrutura	88	51	6.244	4.099
Outros	57	9	729	1.116
	676	417	36.356	32.943

17. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de crédito	Indexador	Juros	Controladora 31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos				
Capital de giro (e)	CDI	1,70% a.a.	26.782	25.020
Circulante			1.782	25.020
Não circulante			25.000	-

Linha de crédito	Indexador	Juros	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos				
FINAME PSI (a)	IPCA	3,5% a 6,75% a.a.	7.012	10.613
BNDES automático (a)	SELIC / TJLP	4,2% e 6,0% a.a.	3.663	5.367
FINEM (a)	TJLP / IPCA	3,97% a 7,78% a.a.	466.292	370.885
CCB (b)	TR / CDI	0,65% e 10,7% a.a.	12.682	22.406
FINEP (c)	TJLP	3,0% a.a.	1.453	2.453
Saneamento para todos (d)	TR	8,5% a.a.	54.045	50.508
Capital de giro (e)	CDI	1,04% a 2,28% a.a.	200.990	276.297
(-) Custos de transação			(11.408)	(9.557)
			734.729	728.972
Circulante			173.858	195.872
Não circulante			560.871	533.100
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso		7,5% a 15,8% a.a.	5.547	6.631
Circulante			3.489	3.051
Não circulante			2.058	3.580
Endividamento total			740.276	735.603
Endividamento total–Circulante			177.347	198.923
Endividamento total–Não circulante			562.929	536.680

(a) As linhas de crédito FINAME PSI, BNDES AUTOMÁTICO e FINEM foram obtidas por determinadas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social–BNDES com o objetivo de aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, bem como a reconstrução, modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Estas operações são amparadas por alienação fiduciária dos bens, cessão fiduciária de direitos creditórios, saldos em contas reserva, aplicações financeiras, vinculação da receita, caução, carta de fiança, aval e notas promissórias avalizadas por SAAB (Controladora). (b) A linha de crédito de Cédula de Crédito Bancário (CCB) foi obtida pelas controladas Águas de Nova Friburgo Ltda., Águas do Imperador S.A., Companhia Águas de Juturnaíba S.A. e Águas de Jahu S.A. com o objetivo de investimentos em ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento básico e possuem como garantia aval coobrigado de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (c) A linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP foi obtida com o objetivo de elaboração e execução do plano estratégico de inovação da controlada Águas de Niterói S.A. e é amparada por seguro garantia. (d) A linha de crédito vinculada ao "Programa saneamento para todos" foi obtida pela controlada Águas das Agulhas Negras S.A. com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de investir em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo amparada por alienação fiduciária das ações, conta reserva, direitos creditórios, nota promissória e aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (e) A Companhia e as investidas Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., Águas de Nova Friburgo Ltda., Águas do Paraíba S.A., Águas de Jahu S.A., Águas de Pará de Minas S.A., Águas das Agulhas Negras S.A., Águas de Niterói S.A., Águas de Araçoiaba S.A., Águas de Paraty S.A., Águas do Imperador S.A., Águas da Condessa S.A. e Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. possuem contrato de capital de giro, com o objetivo de assegurar suas necessidades complementares de caixa. Covenants: Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	25.020	25.021	728.972	734.563
Captações	-	25.000	124.236	121.719
Juros e encargos financeiros	3.688	3.649	79.317	82.797
Variações monetárias	-	-	4.380	3.165
Amortização de principal	-	(25.000)	(127.953)	(139.779)
Amortização de juros	(1.926)	(3.650)	(72.371)	(73.635)
Custo de transação	-	-	(2.854)	(1.150)
Amortização dos custos de transação	-	-	1.002	1.292
Saldo final	26.782	25.020	734.729	728.972

Arrendamentos

	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	6.631	3.559
Adições	2.505	5.856
Baixas	(176)	-
Remensurações	(21)	-
Juros e encargos financeiros	784	755
Amortização de principal	(3.424)	(2.838)
Amortização de juros	(752)	(701)
Saldo final	5.547	6.631

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento: Empréstimos e financiamentos

Controladora 31/12/2023	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2026	25.000	-	25.000
	25.000	-	25.000

Consolidado	31/12/2023 Dívida	Custos de transação	Total líquido	31/12/2022 Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	-	-	-	133.479	(910)	132.569
2025	55.150	(770)	54.380	43.802	(622)	43.180
2026	74.459	(695)	73.764	39.104	(545)	38.559
Após 2026	441.613	(8.886)	432.727	325.268	(6.476)	318.792
	571.222	(10.351)	560.871	541.653	(8.553)	533.100

Arrendamentos

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	2.592
2025	1.217	619
2026	687	237
Após 2026	154	132
	2.058	3.580

18. Debêntures e notas comerciais escriturais

Linha de crédito	Indexador	Juros	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	CDI / IPCA	0,70% a 7,33% a.a.				
Não conversíveis em ações			257.142	271.429	572.825	590.192
Juros e participações			9.992	11.469	13.956	15.040
Custos de transação a apropriar			(3.748)	(4.525)	(14.378)	(16.115)
Total de debêntures			263.386	278.373	572.403	589.117
Circulante			61.852	24.979	88.690	43.031
Não circulante			201.534	253.394	483.713	546.086
Notas comerciais estruturais	CDI	1,60% e 2,16% a.a.				
Principal			-	-	470.000	270.000
Juros e encargos			-	-	18.553	18.145
Custo de transação a apropriar			-	-	(3.304)	(2.340)
Total de notas comerciais estruturais			-	-	485.249	285.805
Circulante			-	-	94.347	17.583
Não circulante			-	-	390.902	268.222
Endividamento total			263.386	278.373	1.057.652	874.922
Endividamento total–Circulante			61.852	24.979	183.037	60.614
Endividamento total–Não circulante			201.534	253.394	874.615	814.308

A movimentação das debêntures é como segue:

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	278.373	36.044	589.117	198.574
Captações	-	250.000	-	405.091
Juros e encargos financeiros	39.908	33.411	73.731	55.662
Variações monetárias	-	-	359	494
Amortização de principal	(14.287)	(14.286)	(31.474)	(28.761)
Amortização de juros	(41.385)	(22.436)	(61.065)	(32.763)
Custos de transação	-	(4.960)	-	(10.464)
Amortização dos custos de transação	777	600	1.735	1.284
	263.386	278.373	572.403	589.117

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	285.805	-
Captações	200.000	270.000
Juros e encargos financeiros	41.884	36.561
Amortização de juros	(41.476)	(18.417)
Custos de transação	(1.576)	(2.810)
Amortização dos custos de transação	612	471
	485.249	285.805

As parcelas de longo prazo das debêntures têm o seguinte cronograma de pagamento:

Controladora	31/12/2023 Dívida	Custos de transação	Total líquido	31/12/2022 Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	-	-	-	52.598	(737)	51.861
2025	45.455	(709)	44.746	45.455	(709)	44.746
2026	45.455	(709)	44.746	45.455	(709)	44.746
Após 2026	113.635	(1.593)	112.042	113.635	(1.594)	112.041
	204.545	(3.011)	201.534	257.143	(3.749)	253.394

Consolidado	31/12/2023 Dívida	Custos de transação	Total líquido	31/12/2022 Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	-	-	-	77.041	(1.628)	75.413
2025	62.767	(1.394)	61.373	61.994	(1.393)	60.601
2026	63.060	(1.393)	61.667	62.274	(1.393)	60.881
Após 2026	370.637	(9.964)	360.673	359.156	(9.965)	349.191
	496.464	(12.751)	483.713	560.465	(14.379)	546.086

As parcelas de longo prazo das notas comerciais escriturais têm o seguinte cronograma de pagamento:

Consolidado	31/12/2023 Dívida	Custos de transação	Total líquido	31/12/2022 Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	-	-	-	87.568	(562)	87.006
2025	277.143	(1.302)	275.841	87.568	(562)	87.006
2026	77.143	(563)	76.580	87.568	(562)	87.006
Após 2026	38.571	(90)	38.481	7.296	(92)	7.204
	392.857	(1.955)	390.902	270.000	(1.778)	268.222

Debêntures: a) Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.: *(i) 3ª emissão de debêntures:* Em 6 de maio de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. O instrumento particular de escritura foi efetuado em 6 de maio de 2019, com debêntures no valor nominal de R$ 10, perfazendo o total de R$ 50.000. As debêntures têm prazo de vencimento de cinco anos, a contar da data de emissão, com amortizações e pagamentos de juros semestrais, sendo a primeira parcela devida em 5 de maio de 2021 e, em relação aos juros remuneratórios, em 5 de novembro de 2019. O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente e os juros remuneratórios serão correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 0,95% ao ano, base 252 dias úteis. Os recursos captados serão utilizados em suas controladas, refinanciamento do passivo financeiro e reforço de seu caixa. a) Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.: *(i) 4ª emissão de debêntures:* Em 13 de março de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., tendo a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário. O instrumento particular de escritura foi efetuado em 13 de março de 2022, considerando a data de emissão das debêntures o dia 16 de março de 2022, com debêntures no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 250.000. As debêntures têm prazo de vencimento de sete anos, a contar da data de emissão, com amortizações e pagamentos de juros semestrais, sendo a primeira parcela devida em 16 de março de 2024 e, em relação aos juros remuneratórios, em 16 de setembro de 2022. O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente e os juros remuneratórios serão correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de *spread* de 2,33% a.a., base 252 dias úteis. Os recursos captados serão utilizados para a realização de investimentos em sociedades controladas pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., refinanciamento de dívidas e/ou reforço de caixa da Companhia e/ou de suas controladas. b) Controlada Águas de Niterói S.A.: Em 30 de setembro de 2014 foram emitidas 5.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal de R$ 10, perfazendo o total de R$ 52.000. As debêntures têm prazo de vencimento de dez anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 30 de setembro de 2024, data em que a controlada Águas de Niterói S.A. se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento e pagamento de saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de vencimento e a amortização do valor nominal unitário será feito em dezessete parcelas semestrais, sendo a primeira em 30 de setembro de 2016. As debêntures têm o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente) e farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 9,9% ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 dias corridos. Os juros remuneratórios serão pagos mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2014. Os recursos captados serão destinados a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. c) Controlada Águas do Paraíba S.A.: Em 30 de setembro de 2014, foram emitidas 4.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal de R$ 10, perfazendo o total de R$ 48.000. As debêntures têm prazo de vencimento de dez anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 30 de setembro de 2024, data em que a controlada Águas do Paraíba S.A. se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento e pagamento de saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de vencimento e a amortização do valor nominal unitário será feito em dezessete parcelas semestrais, sendo a primeira em 30 de setembro de 2016. As debêntures têm o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente) e farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 9,9% ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 dias corridos. Os juros remuneratórios serão pagos mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2014. Os recursos captados serão destinados a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. d) Controlada Águas de Juturnaíba S.A.: Em 15 de novembro de 2020 foram emitidas 117.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 117.400. As debêntures têm prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com amortização do valor nominal unitário em trinta e sete parcelas semestrais, sendo a primeira em 15 de novembro de 2022, e com vencimento final previsto para o dia 15 de novembro de 2040. As debêntures têm atualização monetária mensal do seu valor nominal unitário pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a primeira data de integralização até a data do seu efetivo pagamento, e farão jus a uma remuneração prefixada, correspondente a um percentual de 5,40% a.a., base 252 dias úteis. Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas aos sistemas de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **Notas comerciais escriturais:** Em 24 de janeiro de 2022, as controladas Águas de Niterói S.A., Águas do Paraíba S.A., Águas do Imperador S.A. e Águas de Nova Friburgo Ltda. emitiram Notas Comerciais Escriturais para distribuição pública, com esforços restritos, tendo a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora, conforme detalhado a seguir: a) Controlada Águas de Niterói S.A.: Emissão de 85.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 85.000. b) Controlada Águas do Paraíba S.A.: Emissão de 90.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 90.000. c) Controlada Águas do Imperador S.A.: Emissão de 45.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 45.000. d) Controlada Águas de Nova Friburgo Ltda.: Emissão de 50.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 50.000. O prazo de vencimento da dívida é de cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 24 de janeiro de 2027. Sobre as Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 2,16% a.a. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2022. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. Os recursos captados serão destinados à recomposição do capital de giro das controladas citadas acima. As debêntures e notas comerciais escriturais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. **19. Ônus da concessão:** O valor apresentado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023 de R$ 135.456 (R$ 5.767 em 31 de dezembro de 2022) representa os exigíveis dos contratos de concessão das controladas. Destes, o montante de R$ 122.480 em 2023 corresponde à segunda parcela da outorga fixa da controlada indireta Águas da Imperatriz S.A., que será paga em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após assinatura do contrato de concessão, com vencimento previsto para 01 de dezembro de 2024. **20. Obrigações tributárias:** Os impostos e contribuições estão assim apresentados:

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS/CSLL retidos	100	133	1.053	715
ISS	364	333	1.369	1.135
IRRF	880	862	4.653	6.172
PIS	266	221	3.368	3.194
COFINS	1.229	1.022	15.806	14.797
IRPJ	127	–	5.366	1.322
CSLL	57	–	3.454	2.749
Outros	10	12	54	51
	3.033	2.583	35.123	30.135
Passivo circulante	3.033	2.583	34.993	30.005
Passivo não circulante	-	–	130	130

21. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

Controladora	31/12/2022	Resultado	31/12/2023
Provisão para perda em venda de investimentos	-	4.219	4.219
Ativo fiscal diferido	-	4.219	4.219
Ativo diferido	-	4.219	4.219
Passivo diferido	-	-	-

Consolidado	31/12/2022	Resultado	31/12/2023
Provisões perdas de crédito das contas a receber	19.987	(5.219)	14.768
Provisões para contingências	9.327	(316)	9.011
Provisão participação nos lucros	1.991	628	2.619
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	104	551	655
Arrendamentos	203	1	204
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	-	1.743	1.743
Provisão para perda em venda de investimentos	-	4.219	4.219
Outros	280	320	600
Ativo fiscal diferido	31.892	1.927	33.819
Juros capitalizados	(10.012)	(9.889)	(19.901)
Ganhos com derivativos	(524)	74	(450)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014	(11.281)	800	(10.481)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/ 2014	(357)	118	(239)
Passivo fiscal diferido	(22.174)	(8.897)	(31.071)
Tributos diferidos líquidos	9.718	(6.970)	2.748
Ativo diferido	11.761	1.779	13.540
Passivo diferido	(2.043)	(8.749)	(10.792)

b) Conciliação da taxa efetiva

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	187.536	177.548	361.857	316.230
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social–alíquotas vigentes	(63.762)	(60.366)	(123.031)	(107.518)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:				
Permanentes	(14.569)	(10.578)	(1.852)	(2.097)
Resultado de equivalência patrimonial	82.629	70.058	(26.477)	(12.935)
Constituição de créditos sobre prejuízos fiscais	-	-	(1.487)	-
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(386)	(1.967)	(1.387)	(2.075)
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	92	(1.080)	2.163	(2.464)
Efeito referente à alíquota de adicional do imposto de renda	24	-	24	24

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

Efeito líquido da aplicação das alíquotas de lucro presumido	-	-	**(1.319)**	(842)
Incentivo cultural (artigo n.º 11.770/08)	-	-	**2.244**	1.905
Incentivo empresa cidadã (Lei n.º 11.770/08)	**3**	-	**180**	229
Programa de Alimentação do Trabalhador (Decreto nº 3.000/99)	**4**	-	**2.506**	2.114
Incentivo Desportivo (artigo 3 Lei n.º 11.438/06)	-	-	**1.122**	510
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto n.º 9.580/18)	-	-	**561**	516
Outros ajustes	-	820	**2.041**	1.070
Total do imposto de renda e da contribuição social	**4.035**	(3.113)	**(144.712)**	(121.563)
Alíquota efetiva	**2,15%**	1,75%	**39,99%**	38,44%

22. Provisões para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para contingências, estão assim demonstradas:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	**26.072**	26.659
Trabalhistas	**1.486**	2.152
Tributárias	**463**	429
	28.021	29.240

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	**707**	-	**342.551**	298.204
Tributárias	-	-	**372.946**	323.745
Trabalhistas	**118**	-	**12.599**	11.177
Ambientais	-	-	**2.356**	2.095
	825	-	**730.452**	635.221

As principais causas possíveis são descritas a seguir: a) Causas cíveis: As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) consumo (ii) falta de abastecimento; (iii) multiplicação de economias; (iv) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo, etc.); (v) serviços comerciais; (vi) responsabilidade civil; e (vii) cobrança. Controlada Águas do Paraíba S.A.: *Processo nº 0035537-83.2018.8.19.0014:* Há, em curso, ação declaratória ajuizada pelo Serviço Social do Comércio SESC/ARRJ em face da controlada Águas do Paraíba S.A., tendo por objeto o pedido de enquadramento tarifário na categoria de consumo público, cujo o valor de causa atualizado é de R$ 4.172. Em 20 de maio de 2021, foi proferida sentença procedente para condenar a ré a proceder ao reenquadramento tarifário do autor na categoria pública e a devolver os valores cobrados a maior, desde a alteração tarifária. Em 10 de junho de 2021, a controlada Águas do Paraíba S.A. interpôs recurso de apelação, que confirmou a sentença, interposto RESP que se encontra pendente de envio para STJ. *Processo nº 0015039-49.2007.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Julio Cesar Pessanha Alves em face da controlada Águas do Paraíba S.A. e Município de Campos dos Goytacazes, buscando reparação por danos morais, materiais e estéticos em razão de ter o autor caído em um buraco supostamente aberto pela Concessionária, incorrendo em danos na arcada dentária. Após contestado o feito, o Juízo deferiu antecipação de tutela em relação ao Município réu para realizar o tratamento odontológico do autor. Posteriormente, foi feita perícia técnica por profissional cirurgião dentista. O Juízo indeferiu a realização de perícia técnica de engenharia, através da qual se pretendia provar que a Concessionária não era responsável pelo local que ocasionou o acidente. Foi prolatada sentença julgando procedente o pedido de danos morais. O valor da causa atualizada é de R$ 1.407, solidariamente em face dos dois réus. A controlada Águas do Paraíba S.A. interpôs recurso de apelação e, após os devidos trâmites, foi prolatado acórdão negando provimento ao nosso recurso. Foi interposto recurso especial, tendo o autor apresentado contrarrazões. Atualmente o processo encontra-se no STJ onde em juízo de admissibilidade não foi conhecido e foi interposto um agravo interno. *Processo nº 0037294-30.2009.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Ilcineia Pereira Miranda em face da controlada Águas do Paraíba S.A., buscando reparação por danos morais e estéticos em razão de ter caído em um logradouro desnivelado. Após contestado o feito, foi distribuída por dependência medida cautelar incidental de produção de prova, autuada sob o nº 0026559-98.2010.8.19.0014, na qual foi realizada perícia técnica de engenharia, que, por sua vez, já foi impugnada pela controlada Águas do Paraíba S.A.. O pedido da ação é de 160 salários mínimos, mais pensão de 2 salários mínimos por mês desde o evento e até quando durar a incapacidade da demandante. Foi prolatada sentença julgando improcedentes os pedidos autorais. O julgamento da Apelação reformou a sentença para o pagamento de danos morais de R$ 3. *Processo nº 0004569-75.2015.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Genilson Robes de Souza Junior em face da controlada Águas do Paraíba S.A. e João Batista Machado, buscando reparação por danos morais, materiais e estéticos em razão de ter sofrido acidente envolvendo uma retroescavadeira conduzida por funcionário da controlada Águas do Paraíba S.A.. Após contestado o feito, o Juízo indeferiu a realização de perícia técnica. O valor da causa atualizado é de R$ 986, referente a danos morais e danos estéticos, mais lucros cessantes e pensão vitalícia no equivalente à redução da capacidade de trabalho do autor. Houve audiência sem acordo. Em maio de 2023 a ação foi julgada improcedente e está pendente de julgamento da apelação interposta pelo o autor. Controlada Águas de Nova Friburgo Ltda. *Processos 0001171-13.1999.8.19.0037 e 0001185-94.1999.8.19.0037: Ações populares:* Existem, atualmente, 2 (duas) ações populares, com valor total atualizado das causas de R$ 6.822 ajuizadas em face da controlada Águas de Nova Friburgo Ltda. questionando o contrato de concessão celebrado com a referida concessionária. Alega-se modificação do edital sem abertura de prazo para recebimento de propostas e suposta, ilegalidade do tipo de julgamento. Requer-se seja julgada procedente a ação, para que seja anulado todo o procedimento licitatório e pagamento de perdas e danos a deram causa, reembolsando ao erário público os valores despendidos com a realização da concorrência. Proferidas sentenças declarando a ocorrência da prescrição da pretensão autoral, reformadas por acórdão. Atualmente, aguarda-se virtualização para retomada do julgamento de mérito em 1ª instância. *Processo 0002606-41.2007.8.19.0037:* Ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual – MP, com valor atualizado da causa de R$ 7.179, em face da controlada Águas de Nova Friburgo Ltda., requerendo a tutela antecipada para que a Concessionária se abstenha de cobrar tarifa de esgoto de toda a população de Nova Friburgo, sob pena de multa e, no mérito, alega suposto lançamento de esgoto "in natura" no rio local, o que consistiria em infração às normas de Direito Ambiental. A controlada Águas de Nova Friburgo Ltda. apresentou a peça de bloqueio impugnando formal e diretamente todos os pedidos do MP. Foi realizada prova pericial, a qual foi favorável à empresa ao constatar a existência de rede coletora e apontar investimentos e gastos com a operação e manutenção dessas redes. Controladas Águas das Agulhas Negras S.A. e Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. *Processo 0193094-07.2020.8.19.0001:* Trata-se de ação revisional de contrato, em que a Nissan pretende afastar o pagamento mínimo da demanda contratada. Alega que em virtude da Pandemia ficou vários períodos com consumo abaixo do mínimo. Assim, pretende com a ação pagar somente o consumido e não a demanda mínima contratada. Realizada a perícia, constatou-se que todo o consumo cobrado está de acordo com os termos do contrato. O processo foi julgado improcedente, decisão confirmada em segunda instância. Aguardando o julgamento dos recursos cabíveis a serem opostos pela parte autora. Controlada Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. *Processo 0008034-46.2013.8.19.0052:* Foi ajuizada ação civil pública pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face da controlada Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., dentre outros, acerca do fornecimento do serviço, tratamento de esgoto, cobrança da tarifa de esgoto e soluções para a problemática ambiental da Lagoa de Araruama, cujo valor atualizado é de R$ 3.914. Foi proferido acórdão condenando a controlada Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. a discriminar os valores pertinentes aos serviços de água e esgoto separadamente nos boletos das tarifas mensais aos usuários de imóveis não conectados ao sistema de esgotamento sanitário e a se abster de cobrar qualquer valor a título de serviço de esgoto aos usuários de imóveis não conectados ao sistema de esgotamento sanitário vigente, por ausência de disponibilização do serviço. *Processo 0000163-22.2005.8.19.0059:* Trata-se de processo de responsabilidade civil onde a autora alega que teve seu terreno alagado em virtude de problemas ocorridos na Represa de Juturnaíba, a sentença de improcedência em face da controlada Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. teve recente trânsito em julgado e o processo está em fase de execução apenas em face da Prolagos. O valor atualizado do processo é de R$ 2.014. *Processo 0002204-85.2002.8.19.0052:* Trata-se de ação onde os valores cobrados por determinada fatura são questionados pelos autores. Inicialmente, foram requeridos 1.000 salários mínimos de danos morais, sendo o valor atualizado de R$ 2.463. O processo está em execução para apuração final de valores assim que houver decisão nesse sentido será atualizado na contingência. *Processo 0801146-13.2022.8.19.0052:* Trata-se de ação de consumo onde o cliente questiona a cobrança indevida de valores em suas faturas. O processo, cujo valor atualizado é de R$ 1.224, encontra-se em fase inicial, aguardando a perícia para apuração dos valores a serem cobrados corretamente. Controlada Águas do Imperador S.A.: *Processo 0059500-41.2015.8.19.0042:* Trata-se de ação ajuizada em face da controlada Águas do Imperador S.A., cujo valor atualizado é de R$ 4.215, sob a alegação que houve uma ruptura de rede administrada pela controlada Águas do Imperador S.A., o que teria afetado a estrutura de imóvel com diversas moradias, as quais foram interditadas pela defesa civil. Os Autores objetivam a demolição e reconstrução do imóvel nos mesmos moldes anteriores da construção atual ou, alternativamente, caso haja impossibilidade deste pedido, requer que seja construído o imóvel nos mesmos moldes do atual, em local próximo e viável, mediante concordância dos autores, bem como que haja condenação ao pagamento de indenização por danos morais. A Subconcessionária apresentou defesa e denunciou à lide a seguradora. Realizada prova pericial. Designado dia para realização de Audiência de Instrução e Julgamento. Controlada Águas da Condessa S.A.: *Processo 0006007-76.2021.8.19.0063:* O edital da licitação dos Serviços de Saneamento Básico de Paraíba do Sul previa que a empresa vencedora deveria manter entendimento com a autarquia SAAETRI, de Três Rios, para aquisição de água, porque o bairro Barão de Angra encontra-se geograficamente distante do centro de Paraíba do Sul e próxima ao limite territorial com o município de Três Rios, sendo a solução histórica adotada a compra de água do SAAETRI para abastecimento do bairro. Vencida a licitação, a controlada Águas da Condessa S.A. deu seguimento ao abastecimento realizado para o bairro Barão de Angra, com o recebimento da rede de abastecimento do município vizinho e distribuindo a água aos moradores. Porém, verificou-se que o SAAETRI realiza a cobrança em face da controlada Águas da Condessa S.A. como se esta fosse um único imóvel residencial, sendo que a água recebida através da ligação abastece aproximadamente 250 imóveis. A consequência da forma de cobrança praticada pelo SAEETRI é que a controlada Águas da Condessa S.A. pagaria o valor de R$ 5,02 (cinco reais e dois centavos) por metro cúbico de água, em razão da progressividade tarifária decorrente do cadastro da ligação como residencial, enquanto que a controlada Águas da Condessa S.A. recebe, em média R$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) por metro cúbico de água de seus consumidores., porque a maioria consome dentro da primeira faixa de consumo da estrutura tarifária, na qual não há a progressividade de tarifa. Portanto, estabelece-se um desequilíbrio na água adquirida à R$ 5,02/m³ (cinco reais e dois centavos por metro cúbico) para ser vendida à R$ 3,43/m³ (três reais e quarenta e três centavos por metro cúbico). Considerando que a destinação da água adquirida do município vizinho não é para uma unidade residencial, a controlada Águas da Condessa S.A. requereu, administrativamente, a adequação do valor ao serviço que de fato é realizado, qual seja, aquisição de água por atacado, o terminou por ser negado pelo SAAETRI em razão da alegação de falta de previsão na estrutura tarifária deles. Assim, distribuiu-se a presente demanda para que o Judiciário determine o valor do preço da água a ser praticado entre o SAAETRI e Águas da Condessa, sendo requerido pela controlada Águas da Condessa S.A., e deferido, que se praticasse o valor de R$ 1,70/m³ (um real e setenta centavos por metro cúbico), depositado em juízo mensalmente. Por essa razão, os valores que são depositados mensalmente em juízo referem-se ao pagamento do incontroverso. Atualmente, o processo encontra-se em fase de ajustes dos honorários do perito que atuará no feito. b) Causas tributárias: Controlada Águas do Imperador S.A. *Processo 15563.720125/2019-70:* Autos de infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 46.328 (R$ 44.309 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente, o processo encontra-se aguardando análise da impugnação apresentada. Controlada Águas de Nova Friburgo Ltda. *Processo 15521.720004/2020-58:* Autos de infração de IRPJ e CSLL referentes ao ano-calendário de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 3.307 (R$ 2.981 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente, o processo encontra-se aguardando análise da impugnação apresentada. Controlada Águas do Paraíba S.A. *Processo 10725.720766/2020-44:* Autos de infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 31.366 (R$ 28.324 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente, o processo encontra-se aguardando análise da impugnação apresentada. Controlada Águas de Niterói S.A. *Processo 15563.720122/2019-36:* Autos de infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 272.815 (R$ 246.350 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente, o processo encontra-se aguardando análise da impugnação apresentada. **23. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos pelo Grupo o montante total de R$ 29.650 (R$ 26.339 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações	**13.505**	11.676	**21.996**	19.370
Encargos sociais	**3.860**	3.726	**6.565**	5.974
Plano de saúde	**202**	159	**494**	412
Plano de previdência privada	**264**	268	**404**	398
Outros	**106**	93	**191**	185
	17.937	15.922	**29.650**	26.339

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Resumo das transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante:				
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber				
Águas do Imperador S.A.	**12.500**	11.112	-	-
Águas do Paraíba S.A.	**15.576**	12.843	-	-
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	**12.291**	16.015	-	-
Águas de Niterói S.A.	**33.050**	25.987	-	-
Águas das Agulhas Negras S.A.	**15.457**	13.085	-	-
Águas de Votorantim S.A.	**6.157**	4.573	**6.157**	4.573
Águas de Nova Friburgo Ltda.	**10.978**	5.631	-	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**298**	8.192	-	-
F.AB. Zona Oeste S.A.	**5.866**	5.866	**5.867**	5.867
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	**11**	1.138	-	-
Águas de Pará de Minas S.A.	**7.847**	4.932	-	-
Dotum Participações S.A.	**1.171**	1.171	-	-
	121.202	110.545	**12.024**	10.440
Créditos com partes relacionadas				
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**95**	251	-	-
Águas da Imperatriz S.A.	**2.288**	-	-	-
Águas da Imperatriz participações S.A.	**12**	-	-	-
Águas de Votorantim S.A.	-	-	**306**	396
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	**17**	-	**1.562**	1.674
	2.412	251	**1.868**	2.070
Total do ativo circulante	**123.614**	110.796	**13.892**	12.510
Ativo não circulante:				
Contratos de mútuo				
F.AB. Zona Oeste S.A.	**21.577**	23.384	**21.577**	23.384
Total do ativo não circulante	**21.577**	23.384	**21.577**	23.384
Total do ativo	**145.225**	134.180	**35.469**	35.894
	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo circulante:				
Obrigações com acionistas				
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	-	**757**	639
ERG Participações Ltda.	-	-	**1.514**	1.469
Credicom–Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	-	**884**	805
Erco Engenharia S.A.	-	-	**482**	541
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	**153**	139
Synval Filgueiras De Moraes Junior	-	-	**1.237**	1.121
Marcelo Borja Filgueiras De Moraes	-	-	**1.648**	1.495
Silvane Borja Filgueiras De Moraes Nolli	-	-	**1.237**	1.121
Developer S.A.	**20.618**	21.370	**20.618**	21.369
New Water Participações Ltda.	**4.880**	5.058	**4.880**	5.058
	25.498	26.428	**33.410**	33.757
Débitos com partes relacionadas				
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda	**383**	465	-	-
Águas de Votorantim S.A.	-	-	**40**	-
Águas do Imperador S.A.	**5**	-	-	-
Águas do Paraíba S.A.	**3**	-	-	-
Águas de Niterói S.A.	**53**	-	-	-
Águas de Nova Friburgo S.A.	**10**	-	-	-
Consórcio Costa Verde	-	-	-	213
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	-	-	**186**	-
	454	465	**226**	213
Total do passivo circulante	**25.952**	26.893	**33.636**	33.970
Passivo não circulante:				
Contratos de mútuo				
TGS-Tecnologia e Gestão de Saneamento Ltda.	**44**	266	-	-
Total do passivo não circulante	**44**	266	-	-
Total do passivo	**25.996**	27.159	**33.636**	33.970

Movimentação do ativo de mútuo:

		Controladora						
Mutuário	**Mutuante**	**Saldos em 31/12/2022**	**Juros**	**IOF**	**Amortização**	**IRRF**	**Saldos em 31/12/2023**
F.AB Zona Oeste S.A.	SAAB	23.384	3.266	117	(5.155)	(35)	21.577

		Controladora						
Mutuário	**Mutuante**	**Saldos em 31/12/2021**	**Valores cedidos**	**Juros**	**IOF**	**Amortização**	**IRRF**	**Saldos em 31/12/2022**
Águas da Condessa S.A.	SAAB	948	3.010	173	33	(4.125)	(39)	-
F.AB Zona Oeste S.A.	SAAB	15.688	5.000	2.586	110	-	-	23.384
Água das Agulhas Negras S.A.	SAAB	-	1.523	36	11	(1.562)	(8)	-
		16.636	9.533	2.795	154	(5.687)	(47)	23.384

		Consolidado						
Mutuário	**Mutuante**	**Saldos em 31/12/2022**	**Juros**	**IOF**	**Amortização**	**IRRF**	**Saldos em 31/12/2023**
F.AB Zona Oeste S.A.	SAAB	23.384	3.266	117	(5.155)	(35)	21.577

		Consolidado				
Mutuário	**Mutuante**	**Saldos em 31/12/2021**	**Valores cedidos**	**Juros**	**IOF**	**Saldos em 31/12/2022**
F.AB Zona Oeste S.A.	SAAB	15.688	5.000	2.586	110	23.384

Movimentação do passivo de mútuo:

		Controladora						
Mutuário	**Mutuante**	**Saldos em 31/12/2022**	**Capitação**	**Juros**	**IOF**	**Amortização**	**IRRF**	**Saldos em 31/12/2023**
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	TGS	266	45	16	2	(274)	(11)	44

		Controladora						
Mutuário	**Mutuante**	**Saldos em 31/12/2021**	**Capitação**	**Juros**	**IOF**	**Amortização**	**IRRF**	**Saldos em 31/12/2022**
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	TGS	469	80	43	6	(323)	(9)	266

A Controladora Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. presta serviços de contrato de gestão *(Management Fee)* para as Companhias, conforme apresentado abaixo:

	87,1 mm	
Resultado com partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Águas de Niterói S.A.	**(28.027)**	(25.202)
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	**(9.653)**	(8.293)
Águas do Paraíba S.A.	**(14.703)**	(12.544)
Águas do Imperador S.A.	**(7.709)**	(6.875)
Águas das Agulhas Negras S.A.	**(3.785)**	(3.455)
Águas de Araçoiaba S.A.	**(856)**	(772)
Águas de Nova Friburgo Ltda.	**(6.735)**	(6.025)
SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	**(542)**	(574)
Concessionária Águas de Paraty S.A.	**(759)**	(635)
Águas de Jahu S.A.	**(5.043)**	(4.325)
Águas de Pará de Minas S.A.	**(3.373)**	(2.900)
Águas de Votorantim S.A.	**(1.197)**	(1.679)
Águas da Condessa S.A.	**(984)**	(800)
Total resultado com partes relacionadas	**(83.366)**	(74.079)

As Companhias possuem contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC), nos moldes de um Centro de Serviços Compartilhados – CSC, para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística. **24. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 611.000(R$ 559.500 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 172.975.390 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme disposto abaixo.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações (unidades)	Participação	Quantidade de ações (unidades)	Participação
Developer S.A.	122.627.097	71%	122.627.097	71%
New Water Participações Ltda.	29.022.849	17%	29.022.849	17%
Ações em tesouraria	21.325.444	12%	21.325.444	12%
	172.975.390	100%	172.975.390	100%

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: A Companhia constituiu reserva para investimentos, no valor de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar as atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou a criação de novos empreendimentos. d) Dividendos: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 26 do Estatuto Social. Em 18 de dezembro de 2023 foram pagos R$ 20.000 como antecipação dos dividendos referentes ao exercício de 2023. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	**191.571**	174.435
Constituição da reserva legal–5%	**(9.578)**	(8.722)
Base de cálculo dos dividendos	**181.993**	165.713
Dividendos mínimos obrigatórios–25%	**45.498**	41.428

e) Reserva para retenção de lucro: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Companhia retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

25. Receita líquida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	**84.165**	74.081	**1.882.888**	1.682.688
Receita de construção	-	-	**257.945**	247.396
Cancelamentos	-	-	**(12.417)**	(18.721)
	84.165	74.081	**2.128.416**	1.911.363
PIS e COFINS sobre serviços	**(7.786)**	(6.853)	**(178.539)**	(159.019)
Imposto sobre serviços	**(4.208)**	(3.703)	**(5.063)**	(4.496)
Descontos concedidos	-	-	**(27.960)**	(23.417)
	72.171	63.525	**1.916.854**	1.724.431

26. Custos dos serviços prestados	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Taxas de recursos hídricos e ambientais	**(8.918)**	(8.686)
Ônus da concessão	**(40.400)**	(34.790)
Energia elétrica	**(104.811)**	(106.887)
Custo de construção	**(257.945)**	(247.396)
Compra de água	**(125.362)**	(113.795)
Materiais aplicados nos serviços	**(61.583)**	(58.130)
Salários e benefícios a empregados	**(164.807)**	(151.713)
Utilização de imóveis e telefonia	**(2.135)**	(2.401)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(32.638)**	(29.948)
Serviços de terceiros	**(67.020)**	(58.973)
Depreciações e amortizações	**(91.066)**	(79.980)
Outros custos	**(3.744)**	(3.436)
	(960.429)	(896.135)

27. Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e benefícios a empregados	**(51.025)**	(41.334)	**(194.784)**	(158.432)
Utilização de imóveis e telefonia	**(333)**	(365)	**(5.511)**	(5.858)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(596)**	(409)	**(8.492)**	(6.790)
Serviços de terceiros	**(14.040)**	(15.482)	**(85.331)**	(80.375)
Despesas com contencioso	**(23)**	(81)	**(8.631)**	(8.695)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(754)**	(649)	**(2.580)**	(2.093)
Depreciações e amortizações	**(206)**	(203)	**(5.277)**	(4.542)
Provisão de perdas de crédito de contas a receber	-	-	**(36.568)**	(54.557)
Reversões de contingências	-	-	**1.811**	1.555
Outras despesas	**(6.568)**	505	**(49.300)**	(35.228)
	(73.545)	(58.018)	**(394.663)**	(355.015)

28. Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Juros com aplicações financeiras	**3.117**	3.264	**63.411**	54.722
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(4.316)**	(3.147)	**(8.352)**	(6.596)
Juros e multas vinculadas à operação	-	-	**23.787**	22.609
Juros sobre mútuos	**3.266**	2.749	**3.266**	2.540
Variação monetária sobre outros ativos	**815**	166	**1.151**	310
Ganhos com operações de *swap*	-	-	**1.091**	761
Ganho com derivativos	-	-	**1.025**	946
Outras receitas financeiras	-	4	**1.450**	1.816
	2.882	3.036	**86.829**	77.108
Despesas financeiras				
Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	**(43.596)**	(37.060)	**(164.567)**	(160.307)
Juros sobre arrendamentos	-	-	**(744)**	(723)
Juros de mútuo	**(16)**	(43)	-	-
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	**(4.740)**	(3.658)
Atualização monetária das contingências	-	-	**(592)**	(3.896)
Tributos sobre operações financeiras	**(16)**	(13)	**(1.096)**	(249)
Descontos concedidos	-	-	**(19.119)**	(21.794)
Perda com operações de *swap*	-	-	**(550)**	(715)
Perda com derivativos	-	-	**(1.243)**	(1.367)
Comissão e escrituração	**(158)**	-	**(461)**	(675)
Outras despesas financeiras	**(860)**	(1.097)	**(8.031)**	(5.148)
	(44.646)	(38.213)	**(201.143)**	(198.532)
Resultado financeiro	**(41.764)**	(35.177)	**114.314**	(121.424)

29. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Descrição de seguros	Vigência das apólices	Cobertura
Risco de engenharia e RC obras	31/12/2023 a 31/12/2024	91.101
Responsabilidade civil D&O	27/10/2023 a 27/10/2024	50.000
Risco operacional	17/01/2024 a 17/01/2025	75.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2024 a 17/01/2025	13.000
Riscos ambientais	22/12/2023 a 22/12/2024	5.000
Máquinas e equipamentos	09/06/2023 a 09/06/2024	313
Veículos	2023 a 2024	10.919
Casco marítimo–Águas de Niterói S.A.	18/05/2023 a 18/05/2024	341
Seguro empresarial	01/08/2023 a 23/02/2025	11.553
Garantia judicial	de 2021 a 2028	29.608
Seguro garantia (performance bond)- Águas da Agulhas Negras S.A.	07/01/2024 a 07/01/2025	6.568
Garantia de Concessão–Águas de Niterói S.A.	06/01/2024 a 06/01/2025	11.746
Garantia de Concessão–Águas do Imperador S.A.	07/10/2023 a 07/10/2024	3.435
Garantia de Concessão–Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	01/12/2023 a 01/12/2024	180.526
Garantia de Concessão–Águas do Paraíba S.A.	14/09/2023 a 14/09/2024	6.390
Garantia de Concessão–Águas das Agulhas Negras S.A.	01/01/2024 a 01/01/2025	811
Garantia de Concessão–Águas de Nova Friburgo Ltda.	24/01/2024 a 24/01/2025	2.765
Garantia de Concessão–Águas de Araçoiaba S.A.	27/11/2023 a 27/11/2024	1.177
Garantia de Concessão–Concessionária Águas de Paraty S.A.	14/04/2023 a 14/04/2024	2.806
Garantia de Concessão–SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	03/03/2024 a 03/03/2025	404
Garantia de Concessão–Águas de Jahu S.A.	05/12/2023 a 05/12/2024	1.299
Garantia de Concessão–Águas de Pará de Minas S.A.	09/03/2024 a 09/03/2025	8.852
Garantia de Concessão–Águas da Condessa S.A.	08/12/2023 a 05/12/2024	825
Garantia de Concessão–Águas da Imperatriz S.A.	30/11/2023 a 05/12/2024	7.685

30. Transações que não envolvem caixa: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos	-	-	**2.329**	5.856
Juros capitalizados	-	-	**30.364**	14.712
Outorga da concessão	-	-	**122.480**	-
Aumento de participação acionária por transferência de ações	-	755	-	62
Dividendos prescritos	**54**	352	**59**	389
IRRF sobre swap	-	-	**164**	114
Destinação de dividendos obrigatór

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da **Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.** Niterói–RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F

Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.:

(21) 99122-4278

(11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

CASA & VÍDEO BRASIL S.A.
CNPJ nº 11.114.284/0001-63 - NIRE 33.3.0029179-2
Companhia Fechada
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2024: Arquivada na Jucerja sob nº 00006149461 em 26/03/2024.

CASA & VÍDEO BRASIL S.A.
CNPJ nº 11.114.284/0001-63 - NIRE: 33.3.0029179-2
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2024: Arquivada na Jucerja sob nº 00006145563 em 25/03/2024.

CVLB BRASIL S.A.
CNPJ nº 16.233.389/0001-55 - NIRE: 33.3.0034993-6
Companhia Aberta
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2024: Arquivada na Jucerja sob nº 00006149599 em 26/03/2024.

MG Participações, Empreendimentos e Serviços Ltda
CNPJ 14.562.588/0001-81 - NIRE: 3220911524.3
CONVOCAÇÃO - ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Ficam convocados os sócios quotistas da Sociedade para se reunirem no dia 12/04/2024, às 11 horas na sede social da empresa situada na Av. João Cabral de Mello Neto nº 850, Bloco 2 West, Sala 215, CEO, Barra da Tijuca (RJ), CEP 22775-057, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Dissolução e extinção da sociedade. Rio de Janeiro, 25 de março de 2024. Marco Girelli - Sócio Majoritário. (27/03, 01 e 02/04/2024)

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio
("Companhia") - CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 - NIRE 33.300.162.178
Aviso Aos Acionistas
Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio informa aos seus acionistas que se encontram à disposição na sede social da Companhia, com sede à Rua Almirante Grenfall, nº 405, Bloco Vermelho, 3º andar, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, os documentos a que se trata o Artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e suas alterações, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2023. Duque de Caxias, 28 de março de 2024. **Carlo Alberto Bottarelli** - Presidente do Conselho de Administração. **(28, 29/03/2024 e 02/04/2024)**

Hospital Federal dos Servidores do Estado SUS — MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2024

O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90009/2024 no dia 09/04/2024 às 11h00min. – Objeto: Contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviço de Apoio Operacional para o Hospital Federal dos Servidores do Estado, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela do Termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Processo nº 33433.044864/2023-05. O pregão será realizado no site https://www.comprasnet.gov.br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF Nº 07.714.104/0001-07 - NIRE: 33300328980

RERRATIFICAÇÃO, EM 21 DE MARÇO DE 2024, DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2024

1.DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 21 de março de 2024, às 9:30 horas, no endereço comercial da Sumicity Telecomunicações S.A. ("Emissora"), localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henrique Schaumann, 270, 12º andar, CEP 05413-010. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação da convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações") e do parágrafo 3º, do artigo 9º do Estatuto Social da Emissora, em virtude da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Emissora. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Pedro Pullen Parente; Secretária: Cínthia Bravo Foroni. **4. ORDEM DO DIA:** (i) rerratificação da ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2024, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 21 de março de 2024 sob o nº 00006142858 ("RCA de 19/03"), na qual foi aprovada a realização da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais da Emissora, em série única, no valor total de R$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido no Termo de Emissão), nominativas e escriturais, as quais serão objeto de oferta pública sob o rito de registro automático de distribuição, na forma do inciso X do artigo 26 da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente); e (ii) a ratificação de todos os atos já praticados pelos administradores e procuradores da Emissora relacionados à Oferta e de todas as demais disposições constantes da RCA de 19/03 não expressamente alteradas. **5. DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração consignam a rerratificação da ata da RCA de 19/03, nos seguintes termos: **(i)** retificar a deliberação 5 (i) da RCA de 19/03, com o objetivo de corrigir o número da emissão de notas comerciais da Companhia, sendo certo que a emissão aprovada na RCA de 19/03 representa a 2ª (segunda emissão) de notas comerciais e não a 1ª (primeira) emissão, a qual passará a vigorar com a seguinte redação: *"(i) Aprovaram, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Lei nº 14.195/21, a realização da 2ª (segunda) emissão de Notas Comerciais escriturais da Emissora, em série única, no valor total de R$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais) ("Notas Comerciais") na Data de Emissão ("Emissão"), a qual terá as seguintes características e condições: (...)"* **(ii)** ratificar todos os demais termos da ata da RCA de 19/03 não expressamente retificados nesta ata e, adicionalmente, ratificar todos os atos já praticados pela diretoria e procuradores da Emissora relacionados à Emissão e à Oferta e. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida, conferida, achada conforme e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Conselheiros Presentes**: Pedro Pullen Parente, Alexandre Milani de Oliveira Campos, Eduardo Sirotsky Melzer, Loïc Pierre Louis Le Penven, Luciana Antonini Ribeiro, Vicente Sérgio Da Silva Gomes, Francisco Helionidas Diógenes Pinheiro Neto. São Paulo, 21 de março de 2024. *A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio.* **MESA:** Cínthia Bravo Foroni - Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A. NIRE: 333.0032898-0 Protocolo: 2024/00272374-7 Data do protocolo: 25/03/2024. CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/03/2024 SOB O NÚMERO 00006151088 e demais constantes do termo de autenticação. Autenticação:E5999B4237354ADE9914D24CA9F1BE1F27533548848AED568D0268C4C8E23F20 Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação e Aviso aos Acionistas: Ficam os acionistas da MRS LOGÍSTICA S.A. ("Companhia") convocados, na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 26 de abril de 2024, às 09:00 (nove) horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** i. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; ii. examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; iii. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a distribuição de dividendos, a aprovação de orçamento de capital para o exercício social de 2024 e a retenção de parcela de lucros, conforme proposta dos órgãos da administração, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76; iv. fixar a remuneração global dos administradores para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** i. aprovar a atualização do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital já deliberado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado; ii. aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia para ajustar a alçada de competência do Conselho de Administração e da Diretoria para aprovação de contratos com partes relacionadas, com a consequente alteração da alínea "l" do art. 16 e inclusão de nova alínea "n" no art. 21 do Estatuto Social da Companhia; iii. aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia caso aprovadas as atualizações e alterações propostas nos itens acima; e iv. rerratificar a remuneração global atribuída aos administradores no período compreendido entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023. Todos os documentos pertinentes às matérias incluídas na ordem do dia estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, situada na Praia de Botafogo, nº 228, sala 707, Botafogo, Rio de Janeiro, e também no sítio eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.mrs.com.br). Para participarem da Assembleia, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: a) **Pessoas Físicas:** Documento de identidade (cópia autenticada) e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais ou em custódia, expedido nos últimos 30 (trinta) dias úteis pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações de emissão da Companhia. b) **Pessoa Jurídica:** Cópia autenticada do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que, em caso de participação por procuração com poderes especiais, a firma do outorgante deverá estar reconhecida); documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) (cópias autenticadas), e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais ou em custódia, expedido nos últimos 30 (trinta) dias úteis pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações de emissão da Companhia. c) **Procuradores:** O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens "a" e "b" acima, deverá apresentar mandato com poderes especiais e firma reconhecida, além de cópia autenticada do documento de identidade e CPF do procurador. d) **Acionistas estrangeiros:** os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens "a" e "b", sendo que estes devem ser notarizados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem (ou apostilados) e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto à distância nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 19 de abril de 2024 (inclusive), do boletim de voto à distância ("boletim"), disponibilizado nesta data, 26 de março de 2024. O acionista poderá enviar o boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, Banco Bradesco; ou 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do boletim podem ser verificados no próprio boletim, disponibilizado pela Companhia, nesta data. Os acionistas que tiverem interesse em participar da Assembleia exclusivamente digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 24 de abril de 2024 (2 – dois - dias antes da realização da Assembleia), nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022, mediante envio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: ago@mrs.com.br, devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o link que permitirá o acesso ao sistema para participação na Assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na Assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a Assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://ri.mrs.com.br/ . Rio de Janeiro, 26 de março de 2024. Marcelo Leite Barros - Presidente do Conselho de Administração

Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.
CNPJ/MF nº 14.759.176/0001-36 – NIRE 33.210.651.013
Instrumento Particular de Transformação do Tipo Societário da Sociedade Limitada denominada Geração Bioeletricidade Santa Candida II Ltda. para Sociedade Anônima

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, a saber: (a) **Geração Bioeletricidade Holding S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02 , 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89, NIRE 3330032335-0, neste ato representada por seus Diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob o nº 861.403.379-68 e Flavio Martins Ribeiro, portador da cédula de identidade nº 7696206, expedida pelo SSP/MG, e do CPF/MF sob o nº 035.898.606-00, ambos com endereço profissional na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e (b) **Tangara Energia S.A.,** sociedade anônima com sedena cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02 , 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96, neste ato representada por seus Diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob o nº 861.403.379-68 e Flavio Martins Ribeiro, portador da cédula de identidade nº 7696206, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.898.606-00, ambos com endereço profissional na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. na qualidade de sócias da sociedade empresária limitada denominada Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda., com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.759.176/0001-36, com filial localizada na Fazenda Santa Cândida, Gleba Industrial, Zona Rural, Comarca de Jau, s/nº, Parque II, Município de Bocaina, Estado de São Paulo, CEP 17.240-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.759.176/0002-17, com seu Contrato Social registrado perante a JUCERJA sob o nº 3321065101-3, decidem na melhor forma de direito, nos termos do § 3º do art. 1072 do Código Civil, e na melhor forma de direito: **1. Transformação da Sociedade: 2.1.** Transformar a forma jurídica da Sociedade, de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima, sem liquidação, sem dissolução, nem importando essa transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor todos os direitos e obrigações sociais, o mesmo patrimonio, a mesma escrituração comercial e fiscal, mantido o mesmo capital social, e passará a ser regida pela Lei 6.404/76 (Lei de S.A.). **1.2.** Em vista da transformação do tipo societário da Sociedade, nos termos acima, aprovar a conversão das 211.519.509 quotas com valor nominal de R$ 1,00 do capital social da Companhia em 211.519.509 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, cuja conversão é aprovada à razão de 01 ação emitida para cada 01 quota então existentes. Assim sendo, o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor R$ 211.519.509,00 de passa a ser dividido em 211.519.509 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, assim distribuídas: (i) Geração Bioeletricidade Holding S.A. (CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89) possui 211.519.508 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada; e (ii) Tangara Energia S.A. (CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96) possui 01 ação ordinária, nominativas, com valor nominal de R$ 1,00. **1.3.** Por conta da alteração da forma juridica da Sociedade, alterar a denominação social da Sociedade para **Geração Bioeletricidade Santa Candida II S.A. 1.4**. Aprovar o projeto do estatuto social da Sociedade, constante no Anexo I, o qual faz parte integrande e inseparável deste Instrumento, independente de transcrição, dando-se por constituida a **Geração Bioeletricidade Santa Candida II. S.A. 1.5.** Autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelos sócios no presente Instrumento, incluindo, mas não se limitando a, transformação do tipo societário da Sociedade. **2. Eleição dos Administradores: 2.1.** Eleger os Srs. **Fernando Mano da Silva**, portador da cédula de identidade nº 50759188, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 690.436.121-20, para o cargo de **Diretor Presidente**; **Marcio Varella Calux**, portador da carteira de identidade nº 91875781, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.917.327-44, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente; Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, inscrito na OAB/PR sob o nº 21.793, inscrito no CPF/MF sob o nº 861.403.379-68, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica**; e **Flavio Martins Ribeiro**, portador da cédula de identidade nº 7696206, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.898.606-00, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica**; todos com endereço profissional na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro e com prazo de gestão de até 01 ano a contar da presente data. **2.1.1.** Os diretores, ora eleitos, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A formalização da referida eleição se dará mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas da administração, nos prazos e normas previstos no Artigo 149 da Lei nº 6.404/76 e no Artigo 12, parágrafo segundo do Estatuto Social. **3. Demais Assuntos de Interesse Social: 3.1.** Aprovar, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas, a realização de todas as publicações da Sociedade, previstas em lei, no "**jornal Diário do Comércio**". E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Instrumenro Particular de Transformação do Tipo Societário limitada para Sociedade Anônima em 01 via, a presença de 02 testemunhas abaixo assinadas. Rio de Janeiro, RJ, 05/02/2024. **Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (representadas digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Flavio Martins Ribeiro) **Tangara Energia S.A.** (representadas digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Flavio Martins Ribeiro). **Testemunhas:** (Assinado digitalmente por Isis Paula Cerinotti Malhães e Guilherme Braga Lacerda). **Visto do Advogado:** Isis Paula Cerinotti Malhaes – OAB/RJ 178906. **Anexo I. Estatuto Social Consolidado da Geração Bioeletricidade Santa Candida II S.A. Capítulo I – Sede, Objeto e Duração. Denominação e Características. Artigo 1º.** A **Geração Bioeletricidade Santa Candida II S.A.** (doravante apenas Santa Candida II ou Companhia) é uma sociedade anônima que se rege por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Sede, Foro e Dependências. Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.759.176/0001-36, com filial localizada na Fazenda Santa Cândida, Gleba Industrial, Zona Rural, Comarca de Jau, s/nº, Parque II, Município de Bocaina, Estado de São Paulo, CEP 17.240-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.759.176/0002-17, podendo manter, abrir e fechar filiais em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação da Diretoria. **Objeto Social. Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (a) a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Usina Termo Elétrica ("UTE Santa Cândida II" ou "UTE"); (b) a produção e a comercialização da potência e da energia gerada pela UTE; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a UTE; e (d) a comercialização de créditos de carbono. **Duração. Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Do Capital Social. Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado é valor R$ 211.519.509,00 dividido em 211.519.509 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. **Das Ações. Artigo 6º.** A cada uma das ações ordinárias é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Integralização. Artigo 7º.** O acionista subscritor de ações que não obedecer aos prazos e condições estabelecidas pela Assembleia Geral para a integralização das ações subscritas ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se, até a data da integralização, ao pagamento de juros de mora de 12% ao ano, de correção monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre o mês da subscrição e o do efetivo pagamento, e de multa correspondente a 10% do valor das prestações em atraso. **Capítulo III – Da Assembléia Geral. Competência. Artigo 8º.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todas as matérias relacionadas com o objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Instalação. Artigo 9º.** A Assembleia Geral será sempre convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente da Companhia e, na sua ausência ou impedimento, por qualquer outro Diretor. O Presidente da Assembleia escolherá, entre os presentes, o Secretário. **Parágrafo único.** Independentemente das formalidades previstas em lei e neste estatuto, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Assembleia Geral Ordinária. Artigo 10.** Anualmente, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, será realizada Assembleia Geral Ordinária, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas no art. 132 da Lei nº 6.404/76. **Assembleia Geral Extraordinária. Artigo 11.** A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Capítulo IV – Da Administração da Companhia. Artigo 12.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 2 e no máximo 6 diretores, sendo 1 Diretor Presidente. 1 Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 1 ano, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** O prazo de gestão dos Diretores se estende até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de Atas de Reunião da Diretoria. Os Diretores que forem reeleitos serão empossados pela Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores serão substituídos, em suas ausências e impedimentos ocasionais, pelos demais membros da Diretoria. Em caso de ausência ou impedimento permanente, e desde que o número de membros remanescentes seja menor do que o mínimo previsto no caput deste artigo, a Assembleia Geral elegerá substituto, que exercerá o mandato até o término do prazo de gestão do diretor substituído. **Reuniões. Artigo 13.** A Diretoria reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses sociais, na sede da Companhia ou no local indicado na convocação. A convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião. **Parágrafo Primeiro.** As reuniões serão convocadas através de aviso escrito, por meio de carta, telegrama, fax ou correio eletrônico, enviado a cada Diretor com antecedência mínima de 5 dias da data da reunião, devendo haver a confirmação do recebimento. **Parágrafo Segundo.** Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores. **Parágrafo Terceiro.** A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria e deliberará pela maioria dos membros presentes. Em caso de empate, o Presidente terá, além do seu voto, o voto de qualidade. **Parágrafo Quarto.** As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. **Representação da Sociedade. Artigo 14.** A representação ativa e passiva da companhia será exercida por 2 Diretores conjuntamente, por 1 Diretor em conjunto com um procurador especialmente nomeado ou por 2 procuradores em conjunto. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia será, excepcionalmente, representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. **Parágrafo Segundo.** A Diretoria poderá, ainda, designar 1 de seus membros ou constituir um procurador, para representar a Companhia em atos e operações específicas, no País ou no Exterior. **Artigo 15.** A Diretoria poderá constituir procuradores da Companhia, sempre mediante a assinatura conjunta de 2 Diretores, devendo ser especificados os atos e operações que poderão praticar. **Parágrafo único.** As procurações terão sempre prazo determinado, não excedente a 1 ano, salvo aquelas que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicia*. **Competência. Artigo 16.** Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à plena realização do seu objeto social. **Artigo 17.** Ao Diretor Presidente compete, especificamente: (a) Formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral, com a participação dos demais Diretores; (b) Exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; e (c) Convocar, presidir e instalar as Assembleias Gerais e as Reuniões da Diretoria. **Parágrafo único.** Em suas ausências e impedimentos temporários ou permanente, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente. **Artigo 17-A.** Ao Diretor Vice-Presidente compete substituir o Presidente nos impedimentos ocasionais ou ausência temporária ou permanente, praticando todos os atos de competência do substituído. **Artigo 18.** Os Diretores sem designação especial exercerão as atribuições que lhes forem conferidas pela Assembleia Geral e pelo Diretor Presidente. **Remuneração. Artigo 19.** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, que será distribuída entre eles mediante deliberação da Diretoria. **Capitulo V – Do Conselho Fiscal. Composição e Funcionamento. Artigo 20.** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, nos casos previstos em Lei. **Artigo 21.** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação. **Artigo 22.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em media, for atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas da representação e participação nos lucros. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Resultados. Exercício Social. Artigo 23.** O exercício social terá a duração de 1 ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Demonstrações Financeiras. Artigo 24.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as Demonstrações Financeiras da Companhia, segundo os critérios estabelecidos pela Lei no 6.404/76 e pelas demais normas e princípios contábeis geralmente aceitos, submetendo-as à deliberação da Assembleia Geral. **Destinação dos Resultados. Artigo 25.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social. **Parágrafo Segundo.** Será destinado ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 e seus incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Terceiro.** Atendida a destinação prevista nos parágrafos anteriores, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. **Dividendos Intermediários. Artigo 26.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, distribuir dividendos com base em resultados apurados em balanço semestral ou levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, observado o que dispõe o artigo 204, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro.** A Diretoria poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Segundo.** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Companhia. **Capítulo VII – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 27.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em Lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, a quem competirá eleger o liquidante. **Parágrafo único.** Durante o período de dissolução, liquidação e extinção, o Conselho Fiscal somente funcionará a pedido de acionistas. **Capítulo VIII – Disposições Finais. Artigo 28.** Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela legislação brasileira aplicável a este tipo societário. Rio de Janeiro, RJ, 05/02/2024. **Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (representadas digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Flavio Martins Ribeiro); **Tangara Energia S.A.** (representadas digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Flavio Martins Ribeiro). **Testemunhas:** (Assinado digitalmente por Isis Paula Cerinotti Malhães e Guilherme Braga Lacerda). **Visto do Advogado:** Isis Paula Cerinotti Malhaes – OAB/RJ 178906. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 06/03/2024 sob o nº 33300352996, 00006117545 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2024/00213779-1 de 01/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278